

forum

Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial:

adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas
Jack P. Greene
(versões em português e inglês)

Considerações e reflexões para uma história comparada das Américas:

a respeito do artigo de Jack P. Greene.
Marco A. Pamplona

artigos

Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação

Ana Lúcia Lana Nemi

Uma crítica às instituições representativas no período das regências (1832-1840)

Ariel Feldman

José Bonifácio, Shakespeare e os Gregos: a língua do Brasil e a imagem nacional

Valdeci Lopes de Araujo

Informes de pesquisa

Resenhas

Periódicos em revista



forum/forum

"Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas" / "Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America",
Jack P. Greene 5

"Considerações e reflexões para uma história comparada das Américas: a respeito do artigo de Jack P. Greene." / "Propositions and thoughts towards a comparative history of the Americas: Jack Greene's essay",
Marco A. Pamplona 37

artigos/articles

"Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação" / "Brazil and Portugal: the national history between tradition and renewal",
Ana Lúcia Lana Nemi 49

"Uma crítica às instituições representativas no período das regências (1832-1840)" / "A critic about the representative institutions during the regency period (1832-1840)",
Ariel Feldman 65

"José Bonifácio, Shakespeare e os Gregos: a língua do Brasil e a imagem nacional" / "José Bonifácio, Shakespeare and the Greeks: the language of Brazil and the national image",
Valdei Lopes de Araujo 83

informes de pesquisa/ research reports

"O Governo de D. João e o Tráfico de Escravos: A convenção de 1817 e a sua repercussão na América Portuguesa" / "D. João's government and the slave trade: the 1817 convention and its repercussion in Portuguese America",
Guilherme de Paula 95

resenhas/ book reviews

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
Por Gabriela Pellegrino Soares 105

LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006.
Por Ana Paula Medicci, 109

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil. Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador/Feira de Santana: EDUFBA/UEFS, 2005.
Por Daniel Afonso da Silva 114

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a Casa e o Armazém: Relações Sociais e Experiência da Urbanização. São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.
Por Sílvia Cristina Lambert Siriani 116

SILVA, Ana Rosa Clolet. *Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo, HUCITEC / FAPESP, 2006, 445p.
Por André Roberto de A. Machado 121

periódicos em revista/ journals in review 125

envie seu texto / submission guidelines 153

normas de citação / referencing system 157

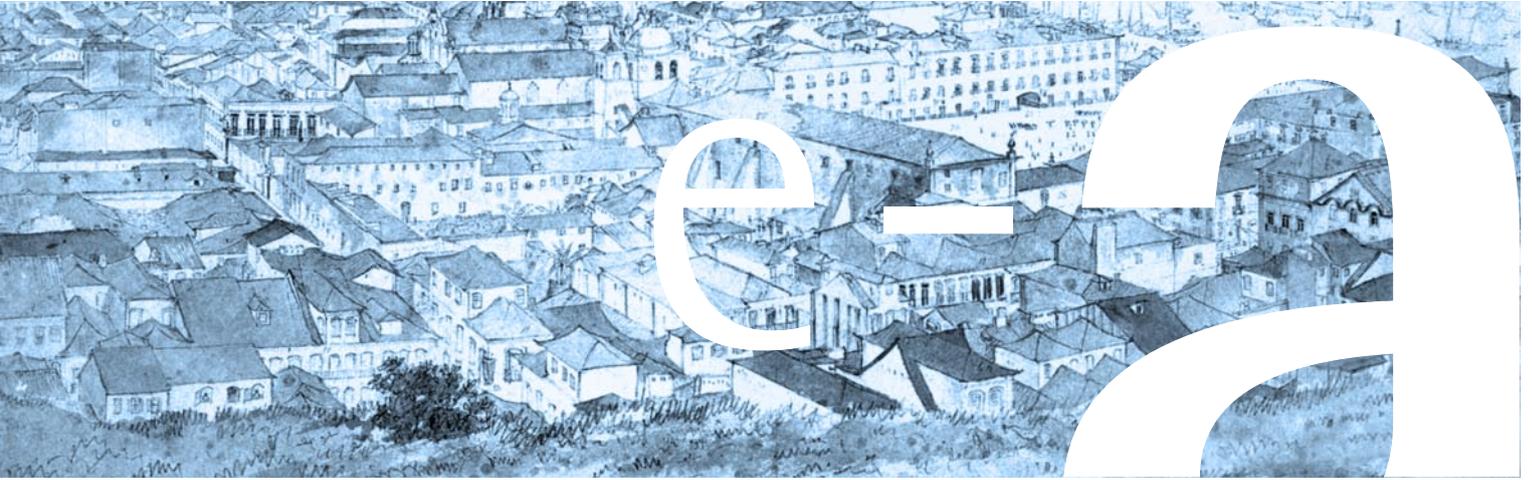
direitos de publicação / copyright agreement 159

expediente (conselhos e equipe técnica) / editors, boards and staff 160

almanack braziliense

forum

Reformulando a identidade inglesa na
América britânica colonial



**Reformulando a identidade inglesa na América
britânica colonial: adaptação cultural e experiência
provincial na construção de identidades corporativas**
Jack P. Greene

**Considerações e reflexões para uma história compa-
rada das Américas: a respeito do artigo de Jack P.
Greene.**
Marco Antônio Pamplona

Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas

Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America

Jack P. Greene

Johns Hopkins University
(Baltimore, EUA)

Resumo

A partir do exemplo da experiência das colônias britânicas na América, o presente texto explora o processo, ocorrido no início da era moderna, de transformação de partes do território indígena americano em uma América europeia. Enfatiza a atuação dos povoadores e a centralidade da lei e instituições nesse processo. Refazendo os caminhos que levaram a "identidade inglesa" a ser reformulada nas Américas, permitindo aos povoadores criar várias e distintas províncias que, a despeito de suas diferenças em relação à metrópole, eram claramente inglesas, o autor discute que tal fenômeno pode ser melhor estudado a partir da análise da emergência de identidades corporativas. O texto se baseia na extensa experiência do autor na construção da identidade na Virgínia, Barbados, Jamaica e Carolina do Sul, as colônias britânicas mais valiosas.

Abstract

Using the experience of the British colonies in the Americas as an example, this essay explores the process by which portions of indigenous America were transformed into European Americas during the early modern era. It emphasizes the agency of settlers and the centrality of law and institutions in this process. Tracing the ways in which "Englishness" was reformulated in the Americas, whereby settlers created many distinct provinces that were, despite their differences from the parent state, manifestly English, the essay argues that this phenomenon can best be studied through the analysis of emerging corporate identity. It draws upon the author's extensive work on the construction of identity in Virginia, Barbados, Jamaica, and South Carolina, Britain's economically most valuable colonies.

Palavras-chave

revolução, Império britânico, Independência, Estados Unidos, identidade nacional, identidade regional

Keywords

revolution, British Empire, Independence, United States, national identity, regional identity

Poucos empreendimentos tiveram tanto impacto na organização social do globo do que o movimento de pessoas para fora da Europa, que começou no início da era moderna. Primeiro foram para o oeste e o sul, até as Américas e depois para o sul e o leste, até a África e a Ásia. Inauguraram um movimento de populações e culturas, que durante o século XIX se estendeu pela Sibéria, Austrália, Oceania e África. Deslocando-se como exploradores, negociantes, navegadores, soldados, garimpeiros, missionários e povoadores, esses europeus nunca representaram mais do que uma pequena fração da população de qualquer área cultural européia, até mesmo aqueles provenientes de regiões como a península ibérica e as ilhas britânicas que mais significativamente contribuíram para o fluxo populacional inicial. Ainda assim, seu número foi suficiente para torná-los agentes de uma transformação fundamental na história humana. Nas Américas, as doenças disseminadas pelos europeus alteraram a paisagem humana, dizimando as populações indígenas, e sua voracidade por metais preciosos, terra e outros recursos reduziram os impérios nativos à condição subalterna de adjuntos, sujeitando as populações imperiais ao trabalho em grandes lavouras, áreas de criação e minas, enquanto forçavam outros grupos populacionais cada vez mais em direção ao interior. A demanda voraz dos europeus por mão de obra foi a força motriz do desenvolvimento de um tráfico transoceânico devastador, que trouxe milhões de africanos escravizados ao Novo Mundo e afetou profundamente as relações sociais e políticas dentro da África. Novos negócios e fluxos de produtos estimularam intensamente as economias da Europa ocidental, provocando o desenvolvimento econômico doméstico e a expansão do comércio, processo que, até a segunda metade do século XIX, trouxe para a Europa um grau de dominação econômica e política sobre o mundo nunca antes desfrutada por qualquer segmento da população mundial.

A atual voga pelos estudos atlânticos centrou a atenção dos historiadores sobre os modos como esses desdobramentos reformularam o mundo *Atlântico*. Como eu e meus colegas da universidade Johns Hopkins rapidamente descobrimos, ao inaugurarmos o primeiro programa institucional de doutoramento em "História e Cultura Atlântica", no final dos anos sessenta, nem os fluxos de pessoas, mercadorias e culturas, ou mesmo os processos sociais que caracterizaram a expansão européia ficaram confinados ao Atlântico. Desde o começo tais empreendimentos tiveram alcance global — até os oceanos Índico e Pacífico e pela costa das regiões circundantes —, sendo que essa abrangência se tornou mais intensa e intrusiva ao longo dos séculos. Mesmo assim, a bacia atlântica se mantém uma arena útil e possível para o estudo do processo de expansão durante os seus primeiros três séculos.

Minha especialidade se limita a apenas uma parte da bacia atlântica, conhecida entre acadêmicos norte-americanos como "*os primórdios da América colonial*". Por dois motivos nunca achei esse termo satisfatório. Primeiramente, sua conotação é irrefletidamente imperialista, mais um exemplo da expropriação acrítica do termo *América* para se referir apenas a uma porção do hemisfério. Nem o mais recente modismo de pensar os "*primórdios da América*" de forma mais inclusiva o torna menos imperialista, pois esse seu emprego ainda se refere predominantemente às áreas que foram posteriormente incorporadas à nação norte-americana. Em segundo lugar, o termo é por demais vago e genérico para fomentar seu uso crítico

de maneira eficaz. Nunca existiu apenas uma, mas muitas *Américas coloniais nos seus primórdios*, antes e depois do início da era moderna.

Justamente, para abordar esse problema de forma mais explícita, Jack Pole e eu, no início dos anos oitenta, usamos o termo *América britânica colonial* como título de um volume de ensaios, que organizamos e editamos, sobre o estado de arte dos estudos na época.¹ Tínhamos a intenção de que esse termo tornasse claro tanto que os textos do volume tratavam de uma ampla área cultural que era nominalmente britânica, isto é, associada ou em aliança com a Grã Bretanha, e, como esmiucei em diversos ensaios posteriores, que a América colonial *britânica* era uma dentre muitas Américas do início da era moderna, incluindo a hispânica, portuguesa, francesa, holandesa, sueca, dinamarquesa, russa e, é claro, inúmeras Américas indígenas. Salvo a redução paroquial do tema dos "*primórdios da América colonial*" a apenas a pré-história dos Estados Unidos, tendência contra a qual tenho lutado durante a maior parte de minha vida profissional, qualquer história mais abrangente dos "*primórdios da América*" requereria, obviamente, a abordagem da história de todas essas diversas áreas culturais.

Sabemos, é claro, há muitas gerações que nenhuma dessas entidades era composta exclusivamente pelo povo da nação à qual estava associada. Estávamos cientes, por exemplo, de que a América hispânica continha muitos emigrantes portugueses e flamengos, assim como vastas repúblicas indígenas, em sua maioria com governo próprio; de que o império britânico incluía milhares de emigrantes alemães, franceses, irlandeses e judeus; e de que os povoados holandeses-americanos eram também políglotas. Ainda há mais tempo, temos conhecimento (mesmo que a maior parte dos historiadores escolha ignorar o fato) de que os africanos constituíam grande parte das populações emigrantes e estabelecidas pelas Américas. A heterogeneidade dessas populações e as misturas que delas invariavelmente resultaram, deveriam há muito ter posto em questão a adequação de qualquer esquema de nomenclatura que implicasse uma homogeneidade demográfica nacional. Ao longo da última geração, no que se refere à América britânica, excelentes estudos sobre as populações não inglesas, fossem estas europeias, africanas, ameríndias ou de ascendência mista, enfatizaram o quanto tais grupos conseguiram se manter apegados a importantes elementos de seu legado cultural, salientando, desse modo, a questão de quem compunha então "*os primórdios da América*".

O problema com que se defrontam atualmente os historiadores da América do início da era moderna é se o emprego de tais identificações nacionais ou étnicas permanece útil, e minha intenção é argumentar em prol de que não só ainda são úteis, como absolutamente essenciais para qualquer esforço para se compreender a transformação nas Américas durante o início da era moderna. Em particular, referindo-me às colônias britânicas, proponho a defesa da continuidade do uso da frase que Jack Pole e eu adotamos em nosso volume, no início dos anos oitenta: *América britânica colonial*.

Quero deixar claro, desde o princípio, que esse posicionamento não visa a eximir o anglocentrismo que freqüentemente caracterizou versões do passado colonial da América e muito menos a repeti-lo ou ampliá-lo. Pelo contrário, enquanto um velho inimigo dos mais variados "centrismos", sejam de tipo nacional, local, religioso, étnico, de classe ou gênero, acredito que a conquista mais importante de minha geração de estudiosos dos colonialismos foi romper com tais rótulos e reforçar a necessidade do que os historiadores dos *Annales* chamaram de *histoire totale*. Assim sendo,

parto do pressuposto de que precisamos encontrar um lugar para todos os povos envolvidos na transformação das Américas. O conceito de *América britânica colonial*, como eu a defino, não subentende a irrelevância dos participantes não britânicos. A contínua presença dos povos indígenas, o crescente número de povos de ascendência africana, o aumento no número de imigrantes europeus não britânicos, a incorporação de novas populações de ascendência europeia, africana e ameríndia das outras Américas como resultado de guerra e conquista, assim como a formação de novas entidades sociais em áreas de fronteira ou limítrofes: todas representam uma importante parte dessa história.

Minha intenção ao empregar o conceito de *América britânica colonial*, pelo menos de início, é chamar atenção e enfatizar as enormes disparidades de poder inerentes aos primórdios do contexto colonial moderno. Mesmo durante o longo período em que historiadores aceitavam sem crítica construções históricas - elas mesmas provenientes do período colonial - que reforçavam as conquistas dos grupos de povoadores, minimizando seus efeitos sobre outros segmentos da população e ignorando amplamente os importantes papéis por eles desempenhados, os historiadores sempre estiveram conscientes, mesmo que implicitamente, das disparidades de poder na transformação das Américas. De fato, estudos históricos operavam segundo um paradigma de poder que postulava que a entidade mais poderosa era a mais merecedora de investigação histórica. A esse respeito, historiadores diferiam profundamente dos estudiosos da literatura, que apenas na última geração parecem ter se interessado pelo papel do poder na formação e funcionamento das culturas. A despeito de sua entrada tardia no jogo, os estudiosos de literatura, por intermédio do que veio a ser chamado de *estudos pós-coloniais*, têm sido os mais responsáveis, do meu ponto de vista, por reforçar e trazer para o primeiro plano da investigação histórica, as profundas discrepâncias de poder inerentes aos contextos coloniais. Talvez, como já ouvi com freqüência, não contaram aos historiadores muito de novo, e isso é certamente verdade no que concerne aos historiadores do pós-segunda guerra mundial e outros analistas sociais cujos trabalhos focam nas conseqüências da descolonização da África e Ásia, assim como nos efeitos prolongados da experiência colonial sobre os anteriormente colonizados. Ao longo da última geração, no entanto, os esforços dos estudiosos de literatura têm sido fundamentais ao dotarem de novos significados o antigo conhecimento histórico, ao desenvolverem uma abordagem mais ampla e explícita sobre a natureza e os efeitos sociais do colonialismo, e ao solaparem ou desafiarem os pressupostos que há muito inibiam tantos historiadores a desenvolverem uma análise semelhante.

A teoria pós-colonial, por mais útil que seja, não pode ser aplicada de maneira acrítica ao estudo das Américas coloniais no início da era moderna. Seus partidários desenvolveram tal teoria a partir de, e aplicado ao, estudo do colonialismo dos séculos XIX e XX. Nesse contexto, os colonizadores nunca constituíram mais do que uma pequena fração das populações de "colônias de exploração" densamente ocupadas, aplicando-a com pouca freqüência às colônias compostas e dominadas por um grande número de povoadores. A fim de citar alguns exemplos, em colônias de povoamento a população dominante de povoadores pode ter desempenhado o papel de *colonizadores* em suas relações com as populações indígenas vizinhas, mas na relação mantida com as sociedades metropolitanas, às quais estavam vinculadas, eles também desempenhavam o papel de *colonizados*. De modo

semelhante, os grupos indígenas que permaneceram fora das colônias de povoamento e resistentes às influências culturais dos povoadores certamente não faziam parte dos *colonizados*, pelo menos não antes do seu deslocamento e subjugação. O mesmo se aplica às repúblicas indígenas de governo autônomo da América hispânica, que existiam paralelamente às repúblicas de espanhóis sem ficarem sob controle político imediato dos povoadores espanhóis. Aí existe ainda a questão das massas de povos não-indígenas escravizados, trazidos à força para as áreas de controle dos povoadores. Eles eram certamente vítimas do colonialismo, mas seriam também parte dos *colonizados*? E, nesse caso, em que sentido?

A despeito desses problemas de terminologia, o ponto fundamental que podemos extrair do trabalho dos pós-colonialistas continua válido: ou seja, que nas colônias de povoamento, os povoadores – os colonizadores – rapidamente passaram a exercer uma predominância avassaladora do poder. Isso não quer dizer que tal poder não fosse contestado ou sofresse resistências. Um dos mais proeminentes desdobramentos da historiografia dessa geração, assim como da anterior, foi o reconhecimento de que em quase todo círculo de relacionamentos sociais e políticos, até mesmo entre senhores e escravos, aqueles tradicionalmente tidos como desprovidos de poder tiveram pelo menos algum espaço de manobra, de modo que os mais poderosos achavam aconselhável negociar a sua autoridade com eles. A despeito da maior ou menor possibilidade de negociação, é inegável a existência de tal espaço de negociação, o que traz importantes questões à tona, ou seja, como os povoadores adquiriram-no, como o expressavam e visando a que fins. Por meio de que processo transformaram uma América indígena em uma América colonial *britânica*? São essas as questões a que me proponho tratar neste ensaio.

Até certo ponto, o poder dos povoadores derivava de seu maior número. Na medida em que a população de povoadores aumentava, espalhando-se pelo interior de qualquer colônia e reorganizando as paisagens existentes, passava rapidamente a desempenhar um papel predominante dentro desses territórios. No entanto, o simples domínio numérico era desnecessário para que os ingleses/britânicos estabelecessem a sua supremacia. Em diversas colônias das Antilhas Ocidentais e nas planícies da Carolina do Sul, povoadores livres constituíram a maioria da população emigrante por algumas poucas décadas. Contudo, ainda foram capazes de estabelecer e manter sua supremacia sobre as sociedades políticas lá estabelecidas. Portanto, não foi apenas o número de pessoas, mas seus objetivos e sucesso em conquistá-los os grandes responsáveis pelo extraordinário poder que conseguiram exercer em suas novas sociedades. Ingleses em sua maior parte, senão em sua quase totalidade, os povoadores das primeiras colônias – em Chesapeake, na Nova Inglaterra, na ilha atlântica de Bermuda, nas ilhas de Barbados nas Antilhas ocidentais e nas ilhas Leeward – vieram com a intenção de estabelecer sociedades provinciais segundo padrões ingleses. Em colônias posteriores, a proporção de emigrantes ingleses era menor, mas ainda suficiente para habilitá-los a perseguir o mesmo objetivo. As colônias conquistadas entram em uma categoria especial. Naquelas em que a maior parte dos povoadores já existentes foram embora com a chegada dos ingleses, incluindo a Jamaica em 1655 e, em 1763, as Flóridas do Leste e do Oeste, os imigrantes ingleses tinham certa autonomia para fazer o que quisessem. Porém, naquelas em que a maior parte dos povoadores estabelecidos permaneceu – e esse foi o

caso de Nova York, Nova Jersey e Delaware —, os ingleses recém-chegados ainda assim estavam determinados a dotar os seus novos lares de uma identidade inglesa, mas levaram várias décadas e concessões significativas para que alcançassem seu objetivo. Colônias conquistadas que tiveram uma imigração inicial escassa, como a Nova Escócia, representavam um caso especial que comprovava a regra. Na ausência de povoadores ingleses perseguindo o objetivo de criar sociedades inglesas, a Nova Escócia permaneceu essencialmente uma colônia francesa, até o povoamento inglês lá se iniciar com força após 1748. Com uma população majoritária de franceses e apenas um pequeno número de imigrantes britânicos, Quebec permaneceu um povoado essencialmente francês, com leis francesas e um governo civil e religioso francês. Para onde quer que povoadores ingleses fossem para dominar a vida pública de uma colônia, operando sob amplas restrições impostas por um governo metropolitano fraco, distante, e muitas vezes negligente, com pouca capacidade de coerção, lá se tornavam agentes centrais na transformação da América indígena em britânica.

Isso significa que a maior parte do poder, no que tange à construção de novas esferas administrativa pertencentes aos impérios do início da época moderna, estava nas mãos dos próprios povoadores. Eles estabeleceram e reconstruíram os novos espaços, criando a estrutura econômica e doméstica que lhes possibilitava habitar esses locais, e seus agentes — na forma de representantes e magistrados— modelaram em grande parte os sistemas de leis e governo que os permitiam controlar as interações sociais e econômicas, assim como governar a aquisição e circulação de propriedades, fossem terras, escravos ou bens materiais. Nesse processo eles não eram, evidentemente, agentes completamente livres. O legado metropolitano lhes impunha restrições legais e culturais. Nas colônias inglesas isso significava a reprodução de variantes das culturas baseadas na lei comum que haviam deixado para trás. Culturas que, diferindo de uma entidade política para outra, de acordo com o costume local, permitiam-lhes adaptar com enorme flexibilidade a lei às condições locais, ainda que lhes imprimissem um caráter resolutamente, senão militantemente, inglês.

Se tivessem quaisquer escrúpulos frente ao que faziam às populações indígenas, e aos africanos, os povoadores justificavam o seu comportamento segundo a história que construíram para explicar o sentido mais amplo de suas vidas. De acordo com essa história, que permanecia a mesma através das áreas inglesas e em muitas outras partes dos mundos colonizados das Américas, eles estavam engajados em um empreendimento nobre: a transformação de territórios até então explorados de maneira imprópria em estados civilizados. Estavam construindo postos avançados da civilidade européia e assim dando início à tarefa de levar a civilização para um vasto novo mundo. Essa história tanto lhes fornecia a base, quanto os enobrecia ao fornecer o fundamento racional para toda a expansão durante o período colonial, enquanto povoadores apressavam-se para estabelecer novas unidades políticas, a fim de levar a lei e a administração para onde quer que fossem. A expansão do povoamento representava uma estardalada disseminação da cultura, enquanto fronteiras rapidamente se tornavam retaguardas de povoamento e essas por sua vez se transformavam em regiões de vanguarda do povoamento.

Uma abordagem particularmente interessante para a pesquisa dessa ampla transformação cultural consiste no estudo da formação da identidade: o que faziam os colonos ingleses/ britânicos visando tornar as suas

novas sociedades políticas inglesas ou britânicas — e porque esse processo era importante? Por mais difícil que seja compreender isso atualmente, o estudo da identidade, ou caráter, não era muito privilegiado entre os historiadores até há pouco mais de um quarto de século. Após a Segunda Guerra Mundial, pesquisadores de estudos americanos demonstraram forte interesse no estudo do caráter americano, e o psicólogo Erik Erikson escreveu um ensaio intrigante e influente sobre a identidade americana na década de cinqüenta. Mas poucos historiadores deram prosseguimento a esses estudos, considerando tais questões como "perfumaria", subordinadas aos temas políticos, econômicos, intelectuais e sociais que então ocupavam o centro do empreendimento historiográfico. O meu próprio interesse sobre tais questões data de mais de meio século, ao início da década de cinqüenta, quando era um jovem pesquisador em Londres e me vi fascinado por uma das características centrais das corografias, crônicas e relatos de viagem escritos durante o início da colonização, que então lia pela primeira vez: elas incluíam, invariavelmente, seções às vezes bastante extensas sobre o *caráter* do local e do povo que os autores descreviam. Porém, por vinte anos não prossegui de maneira séria ou sistemática com esse estudo, até receber um convite para ministrar uma série de três conferências sobre a história sulista na universidade de Mercer. Na época, estava imerso no estudo das diferentes características do desenvolvimento das colônias britânicas de grande lavoura, decidindo então que o tema de minhas conferências seria a transformação na identidade corporativa de três colônias de grande lavoura: Virgínia, Jamaica e Carolina do Sul, durante os séculos XVII e XVIII. O título provisório de meu trabalho, *Paradise Defined*, era intencionalmente irônico. Essas conferências foram apenas um esboço. Porém, enquanto as organizava e, posteriormente, tentava transformá-las em livro — até o momento sem sucesso —, tive que confrontar diversas questões sobre o estudo da identidade corporativa e fiz várias descobertas significativas, algumas das quais gostaria de compartilhar com vocês.

Compreendemos identidade no sentido de como indivíduos, ou coletividades, identificam-se a si mesmos e aos outros, e como os outros os identificam, podendo ser estudadas em diversos níveis e através de várias estratégias diferentes. Pode ser estudado no nível individual e em qualquer outro dos níveis segundo os quais as pessoas se organizam em entidades coletivas ou corporativas. Não apenas todo indivíduo, mas toda família, grupo de parentesco, congregação, clube, comunidade, governo civil, grupo lingüístico, grupo religioso, província e nação têm uma identidade à qual um número razoável de membros se conforma, durante tempo suficiente para lhe conferir credibilidade — e utilidade. O tipo específico de identidade que me interessava era a identidade corporativa das colônias, na América britânica colonial, durante os séculos XVII e XVIII, em particular nas três colônias sobre as quais tratei na minha conferência inicial. E em Barbados que incluí posteriormente ao projeto.

A minha primeira descoberta foi que cada uma das colônias em questão possuía uma identidade particular e que esta mudava ao longo do tempo. Todos os quatro lugares compartilhavam diversos atributos comuns: um legado britânico social, cultural, político e legal, assim como uma herança religiosa protestante; eram incorporados ao mesmo governo civil ampliado; localizados em áreas tropicais ou semitropicais; desenvolviam sistemas de agricultura de grande lavoura com mão-de-obra formada por servos brancos, escravos negros e trabalhadores indígenas; suas populações

se constituíam em grande parte, senão majoritariamente, de pessoas escravizadas; cada uma dessas colônias desenvolveu um valioso comércio de exportação para as ilhas britânicas e outras partes; suas populações dominantes compartilhavam objetivos econômicos, sociais, e políticos comuns; e constituíam-se em empreendimentos econômicos de muito sucesso. De fato, os metropolitanos consideravam-nas as quatro colônias mais valiosas da Grã Bretanha. No entanto, construíram identidades manifestamente diferentes entre si. Produzidas por gerações de pessoas vivendo e atuando juntas dentro do mesmo governo civil, o caráter particular dessas identidades era tão pronunciado, a ponto de tornar extremamente problemático qualquer esforço para se referir a uma identidade continental das colônias britânicas norte-americanas, ou mesmo a uma identidade geral das Antilhas ocidentais.

Não obstante as diferenças no desenrolar, o processo de formação identitário nessas novas sociedades – e essa foi minha segunda descoberta importante – foi impressionantemente semelhante, envolvendo três estágios superpostos. Inicialmente, enquanto ponderava com que estratégia deveria prosseguir na investigação do meu projeto, percebi que poderia abordar o estudo da identidade de duas maneiras: através das leis que essas sociedades estabeleciam para si mesmas ou através da literatura discursiva contemporânea escrita por e a seu respeito. Por muitos motivos, decidi que a primeira abordagem seria melhor. Provavelmente, nada revela tão bem as mudanças na identidade de uma sociedade política, quanto suas leis e as ações judiciais tomadas para seu cumprimento. A Lei é o resultado de uma ação coletiva de legisladores, que, nas sociedades aqui sob consideração, representavam a parcela independente da população, e as leis tanto revelam os valores desse setor independente da população, como também os comportamentos de outros segmentos da população que, até certo ponto, suscitaram essas mesmas leis.² Contudo, talvez por ter sido eu o primeiro a identificar esse tema e definido os parâmetros do projeto por meio de muita leitura sobre literatura discursiva, essa não foi a abordagem que escolhi. Essa decisão mostrou-se útil, uma vez que as mudanças na natureza da literatura discursiva me possibilitaram identificar três fases na criação das identidades corporativas coloniais.

Na primeira fase, a literatura se concentrava muito na descrição dos espaços físicos que dada colônia viria a ocupar e na formulação de propostas para um uso eficiente desse espaço. Relatórios de viagem, às vezes mascarados como obras históricas, e folhetos de propaganda tentavam descrever e avaliar para os leitores metropolitanos a natureza da terra, a vegetação, as populações indígenas, os rios e riachos, as enseadas, a fauna, as chuvas e o clima. Especulavam sobre que produtos, então em demanda do lado oriental do Atlântico, poderiam ser lá cultivados e imaginavam como aquele espaço específico poderia ser adaptado aos desígnios ingleses. Embora freqüentemente discutissem os perigos que tornavam a vida difícil ou inóspita para a população inglesa, tendiam em sua maior parte a enfatizar a promessa de uma colonização atraente para futuros investidores e imigrantes. Quanto mais uma colônia demorasse para se desenvolver, mais tempo durava essa primeira fase. Relativamente curta em Barbados, durou bem mais tempo na Virgínia, Jamaica e Carolina do Sul estendeu-se por muito mais tempo.

Na segunda fase de formação de identidade, o foco da literatura que lhe era contemporânea, que freqüentemente tomava a forma de corografias

2

Tratei desse assunto mais extensamente em Jack P. Greene, "By Their Laws Shall Ye Know Them": Law and Identity in Colonial British America", *Journal of Interdisciplinary History*, 33 (Autumn 2002), 247-60.

ou narrativas históricas, deslocou-se do que poderia ser feito em um espaço físico particular para o que os povoadores tinham feito ou não para torná-los locais produtivos e caracteristicamente ingleses. Em outras palavras, a ênfase principal dessa literatura deixou de ser os atributos físicos de uma colônia, apesar de nunca serem ignorados, voltando-se para as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas promovidas pelos povoadores. Seus autores, *crioulos* e imigrantes assimilados, orgulhavam-se e examinavam com detalhe em que medida os povoadores tinham sido capazes de adaptar práticas sociais e culturais inglesas — inclusive padrões de ocupação de terra, planejamento de áreas urbanas, aldeias ou áreas rurais, o uso da terra, modos de produção e circulação econômica, estruturas familiares e domésticas, moradias, produção caseira e criação de animais, dieta, vestuário, organização política e religiosa e, talvez o mais importante de tudo, estruturas legais — às condições físicas que encontraram nos seus novos locais de moradia. Com poucas exceções, celebravam tais adaptações como evidência dos importantes *melhoramentos* que eles e seus ancestrais haviam trazido para as paisagens sociais, tomadas dos habitantes indígenas. Durante esse processo, tomaram os primeiros passos para criar uma base racional de povoamento determinante na expansão de seus descendentes, e futuras gerações de imigrantes, pelo continente ou em direção a outras ilhas, vendo a si mesmos engajados em um processo civilizador de amplo espectro que transformava, consoante diretrizes européias, terras anteriormente desorganizadas e improdutivas em entidades organizadas e produtivas. Essa literatura era frequentemente exortatória, exortando os povoadores a concretizarem da melhor maneira possível o potencial físico de uma dada colônia e eliminarem quaisquer traços que pudessem por em dúvida a intensidade e a alcance de sua identidade inglesa.

Seu foco voltado para a representação da colônia como um lugar já melhorado, em processo de melhoramento e passível de ser ainda mais melhorado, com uma definição de melhora firmemente fundamentada em modelos ingleses, passou para o próximo estágio de formação da identidade. Nesse terceiro estágio, no entanto, a ênfase se deslocou para uma articulação da específica identidade emergente da colônia e suas populações (principalmente, é claro, as livres). A reivindicação dos autores das corografias, crônicas e outras obras descritivas, produzidas pelos povoadores e seus auxiliares nessa terceira fase, era que cada um desses lugares ostensivamente britânicos, havia alcançado uma identidade própria, uma identidade distinta que surgia e interagia com seu espaço físico específico e com o caráter da sociedade que ali havia se desenvolvido por meio de atividades coletivas, ao longo de gerações de pessoas que lá residiram e haviam construído juntas uma história. Essa identidade própria, sugeriam eles, tanto identificava o lugar como o distinguia de todas as outras entidades similares. A sugestão implícita nos comentários e trabalhos que documentam essa terceira fase da formação de identidade era a de que ainda que as primeiras gerações de povoadores houvessem buscado inicialmente recriar pequenas Inglaterras nas Américas, terminaram *por reformular o caráter inglês* a fim de ajustá-lo às condições específicas que eles encontraram ou criaram em cada província. Esse processo de reformulação, sugerido por estes escritores, evidente em quase todos os aspectos de suas vidas e sociedades, havia acabado por criar províncias diferentes e com identidades próprias. Além do mais, a reivindicação desses escritores não se resumia apenas ao fato de que uma dada colônia havia se tornado uma entidade

corporativa distinta, diferente de qualquer outra entidade no mundo britânico, mas também que seus residentes haviam se tornado uma população distinta, diferente das populações britânicas que viviam em outros lugares. Se todos, ou quase todos, haviam sido ingleses, eram então variantes de ingleses, gente da Virgínia, de Barbados, da Jamaica ou da Carolina do Sul.

Chamar a atenção para as diferenças provinciais não implica rejeitar os padrões ou modelos ingleses/ britânicos. Os moradores das quatro colônias possuíam algumas características em comum. Trabalhando com as realizações de seus antepassados, todos partilhavam a experiência de fundar e desenvolver novas entidades britânicas no Novo Mundo. Enquanto mantinham uma ligação com a Inglaterra, tinham em comum a experiência da interação com povos não-ingleses: indígenas na Virgínia e na Carolina do Sul e populações africanas em todas as quatro colônias. Acima de tudo, partilhavam a identidade de ingleses de além-mar que reverenciavam todas as características que pensavam fazer parte de tal identidade, incluindo uma forte ligação com formas inglesas de governo consensual, o sistema legal inglês com ênfase no papel da lei e a santidade da propriedade privada, o protestantismo e o comércio que há muito lhes mantinha em contato próximo com a sociedade da metrópole. De fato, todos percebiam suas identidades provinciais como variações dessa macro identidade inglesa ou britânica.

A minha terceira importante descoberta foi de que dois tipos distintos de modelos culturais, tanto analítica quanto funcionalmente, atuavam no modo como os povoadores livres nas colônias compreendiam a si mesmos. Pensando a partir da teoria do grupo referencial, podemos chamar esses tipos de modelos de *normativo* e *comparativo*. Para os colonos ingleses, a Grã Bretanha, com sua cultura complexa e rica, fornecia um modelo normativo a partir do qual os fundadores das colônias poderiam selecionar elementos que lhes permitissem formar rebentos do Velho Mundo no Novo, e futuras gerações de povoadores poderiam tomar como modelo para seus próprios projetos de aprimoramento da sociedade. Modelos normativos fornecem padrões a partir dos quais as conquistas culturais podem ser mensuradas e os desenvolvimentos sociais avaliados. Contudo, no processo de formação de identidade na América britânica colonial a mimesis de modelos metropolitanos foi sempre seletiva. Povoadores escolhiam e assumiam características e práticas de um vasto arsenal oferecido pela sociedade metropolitana inglesa. Os modelos comparativos, positivos ou negativos, poderiam ser usados, em contraposição, para se referir àquelas populações, principalmente indígenas e africanas, cujos costumes eram percebidos como exóticos e comportamento tido como grosseiro e pouco civilizado. Tais populações encarnavam para esses povoadores exemplos do que esperavam nunca vir a ser. Até certo ponto, residentes não-ingleses podiam se portar de modo semelhante; nas colônias muito próximas às colônias de potências estrangeiras, como a Carolina do Sul e a Jamaica, os residentes católicos também podiam funcionar como modelos comparativos negativos. Inevitavelmente, as negociações freqüentes e íntimas que ocorriam entre as populações dominantes de povoadores e esses grupos de referência negativa, esses *outros*, constituíam um elemento importante no processo de reformulação da identidade inglesa nas diferentes culturas provinciais.

A minha quarta importante descoberta foi de que essas identidades provinciais sobreviveram por muito tempo ao desmembramento do Império Britânico nos anos de 1780. A Revolução Norte-Americana certamente teve

um impacto sobre essas identidades, provendo um novo conjunto de heróis e quadros de referência para os novos estados continentais, enquanto gerava nas antigas colônias das Antilhas Ocidentais um sentimento de isolamento, de perda e mesmo de impotência. As identidades provinciais não só diferiam uma das outras através da América Britânica, mas também foram se transformando elas mesmas ao longo do tempo, em resposta às novas condições. Entretanto, o âmago de suas identidades, que começara a se formar em todas as quatro colônias na época das primeiras gerações de povoadores, permaneceu intacto e importante, pelo menos até 1820, quando interrompi minha pesquisa. Na Virgínia e Carolina do Sul, essas identidades sobreviveram à sua incorporação como estados da União Americana. Em Barbados e na Jamaica, resistiram ao novo sistema imperial que começou a emergir nos anos de 1790 e até mesmo ao ataque metropolitano à escravidão, assim como a sua eventual eliminação nos primórdios dos anos de 1830.

Sugiro que esses vislumbres inspirados no estudo dessas quatro colônias podem ilustrar as amplas diretrizes do processo pelo qual os povoadores coloniais e seus auxiliares transformaram porções da América em uma variedade reconhecidamente britânica – não espanhola, portuguesa, holandesa ou francesa –, ainda que Américas britânicas. De um modo geral, a fim de descrever elementos essenciais desse processo, podemos afirmar que a esmagadora população inglesa que criou e organizou as colônias inglesas, ou a partir de 1707, as colônias britânicas na América, levou consigo para seus novos lares reivindicações explícitas e profundamente arraigadas à cultura que deixaram para trás e à identidade nacional implícita nessa cultura. Em todos os lugares que foram colonizar, manifestaram sua poderosa vontade de expressar e preservar sua identidade inglesa por meio da reordenação das paisagens físicas e culturais existentes segundo diretrizes inglesas, impondo-lhes padrões ingleses de ocupação de terra, organização social e econômica, práticas culturais, assim como sistemas políticos, legais e religiosos, e tornando a língua inglesa a sua língua oficial. Isso ocorreu também naquelas regiões ocupadas por colonos, como os puritanos de Massachusetts, que aspiravam a aprimorar as instituições inglesas. Esse impulso anglicizante, longe de se deixar esmorecer pela importação contemporânea de um grande número de Africanos e por uma imigração em larga escala de pessoas de outras partes da Grã Bretanha, da Irlanda, França, Alemanha e outras regiões da Europa, parece de fato ter sido reforçado durante as décadas posteriores a 1740, quando recrudesceram as comunicações e os contatos comerciais entre as colônias e a Grã Bretanha; impulso também foi acirrado pela importante participação das colônias nas guerras imperiais, entre 1739 e 1763, contra a França e a Espanha, católicas e supostamente despóticas. Provavelmente em nenhuma época durante todo o período colonial, o patriotismo e o nacionalismo britânicos foram mais intensos do que ao fim da Guerra dos Sete Anos.

Não obstante, para os colonos ingleses e seus descendentes, diversas condições atuaram durante os longos anos do período colonial para tornar problemáticas suas reivindicações à identidade inglesa, exarcebando também a urgência de tais reivindicações em meio a imigrantes e seus descendentes. Dentre esses fatores ressalte-se a grande distância física entre os colonos e a Inglaterra; os contrastes culturais e sociais, especialmente durante as primeiras décadas da colônia, entre as simples e toscas sociedades que estavam construindo face à sociedade de origem, infini-

tamente mais complexa e mais polida; sua situação nas fronteiras mais longínquas da civilização inglesa, entre populações que se lhes pareciam pagãs, bárbaras e selvagens; a presença, senão a preponderância, entre eles de povos estranhos, como ameríndios e posteriormente, africanos; o modo como se apoiaram em novas instituições, como a grande lavoura e a escravidão de base racial; seus permanentes conflitos com a Mãe Pátria sobre o seu direito, enquanto colonos, às leis e aos privilégios ingleses; e, talvez, mais importante de tudo, a tendência geral entre as pessoas das ilhas britânicas de enxergá-los como "outros" que deixavam muito a desejar no que tange aos padrões metropolitanos.

Os colonos se apercebiam de modo amargo do caráter problemático de suas reivindicações à identidade britânica quando se defrontavam com as questões pendentes, entre as colônias e a Grã Bretanha no período de 1764 a 1776. No fundo, os colonos se opunham à cobrança de impostos e à interferência em seus assuntos internos, sem seu consentimento, uma vez que tais medidas eram contrárias aos direitos e às proteções legais tradicionalmente desfrutadas por britânicos livres ou "independentes" — assim pondo em questão sua identidade enquanto população britânica. Suas objeções ruidosas, que alcançavam muito além das colônias revoltosas e se faziam ouvir na Nova Escócia, nas Antilhas Ocidentais e nas ilhas do Atlântico, proclamavam como ainda era importante para eles manter aquela identidade. De fato, o que veio a ser conhecido como a Revolução Americana nasceu em parte da resistência colonial àquelas medidas, e deve ser compreendida como um movimento dos colonos britânicos para assegurar o reconhecimento de sua identidade britânica por parte da Mãe Pátria e provar para eles mesmos que eram merecedores de tal identidade. Antes do inverno de 1775-76, quando o desejo pela independência generalizou-se, a união entre as colônias era pouco mais do que um meio para tal fim. Separadamente, tinham pouca esperança de resistir à força naval e militar metropolitana.

A identidade compartilhada entre os colonos enquanto britânicos nascidos livres e protestantes, por mais importante que fosse, co-existia com uma série de identidades coloniais. Ao longo dos anos, cada colônia, enquanto entidade social e política separada e semi-autônoma, desenvolveu uma identidade corporativa específica. Com raízes em um espaço físico particular, expressava-se como uma forma de organização sócio-econômica específica, ampliada, modificada e refinada por décadas de experiência coletiva, e internalizada por diversas gerações de *crioulos* e imigrantes; essas identidades coloniais, e as lealdades e compromissos a elas associadas, já haviam se tornado profundamente arraigadas na época da Revolução americana.³

Se os colonos compartilhavam de uma identidade britânica comum, ela existia em toda parte em simbiose com outra identidade que tinha base regional e social, historicamente fundamentada, explicada e justificada, culturalmente transmitida de uma geração a outra, e prescritiva. *Britânico*, portanto, era uma categoria dotada de várias subcategorias. Ser da Virgínia era diferente de ser da Pensilvânia ou de Rhode Island. Se os colonos norte-americanos assumiram uma resistência política a fim de defender suas reivindicações a uma identidade britânica, eles também trouxeram para essa resistência as suas identidades provinciais bem desenvolvidas e profundamente arraigadas, com as quais se sentiam confortáveis, das quais se orgulhavam e pelas quais poderiam se tornar extraordinariamente comba-

3

Para uma elaboração sobre esse ponto, v. Jack P. Greene, "State and National Identities in the Era of the American Revolution", in Don. H. Doyle and Marco Pamplona, eds., *Nationalism in the New World* (Athens, Ga.: University of Georgia Press, 2006), 61-76, do qual esse e os próximos parágrafos foram adaptados.

tivos. Se ataques sobre seu direito a uma identidade nacional britânica levaram os colonos a resistir, a força de suas identidades provinciais ajuda a explicar porque eles não hesitaram, em 1776, em desistir de sua identidade britânica. Muito antes disso, na maioria dos casos, eles encontraram modos de absorver sua identidade britânica – com sua ênfase no Protestantismo, na liberdade, no domínio da lei, no governo consensual, na civilidade e no comércio – em suas identidades provinciais. Por essa razão, quando os colonos abandonaram o seu vínculo formal com a Grã Bretanha, em vez de abrir mão de sua identidade nacional britânica, reafirmaram seu vínculo, encarando-se como exemplo vivo de suas principais características. Seguros em suas diversas identidades provinciais, os líderes da resistência colonial podiam abandonar a associação com a Grã Bretanha e transformar colônias em governos civis republicanos, sem medo de perder a certeza, antiga e de grande importância psicológica, de serem protestantes nascidos livres e herdeiros das tradições britânicas do governo consensual e do domínio da lei. Por meio da afirmação de suas diferentes identidades provinciais e com a intenção de transferi-las para os novos estados que criaram a partir das antigas colônias, líderes revolucionários por toda parte, efetivamente, apostaram na reivindicação de seus estados como os genuínos repositórios de tudo o que era admirável a respeito da identidade nacional britânica e, desse modo, reiteraram a sua contínua identificação *cultural* com o mundo britânico mais amplo, ao qual estavam vinculados de longa data.

Ao fazer essas pontuações, tenho dois objetivos mais amplos. O primeiro é enfatizar a variedade, a força e a diferença entre as identidades dos estados que se juntaram para formar uma união nacional americana nas últimas décadas do século XVIII. O segundo é reforçar o importante fato de que para além da contigüidade, de uma comunidade de interesses econômicos, políticos e culturais, e de uma experiência compartilhada pelas primeiras gerações na fundação da sociedade e do estado, os elementos comuns dessas diferentes identidades constituíam uma das condições prévias fundamentais, sendo ao mesmo tempo um componente de adesão, para a criação daquela união. Isso equivale a dizer que as sociedades políticas que formaram a união americana foram todas construídas sobre fundações culturais, políticas, sociais e legais britânicas, reformuladas, ao longo do tempo e de diferentes maneiras, em resposta a novas condições e desenvolvimentos.

O que revelam os processos que tenho descrito acerca da natureza da união política americana, formada entre 1774 e 1787, e da extensão dessa união nas gerações seguintes?

A respeito do primeiro ponto, ao longo de toda era revolucionária – e, provavelmente, nos estados fundadores, ainda por várias décadas – as identidades provinciais que esses estados trouxeram para a União representavam a principal forma de consciência política coletiva. Embora os fortes e surpreendentemente difundidos sentimentos de identificação com a "causa comum" de 1774-76 tenham fornecido uma base para a articulação inicial das aspirações para a criação de uma identidade americana mais ampla, tal entusiasmo "nacional", sempre moderado por um reconhecimento da incrível diversidade entre as colônias, foi de curta duração. Já no final do ano de 1776 esse entusiasmo começou a se enfraquecer em face a diversos conflitos entre os estados, conflitos que tanto expressavam, como aguçavam as antigas identidades provinciais, por meio das quais as populações em todos os estados originais continuavam a definir a si

mesmas. A crescente consciência das diferenças provinciais fornecia a base para comparações desfavoráveis e invejas crescentes. Enquanto delegados mediam de cima a baixo os representantes de outras colônias, avaliando-os com desdém, também desenvolviam uma admiração acentuada por aquelas características de suas próprias sociedades provinciais que as tornavam superiores às de outras regiões, reforçando poderosamente as identidades provinciais que haviam levado consigo para a Filadélfia.

Ao mesmo tempo, a rapidez com que os governos estaduais tomaram o poder e estabeleceram sua autoridade efetivamente assegurou que ganhassem intensidade as diferenças provinciais, com todas as identidades específicas que lhes eram características. Com efeito, o heterogêneo estado federal americano, em sua forma inicial, criou uma arena para a reiteração e definição das identidades provinciais de cada estado. O grande apego aos direitos locais, costumes e identidades afetou drasticamente a natureza do governo nacional, determinando que a ligação que as pessoas mantinham com ele seria sempre secundária em relação à ligação anterior que possuíam com seus próprios estados. Dadas essas atitudes, é pouco surpreendente que os Artigos da Confederação, com os quais o Congresso eventualmente concordou, tenham relegado o equilíbrio da autoridade aos estados. A vontade esmagadora de manter as independência e identidades particulares dos estados determinou que o governo nacional além de ter poderes limitados, despertasse pouca afeição em meio aos Estados Unidos como um todo.

Os governos nacionais que presidiram durante os períodos da guerra e da Confederação eram muito fracos, por demais submissos aos estados e bastante distantes das vidas das pessoas para gerar um sentido de identidade coletiva forte o suficiente para desafiar as identidades dos diferentes estados. Formada nas sombras daquelas identidades mais antigas e infinitamente mais imediatas e coexistindo com elas, a identidade nacional americana permaneceu embrionária e superficial. As múltiplas expressões literárias e culturais do patriotismo americano, durante e depois da Revolução, são enganosas. Na heterogeneidade nacional do novo governo civil americano, as identidades estaduais predominaram por muito tempo.

A fim de compreender, nas suas dimensões mais amplas, a natureza da identidade coletiva no início da república, os historiadores precisam tomar uma posição em relação às suas raízes coloniais e variantes provinciais. As poderosas identidades estaduais herdadas da era colonial, e as arraigadas lealdades, costumes e preconceitos provinciais que lhe eram peculiares representaram um desafio formidável para aqueles que esperavam criar uma união nacional duradoura. A união precária e contingente improvisada perante a guerra em 1775-76 pouco contribuiu para fomentar uma identidade nacional rival, sendo que a constituição de 1787 forneceu uma estrutura em que identidades estaduais podiam facilmente co-existir com um emergente sentimento nacional americano e até reter muito de sua vitalidade.

Para chegar ao meu último ponto, o que os processos que tenho descrito sugerem sobre a crescente União Americana que emergiu em associação à nação americana estabelecida em 1787-88. Como podemos concluir a partir do trabalho dos pós-colonialistas, o processo colonial de maneira alguma se encerrou com a formação de entidades nacionais nas Américas.⁴ De fato, nos Estados Unidos e no Canadá, esse processo se intensificou com a colonização de vastas novas áreas no continente, enquanto enxames de povoadores colocavam novas regiões sob seu

4

Esses e os próximos temas foram elaborados com maior profundidade em Jack P. Greene, "Colonial History and National History," *William and Mary Quarterly*, no prelo.

controle e , nesse movimento, expulsavam ou confinavam a enclaves indesejáveis milhares de indígenas, fazendo uso intenso, onde quer que fosse legalmente possível e rentável, de mão-de-obra afro-descendente. Nessa perspectiva, parece que a história nacional representou apenas uma extensão da história colonial. Foi uma história de expansão na qual os povoadores, sobremaneira negligentes das vidas e direitos daqueles que não compartilhavam sua cultura e nem se pareciam com eles, precipitaram-se a açambarcar novas áreas prontamente colocadas sob seu controle. O que poderia ser mais acintosamente colonial?

Nem esse processo colonizador nem a lógica que o sustentou, mudou muito no momento da criação dos Estados Unidos. Ao invés, a expansão nacional representou uma continuação da expansão colonial, processo comandado por um Estado americano fraco, no lugar de um Estado britânico fraco. Como no período pré-independência, a maior parte da iniciativa permaneceu nas mãos dos próprios povoadores. Eles se espalharam por novos territórios, tomaram a iniciativa de expulsar as populações indígenas, introduziram a escravidão onde fosse legalmente e economicamente factível, demandaram agressivamente o estabelecimento de sistemas de lei e governo com os quais fossem familiarizados, e construíram governos, tão claramente distintos uns dos outros quanto haviam sido as colônias nos seus primórdios. Com certeza, o governo nacional americano, ele mesmo fruto de muitos governos parcialmente amalgamados, foi mais favorável ao processo colonizador do que o estado britânico jamais havia sido, e a colonização após 1790 cada vez mais adquiriu os tons de um destino nacional *Americano*. Em seu cerne, contudo, esse colorido pouco diferia do nacionalismo colonial britânico que os povoadores expressaram quando foram lutar para resgatar o continente dos despóticos e católicos franceses ou espanhóis.

Estou sugerindo que os novos estados do Kentucky, Ohio, Iowa, Texas, Oregon — e todos os outros — foram desdobramentos de um contínuo processo colonizador. Se começássemos a pensar nesses novos estados como colônias de povoadores, ao invés de produtos dos Estados Unidos, e pudéssemos reconsiderar a história do Estado como a história da formação de governos civis em locais onde, como nas antigas colônias, os povoadores fundaram novas sociedades com uma vida coletiva, girando em torno de padrões sociais comuns, de uma vida pública compartilhada, da criação e funcionamento de estruturas legais locais e com diferentes identidades de grupo, como tudo isso viria a reformular nossa compreensão da história nacional americana? Essa reformulação, sugiro, produziria uma história muito mais complexa - e interessante -, uma história que teria como foco não apenas as atividades coletivas dos americanos existentes em nível nacional, mas também os desdobramentos de uma variedade de governos civis grosso modo auto-governantes e seus relacionamentos com o fraco estado federal. Isso talvez produzisse uma genuína história *federal*, ao invés de uma história focalizada no *nacional*, como nos manuais de ensino, na qual estamos confinados ao presente, uma história que reconhecesse que a soma das partes é muito maior do que o todo, e que, a despeito de sua estrutura formal republicana (ou talvez justamente por sua causa), o estado americano, tal como outros estados modernos em sua fase inicial, era um frágil amálgama de partes heterogêneas, sendo que cada parte desse conjunto desfrutava de um vasto campo de autogoverno e em geral perseguia seu próprio destino, tal como definido pela população local. Nesse caso, a experiência nacional americana, tal como anteriormente a experi-

5

Esse tema foi muito explorado por Jack P. Greene. "The Cultural Dimensions of Political Transfers: An Aspect of the European Occupation of the Americas", ensaio inédito.

ência colonial, consistia principalmente em uma coleção de experiências locais desempenhadas por meio de uma variedade de políticas semelhantes, porém distintas entre si.

A chave para entender essa impressionante extensão da perspectiva colonial na era nacional, como se fora uma colonização da história nacional americana, está no governo e na lei. Que estruturas legais foram criadas, e por quem? Como as pessoas nessas novas sociedades teriam constituído a autoridade e como dela fizeram uso a fim de modelar as sociedades e culturas que queriam criar? Como agiram ao se depararem com sistemas legais (de estilo europeu) já em funcionamento em governos com longas vivências de ligação a diferentes culturas e sistemas legais?⁵ Quais eram a natureza e as variações que adquiriam essas identidades coletivas locais, formadas através do processo de convivência em uma mesma ordem civil e sob as mesmas e diferenciadas leis locais? Como essas identidades estaduais tão arraigadas e diferentes afetaram a identidade nacional americana? O que significava para as pessoas terem identidades coletivas paralelas, estaduais e nacionais? Essas são apenas algumas das muitas questões difíceis e, portanto, profundamente motivadoras que podem aparecer se começássemos a dar aos estados maior peso na construção de uma história nacional mais abrangente. Nesse empreendimento, os estudiosos da história colonial terão que tomar a dianteira. Nós somos os únicos que observamos mais de perto, ainda que não perto o suficiente, o começo dessa história.

Ao focalizar minha área de especialização, esse ensaio não foi explicitamente comparativo. Mas consistiu em um esforço para usar a experiência das colônias britânicas a fim de identificar alguns conceitos e processos gerais que podem ser úteis para analisar a história de outras colônias de povoamento estabelecidas nas Américas durante o início da era moderna. E com base nessa análise poderíamos aventar uma série de proposições a serem testadas.

Em primeiro lugar, a de que participantes individuais – negociantes, povoadores, soldados e missionários, por vezes organizados em expedições, em companhias de comércio, em ordens religiosas, ou famílias –, e não autoridades governamentais ou burocratas, foram agentes pioneiros da expansão europeia e da transformação de espaços culturais e políticos indígenas em locais europeizados.

Segundo, a primeira geração de ocupantes europeus – os grupos fundadores – determinou em grande parte os contornos da vida econômica, social, política, legal e religiosa em toda nova colônia ou província.

Terceiro, esses grupos fundadores e seus descendentes, tomados pelo desejo de manter seu vínculo com a cultura metropolitana da qual provinham e para ganhar o respeito dessa cultura, exibiam um poderoso impulso mimético que os levava a transplantar a cultura metropolitana para seus novos locais de moradia.

Quarto, nesse processo de transmigração, cultural os grupos coloniais acharam necessário reformular, isto é, *crioulizar*, a cultura metropolitana de maneira a adaptá-la às condições físicas locais e às emergentes estruturas sócio-econômicas e padrões de ocupação e de uso de terra, tornando-a capaz de acomodar e controlar populações de diferentes formações culturais.

Quinto, os processos conjuntos de transmigração e *crioulização* produziram notáveis variações culturais, ao longo do tempo e do espaço, em resposta às mudanças das condições históricas em meio às esferas de colonização europeia.

Sexto, tais variações — assim como suas semelhanças — podem ser mais bem compreendidas através do estudo das mudanças nas identidades corporativas.

Sétimo, o âmbito mais promissor para tais estudos é aquele da colônia ou província, no qual a experiência coletiva dos habitantes tomou forma primordialmente através da reorganização da paisagem, construção da ordem civil, ordenação institucional, formulação e aplicação de leis, e a estruturação das sociedades

Oitavo, essas unidades provinciais se tornaram os principais locais de negociação da distribuição de autoridade entre o centro e as periferias dos impérios nacionais.

Nono, os duradouros redutos culturais formados nessas unidades provinciais tornaram-se normalmente poderosos motores para a expansão geográfica rumo a novas províncias, que, por sua vez, resultaram na criação de novas entidades civis com suas próprias identidades corporativas, construídas por meio dos mesmos processos ocorridos nas províncias mais antigas.

Décimo, o tipo de colonialismo representado pela transformação de regiões do Novo Mundo em unidades europeizadas, mesmo que parcialmente, não terminou com a conquista da independência.

Décimo primeiro, havia fortes continuidades entre o colonialismo pré-nacional e pós-nacional em termos da construção de entidades políticas e à formação identitária que lhes era peculiar.

Décimo segundo, após a independência, assim como antes, a vida pública continuou centrada nas províncias e não na nação.

Décimo terceiro, muito depois da ruptura dos vínculos imperiais e da formação de governos nacionais, freqüentemente federativos, as identidades provinciais existentes continuaram sendo a forma primordial de identidade corporativa.

Décimo quarto, a construção de histórias nacionais tem agido no sentido de obscurecer tanto a importância duradoura da província como coletividade política, quanto a fraqueza da identidade nacional.

Décimo quinto, a ênfase em *estilos* nacionais de formação colonial tem obscurecido o estudo das comunidades através do tempo, espaço e cultura.

Se essas hipóteses, tiradas principalmente do meu próprio estudo sobre a América Britânica colonial, podem ser úteis para organização da investigação histórica em outras áreas culturais, isso fica a cargo de especialistas de tais áreas.

TRADUÇÃO: Liana Driga

Revisão: Monica Duarte Dantas

Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America

Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas

Jack P. Greene
Johns Hopkins University
(Baltimore, EUA)

Few developments have had a greater impact on the *social organization* of the globe than the movement of peoples outward from Europe beginning during the early modern era. At first moving west and south into the Americas and south and east into Africa and Asia, they inaugurated a movement of peoples and cultures that during the nineteenth century extended through Siberia, Australia, Oceania, and Africa. Moving as explorers, traders, mariners, soldiers, prospectors, missionaries, and settlers, these Europeans never represented more than a small fraction of the population of any European cultural area, even those areas—Iberia and the British Isles—which contributed most substantially to the initial population flow. Yet, their numbers were sufficient to make them the agents of a fundamental transformation in human history. In the Americas, their disease pathogens altered the human landscape by decimating the indigenous populations, and their hunger for precious metals, land, and other resources reduced native empires to subaltern status as adjuncts, subjecting the imperial peoples to labor in plantations, ranches, and mines, while driving the less settled peoples deeper into the interior. The Europeans' ravenous demand for labor was the driving force behind the development of a destructive transoceanic trade that brought millions of enslaved Africans to the New World and deeply affected social and political relations within Africa. New trades and flows of products greatly stimulated the economies of western Europe, providing stimulus for domestic economic developments and for the expansion of commerce that by the second half of the nineteenth century would bring Europe to a degree of world economic and political domination never before enjoyed by any segment of the world's population.

The current rage for Atlantic studies has focused historical attention upon the ways these developments refashioned the broader *Atlantic* world. As my colleagues at Johns Hopkins and I quickly discovered when we started the first formal doctoral program in Atlantic history and culture in the late 1960s, neither the flows of people, goods, and cultures, nor the social processes that characterized the expansion of Europe were ever confined to the Atlantic. From the beginning these developments had a global reach—into the Indian and Pacific Oceans and the littorals surrounding those oceans—and that reach became ever more extensive and intrusive over the centuries. Nevertheless, the Atlantic basin continues to provide a useful and manageable arena for the study of this expansive process during its first three centuries.

My own expertise is limited to just one part of the Atlantic basin, the part that is known among North American academics and their intellectual

1

Jack P. Greene and J. R. Pole., eds., *Colonial British America: Essays in the New History of the Early Modern Era* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1984).

auxiliaries as *early America*. For two reasons, I have never found this term satisfactory. First, it is unthinkingly imperial, yet another example of the uncritical expropriation of the term *America* to refer to just a portion of the hemisphere. Nor does the more recent trend to think of "early America" in more inclusive terms render it any the less imperial, because that usage still mostly refers only to those areas that would subsequently become part of the American nation. Second, it is far too vague and general to foster effective critical usage. There was never just one but a great many early Americas, before and after the early modern era. Precisely to address this problem explicitly, Jack Pole and I in the early 1980s used the term *colonial British America* as the title for the volume of essays we organized and edited on the then state of the field.¹ We intended this usage to make clear both that the subject matter of the volume was the broad cultural area that was nominally British, that is, associated with or in alliance with Great Britain and, as I spelled out in several later essays, that colonial *British America* was one of many early modern Americas, including Hispanic, Portuguese, French, Dutch, Swedish, Danish, Russian, and of course countless indigenous Americas. Unless the subject matter of *early America* is parochially reduced to nothing more than the *pre-history* of the United States, a tendency against which I have been battling for most of my professional life, any comprehensive history of *early America* would obviously require consideration of the history of all of these many culture areas.

Of course, we have known for generations that none of these entities was composed exclusively of people from the nation with which it was associated. We have known, for instance, that Hispanic America contained many Portuguese and Flemish emigrants as well as vast, largely self-governing, and settled republics of Indians; that the British Empire included thousands of German, French, Irish, and Jewish emigrants; and that Dutch American settlements were similarly polyglot. For an even longer time, we have known—even if most historians chose to ignore it—that Africans constituted large portions of the emigrant and settled populations throughout the Americas. The heterogeneity of these populations and the mixtures that invariably resulted should long since have called into question the adequacy of any scheme of nomenclature that would imply national demographic homogeneity. For British America over the past generation, many fine studies of the non-English populations, whether of European, African, Amerindian, or mixed descent, have emphasized the extent to which these groups managed to hang on to important elements in their inherited cultures and have thereby added even more saliency to the question of who composed "early America."

The problem that now confronts historians of early modern America is whether the use of such national or ethnic identifications is any longer of much use, and my intention in this talk is to make the case that they are not only still useful but absolutely essential to any effort to understand the transformation of the Americas during the early modern era. In particular, in reference to the British colonies, I propose to make a case for the continuing utility of the phrase Jack Pole and I adopted for our volume in the early 1980s, *colonial British America*.

I want to make it clear at the outset that this advocacy is not meant to excuse the Anglocentrism that has often characterized versions of America's colonial past, much less to repeat or extend it. On the contrary, as a life-long enemy of all sorts of "centrism," whether of the national,

local, religious, ethnic, racial, class, or gender variety, I believe that the most important achievement of my generation of scholars of colonialists was to break out of such boxes and to underline the need for what the *Annalistes* called an *histoire totale*. Accordingly, I begin with the assumption that we need to find a place for all the peoples involved in the transformation of the Americas. The concept *colonial British America*, as I define it, does not imply the irrelevance of those participants who were not British. The continuing presence of indigenous peoples, the increasing number of people of African descent, the growing number of non-British European immigrants, the incorporations of new populations of European, African, and Amerindian descent from the other Americas as a result of war and conquest, and the formation of new social entities in frontier and border areas—all represent an important part of that story.

What I do wish to do by using the concept *colonial British America*, at least in the first instance, is to call attention to and to emphasize the enormous disparities of power inherent in the early modern colonial situation. Even during the long era in which historians uncritically bought into historical constructions, themselves artifacts of the colonial era, that stressed the achievements of settler populations, scanting the effects of those achievements upon other segments of the population and largely ignoring the important roles played by those other segments, historians were always at least implicitly aware of the disparities in power in the transformation of the Americas. Indeed, historical studies operated within a paradigm of power according to which whatever entity had the most power was the most worthy of historical study. In this respect, historians differed profoundly from literary scholars who seem only in the last generation to have taken an interest in the role of power in the formation and operation of cultures. Notwithstanding their late entry into the game, however, literary scholars through the medium of what has come to be called *postcolonial studies* have been most responsible, in my view, for underlining and bringing to the forefront of historical investigation the profound discrepancies of power that are inherent in colonial situations. Perhaps, as I have often heard it said, they have not told historians much that they did not already know, and that certainly is true of those post-World War II historians and other social analysts whose works focused on the effects of decolonization in Africa and Asia and the lingering effects of the colonial experience upon the formerly colonized. Over the past generation, however, the efforts of literary scholars have been critical in attaching new meanings to old historical knowledge, in developing a fuller and more explicit appreciation of the nature and social effects of colonialism, and in undermining or challenging the assumptions that had long inhibited so many historians from developing a similar appreciation.

Postcolonial theory, however useful, cannot be applied uncritically to the study of the early modern colonial Americas. Its practitioners have primarily developed it from, and applied it to, the study of nineteenth- and twentieth-century colonialism in which the colonizers never constituted more than a small fraction of the populations of densely occupied "colonies of exploitation," only infrequently applying it to colonies composed of and dominated by large numbers of settlers. To cite a few examples, in settler colonies the dominant settler population may have been the *colonizers* in their relationships with neighboring indigenous populations, but in their relationship to the metropolitan societies to which they were attached they

were also the *colonized*. Similarly, those indigenous groups who remained outside the settler colonies and resistant to the cultural influences of the settlers were scarcely part of the *colonized*, at least not before their displacement and subjugation. The same is true for those self-governing republics of Indians in Hispanic America which paralleled the republics of Spaniards without coming under the immediate political control of Spanish settlers. Then, there is the question of the masses of non-indigenous enslaved peoples who were forcibly brought into areas of settler control. They were certainly victims of colonialism but were they part of the *colonized* and if so, in what sense?

Despite these terminological problems, the fundamental point that we can draw from the work of the postcolonialists remains valid: namely, that within settler colonies the settlers—the colonizers—quickly came to exert the overwhelming preponderance of power. Of course, this is not to say that that power was neither resisted nor contested. One of the most prominent developments in the historiography of this generation and the former has been the recognition that in almost every set of social or political relationships, even those among masters and slaves, that those traditionally regarded as power-less have had at least some room for maneuver, and that the power-ful have often found it advisable to negotiate their authority with them. To whatever extent this preponderance of power was subject to negotiation, however, its existence is undeniable, and that existence raises the larger questions of how settlers managed to acquire it, how they expressed it, and to what effect. By what process did they go about transforming an indigenous America into a colonial *British* America? These are the questions I propose to deal with in this paper.

To some important extent, settler power derived from superior numbers. As settler population increased, spread through the countryside in any colony, and reorganized existing landscapes, it quickly came to play a predominant role within those landscapes. Yet, simple numerical preponderance was unnecessary for the English/British to establish their supremacy. In several West Indian colonies and in lowcountry South Carolina, free settlers constituted a majority of the emigrant population for only a few decades. Yet, they were still able to establish and maintain their supremacy over the political societies they established there. So it was not just numbers of people but the goals those people brought with them and their success in achieving them that were chiefly responsible for the extraordinary defining power they managed to exert in their new societies. Mostly, if not overwhelmingly English, the settlers of the earliest colonies—in the Chesapeake and New England and in the Atlantic island of Bermuda and the West Indian islands of Barbados and the Leeward Islands—came with the intention of establishing provincial societies along English lines. In later colonies, the proportion of English emigrants was smaller but still sufficient to enable them to pursue the same goal. Conquered colonies fell into a special category. In those in which most of the established settlers left with the arrival of the English, including Jamaica in 1655, and East and West Florida in 1763, English immigrants had a relatively free hand to do what they wanted. But in those in which the majority of established settlers remained behind—and this was the case with New York, New Jersey, and Delaware—English newcomers were no less determined to render their new homes English but it took them several decades and substantial concessions to reach this goal. Conquered colonies to which

English immigration was initially slight, such as Nova Scotia, represented a special case that proves the rule. Without English settlers pursuing the goal of creating English societies, Nova Scotia remained an essentially French colony until British settlement there began in earnest after 1748. With an already dense population of French people and only a small number of British immigrants, Quebec remained an essentially French settlement with French laws and a French civil and religious establishment. Wherever English settlers came to dominate the public life of a colony, however, they, operating under broad constraints set down by a weak, distant, and often negligent metropolitan government with little capacity for coercion, became the central agents of turning indigenous into British Americas.

This is to say that most of the agency in the construction of the new polities that comprised early modern empires rested in the hands of the settlers themselves. They settled and reconstructed the new spaces, creating the economic and household structures that enabled them to live in those spaces, and their agents--in the form of representatives and magistrates--largely fashioned the systems of laws and governance that enabled them to regulate social and economic interactions and to govern the acquisition and circulation of property in land, slaves, and material goods. Of course, they were not entirely free agents in this process. In particular, they were restricted by their metropolitan legal and cultural inheritance. In the English colonies, this meant that they were reproducing variants of the common law cultures they had left behind, cultures that, varying from one political entity to another according to local custom, gave them enormous flexibility in adapting the law to local conditions while at the same time marking them as resolutely, even militantly, English.

To the extent that they had any qualms about what they were doing to local indigenous peoples and to Africans, settlers justified their behavior in terms of the story they constructed to explain the larger meaning of their lives. According to that story, which was the same throughout the English and many other parts of the newly colonized worlds of the Americas, they were engaged in a noble enterprise: the bringing of previously improperly exploited territories into a cultivated state. They were constructing outposts of European civility and thereby beginning the work of bringing civilization to a vast new world. This ennobling--and enabling--story provided the rationale for the wholesale expansion of settlement throughout the colonial era, as settlers rushed to establish new political units to bring law and governance wherever they went. The spread of settlement thus represented an astonishing spread of culture as frontiers rapidly became backcountries and backcountries quickly developed into forecountries.

A particularly interesting approach to the study of this broad cultural transformation is through the study of identity: what did English/British colonists do to make their new political societies English or British--and why was that process important? Difficult as it may be to understand now, the study of identity, or character, carried relatively little legitimacy among historians as short a time as a quarter of a century ago. To be sure, scholars in American studies after World War II exhibited a strong interest in studying the American character, and the psychologist Erik Erikson produced an intriguing and influential essay on American identity in the 1950s. But relatively few historians followed suit, regarding such questions as fluff, subordinate to the political, economic, intellectual, and social questions that then lay at the center of the historical enterprise.

My own interest in such questions dates back more than half a century to the early 1950s when, as a young researcher in London, I found myself fascinated by one of the central features of the chorographies, histories, and travel accounts emanating from the early colonies, which I was then reading for the first time: invariably, they included sections, and often substantial sections, on the *character* of the place and the people that the authors were describing. But I did not seriously nor systematically pursue this fascination for another twenty years until I received an invitation to give a set of three lectures in southern history at Mercer University. I was then deep into the study of various features of the development of British plantation colonies, and I decided to give my lectures on the changing corporate identity of three plantation colonies, Virginia, Jamaica, and South Carolina, during the seventeenth and eighteenth centuries. My working title, *Paradise Defined*, was intentionally ironic. These lectures were pretty crude. But in the process of putting them together and later trying—so far unsuccessfully—to expand them into a book, I had to confront a number of questions about the study of corporate identity, and I made a number of significant discoveries, some of which I want to share with you here.

Identity, by which we mean how individuals or collectivities identify themselves to themselves and to others and how others identify them, can be studied on a variety of levels and through a number of different strategies. It can be studied on an individual level and on any of the many other levels on which people organize themselves into collective or corporate entities. Not only every individual but every family, every kinship group, every congregation, every club, every community, every polity, every language group, every denomination, every province, every nation has an identity to which a sufficient number of members conform enough of the time to give it some credibility—and utility. The specific kind of identity that interested me was the corporate identity of colonies, in colonial British America during the seventeenth and eighteenth century, particularly in the three colonies I treated in my original lecture and in Barbados, which I added to the project later.

My first discovery was that each of the colonies I was treating had a distinctive identity and that that identity changed over time. All four places shared several common attributes: they shared a common English/British social, cultural, political, and legal heritage and a Protestant religious heritage, they were incorporated into the same extended polity, they were located in tropical or semi-tropical places, they developed plantation agricultural systems based on unfree white and enslaved black and indigenous labor; a large proportion, if not a majority, of their populations consisted of enslaved people; each place developed valuable export trades to the British isles and elsewhere; their dominant populations shared common economic, social, and political objectives; and they were highly successful economic enterprises. Indeed, metropolitans thought of them as Britain's four most valuable colonies. Yet, they constructed demonstrably different identities for themselves. Obviously the product of generations of living and acting together within the same polity, the distinctiveness of these identities was so pronounced as to render highly problematic any effort to talk about a mainland identity among British North American colonies or a general West Indian identity.

Notwithstanding these differences in outcome, the process of identity formation in these new societies—and this was my second important

2

I have treated this subject at greater length in Jack P. Greene, "By Their Laws Shall Ye Know Them": Law and Identity in Colonial British America," *Journal of Interdisciplinary History*, 33 (Autumn 2002), 247-60.

discovery—was remarkably similar, and it involved three overlapping stages. Early on, as I pondered what strategy to pursue in investigating my project, I figured out that one might approach the study of identity either through the laws these societies made for themselves or through the contemporary discursive literature emanating from and about them. In many ways, I have subsequently decided, the first approach may well be the better one. Probably nothing reveals a political society's identity, changing over time, so fully as its laws and the judicial actions taken to enforce those laws. Law is the result of the collective action of the lawmakers, who, in the societies under consideration, were representative of the independent people in them, and the laws both represent the values of those independent people and reveal the behaviors by other segments of the population that to some extent provoked those laws.² Perhaps largely because I first identified the subject and defined the parameters of the project through extensive reading in the discursive literature, however, this is not the approach I chose. This decision turned out to be a useful one because changes in the nature of the discursive literature enabled me to identify the three phases in the creation of colonial corporate identities.

In the first phase, the literature concentrated heavily upon describing the physical spaces a given colony was to occupy and on developing proposals for the effective use of that space. Travel reports, sometimes masquerading as histories, and promotional tracts sought to describe and to evaluate for metropolitan readers the nature of the land, the vegetation, the indigenous peoples, the rivers and streams, the harbors, the wildlife, the rainfall, and the climate. They speculated about what products then in demand on the eastern side of the Atlantic might be produced there and imagined how that peculiar physical space might be adapted to English designs. If they often discussed the perils that made life difficult or uncongenial to English people, they tended to emphasize the promise that would make colonization attractive to prospective investors and immigrants. The longer a colony took to develop, the longer this first phase persisted. Relatively short in Barbados, it extended far longer in Virginia, Jamaica, and South Carolina.

In the second phase of identity formation, the focus of contemporary literature, which often took the form of chorographies or histories, shifted from what could be done in a particular physical space to what the settlers had or had not done to render them productively recognizable English places. The principal emphasis in this literature, in other words, was no longer upon a colony's physical attributes, though these were never ignored, but upon the social, economic, cultural, and political changes wrought by the settler population. The authors of this literature, creoles and assimilated immigrants, took pride in and examined in detail the extent to which settlers had been able to adapt English social and cultural practices—including patterns of land occupation, layout of urban, village, and rural settlements, land use, modes of economic production and distribution, family and household structures, housing, domestic and animal husbandry, diet, clothing, political and religious organization, and, perhaps, most important of all, legal structures—to the physical conditions they had encountered in their new places of abode. With few exceptions, they celebrated these adaptations as evidence of the substantial *improvements* that they and their ancestors had wrought upon the social landscapes they had seized from the indigenous inhabitants. In the process, they took the

first steps in creating the rationale by which their descendants and later generations of immigrants would expand around the continent or on to other islands, seeing themselves as engaged in a massive civilizing process by which formerly unproductive and unorganized land was transformed into productive and organized entities along European lines. Often, this literature was exhortatory, urging settlers on to efforts that would more fully realize the physical potential of a given colony and eliminate those features that cast doubt upon the depth and extent of their Englishness.

This focus upon depicting a colony as an improved, improving, and still improvable place, with the definition of improvement resting heavily upon English models, continued into the next stage of identity formation. In this third stage, however, the emphasis shifted to an articulation of the specific emerging identity of the colony and its peoples (principally of course its free peoples). The claim of the authors of the chorographies, histories, and other descriptive literature produced by settlers and their auxiliaries in this third phase was that each of these ostensibly British places had achieved a settled identity of its own, a distinctive identity growing out of and interacting with its specific physical space and the character of the society that had developed there through the collective activities over generations of the people who had resided there and made a history together. This distinctive identity, they suggested, both identified the place and distinguished it from all other similar entities. The implicit suggestion in the commentaries and works that illustrate this third phase of identity formation was that the earliest generations of settlers may have started out trying to recreate little Englands in the Americas, but in every case they had wound up *reformulating Englishness* to suit the specific conditions they had found or created in each province. Evident in just about every aspect of their lives and societies, the process of reformulation, these writers suggested, had wound up creating distinctive provinces with distinctive identities. Moreover, the claim of these writers was not only that a given colony had become a distinctive corporate entity unlike any other similar entity in the British world but also that its residents had become a distinctive people unlike the British people who lived anywhere else. If they had once been all (or mostly) English, they were now Virginian, Barbadian, Jamaican, or South Carolinian variants of English.

But making the case for provincial distinctiveness did not require the rejection of English/British standards and models. The residents of the four colonies had a number of features in common. Building on the achievements of their forebears, they all shared the experience of founding and developing new British entities in the New World. While maintaining a connection with Britain, they also shared the experience of interacting with peoples among them who were not English: indigenous peoples in Virginia and South Carolina, and African peoples in all four colonies. Most of all, however, they shared an identity as English people overseas with a profound reverence for all the characteristics that that identity was thought to entail, including a deep attachment to English forms of consensual governance, to the system of English laws with its emphasis upon the rule of law and the sanctity of private property, to Protestantism, and to the commerce that had long kept them in close contact with the parent society. Indeed, they all saw their provincial identities as variations of this larger English or British identity.

My third important discovery was that two analytically and functionally distinct types of cultural models were at work in the process by which the free settlers in the colonies came to understand who they were. Borrowing from reference group theory, we can call these types of models *normative* and *comparative*. For English colonists, Britain, with its complex and rich culture, provided a normative model from which the founders of the colonies, the charter groups, could draw selectively in their efforts to create offshoots of the Old World in the New and upon which later generations of settlers could model their own schemes for improving their society. Normative models supply standards against which cultural achievements can be measured and social development assessed. In the process of identity formation in colonial British America, however, the mimesis of metropolitan models was always selective. Settlers picked and chose from among the vast store of traits or practices that English metropolitan society provided. Comparative models, which can be either positive or negative, could be used, by contrast, to refer to those people, principally indigenous and African, whose seemingly outlandish deportment and rude and uncultivated behavior provided examples of what settlers hoped not to become. To some extent, non-English residents of the colonies could function in a similar way, while for those colonies situated in close proximity to the colonies of foreign powers, such as South Carolina and Jamaica, the Catholic residents of those places could also function as negative comparative models. Inevitably, of course, the often intimate cultural negotiations that went on between the dominant settler populations and these negative reference groups, these *others*, constituted an important element in the process of reformulating Englishness into distinctive provincial cultures.

My fourth important discovery was that these provincial identities long survived the dismemberment of the British Empire in the 1780s. The American Revolution certainly had an impact upon those identities, providing a new set of heroes and a new frame of reference for the new continental states and a sense of isolation, loss, even impotence among the old West Indian colonies. Provincial identities not only differed one from another over British America, they also changed within themselves over time in response to new conditions. But the core of the identities that had begun to form during the early generations in all four colonies remained intact and important, at least through the 1820s when I ended my study. In Virginia and South Carolina, they survived the incorporation of those states into the American union. In Barbados and Jamaica, they survived the new imperial system that began to emerge in the 1790s and even the metropolitan attack on and eventual elimination of slavery in the early 1830s.

These insights, drawn from a study of four colonies, can, I suggest, illustrate the broad outlines of the process by which colonial settlers and their auxiliaries turned portions of America into a variety of recognizably British—not Spanish, Portuguese, Dutch or French—but British Americas. To describe the essential elements in this process in broad strokes, the overwhelmingly English people who created and organized all of the English or, after 1707, British colonies in America took with them to their new homes explicit and deeply-held claims to the culture they left behind and to the national identity implicit in that culture. Everywhere they went to colonize, they manifested their powerful determination to express and preserve their Englishness by reordering existing physical and cultural

landscapes along English lines, imposing upon them English patterns of land occupation, economic and social organization, cultural practices, and political, legal, and religious systems, and making the English language the language of authority. This was true even of those settlements formed by those who, like Massachusetts Puritans, hoped to improve upon English institutions. Far from being moderated by the contemporary importation of large numbers of Africans and the immigration of significant numbers of people from other parts of Britain, Ireland, France, Germany, and other places in Europe, this anglicizing impulse seems actually to have been reinforced during the decades after 1740 by growing communication and commercial links between the colonies and Britain and by the colonies' important participation in the imperial wars against Catholic, and allegedly despotic, France and Spain between 1739 and 1763. Probably at no time during the colonial era had colonial British patriotism and nationalism been more intense than they were at the conclusion of the Seven Years' War.

For English colonists and their descendants, however, a variety of conditions operated during the long colonial years both to render colonial claims to Englishness problematic and to enhance the urgency of such claims among immigrants and their descendants. These included the colonists' great physical distance from England; the social and cultural contrasts, especially during the colonies' earliest decades, between the simple and crude societies they were constructing and the complex and infinitely more polite society from which they came; their situation on the outermost edges of English civilization, in the midst of populations who to them appeared pagan, barbarous, and savage; the presence, if not the preponderance, in their societies of aliens, in the form of Amerindians and, later, Africans; their frequent reliance upon new institutions, such as plantations and chattel, race-based slavery; their persistent conflicts with the parent state over whether they, as colonists, were entitled to English laws and privileges; and, perhaps most important of all, a general tendency among people in the home islands to regard them as "others" who fell considerably short of metropolitan standards.

Nothing brought home more forcefully to colonists the problematic character of their claims to a British identity than the various measures at issue between the colonies and Britain between 1764 and 1776. At bottom, the colonists objected to being taxed and governed in their internal affairs without their consent precisely because such measures were contrary to the rights and legal protections traditionally enjoyed by free or "independent" Britons--and thus called into question their identity as British people. The vociferousness of their objections, which stretched beyond the revolting colonies to Nova Scotia, the West Indies, and the Atlantic islands, proclaimed the profound importance they continued to attach to maintaining that identity. Indeed, what came to be known as the American Revolution was to a significant degree a direct outgrowth of colonial resistance to those measures and should be understood as a movement by colonial Britons to secure metropolitan acknowledgment of their British identity and to prove to themselves that they were worthy of that identity. Before the winter of 1775-76, when sentiment for independence became widespread, union among the colonies was little more than a means to this end. Separately, they had little hope of fending off the naval and military might of the parent state.

3

For an elaboration of this point, see Jack P. Greene, "State and National Identities in the Era of the American Revolution," in Don H. Doyle and Marco Pamplona, eds., *Nationalism in the New World* (Athens, Ga.: University of Georgia Press, 2006), 61-79, from which this and the next few paragraphs have been adapted.

Important as it was, the colonists' shared identity as free-born and Protestant Britons was always mediated through a set of colonial identities. Over the years, each colony, as a separate and semi-autonomous social and political entity, evolved a specific corporate identity peculiar to itself. Rooted in a particular physical space, manifested in a specific form of socio-economic organization, extended, modified, and refined by decades of collective experience, and internalized by several generations of creoles and immigrants, these colonial identities and the loyalties and commitments associated with them had, by the era of the American Revolution, become powerfully entrenched.³

If the colonists shared a common British identity, that identity thus everywhere existed in symbiosis with another identity that was locationally and socially based, historically grounded, explained, and justified, culturally transmitted from one generation to the next, and prescriptive. *Briton* was thus a category with many subcategories. To be a Virginian was to be different from a Pennsylvanian or a Rhode Islander. If the North American colonists undertook political resistance to defend their claims to a British identity, they also brought to that resistance well-developed and deeply held provincial identities with which they were comfortable, of which they were proud, and about which they could be extraordinarily defensive. If attacks upon their entitlement to a British national identity drove the colonists to resist, the strength of their provincial identities helps to explain why they were not more hesitant in 1776 to give up their British identity. Long before, in most cases, they had found ways to fold their British identity--with its emphasis upon Protestantism, liberty, rule of law, consensual governance, civility, and commerce--into their provincial identities. For that reason, when the colonists abandoned their formal connection with Britain, they did not so much forfeit their national British identity as reaffirm their attachment to and exemplification of its principal components. Secure in their several provincial identities, colonial resistance leaders could relinquish the association with Britain and transform colonies into republican polities without fear of losing their longstanding and psychologically important sense of themselves as free-born Protestant peoples and legitimate heirs to British traditions of consensual governance and rule of law. By asserting their distinctive provincial identities and pointedly carrying them over into the new states they created out of the old colonial polities, Revolutionary leaders everywhere effectively staked out a claim for those states as the genuine repositories of all that was admirable about the British national identity and thereby reiterated their continuing *cultural* identification with the larger British world to which they had so long been attached.

In making these points, I have two larger objectives. The first is to emphasize the variety, strength, and distinctiveness of the identities of the states that came together to form an American national union during the last quarter of the eighteenth century. The second is to underline the important fact that in addition to contiguity, a community of economic, political, and cultural interests, and a shared experience in society and state founding over earlier generations, the common British elements in these distinctive identities formed one of the principal preconditions for and adhesive elements in the creation of that union. Which is to say that the political societies that formed the American union were all built upon British cultural, political, social, and legal foundations as they had been

reformulated in different ways over time in response to new conditions and developments.

What do the developments I have been describing may have to tell us about the nature of the American political union formed between 1774 and 1787 and the extension of that union over the next few generations.

As to the first point, throughout the Revolutionary era--and in the founding states probably for several decades thereafter--the provincial identities those states brought with them into the union represented the principal form of collective political consciousness. Although the strong and surprisingly pervasive feelings of identification with the "common cause" in 1774-76 provided a foundation for the early articulation of aspirations for the creation of a broader American identity, such "national" enthusiasm, always tempered by recognition of the incredible diversity among the colonies and was of short duration. Already by late 1776 it had begun to weaken in the face of a variety of conflicts among the states, conflicts which both expressed and sharpened the older provincial identities by which people in all the original states continued to define themselves. This growing awareness of provincial differences provided the foundation for unfavorable comparisons and growing jealousies. As delegates sized up representatives from other colonies and found them wanting, they also developed an enhanced appreciation for what it was about their own provincial society that made it superior to those in other regions, thus powerfully reinforcing the provincial identities that they had brought with them to Philadelphia.

At the same time, the rapidity with which the state governments seized power and established their authority effectively insured that provincial distinctions, with all the specific identities they involved, would gain in intensity. In effect, the composite American federal state in its initial form thus created an arena for the reiteration and sharpening of provincial state identities. The deep attachment to local rights, manners, and identities enormously affected the nature of the national government and dictated that attachments people had to it would be secondary to the primary attachments they had to their own states. Given such attitudes, it is scarcely surprising that the Articles of Confederation upon which Congress eventually agreed left the balance of authority with the states. The overwhelming desire to maintain the separate independence and identities of the states thus dictated that the national government should both have limited powers and command little affection within the United States at large.

The national governments that presided over the war and Confederation periods were too feeble, too much in thrall to the states, and too remote from most peoples' lives to generate a national sense of collective identity strong enough to challenge the identities of the separate states. Formed in the shadows of and coexisting with those older and infinitely more immediate identities, American national identity remained embryonic and superficial. The manifold literary and cultural expressions of American patriotism during and after the Revolution are misleading. In the new composite American national polity, state identities would long continue to be central.

To understand in its fullest dimensions the nature of collective identity in the early republic, then, historians need to come to terms with its colonial roots and provincial variants. The powerful state identities

inherited from the colonial era and the deep-seated provincial loyalties, habits, and prejudices they expressed represented a formidable challenge to those who hoped to create a durable national union. The war-oriented and contingent union thrown together in 1775-76 did little to foster a rival national identity, and the Constitution of 1787 provided a framework in which state identities could easily coexist with an emerging American national sense of self and even retain much of their vitality.

To turn to my last point, what do the developments I have been describing suggest about the expansive American union that emerged in association with the American nation established in 1787-88. As we can surmise from the implications of the work of the postcolonialists, the colonial process did not by any means end with the formation of national entities in the Americas.⁴ Indeed, in the United States and Canada, it actually intensified with the colonization of vast new areas of the continent, as swarms of settlers brought new areas under their hegemony and in the process pushed out or confined to unwanted catchment areas thousands of indigenous peoples and, wherever it was legally possible and profitable, made extensive use of African Americans in doing so. From this perspective, it seems, the national story represented just an extension of the colonial story. It was a story of expansion in which settlers, mostly heedless of the lives and rights of those who did not share their culture and did not look like them, rushed pell mell to bring new areas under their control. What could have been more thoroughly colonial?

Neither this colonizing process nor the rationale that sustained it changed much in the wake of the creation of the United States. Rather, national expansion represented an extension of colonial expansion, with a weak American state, instead of a weak British state, presiding over it. As in the pre-independence period, most of the agency rested in the hands of the settlers themselves. They poured into new territories, took the lead in driving out the indigenous populations, introduced slavery wherever legally and economically feasible, aggressively demanded the establishment of the systems of law and governance with which they were familiar, and constructed polities that were every bit as distinctive, one from another, as the early colonies. To be sure, the American national government, itself the creature of the many partially amalgamating polities, provided more help in the colonizing process than the British state had ever done, and colonization after 1790 increasingly carried with it new overtones of an *American* national destiny. In content, however, these overtones varied little from the British nationalism colonial settlers had expressed as they went to war to rescue the continent from the despotic and Catholic French or Spanish.

What I am suggesting is that the new states that took shape in Kentucky, Ohio, Iowa, Texas, Oregon--and all the others--were part of an ongoing colonizing process. If we could begin to think of these new states as colonies of settlers, rather than as creatures of the United States, and if we could reconceive of state history as the history of polity formation at sites, where, like in the old colonies, the settlers created new societies with a collective life revolving around common social patterns, a shared public life, the creation and operation of local legal structures and distinctive corporate identities, how would it reshape our understanding of American national history? This reshaping, I suggest, would produce a much more complicated--and interesting--history, a history that would focus, not just upon the limited collective activities of Americans at a national level,

4

These and succeeding themes are developed at greater length in Jack P. Greene, "Colonial History and National History," *William and Mary Quarterly*, forthcoming.

but on developments in a variety of largely self-governing polities and of their relationships to the weak federal state. It might produce a genuinely *federal* history, instead of the *nationally*-focused, textbook-driven history in which we are presently entombed, a history that would recognize that the sum of the parts is far greater than the whole and that, even with (perhaps even because of) its formal republican structure, the American state, no less than other early modern states, was a tenuous amalgam of diverse parts, each of which enjoyed a vast amount of self-government and largely pursued its own course as locals defined it, and that the American national experience, like the colonial experience before it, was principally a collection of local experiences played out in a variety of similar but distinctive polities.

The key entry point into this massive extension of the colonial perspective into the national era, this, as it were, colonization of American national history, is through governance and law. What legal structures were created, by whom? How did people in these new societies create authority and use it to shape the societies and cultures they wanted to create? When they encountered already functioning systems of (European-style) law in polities with long histories of attachment to different national cultures with different legal systems, what did they do? ⁵ What were the nature and variations among the collective local identities formed through the process of living in the same polity under the same distinctive local laws? How did these deep-rooted and distinctive state identities affect a broader American national identity? What did it mean for people to have parallel collective identities, state as well as national? These are just a few of the hard and therefore deeply engaging questions that might come to the fore if we began to give the states more weight in the construction of a more fully inclusive national history. In this enterprise, early Americanists will have to take the lead. We are the only ones who have looked closely, if by no means yet closely enough, at the beginning of the story.

Focusing on the area of my specialization, this paper has not been explicitly comparative. But it has endeavored to use the experience of the British colonies to identify some general concepts and processes that may be useful in analyzing other settler colonies established in the Americas during the early modern era. On the basis of this analysis, we might propose a number of testable propositions.

First, individual participants—traders, settlers, fighting men, and missionaries, sometimes organized into expeditions, trading companies, religious orders, or families—not governments or bureaucratic officials, were the primary agents in European expansion and the transformation of indigenous cultural and political spaces into Europeanized ones.

Second, the first generation of European occupants—the charter groups—largely determined the contours of economic, social, political, legal, and religious life in every new colony or province.

Third, these charter groups and their descendants, driven by a desire to maintain their connection to the metropolitan culture from which they emanated and to command the respect of that culture, exhibited a powerful mimetic impulse to transplant metropolitan culture to their new places of abode.

Fourth, in the process of transplantation, colonial groups found it necessary to reformulate, that is, to creolize, metropolitan culture to adapt it to local physical conditions and to emerging socio-economic structures

5

This subject is explored at length in Jack P. Greene. "The Cultural Dimensions of Political Transfers: An Aspect of the European Occupation of the Americas," unpublished paper.

and patterns of land occupation and use and to make it accommodate and control populations of different cultural backgrounds.

Fifth, the conjoint processes of transplantation and creolization produced marked cultural variations over time and space and in response to changing historical conditions within spheres of European colonization.

Sixth, these variations—as well as similarities—can best be understood through a study of changing corporate identity.

Seventh, the most promising site for such studies is at the level of the colony or province, at which the collective experience of the inhabitants with landscape reorganization, polity construction, institution building, rule making, law enforcement, and social structuring primarily took place.

Eighth, these provincial units became the principal sites for the negotiation of the distribution of authority between the center and the peripheries of national empires.

Ninth, the remarkably durable cultural hearths formed in these provincial units often became powerful engines for geographical expansion into new provinces, which in turn resulted in the creation of new polities with their own peculiar corporate identities constructed through the same process as had occurred in older provinces.

Tenth, colonialism of the kind represented by the transformation of portions of the New World into at least partially Europeanized units did not end with the achievement of independence.

Eleventh, there were powerful continuities between pre-national and post-national colonialism in terms of both polity building and identity formation within polities.

Twelfth, after independence, as before, public life continued to center in the provinces, not in the nation.

Thirteenth, long after the casting off of imperial connections and the formation of national, often federal, governments, existing provincial identities continued to be the primary form of corporate identity.

Fourteenth, the construction of national histories has operated to obscure the continuing importance of the province as a political collectivity and the weakness of national identity.

Fifteenth, an emphasis on national *styles* of colonial formation has obscured the commonalities in this process over time, space, and culture.

Whether these hypothesis, drawn principally out of my own study of colonial British America, may be useful in organizing historical investigation in other cultural areas must be left to specialists in those areas.

Considerações e reflexões para uma história comparada das Américas: a respeito do artigo de Jack P. Greene.

Propositions and Thoughts towards a Comparative History of the Americas: Jack Greene's essay.

Marco Antônio Pamplona

Professor nos Departamentos de História da PUC-Rio e da Universidade Federal Fluminense

Resumo

A partir da discussão das reflexões encaminhadas por Jack Greene no ensaio, *"Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas"*, o presente artigo desenvolve considerações para uma história comparada nas Américas. Analisa os argumentos apresentados sobre: (a) o mundo colonial atlântico e as dificuldades conceituais que predominam nas histórias nacionais; (b) a dinâmica dos impérios – os processos de "etnização" em marcha e a construção de novas *polities* nas colônias; (c) a manutenção de valores britânicos nas identidades provinciais, no período que vai de 1760 à independência; e (d) a continuidade das identidades corporativas nas antigas províncias, depois de tornadas estados ou *polities* republicanas, no período nacional. É a aceitação desta última afirmação, a que nos permitirá falar, ainda por algum tempo (ao menos até o seccionalismo dos anos de 1840s ou 1850s) do Estado Federal Americano ainda como um compósito de identidades estaduais.

Abstract

By making use of the discussion of the main thoughts forwarded by Jack Greene in his essay *"Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America"*, I focus on comparative history in the Americas. In this article, I analyze the author's main arguments regarding: (a) the Atlantic colonial world and the conceptual difficulties or handicaps that still pervade national histories; (b) the dynamics of the empires – the "ethnification" processes on the way and the building of new *polities* in the colonies; (c) the enduring of British values deeply rooted in the provincial identities, from the 1760s to independence; and (d) the continuity of the corporatist identities in the old provinces, turned states or republican *polities* in the national period. The agreement with this last statement will allow us to keep viewing the American Federal State (at least until the development of the seccionalist trends of the 1840s or 1850s) still as a composite of state identities.

Palavras-chave

revolução, Império britânico, Independência, Estados Unidos, identidade nacional, identidade regional

Keywords

revolution, British Empire, Independence, United States, national identity, regional identity

Com seu excelente artigo, Jack Greene nos oferece uma série de importantes indagações a respeito da natureza da América colonial britânica e do papel das províncias como entidades corporativas as mais significativas para a sua dinâmica.

Seu argumento fundamental é o de que, com o advento da independência e o início de um sistema de governo nacional americano, as antigas províncias, transformadas em estados republicanos, continuaram representando os *loci* mais importantes da autoridade. Afinal, havia sido nelas, nas províncias, que homens e mulheres partilharam entre si, para além da continuação de uma identificação cultural com uma idealizada identidade nacional britânica, também os primeiros elementos de uma identidade distintiva criada ao longo das primeiras gerações de colonos nas Américas¹.

Com o advento dos estados, criados a partir dessas mesmas antigas *polities* coloniais, esta identificação e identidades mencionadas se fariam continuar – especialmente no período que vai de 1787 a 1830s² – e ditariam a dinâmica da vida política do jovem estado-nação até os anos de 1850s.

Adiantaremos, a seguir, qual será a ordem de apresentação dos nossos comentários ao texto de Greene. Optamos por agrupar as questões mais importantes a tratar em quatro conjuntos, cada qual referido às principais discussões desenvolvidas ou sugeridas pelo autor, ao tratar do seu tema maior.

Um primeiro conjunto de questões dirá respeito ao mundo colonial atlântico e às discussões conceituais suscitadas sempre que estabelecemos comparações entre as muitas Américas do início da era moderna.

Um segundo conjunto, um pouco mais extenso, refletirá sobre a dinâmica do império, como o uso da violência em relação aos colonos e colonizados é alternado com a prática de negociar autoridades. Os processos de "etnização" em marcha ganham relevo nesta discussão e, com eles, a construção de novas *polities* e de primeiras identidades corporativas coloniais.

Um terceiro, se ocupará da questão da manutenção dos valores britânicos nas identidades provinciais. Na particular conjuntura que se estendeu da Guerra dos 7 Anos à separação da metrópole, como podia ser explicada a contínua valorização da idéia de *Englishness*? Mais ainda, como definir o caráter da Revolução, a um só tempo radical e conservadora? _

E, finalmente, um quarto conjunto de questões será reservado à discussão sobre a continuidade das identidades corporativas criadas pelas antigas províncias, depois tornadas estados ou *polities* republicanas, no período nacional: o Estado Federal Americano como compósito de identidades estatais (*state rights x federalism*); a força das identidades locais e dos estados de 1787 aos anos de 1830s-1840s; e, o desenvolvimento das novas identidades que passarão a apontar para o seccionalismo, nos anos de 1840s a 1860.

I. Sobre o mundo colonial atlântico.

Muito já se disse sobre a propriedade de se falar de um "*broader Atlantic world*" em formação desde os séculos XV e XVI. Mas, não nos custa lembrar o papel das relações de comércio, alianças políticas entre impérios e casamentos no mundo dinástico, e o seu sucesso no criar um contato estreito entre quatro continentes e reunir, ainda que de forma desigual, esses três grandes grupos da humanidade – europeus, ameríndios e africanos – numa verdadeira economia atlântica colonial. Por sua vez, as frotas do tesouro espanhol, o comércio de peles norte-americano e o tráfico atlântico de escravos, nunca estiveram desvinculados do quadro maior das explorações daquele início do que se convencionou chamar de modernidade européia e cujo alcance global chegou a abarcar os Oceanos Pacífico e Índico, e os lito-

1

Jack P. Greene, "Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e a experiência provincial na construção de identidades corporativas", In: *Revista Almanack Braziliense*, N.4, novembro de 2006, p.17

2

O limite apontado para os anos 1830s, deve-se ao fato do já envolvimento dos estados com os temas seccionalistas, criando aos poucos, ao longo das duas décadas seguintes, também identidades regionais que passariam a intervir cada vez mais fortemente num debate nacional, crescentemente redefinido pela tensão Norte-Sul, anunciando uma crise política sem precedentes, a qual o Compromisso de 1850 não conseguiu evitar.

3
Thomas Benjamin, Timothy Hall and David Rutherford (eds.), *The Atlantic World in the Age of Empire*. NY: Houghton Mifflin Co., 2001.

4
Jack P. Greene, *Op. Cit.*, p.7, nota 1.

5
Idem, p.8.

6
Na falta de espaço, remetemos para uma maior discussão do processo de "etnização" ou "etnificação" mencionado, ao artigo de Marco Pamplona e Maria Elisa Mäder, intitulado "O nacionalismo nas Américas: um balanço historiográfico", a ser publicado em breve na Revista *Historia* (Instituto de Historia – PUC de Chile) em 2006/2007 [no prelo].

7
Jack P. Greene, *Op. Cit.*, p.8

rais que os circundam. Como muitos autores atestam³, um conjunto considerável de pessoas e idéias atravessaram o Atlântico desde então – idéias monoteístas de cristãos diversos, judeus e muçulmanos, conflitos sectários e étnicos e até tolerâncias ocasionais –, formando nas Américas suas novas sociedades, desde o início multi-étnicas e multi-culturais.

Jack Greene, a partir desse quadro maior de referência, insiste em destacar a insuficiência do termo "primórdios da América colonial" ("early América") ainda em uso por boa parte da historiografia norte-americana, caracterizado, ademais, pela apropriação pouco crítica do termo *América*. A alternativa oferecida – *colonial British America* tem como objetivo a sua maior explicitação ou precisão. Jack Greene e Jack Pole cunharam essa expressão nos anos de 1980s⁴, referindo-se à *British America* (ou América britânica) como apenas **uma** das muitas "early modern Americas" (ou Américas do início da era moderna), ao lado das Américas Espanhola, Portuguesa, Francesa, Holandesa, Sueca, Dinamarquesa, Russa e, certamente, das incontáveis Américas indígenas. Reclama, assim, uma história mais compreensiva do período e, igualmente, a necessidade de se considerar a história de todas essas muitas áreas culturais – ou formações sociais, para recuperarmos uma antiga expressão que, certamente, contempla essa dimensão cultural. Segundo Jack Greene, em cada uma dessas áreas, a heterogeneidade cultural foi a norma. Por isso, analisar as transformações operadas nas Américas durante a época moderna, implica, sobretudo, recuperar a importância das diferentes identificações nacionais e étnicas vigentes.

Em meio à mistura de povos, crenças e *ethnies*, esteve um número crescente de imigrantes europeus não-britânicos. Em suma, a incorporação de novas populações de descendências outras também marcou as distintas formações sociais da América Inglesa colonial do início da era moderna⁵. Os muitos processos de "etnização" ou "etnificação" postos em marcha a partir dos primeiros tempos da formação do mundo colonial atlântico, foram responsáveis, lado a lado com as desigualdades resultantes das conhecidas clivagens sociais, pelas enormes disparidades de poder inerentes à situação colonial moderna. Mais ainda, algumas dessas discrepâncias se prolongaram ou se fizeram continuar no momento seguinte de formação dos estados-nação nas Américas independentes⁶.

II. Sobre a dinâmica do império e a prática de negociar autoridades.

Greene lembra-nos em seu artigo o quão inconseqüente costuma ser a utilização, ainda hoje, daquelas certas oposições binárias e formas de raciocínio dicotômicas que marcaram a reflexão, por exemplo, de boa parte das ciências sociais e da historiografia dos anos 1940 e 1950 nas Américas. Referimo-nos aos famosos binômios, do tipo "antigo x moderno"; "campo x cidade"; "desenvolvimento x subdesenvolvimento"; "atraso x progresso"; "colônias de exploração x colônias de povoamento"; etc. Mostra-nos, ao invés disso, como, mesmo nas ditas colônias de povoamento, os *colonos* que compunham a população dominante podiam ter sido eles próprios *colonizadores* na suas relações para com as populações indígenas vizinhas e que podiam, ao mesmo tempo, também experimentar a situação de *colonizados* na relação que estabeleciam com as sociedades metropolitanas, às quais se encontravam vinculados⁷.

Tal relativização das relações de poder (ou seja, a eventual troca de papéis e a simultaneidade das relações) implicava a existência de **autoridades** diversas, as quais deveriam ser, na maioria das vezes, **negociadas**. Greene afirma que em quase todo tipo de relação estabelecida entre dominantes e dominados (mesmo aquela entre senhores e escravos), havia sempre espaço para manobras. Mais ainda, diz que os mais poderosos (os

power-ful) com frequência consideravam aconselhável negociar sua autoridade com os dominados, os considerados "*power-less*"⁸. Não está exatamente em discussão o quanto esta preponderância de poder podia ou não ser negociada (o que variou em cada caso). Entretanto, é inegável a existência da possibilidade de sua negociação.

Tal possibilidade faz-nos pensar em como os colonos puderam ser bem sucedidos nisso, isto é, como expressaram suas autoridades e com que propósito. A partir dessas considerações, o Autor passa a comentar, em seu artigo, as ações encaminhadas pelos colonos para transformar uma América indígena em uma efetiva "América britânica colonial" ("*colonial British America*").

Antes de desenvolvermos esse raciocínio de Greene, cabe mencionarmos a percepção de uma certa confusão nas suas observações a respeito da América Espanhola. Ainda que de forma breve, ao falar desta última América⁹, o Autor menciona as populações autóctones que permaneceram "de fora" das áreas de controle dos colonos (*areas of settler control*) e resistentes às suas influências. Dito com as suas próprias palavras: "*os grupos indígenas certamente não faziam parte dos colonizados, pelo menos não antes do seu deslocamento e subjugação*". E, completa: "*O mesmo se aplica às repúblicas indígenas de governo autônomo da América hispânica, que existiam paralelamente às repúblicas de espanhóis sem [grifo meu] ficarem sob controle político imediato dos povoadores espanhóis*". As duas afirmações soam bastante contraditórias.

Primeiro, porque, como bem sabemos, na América espanhola, a possibilidade da população autóctone permanecer "de fora" das áreas de controle dos colonos foi extremamente dificultada. Com o fim da conquista, apenas índios desgarrados, fugidos de suas comunidades (que já haviam sido repartidas e submetidas ao tributo), e por isso tornados "párias" ou "forasteiros", poderiam ficar temporariamente fora de qualquer controle político-administrativo direto dos colonos. De qualquer modo, essa ausência ou diminuição do controle – um fenômeno que se tornou cada vez mais freqüente ao longo do século XVIII, quando foi maior a desagregação das comunidades de índios submetidas ao reparto – sempre foi relativa. Na maioria dos casos, foi uma condição temporária, para além do fato de que o escapar ao controle político-administrativo direto estar longe de significar uma resistência às influências culturais do mundo dos colonos. Quatro séculos de colonização – acompanhados da expropriação de terras e do lento culturocídio a que foram sujeitas as populações autóctones – engendraram diferentes processos de "etnificação," e transformaram boa parte da população, inicialmente composta de europeus ou nativos, em "castas" ou *mixed-blood*, com frequência depreciados pelas rigorosas legislações que ordenavam tanto a "república dos índios" como a "dos espanhóis". Dentro da jurisdição destas duas repúblicas e formalmente sob controle da Coroa, colonizadores, colonos e colonizados se encarregaram de negociar, permanentemente, as suas diferentes esferas de poder e autonomias locais. Mas, todos, sem exceção, se viram crescentemente "etnificados" e aculturados nessas "repúblicas". Retomaremos a discussão da negociação da autoridade mais adiante.

Voltando ao exemplo da América Inglesa, e preocupado em mostrar como se deu a transformação de uma América autóctone em uma "**América britânica colonial**", Greene trata das diferentes *polities* lá engendradas.

Em primeiro lugar, estabelece uma diferença entre os 3 tipos de colônias conquistadas: a) aquelas em que os colonos iniciais se retiraram com a chegada dos ingleses (Jamaica em 1655 e a Florida Oriental e Ocidental em 1763); b) aquelas em que a maioria dos colonos pioneiros permaneceu na área (Nova York, Nova Jersey e Delaware); e c) as de tipo mais excepcional, onde a imigração inglesa resultou, no início, bastante tênue (caso da Nova

10
Ibidem.

11
Argumento este, defendido por ele em outros trabalhos – Cf. Jack P. Greene, "The American Revolution", *American Historical Review*, 105, no.1 (2000): 93-102 e Jack P. Greene, "State and National Identities in the Era of the American Revolution" in *Nationalism in the New World* (ed. by Don H. Doyle and Marco Antonio Pamplona). Athens: U. Georgia Press, 2006. pp 61-79.

12
Jack P. Greene, "Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial...", p.10.

Escócia, que permaneceu essencialmente francesa até 1748, ocasião em que se intensificou o povoamento britânico). Em todos os casos, porém, a "intenção de estabelecer sociedades provinciais a partir de um modelo inglês" ditou sempre a regra¹⁰. No primeiro tipo, apenas a ação dos colonos ingleses correu mais ou menos livre, sem grandes entraves; no segundo, a britanização em marcha resultou mais trabalhosa ou levou mais tempo; e no terceiro ela mostrou-se um tanto ou quanto rarefeita. O Quebec francês é um bom exemplo deste último caso.

Em suma, Greene afirma, no caso da América inglesa, como que praticamente todo o **esforço de construção das novas *polities*** que compreenderam o império **esteve a cargo dos próprios colonos** (mais do que da metrópole). Sublinha assim, mais uma vez, o caráter menos centralizado que marcou a formação do império inglês desde o seu início¹¹. Diferentemente dos impérios espanhol e francês e do português, aquele não fora mantido junto tanto pela força. Ou seja, mesmo centralizado e pioneiro enquanto estado-nação moderno na Europa do século XVII, **o império inglês foi, até 1707, um compósito caracterizado pelo governo indireto e autoridade fragmentada**, teoria embrionária de soberania nacional e recursos fiscais e administrativos coercitivos considerados ainda limitados. A real e efetiva autoridade do império britânico transatlântico – do tipo da que viríamos a conhecer ao longo do século XVIII – veio a ser construída de "fora para dentro". Foi uma construção da periferia para o centro: (a) quer pela criação de novas arenas e poder local e individual, através das atividades dos participantes da empresa colonizadora nas Américas; (b) quer pela negociação dessas muitas novas arenas da periferia com os representantes metropolitanos do centro.

Outro aspecto importante constantemente lembrado por Greene – e que faz ressaltar mais ainda a diferença em relação aos impérios ibéricos – é o de que os colonos na América inglesa e seus agentes (magistrados e representantes) encontravam-se restringidos pela herança cultural e legal metropolitana. Essa herança era entendida como sendo o sistema similar de leis e governo, sistema este que lhes permitia regulamentar relações sociais e econômicas e legislar sobre a aquisição e circulação da propriedade, sob a forma de terra, escravos e bens materiais.

Greene estabelece uma íntima relação entre a justificativa do comportamento dos colonos em relação aos povos indígenas locais e aos africanos e as estórias que construíram para explicar a "nobre empresa" de traslado da civilização européia para as novas terras – ou, o que chamou de "sentido mais amplo de suas vidas". A convicção que guiou a lógica da expansão do povoamento ao longo de todo o período colonial, a medida que os colonos se apressaram em estabelecer novas unidades políticas e levar a lei e o governo aonde quer que fosse, baseava-se na intenção de criar "*postos avançados da civilidade européia*," ou "*a transformação de territórios até então explorados de maneira imprópria em estados civilizados*"¹².

A discussão que se segue é a sobre o que fizeram os colonos ingleses/ britânicos para tornar mais inglesas ou britânicas as suas novas sociedades políticas. Numa alusão ao trabalho de Erik Erikson, dos idos de 1950s, sobre o "*caráter*" do lugar e do povo em diferentes seções do país e recuperando algumas de suas próprias pesquisas passadas, Greene compara o que chamou de "**identidades corporativas cambiantes**" em três colônias de *plantations* nos séculos XVII e XVIII – Virginia, Jamaica e Carolina do Sul – e em Barbados. Discute o que essas colônias compartilhavam (a mesma herança social, cultural, política e legal britânica e a religião do protestantismo) e o que as diferenciava. A identidade de cada uma delas vem definida,

aqui, como um modo particular "como indivíduos, ou coletividades, identificam-se a si mesmos e aos outros, e como os outros os identificam". O tipo de identidade que lhe interessa (posto que há sempre vários níveis desta: indivíduo, família, grupos de parentesco, congregação, província, nação etc) é a "identidade corporativa das colônias" – o produto de gerações, de vivência e história comuns, atuando num mesmo governo civil ("polity").¹³

A estratégia buscada para detectar essa identidade corporativa foi o estudo de 2 tipos de fontes relativas a esses 4 espaços coloniais: (a) as **leis** que essas sociedades fizeram para si próprias e (b) a **literatura** discursiva dos contemporâneos sobre si próprios.

As leis são particularmente importantes, pois permitem-nos perceber mudanças ao longo do tempo. Também revelam os valores de um povo dito independente e virtuoso *vis a vis* aos comportamentos dos demais segmentos da população que, em alguma medida, propiciaram ou incitaram a existência de tais leis.

Mas é da literatura, e não das leis, que Greene mais se ocupa nesse seu artigo. Numa primeira fase da formação de identidade, diz-nos ele, teria predominado uma literatura concentrada na descrição dos espaços físicos da colônia. Eram relatos de viagem, às vezes disfarçados de histórias e panfletos de propaganda, com o objetivo de valorizar e descrever para os leitores metropolitanos a natureza da terra, a vegetação, os povos indígenas, os rios, a vida selvagem, o clima etc. Constava desse tipo de literatura a especulação sobre os produtos que poderiam vir a ser produzidos na colônia, em que medida tais produtos atenderiam a demanda europeia e como esse espaço físico tão peculiar viria a ser adaptado aos desígnios ingleses.

Numa segunda fase, a literatura dos contemporâneos assumiria mais a forma de estórias ou relatos sobre o ocorrido e seu foco se deslocaria para uma avaliação do que exatamente os colonos haviam feito ou deixado de fazer para transformar os espaços físicos ocupados em lugares "reconhecidamente ingleses". Enfim, a literatura versava sobre as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas que tinham sido implementadas, até aquele momento, pela população de colonos, *creoles* ou imigrantes assimilados.

Teria havido, também, no dizer de Jack Greene, uma terceira fase, estágio ou momento da formação da identidade. Uma em que a ênfase recairia numa espécie de articulação da identidade emergente específica da colônia com os seus povos (particularmente com aqueles tidos como livres). Ou seja, nesses espaços físicos específicos, a partir de experiências comuns ou de histórias locais que enfatizavam, todas, o caráter das sociedades neles desenvolvidas, teria ocorrido uma reformulação da idéia de *identidade inglesa* ("Englishness") – reformulação essa que melhor se ajustava às condições encontradas e criadas em cada uma dessas províncias¹⁴.

É nesse sentido que Greene chama a atenção para o fato de escritores contemporâneos defenderem a idéia de que uma dada colônia havia se tornado uma entidade corporativa distinta de qualquer outra identidade corporativa do mundo britânico. Mais ainda, de reclamarem que **seus residentes haviam se tornado um POVO distinto e particular**, diferente de qualquer POVO inglês que habitasse qualquer outro lugar. E, se algum dia foram todos (ou a maioria) Britânicos, eles eram, com efeito, agora, **"variantes Virginianas, Barbadianas, Jamaicanas ou Carolinianas do Sul, do cidadão ou da condição de inglês"** ¹⁵.

III. Valores britânicos e identidades coloniais.

A ênfase na distinção ou particularidade provincial não implicou a rejeição dos modelos e padrões ingleses/britânicos. A manutenção da condição de inglês ou a **contínua valoração da idéia de Englishness** – por exemplo,

14
Idem, p.13.

15
Idem, p.14. Cabe associar essa discussão empreendida por Greene aos trabalhos de Anthony Smith sobre a "naturalização" de identidades coletivas, corporativas e nacionais e a "nacionalização" da natureza. Veja-se a respeito Anthony Smith, *Ethnic Origins of Nations* (1986), especialmente o capítulo 8, e também o seu excelente artigo "Conmemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales", publicado na *Revista Mexicana de Sociología*, Año LX, nº 1, Enero-Marzo, 1998. pp 61-80.

por meio da alusão à experiência dos seus antepassados, fundadores e desbravadores, construtores de identidades britânicas no Novo Mundo – puderam ser mantidas. Ademais, dar continuidade a esse vínculo com a Grã-Bretanha (partilhar das liberdades inglesas, em suma), os mantinha diferenciados dos muitos "outros" na colônia – dos povos indígenas da Virgínia e da Carolina do Sul, dos povos africanos em todas as 4 colônias tratadas e, também, dos povos europeus que se encontravam submetidos a outros impérios. Os colonos viam nisso uma profunda relação de compromisso para com as formas de governo consensual e o sistema de leis inglesas, com a ênfase na santidade da propriedade privada e no reino da Lei; e para com o protestantismo e o comércio, que há muito os mantinham fortemente vinculados à sociedade metropolitana.

Por isso Greene nos fala de 2 tipos distintos, ainda que simultâneos, de modelos que se encontrariam em ação entre os colonos – um *normativo* e outro *comparativo*. O primeiro, era o da exemplaridade. Cabia-lhe fornecer aos colonos os principais padrões ou referências para que pudessem pensar a si próprios, dando. Dava-lhes os títulos que deveriam usar na construção de sua própria identidade. O segundo modelo era o que lhes permitia identificar o que não eram, não queriam, ou não podiam ser – isto é, o que os opunha às populações ditas bárbaras ou selvagens, a todos os "estrangeiros" ao seu grupo. Apresentava os ameríndios e os africanos como bastante distanciados dos "*britânicos livres ou independentes*" que podiam se beneficiar da existência de direitos tradicionais e proteções legais¹⁶.

Vemos aqui outra percepção pouco trabalhada por Greene que pode sugerir interpretações simplificadas demais. Na análise proposta, o Autor acaba deixando de lado as várias tensões e contradições vivenciadas no dia-a-dia pela população dos colonos, ao longo desse processo de construção de identidade. Ou seja, os dois modelos de certo não funcionam harmonicamente e, podemos dizer, costumam entrar em crise com frequência. Assim, o Autor parece ignorar, aqui, os inúmeros relatos das autoridades coloniais sobre o medo de barbarização dos colonos. O receio de que suas populações pudessem ser deixadas à mercê da *wilderness*, era partilhado em outras colônias. Era preciso impedir que, longe da *civitas*, os colonos, tendencialmente "gente de bem", acabassem por, naturalmente, se afastar das normas. Isso exigiu medidas de vigilância permanente, por vezes de violência, por parte dos seus pares e especialmente por parte de suas igrejas, encarregadas de garantir a contínua submissão aos poderes secular e divino. Em suma, uma tal crise era constante e as tensões vivenciadas efetivamente conduziram a resoluções que podiam passar, como dito no início do trabalho, tanto pelo conflito, como pela negociação. Não era tão certo, pois, que no caminho trilhado pelos colonos, apenas os dois modelos – o *normativo* e o *comparativo* – contassem, com sinal de mais ou de menos.

Uma segunda questão é a do impulso anglicizante mencionado por Greene a partir do século XVIII¹⁷ – a sua contribuição quer para o acirramento da identidade colonial, quer para a valoração positiva da idéia de *Englishness*, ao mesmo tempo.

Cabe lembrar que desde a Paz de Utrecht (1713), com a redefinição do equilíbrio europeu e com as indenizações feitas pelo império espanhol (das quais muito se beneficiou a Grã-Bretanha: com o direito de *asiento* pelos próximos 30 anos – o que lhe garantiu o monopólio do tráfico de escravos para todo o império espanhol, além do envio anual de um navio com 500 toneladas de mercadorias para serem negociadas nas colônias espanholas do Novo Mundo), o crescimento das comunicações e os vínculos comerciais entre as colônias americanas e a Grã-Bretanha aumentaram consideravelmente. A partir de 1740, estes vínculos se expandiram mais ainda, acompa-

16

Jack P. Greene, "Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial...", p.16.

17

Idem, p.15.

nhando o desdobramento das guerras imperiais contra a França e a Espanha católicas, ditas despóticas, entre 1739 e 1763. É nesse período, afirma Jack Greene, que o novo impulso anglicizante teria tomado conta do patriotismo e nacionalismo britânico colonial.

Expliquemos. Greene se refere aos padrões ingleses de ocupação da terra, de organização econômica e social, de práticas culturais e políticas, legais e religiosas e à própria língua inglesa, enquanto língua da autoridade – todos teriam sido revividos com bastante intensidade no período.

Com a conclusão da Guerra dos Sete Anos e, mais especificamente, nos anos compreendidos entre 1764 e 1776, circunstâncias outras interferiram, levando os colonos ressentidos a reivindicar mais uma vez o reconhecimento metropolitano de sua identidade como britânicos nascidos livres e como protestantes. A resistência colonial às medidas repressivas da Coroa britânica aumentou no período. Mas, ela ocorreu a partir do mesmo imaginário político comum, ainda que já apropriado diferentemente pelos colonos britânicos. Como bem afirma Greene, "*Britânico*, portanto, era uma categoria dotada de várias subcategorias"¹⁸ – ser um britânico natural da Virginia era diferente de ser da Pensilvânia ou de Rhode Island. Mas, apenas a condição de britânicos poderia lhes permitir sentir-se comprometidos com formas de governo consensual e com o reino da Lei. A resistência foi feita, então, a partir de uma dupla demanda por parte dos colonos: a da sua identidade enquanto britânicos e a da sua identidade provincial; uma geral, outra particular, mais sólida e desenvolvida, que lhes permitiu sentir-se "confortáveis e orgulhosos" e os tornou, no dizer de Greene, "extraordinariamente defensivos"¹⁹. Assim, a sua explicação para o fato de os colonos em 1776 não mais se mostrarem hesitantes em renunciar à identidade britânica passa por esta valorização das identidades provinciais fortalecidas, a partir do impulso anglicizante mencionado (por mais que isso possa parecer contraditório). Em outras palavras, as identidades provinciais viriam, já há algum tempo, resignificando os vários elementos que definiam a identidade britânica – a ênfase no protestantismo, na liberdade, no reino da Lei, no governo com consentimento dos governados, na civilidade e no comércio. Como resumiu Greene: "*Long before, in most cases, they had found ways to fold their British identity... into their provincial identities.*" E, foi por isso que tais identidades provinciais lhes deram segurança, lhes permitiram renunciar à associação com a Grã-Bretanha e transformar as colônias em "*republican polities*", sem o medo de perderem a antiga (e psicologicamente muito importante – lembra-nos Greene) percepção de si próprios como povos protestantes nascidos livres e herdeiros legítimos das tradições britânicas do governo das leis, com o consentimento dos governados.

Dai ousar Greene dizer que isso acabou tornando a nossa primeira revolução atlântica, a **Revolução Americana**, ao mesmo tempo **radical** e **conservadora** – ou seja, a fez responsável pelo desenvolvimento de uma cultura política particular, que enfatizava elementos quer da tradição do humanismo cívico, quer do liberalismo novo e radical, numa linguagem política crescentemente resignificada.

Talvez isso explique, como anteriormente já havia sugerido J. G. A. Pocock em sua obra²⁰, por que foi possível na linguagem republicana setecentista desenvolvida na América, por um Thomas Paine, por exemplo, reunir em uma mesma proposta termos inicialmente considerados opostos, como a *virtude* e o *comércio*. Isto é, ao apresentá-los não mais em oposição, mas como complementares, obras como o *Senso Comum*, permitiriam uma nova e bastante particular apropriação do ideário político republicano clássico – em tudo muito diferente da que era vivenciada na metrópole com o uso da mesma linguagem política, ao longo de todo o século XVIII.

18
Idem, p.16.

19
Idem, pp.16-17.

20
J. G. A. Pocock, *Virtue, Commerce and History: Essays on Political Thought and History, Chiefly in the Eighteenth Century* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985) e Bernard Bailyn, *As Origens Ideológicas da Revolução Americana* (SP: Edusc, 2003).

IV. A sobrevivência das identidades corporativas herdadas da colônia.

Em sua análise, Jack Greene afirma que o desmembramento do Império britânico nas Américas não impediu sobrevivências ou continuidades das identidades provinciais ali herdadas durante um primeiro período dito nacional – a saber, o que marcou os anos de 1780s a 1830s.

Com esta afirmação, o autor recupera algumas de suas **teses mais clássicas**, já desenvolvidas ao longo de vários trabalhos prévios. Primeiramente, (a) a de que a Revolução Americana foi em grande medida uma "Revolução Britânica"; em segundo lugar, (b) a de que há grandes continuidades entre o período colonial e o nacional, não se devendo por isso, superestimar o seu caráter revolucionário; e, em terceiro, (c) a de que a Revolução foi um primeiro passo de um processo ainda incompleto de desmantelamento das estruturas imperiais criadas na época moderna²¹.

Greene reforça todas essas idéias no texto em discussão, especialmente quando apresenta os primeiros anos republicanos como profundamente marcados pela política dos estados. Tal percepção do peso da política dos estados faz sentido, no nosso entendimento, quando referida apenas a um primeiro momento da vida republicana – de 1787 a meados da década de 1830 –, quando as **antigas "provincial state identities"** continuaram vigorando e se mostraram extremamente fortes. Elas dominaram a dinâmica da federação durante o período do chamado "1º sistema de partidos" e também durante parte dos anos compreendidos pelo "2º sistema de partidos."²² Já a partir da década de 1840, uma vez tornada mais crucial a discussão em torno da anexação dos novos territórios, as antigas "*provincial state identities*" não mais tiveram tanto controle do jogo político ou perderam sua capacidade de negociar. As tentativas de acordo ensaiadas acabaram fracassando -- e o surgimento de um crescente **seccionalismo** tomou conta do cenário político, abalando e transformando algumas dessas identidades estatais prévias, até mostrar-se triunfante ao final. O Wilmot Proviso de 1846 e o estabelecimento do Compromisso de 1850 são a expressão maior dessa vitória de identidades seccionais mais fortes, ou subnacionalismos em construção, em especial no que se refere ao Sul.

Com a primeira medida, tentou-se legislar sobre a situação criada com o fim da guerra do Texas, de modo a atender interesses crescentemente em oposição – os dos estados do Sul e os do Norte. A provisão encaminhada pelo Senador Wilmot, um Democrata nortista, em 1846, propunha a proibição da escravidão em qualquer território ao norte do México. Apoiada pelo Partido do Solo Livre, ela foi, entretanto, ferrenhamente combatida pelos Democratas sulistas.

Quando da negociação do Compromisso de 1850, a tensão entre Norte e Sul reapareceu com mais força. À ocasião, 5 principais pontos foram negociados, em torno das seguintes perguntas: 1) como a recém-comprada Califórnia entraria para a Federação, se como estado livre ou escravista?; 2) qual seria o status, nesse mesmo sentido, dos demais territórios tomados (Novo México, Utah e Arizona)?; 3) a quem caberia pagar a dívida do Texas, um estado sabidamente pró-escravidão?; 4) qual deveria ser o status da escravidão no Distrito de Columbia, a capital?; e 5) deveriam todos os estados obedecer à cláusula constitucional que obrigava a devolução do "escravo fugitivo"?

Ao final, o Compromisso teve de ser votado por partes. Acordou-se que: 1) a Califórnia entraria para a federação como estado livre; 2) nos demais territórios ocupados vigoraria o princípio da soberania popular – isto é, seus constituintes, uma vez formados, teriam 5 anos para decidir sobre que caminho seguir – o dos estados do Norte ou o do Sul; 3) no estado do Texas vigoraria a escravidão; 4) proibiu-se o tráfico interno de escravos, mas a escravidão continuou vigorando no D.C.; e 5) decidiu-se apenas que uma

21

Ver a respeito o livro de Greene, *The Intellectual Construction of America* (Chapel Hill, 1993); e os seus seguintes artigos: "The American Revolution," *American Historical Review* 105, no 1 (2000) 93-102; e "State and National Identities in the Era of Revolution" in Doyle and Pamplona, eds., *Nationalism in the New World* (U. Georgia press, 2006), pp 61-79.

22

Para maiores informações sobre o funcionamento do sistema político-partidário do período veja-se Marco Pamplona, *Revolutas, Repúblicas e Cidadania* (RJ: Record, 2003), cap 3.

23

John Calhoun, representando a Carolina do Sul, convoca, a seguir, uma primeira reunião de estados sulistas em Nashville, para discutir a secessão.

nova lei será encaminhada a respeito da obrigatoriedade, ou não, de devolução dos escravos fugitivos (desde 1842 tida como responsabilidade federal) aos seus estados de origem. O Sul leu esta última decisão como apenas o reconhecimento formal dos "direitos" da escravidão, o que anteciparia a sua escolha pela secessão²³.

Assim, se para o período até 1830s não resta dúvida quanto ao caráter embrionário e superficial da identidade nacional Americana, fazendo com que – como defende Greene – a centralidade da identidade dos estados no compósito nacional permaneça inabalável; achamos que o mesmo não pode ser inferido a partir da disputa pelos novos territórios – o grande problema que marcou as duas décadas seguintes. Foi a partir daí que dois projetos de estado-nação construídos a partir das identidades seccionais em expansão no período, passaram a dominar a dinâmica política da federação.

Finalmente, um último comentário sobre um ponto não menos importante anunciado por Greene. Referimo-nos à sua visão a respeito de uma **continuidade** do processo de colonização (e povoamento) nas novas áreas, isto é, no Oeste. Diz-nos o Autor que :

"enxames de povoadores colocavam novas regiões sob seu controle e, nesse movimento, expulsavam ou confinavam a enclaves indesejáveis milhares de indígenas, fazendo uso intenso, onde quer que fosse legalmente possível e rentável, de mão-de-obra afro-descendente".²⁴

24

Jack P. Greene, "Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial...", pp.18-19.

Greene considera esse processo ocorrendo no primeiro período nacional também uma extensão da expansão colonial. A diferença residiria no fato dessa extensão vir presidida agora por um estado americano fraco, ao invés de um estado britânico fraco.

Greene afirma que uma boa parte das ações deste empreendimento teria ficado a cargo dos próprios colonos, como no período precedente. Por isso as novas *polities* em construção diferiram tanto umas das outras, tais como as colônias diferiam entre si no passado.

A **ênfase dada** por Greene a **esses traços de continuidade**, em verdade, mostra-se de grande valia aqui. Permite-nos combater a retórica excessiva sobre um destino nacional Americano que ainda predomina em muitas das análises sobre o período independente e que simplesmente abundam na historiografia produzida naquele país. Greene propõe, ao invés disso, uma história federal bem diferente, com uma narrativa menos *nationally-focused*, ou uma menos *text-book driven history*.

Defende, enfim, **uma história mais complexa**, mais desafiante, com sínteses talvez mais difíceis ou mesmo impossíveis. Trata-se de ver a dita experiência nacional, ao menos nos seus inícios, mais como uma coleção de variadas experiências locais ou, quando muito, como um amálgama de *polities* variadas, similares, porém sempre distintas entre si.²⁵

25

Idem, p.20.

Concluimos dizendo que, neste cenário, a discussão da negociação de autoridades – presente desde o início da reflexão – ganha enorme força e sentido. Trata-se menos de valorizar movimentos centrípetos ou centrífugos, e mais de identificar as freqüentes articulações, subordinações e dominações que, em uma ou em outra direção, efetivamente põem em contato diferentes *loci* de poder, e de não menos diferentes grandezas.

almanack brasileiro

artigos



Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação

Ana Lúcia Lana Nemi

Uma crítica às instituições representativas no período das regências (1832-1840)

Ariel Feldman

José Bonifácio, Shakespeare e os Gregos: a língua do Brasil e a imagem nacional

Valdeci Lopes de Araujo

Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação

Brazil and Portugal: the national History between Tradition and Renewal

Ana Lúcia Lana Nemi

Professora no Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo

Resumo

Este pequeno ensaio tem por objetivo estudar a representação da nação no pensamento das elites intelectuais ibéricas da virada do século XIX para o XX discutindo a visão de "decadência" do Império colonial, construído a partir dos séculos XV/XVI, e a percepção do "atraso" em relação às potências centrais do capitalismo. Para tanto, destaquei o debate em torno da decadência ibérica e das possibilidades de organização de um novo império português na África no contexto da ação pública da chamada geração de 70.

Abstract

This essay aims to study the representation of the Nation according to the formulations of the Iberian intellectual elites in the end of the 19th century and beginning of the 20th century. It discusses the idea of the Colonial Empire decadence, as constructed in the 15th and 16th centuries, and the perception of a setback in reference to the central powers of capitalism. In order to do that it focuses on the debate concerning the Iberian decadence and the chances of organizing a new Portuguese Empire in Africa, in the context of the public action of the so-called *Generation of 70*.

Palavras-chave

elites, nação, liberalismo, modernização, América portuguesa / Brasil

Keywords

elites, nation, liberalism, modernization, Portuguese America / Brazil

"Ao lado da interação da base material e da estrutura ideológica, e como decorrência dela, não falta quem aponte para a circunstância de que, sendo as idéias fruto de modos de produção ocorridos em determinada sociedade, bem podem deslocar-se para outras áreas onde não preexistam condições perfeitamente idênticas, e então lhes sucederá anteciparem nelas, e estimularem, os processos materiais de mudança social. Ora, assim como essas idéias se movem no espaço, há de acontecer que também viajem no tempo, e porventura mais depressa do que os suportes, passando a reagir sobre condições diferentes que venham a encontrar ao longo do caminho. O tema deste livro é a biografia de uma dessas idéias migratórias, tal como se desenvolveu a partir das origens religiosas ou míticas, (...) até vir implantar-se no espaço latino-americano, mormente no Brasil".

(Sérgio Buarque de Holanda)¹

1

Sérgio B. de HOLANDA. "Prefácio", In: *Visão do Paraíso*. S. P., Brasiliense, 1996, p. XVIII.

2

António Manuel B. Machado PIRES, *A idéia de decadência na geração de 70*, Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1980. Maria Aparecida Rezende MOTA, *Brasil e Portugal: imagens da nação na geração de 70 do século XIX*, Tese de Doutorado, IFCS/UFRJ, 1998, policopiado.

3

Este ensaio é resultado das pesquisas que envolvem a execução do projeto de pós-doc subvencionado pela Fapesp "Virando o século: os intelectuais e a política no Mundo Ibérico (1870-1939)". O estudo envolve elites intelectuais do Brasil, Portugal e Espanha.

4

Antero de QUINTAL, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Lisboa: Ulmeiro, 1987 (Texto lido pela primeira vez em 1871, nas Conferências do Casino de Lisboa). Teófilo BRAGA, *Soluções positivas da política portuguesa*, Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1913 (Primeira edição: 1879). Sobre o binômio decadência/regeneração em Antero cabe citar o interessante trabalho de André Nunes de AZEVEDO, "As idéias de decadência e regeneração no ideário político de Antero de Quintal", In: *Revista Intellectus*, Ano IV, Volume I, 2005, além de Fernando CATROGA, *Antero de Quintal – história, socialismo e política*, Lisboa: Editorial Notícias, 2001. Sobre Teófilo cabe citar Amadeu Carvalho HOMEM, *A idéia republicana em Portugal -- o contributo de Teófilo Braga*, Coimbra: Minerva, 1989.

5

Sérgio Campos MATOS, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX*, Lisboa: Colibri, 1998.

Este pequeno ensaio tem por objetivo estudar a representação da nação no pensamento das elites intelectuais ibéricas da virada do século XIX para o XX discutindo a visão de "decadência" do Império colonial², construído a partir dos séculos XV/XVI, e a percepção do "atraso" em relação às potências centrais do capitalismo.³ Para tanto, destaquei o debate em torno da decadência ibérica e das possibilidades de organização de um novo império português na África no contexto da ação pública da chamada geração de 70.

Antero de Quintal e Teófilo Braga: a História nacional entre tradição e renovação.

Os textos *Causas da decadência dos povos peninsulares*, de Antero de Quintal, e *Soluções positivas da política portuguesa*⁴, de Teófilo Braga, são fundamentais para a compreensão do debate sobre as possibilidades de modernização e/ou regeneração das nações ibéricas, destacados aqui Portugal e Brasil, no século XIX. Os dois autores, expoentes da chamada geração de 70 portuguesa, fundamentam sua argumentação na abordagem do Império, o primeiro buscando esquadrihar seus significados e consequências e o segundo mais marcado pela possibilidade regeneracionista posto que, enquanto representante do republicanismo de corte positivista emblemado no Partido Republicano Português, advogava a regeneração da nação pela revolução republicana e pela retomada e efetivação do projeto colonialista africano. Neste ponto, assinala-se, há diferenças que apontaram caminhos políticos e institucionais controversos tanto entre intelectuais e políticos coevos como na historiografia.

Antero e Teófilo são homens de cultura tributários da experiência intelectual das elites vintistas⁵, preocupadas em preservar a história nacional diante do turbilhão que invadira a península em 1808. Os dois autores constroem uma versão nacional para o liberalismo cuja legitimidade ancora-se em um certo sentido de continuidade da história-pátria e encontra, dessa forma, seu enraizamento no próprio mundo ibérico. Suas reflexões enfrentam o tema da decadência, mas trazem, para além das marcas daquele primeiro liberalismo português, marcas da experiência de 1848 quando, para muitos, evidenciou-se o fracasso do liberalismo na instauração da liberdade e da fraternidade propugnadas desde 1789. Trazem, ainda, as marcas das experiências francesa e espanhola de 1870-1871,

6

Assinaram o programa/manifesto Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queiroz, Germano Vieira Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, J. P. Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Sáragga e Teófilo Braga.

7

Citado por João MEDINA, *As conferências do Casino e o socialismo em Portugal*, Lisboa: Publicações dom Quixote, 1984, pp. 70-71.

8

Sérgio Campos MATOS, ob. Cit., p. 351.

9

Vitorino M. GODINHO, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar*, Lisboa: Difel, 1990.

10

A última das sete páginas que compunham *A Berlinda*, mais especificamente a de Julho de 1871, periódico que conferiu reconhecimento às intenções de Rafael Bordalo Pinheiro de colocar seu país na berlinda desenhando opiniões em forma de bandas, dá conta do fechamento das Conferências Democráticas do Casino lisbonense afirmando a *"purulenta e burguesa physionomia do paiz, -- esta sua cathólica e monárchica situação"* na qual ensino, moral, governo, clero, nobreza, povo e finanças encontram-se em estado lázaro e de corrupção. Os representantes da civilização, os conferencistas, teriam tido a *"visão redemptora e de endireita"* e foram, exatamente por isso, calados, amordaçados e abafados. Cf.: *A Berlinda, Reproduções de um Álbum Humorístico ao correr do lápis*, Lisboa: s.l., 1870-1871, digitalizado no Museu Rafael Bordalo Pinheiro de Lisboa. Cf. também: João MEDINA, "Rafael Bordalo Pinheiro: repórter das Conferências do Casino", IN: *Eça de Queiroz e a geração de 70*, Lisboa: Moraes, 1980, p. 155-161, e *Bordalo n'A Berlinda*: Mostra Documental 13 de outubro de 2005 a 07 de Janeiro de 2006, Biblioteca Nacional; Coordenação Divisão de Actividade Cultural e Científica: org. e pesquisa: João Paulo Cotrim, Manuela Rego, Lisboa: BN, 2005.

tentativas derrotadas de Repúblicas que pretendiam ir além das propostas liberais e acrescentar sentido social aos novos governos.

O principal debate geracional do 70 português versou sobre o significado do Império na construção e na decadência de Portugal. É dentro das possibilidades encetadas por essa polêmica que se podem compreender os conteúdos do republicanismo e do liberalismo português que, juntamente com a geração de 70, mostram-se a público mais efetivamente a partir das Conferências do Casino Lisbonense de 1871. As intenções dos casinistas que assinaram⁶ o programa divulgado em *A Revolução de Setembro* de 18-1871 podem ser sumariadas em alguns trechos do programa:

"Ninguém desconhece que se está dando em volta de nós uma transformação política, e todos pressentem que se agita, mais forte que nunca, a questão de saber como deve regenerar-se a organização social.

(...) Pareceu que cumpria, enquanto os povos lutam nas revoluções, e antes que nós mesmos tomemos nelas o nosso lugar, estudar serenamente a significação dessas idéias e a legitimidade desses interesses; investigar como a sociedade é, e como ela deve ser; como as nações têm sido, e como as pode fazer a liberdade; e, por serem elas as formadoras do homem, estudar todas as idéias e todas as correntes do século.

*Não pode viver e desenvolver-se um povo, isolado das grandes preocupações intelectuais de seu tempo; o que todos os dias a humanidade vai trabalhando, deve também ser o assunto das nossas constantes meditações."*⁷

O sentido europeizante das intenções manifestas na proposta, aliado à busca de significado para história nacional, vinha imbricado àquele desejo manifestado já pelo primeiro liberalismo português de inventariar e compreender a história nacional. Havia, ainda, forte *"desvalorização do presente que se vivia em meados do século XIX por oposição a uma idade de ouro (fosse ela a Idade Média ou o período dos descobrimentos), que motivava a procura das raízes históricas"*⁸ da decadência. O tema não era novidade entre as elites intelectuais ibéricas. Vitorino Magalhães Godinho indica que a problemática do declínio já aparecia em meados do século XVI, quando se manifestou o debate sobre se a decadência devia-se ao fato de o comércio ter sido substituído pelas conquistas ou se, ao contrário, fora o mercadejar, desenvolvido pelos descobrimentos, que arruinara o caráter nacional tornando a cobiça seu principal traço distintivo.⁹ Por conta da presença desse tema da decadência nacional nos debates decimonônicos, e não tanto pelo fechamento do Casino¹⁰ após o segundo dia por ordem do governo da Regeneração, que o texto de Antero acima citado galvanizou as discussões das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense de 1871. O diagnóstico de Antero acerca das causas da decadência dos povos peninsulares apontava para fenômenos da primeira modernidade ibérica:

"Examinemos os fenômenos, que se deram na península durante o decurso do século XVI, período de transição entre a Idade Média e os tempos modernos, e em que aprecem os germens, bons e maus, que mais tarde, desenvolvendo-se nas sociedades modernas, deram a cada qual o seu verdadeiro caráter. (...)

Ora esses fenômenos capitais são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro económico. O primeiro é a transformação do catolicismo, pelo concílio de Trento. O segundo o estabelecimento do absolu-

11

Antero de QUENTAL, ob. Cit., p. 29-30.

12

António Manuel HESPANHA, "A História na cultura portuguesa contemporânea", In: *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, Porto: Fundação Serralves, 2002.

13

Cabe aqui uma importante observação acerca dos posicionamentos políticos e ideológicos desses intelectuais ditos de 1870, no Brasil, Portugal ou Espanha. Embora todos tenham dialogado com as teses liberais, positivistas, democráticas e socialistas, no que diz respeito à política, e com as teses realista, naturalista e romântica, especificamente no que tange à literatura, é muito difícil enquadrá-los, individualmente ou em grupo, em qualquer dessas "tendências". Parece mais profícuo, no sentido de melhor compreender o pensamento das elites intelectuais aqui estudadas, afirmá-las como ecléticas, o que, de resto, é comum ao pensamento ocidental no último quartel do século XIX e no primeiro do XX.

14

Teófilo BRAGA, *Soluções positivas da política portuguesa*, ob. Cit., p. 73.

tismo, pela ruína das liberdades locais. O terceiro, o desenvolvimento das conquistas longínquas."¹¹

Antero tem os olhos voltados para dois vetores: a história peninsular, cuja experiência cabia retomar para encontrar o caminho da modernização, e a história dos países adiantados da Europa, cuja experiência era preciso trazer para o mundo ibérico.¹² O caminho da regeneração passava, assim, pela crítica ao Concílio de Trento que, ao recusar o espírito da modernidade, inviabilizara a vivência da liberdade moral; pela crítica ao absolutismo, que sobrepôs às liberdades medievais a centralização excessiva e inviabilizou a formação de uma classe média industriosa; e pela crítica às conquistas que, incentivando o espírito guerreiro, fundamentara uma mentalidade avessa ao trabalho e a indústria. Organizador de leituras coletivas dos textos de Proudhon no Cenáculo, Antero deixava evidente na sua conferência a marca da proposta federalista e aliava a esta tese elementos da história peninsular: era preciso retomar a experiência medieval de liberdade das cidades que o Absolutismo enterrara. O diagnóstico anteriano ecoa a interpretação de Alexandre Herculano que via no Absolutismo, anulador da nobreza e dos municípios, e na expansão ultramarina, que teria corrompido o caráter peninsular, as causas da decadência. O autor sintetiza uma experiência intelectual originalmente liberal, vinculada a teses regeneracionistas que propunha um novo desenvolvimento das antigas instituições medievais, era anticlericalista, antiabsolutista e buscava valorizar a presença do povo na História. Na pena de Antero tal proposta ganhou um cunho social de corte proudhoniano e aproximou-se irreversivelmente do republicanismo: é na síntese de Antero, excetuando-se sua crítica à expansão marítima, que o republicanismo português encontra os seus principais motes políticos.

Nesse momento vinha o republicanismo imbricado da idéia nova que poderia redimir a nação: o socialismo manifestado por Antero e Oliveira Martins¹³. Mas havia a proposta do republicanismo com bases positivistas: Teófilo Braga foi seu maior representante nos debates que se seguiram ao Casino e que levaram à fundação do Partido Republicano Português em 1876. Para ele, havia que desafricanizar e europeizar Portugal, em uma palavra havia que modernizar a nação para redimi-la do atraso e da decadência. Neste ponto o republicanismo socialista de Antero aproximava-se do republicanismo positivista de Teófilo. Em 1879, afirmando ser o republicanismo um movimento de continuidade em relação ao vintismo e ao setembrismo e de oposição ao liberalismo cartista, Teófilo assinalava que:

*"A monarchia bragantina, interessada na posse incondicional da soberania, e sendo herdeira d'este feudo, de que nós todos como semoventes fazemos parte, dando-nos o nome de súbditos nos seus documentos afficiaes, essa monarchia eshausta e que nos eshaure, é que se tem furtado sempre à revisão da Carta Constitucional por meio de uma côrtes constituintes. Agora já é tarde, já se não pôde bolir no edificio sem elle vir à terra de uma vez, no dia em que um parlamento serio discutir a soberania hereditária dá dois pontapés n'este castelo de cartas. Só existe uma soberania effectiva, é a da nação; (...)"*¹⁴

Mas Teófilo era representante de uma vertente do republicanismo que buscava a institucionalização da ação dos intelectuais principalmente por meio do PRP. O Partido teve forte atuação nos anos 80 e 90 do século

15

Joel SERRÃO, *Do sebastianismo ao socialismo em Portugal*, Lisboa: Horizonte, 1969.

16

Teófilo BRAGA, *Contos tradicionais do povo português*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1995 e *O povo português*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1985-6.

17

Vale destacar as comemorações dos centenários de Camões em 1880 e do marquês de Pombal em 1882.

18

Valentim ALEXANDRE, "A política colonial em finais do Oitocentos: Portugal e a sacralização do Império", In: *Velho Brasil, novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto: Afrontamento, 2000, pp. 147-162.

19

Fernando CATROGA, *O republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de outubro de 1910*, Coimbra: Faculdade de Letras, 1991. Nuno Severiano TEIXEIRA e António da Costa PINTO (Coords.) *A primeira república portuguesa – entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa: Colibri, 2000.

20

Joel SERRÃO, *Liberalismo, socialismo, republicanismo – antologia do pensamento político português*, Lisboa: Horizonte, 1979.

21

João MEDINA, *Eça, Antero e Vitor Hugo*, Lisboa: Centro de história da Universidade de Lisboa, 2001.

XIX, assim como na primeira década do século XX, no sentido de educar as camadas populares e encontrar os caminhos políticos para a revolução republicana.¹⁵ Ao lado dessa intensa luta pela popularização do movimento, o que incluiu uma forte aproximação dos movimentos operários organizados, havia a intenção de refletir sobre a história nacional e inventariar suas tradições, contos, características e modos de ser, para fundamentar a regeneração do caráter nacional.¹⁶

Na esteira da onda conservadora que varreu a Europa pós 1848 e 1871, o PRP canalizou os movimentos populares que cresciam e, por meio das comemorações cívicas que patrocinava e dos grêmios políticos que fundava¹⁷, acabou por fortalecer um movimento de sacralização¹⁸ da memória nacional emblemada na imagem do Império como condição precípua para a preservação do caráter nacional que se pretendia regenerar. Os acontecimentos de 1890 e a repercussão do Ultimatum inglês acirraram uma atitude desse republicanismo institucional que buscava na memória do Império argumentos para criticar a Monarquia e sugerir, às expensas das advertências de Oliveira Martins, a construção de "*novos brasis em África*". A inflexão conservadora do discurso de Teófilo Braga é evidente: esse republicanismo que se fortalece após 1890, e que será aquele que irá liderar o processo que levou à fundação da República em 1910, dirige-se ao povo genericamente e esvazia os conteúdos possíveis da nação soberana, embora ainda pretenda instaurar o voto universal e acabar com os caciquismos eleitorais de que era constantemente vítima¹⁹. Afastado do socialismo que se fortalecera com os debates casinistas da geração de 70, esse republicanismo traz em si fortes antinomias: pretende reforçar o colonialismo, que é um fator de tradição, e, também, instaurar a democracia e renovar as instituições políticas. Para Teófilo não há aqui qualquer contradição, posto que, no seu entender, a nação movimenta-se para o futuro em solidariedade com o passado. Mas na prática a sua busca pelo "povo" e pelo "popular" trazia aquele traço tão característico do pensamento conservador do século XIX que via na modernidade e nos seus produtos urbanos e tecnológicos fontes de corrupção das comunidades rurais e de desordem social. Não por acaso será esse nacionalismo tradicionalista do PRP que irá fundamentar a ditadura de Salazar.²⁰ Antonio Sardinha, representante do integralismo luso, afirmava, em tom de elogio, que Teófilo era o "*mestre da contra-revolução*".

Assim, enquanto os republicanos socialistas ligados a Antero de Quental advogavam o internacionalismo político e buscavam superar a imagem criada por Rafael Bordalo Pinheiro do "Zé Povinho" que, analfabeto e apático que era, estava sempre sujeito às ingerências da elite de barões cujo liberalismo era apenas verniz²¹, os republicanos ligados a Teófilo Braga dirigiam-se ao povo e resumiam seu discurso à destruição da Monarquia e a conseqüente fundação da República e do Terceiro Império como condição da regeneração nacional. O distanciamento dos dois participantes dos debates do Casino era evidente: na interpretação dos socialistas, e mesmo de Eça de Queiroz e Basílio Telles, tal republicanismo, ancorado em tradicionalismos, não poderia indicar o caminho da refundação nacional.

Para alguns autores, como João Medina, a encruzilhada ideológica que separou Antero e Teófilo e aproximou este autor do que viria a ser o integralismo luso na primeira década do século XX, localiza-se na bifurcação que dividiu os casinistas de 1871 com a fundação do Partido Socialista em 1875 e do Partido Republicano Português em 1876. Este último passou a dedicar-se a tarefas públicas de arregimentação popular e de instituciona-

22

Rui RAMOS, "O fim do século", In: José MATTOSO (dir.), *História de Portugal – A segunda fundação*, Lisboa: Estampa, 1990, vol. 6.

23

IDEM, p. 65.

24

Beatriz BERRINI, *Brasil e Portugal: a Geração de 70*, Porto: Campo das Letras, 2003.

25

Eça de QUEIROZ, "Os Maias", In: *Obras de Eça de Queiroz*, Porto: Lello & Irmão Editores, s/d, vol. II. Neste romance de 1888 Eça resumiu o sentimento de derrota dos setentistas vinculados às teses socialistas por meio do personagem XXX que afirmava, ao final do volume "Falhamos à vida, menino" (p. 494). Era o sentimento de um grupo de homens de cultura que legara livros e sonhos aos portugueses, mas que não pudera realizá-los.

lização das propostas republicanas. Tal bifurcação teria caracterizado, não apenas uma clivagem ideológica, mas a formatação de uma atitude política clara: Teófilo teria cedido às possibilidades de acesso ao poder institucional e teria, por isso, burocratizado em sentido tradicionalista e positivista a ação pública do PRP. Antero teria mantido a atitude crítica em relação à sociedade portuguesa que marcara os seus primeiros diagnósticos levados a público no Casino. O Partido Socialista, por sua vez, e diferente do que ocorrera na Espanha com os movimentos organizados de esquerda, não logrou grande influxo nos meios populares. Rui Ramos²², por sua vez, destaca a importância de Teófilo como o "pai da pátria" na medida exata das suas preocupações em "*organizar as forças vivas e a opinião pública e preparar uma ressurreição nacional*"²³ e dos seus esforços para reconstruir a memória nacional e, dessa forma, a identidade coletiva tão afetada pelo século das lutas liberais e das perdas coloniais em Portugal.

A geração de 1870 e o Brasil.

O estudo do trânsito das idéias da geração portuguesa de 70 para o Brasil exige, a princípio, uma definição cronológica: optei por estudar o debate coevo entre intelectuais do Brasil e de Portugal. Beatriz Berrini²⁴ sugere, a partir de estudo epistolográfico, o diálogo entre a geração portuguesa de 70 (nela destacados Ramalho Ortigão, Conde de Ficalho, Antero de Quental, Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Batalha Reis, Guerra Junqueiro) e a brasileira (nela destacados Machado de Assis, Araripe Júnior, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Sílvio Romero, Aluísio de Azevedo, Olavo Bilac, José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Eduardo Prado). Das cartas que a autora reuniu em seu livro destacam-se os temas do significado da missão dos homens de cultura nos processos modernizadores e/ou regeneradores, das suas intervenções no espaço público por meio dos periódicos e das suas preocupações com a importância da educação das camadas populares. A autora, a partir da leitura das cartas que inventariou com cuidado, afirma a existência de uma única geração de 70 luso-brasileira ou brasileiro-lusa. A idéia parece interessante e, sem dúvida, esclarece as intenções recíprocas expostas na epistolografia sumariada e reproduzida após transcrição cuidadosa em seu livro. Cabe, porém, inventariar diferenças e, mesmo, rediscutir o conceito de "geração" estabelecendo os conteúdos da intervenção pública pretendida e os ecos que foram capazes de suscitar ou não. Os conteúdos da modernização, por exemplo, não são unívocos. Antero de Quental aliava à idéia republicana o ideal socialista e, neste sentido, a modernização não poderia ser pensada sem as teses igualitárias que tiveram sua primavera em 1848. Teófilo Braga, por sua vez, marcado pelos textos positivistas, propunha uma modernização de cunho especificamente político-institucional: bastaria a substituição do regime monárquico pelo republicano e a reorganização partidário-eleitoral da vida pública, com vistas ao reerguimento do Império na África, para efetivar uma modernização que, no seu entender, era a fundamental.

Da geração portuguesa de 70 muito se afirma, segundo diagnóstico dos seus próprios integrantes durante a década de 90 do século XIX, ter sido "vencida pela vida".²⁵ Sua presença nos debates da virada do século XIX para XX, nas críticas à Regeneração fontista e nos reflexos periodísticos e populares pós Ultimatum, assim como o peso do seu diagnóstico da decadência na historiografia portuguesa é, no entanto, inegável. O que os intelectuais e políticos do período aqui estudado descobriram foi a impor-

26

Rui RAMOS, "O fim do século", ob. Cit., p. 66.

27

Entre os autores recentes que discutem as condições de modernização e as possibilidades industriais portuguesas dialogando com as teses que apontam a decadência e/ou atraso da nação, cabe destacar Jorge PEDREIRA, *Estrutura industrial e mercado colonial – Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa: Difel, 1994; e Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822) – Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social, 1995, tese de doutorado, exemplar xerocado (em preparo para publicação). No primeiro texto citado, à Introdução (p. 10-11), o autor afirma: "Sucessivamente glosado e comentado, assumindo formas diferenciadas, adquirindo fisionomias diversas consoante os tempos, transfigurando-se através de sucessivas apropriações e manipulações, ao sabor dos interesses e das circunstâncias, o mito da decadência converteu-se ao longo de séculos num utensílio mental particularmente eficaz para transcrever em termos simbólicos as representações do destino nacional."

28

Teófilo BRAGA, *Soluções positivas da política portuguesa*, ob. Cit.

29

Ângela de Castro GOMES, *História, historiadores*, R.J.: FGV, 1999, pp. 48-49.

30

José-Augusto FRANÇA, *Rafael Bordalo Pinheiro – O português tal e qual*, Lisboa: Livraria Bertrand, 1980. Ramalho ORTIGÃO, "A arte satírica – Rafael Bordalo Pinheiro e o António Maria, a caricatura, seu valor artístico e seu valor histórico", In: *As Farpas IX – O movimento literário e artístico*, Lisboa: Clássica Editora, 1990, p. 121-150. Fialho D'ALMEIDA, "Raphael Bordalo Pinheiro", In: *À Esquina (jornal d'um vagabundo)*, Lisboa: Clássica Editora, 1919, pp. 209-246.

31

Agradeço aos funcionários do IEB/USP a gentileza e a presteza na digitalização dessa edição fac-similar.

tância da arte para "dar expressão à nação".²⁶ Mesmo os mais recentes historiadores, com propostas de análise, que condenam as teses da decadência como mitos construídos pelos autores do XIX peninsular reportam-se a Antero, Oliveira Martins e Herculano – este visto como antecedente das teses casinistas de 1871.²⁷

Traço comum entre as gerações portuguesa e brasileira de 70 é o fato de participarem ativamente dos debates dos anos 90: no caso português tratava-se de enfrentar os efeitos do Ultimatum inglês de 1890 e pensar a viabilidade da República como substitutivo da Monarquia que, no entender especialmente de Teófilo Braga²⁸, fora responsável pela "humilhação"; e, no caso brasileiro, tratava-se de pensar a organização da República que então se estabelecia, de saber que nação poderia vicejar após os emblemáticos 1888 e 1889. Segundo Ângela de Castro Gomes o jornalista José do Patrocínio pertencia ao grupo que se reunia em torno da Revista Brasileira e que

*"foi o núcleo organizacional do grupo de intelectuais que, no início da estabilização política da República – em 1898 – decide criar a ABL. Feitas a Abolição e a República, e ultrapassados os anos entrópicos do militarismo e do jacobinismo, tratava-se de rearticular o campo intelectual em novas bases, mais afastadas dos engajamentos políticos e das questões culturais que assolaram a décadas de 70 e 80 do século passado. A segunda metade dos anos 1890 inaugurava um outro tempo, não sendo casual o sucesso do projeto intelectual que orientou o grupo da revista. Tratava-se de fundar uma associação – no conhecido modelo das academias –, cujo objetivo precípuo seria afirmar 'profissionalmente' o intelectual, 'afastando-o' da política (a dimensão partidária é clara) e propiciando a valorização de 'um ponto de vista realista', isto é, mais 'neutro' e portanto mais competente."*²⁹

Compunham o grupo, segundo a autora, Machado de Assis (como figura exponencial), Araripe Jr., Rui Barbosa, Lúcio de Mendonça, Coelho Neto, Medeiros de Albuquerque, Graça Aranha, e os historiadores Eduardo Prado, Oliveira Lima, Joaquim Nabuco, barão do Rio Branco, João Ribeiro e visconde de Taunay. Observe-se que alguns dos nomes coincidem com aqueles citados por Beatriz Berrini como pertencentes à geração que ela chama de 70 brasileira. Destaco José do Patrocínio porque ele participou da edição de *O Besouro* junto com Rafael Bordalo Pinheiro na então capital do Império.³⁰

O Besouro foi uma folha hebdomadária editada no Brasil por Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) quando este caricaturista português, participante ativo dos debates da geração portuguesa de 70, esteve no Brasil entre os anos de 1875 e 1879. Trata-se de um periódico semanal, cuja edição fac-similar está disponível no IEB/USP³¹, que circulou entre abril de 1878 e março de 1879 e que teve ativa participação de José do Patrocínio, de quem Bordalo foi amigo, na editoria e execução diária. O estudo do periódico permite mapear as sociabilidades entre homens de cultura do Brasil e de Portugal nos anos 70 do século XIX e apontar conteúdos comuns que marcam a reflexão sobre as "possibilidades da política" no mundo ibérico. No debate da geração de 70 portuguesa, marcado pela Conferência de Antero de Quental no Casino Lisbonense, a noção de uma "decadência portuguesa", que inviabilizava a inserção do país no mundo moderno transpirenaico, e a urgência de equacionar os termos da regeneração possível, colocava no centro das discussões o tema do significado

dos impérios construídos pelos países ibéricos e sua inevitável herança. Na rotina semanal de "O Besouro" a escravidão, o sistema monárquico, com os seus vícios políticos e suas deficiências sociais, assim como a "pobreza cultural do povo", aparecem como sintomas de uma longa história construída "às avessas". É possível encontrar nas suas páginas discussões sobre a presença e a participação popular nos espaços públicos de negociação e ação política, num momento em que o periodismo brasileiro era marcado pelo tema da escravidão, além de pensar o lugar dos "rotinizadores" na composição de uma vivência geracional. Temas sociais como a grande seca do Ceará de 1878 e temas políticos nos quais os lugares do parlamento eram preenchidos em eleições pouco representativas, ou ainda o Congresso Agrícola de 1878, despontam das suas páginas em textos literários, jornalísticos e, especialmente, nas caricaturas de Bordalo e nas "alfinetadas" de Patrocínio em forma de "zuns-zuns". Bordalo e Patrocínio são considerados aqui rotinizadores e publicistas do debate ibérico, em Portugal e no Brasil, atuando juntos na Corte brasileira em um momento no qual desenvolve-se a imprensa e a esfera pública urbana ganha novas dimensões. Em seções como *Economia Política*, na qual comentavam-se as ações governamentais ou as possibilidades de modernização do país nesta área, *Zuns-zuns*, na qual se inseriam pequenos comentários sobre cotidiano e política na Corte e no país, *Esboços parlamentares*, na qual deputados e senadores eram caricaturados segundo suas ações ou ausências, *Palcos e Bastidores*, na qual eram comentadas novas montagens e/ou apresentações de Teatro e Ballet, é possível mapear os conteúdos principais do debate aqui sumariado.

No folheto distribuído provavelmente em fevereiro (data da assinatura de Bordalo para a caricatura que se vê no verso do folheto) pode-se ler: "O Besouro – Folha ilustrada humorística e satírica – Publicação hebdomadária no Rio de Janeiro a começar em 6 de abril de 1878. Escritório da redação; 130, rua do ouvidor, 1. andar." Segue-lhe, em outra página, caricatura de Bordalo com um homem gordo deitado no chão com uma espécie de calendário que o rodeia apontando características de cada mês do ano (junho como mês teatral, janeiro como mês ministerial, maio como mês do "fallatorio, quando canta o sabiá", etc.). Entre os redatores e colaboradores encontravam-se: Henrique Chaves, José do Patrocínio, Dermeval da Fonseca, Luiz de Andrade, Lino de Assumpção, Alfredo Camarate, Simão da Motta, Thomaz Alves Filho, Arthur Barreiros, Arthur Azevedo, Alberto de Oliveira, Dr. Ferreira de Araújo, Mário, Filinto de Almeida, Fontoura Xavier, Generino dos Santos, Lucio de Mendonça, Guerra Junqueiro, Julio Xavier, Affonso Celso Junior.

Para a edição que reunia todos os números do Besouro, editada pela "Typ. De G. Leuzinger & Filhos, rua do Ouvidor, 31, Rio de Janeiro", podia-se ler, a título de Prefácio, o seguinte texto (cuja grafia mantive sem correções):

"Ser pontual.

Coisa difficil!

Ter espirito.

Coisa mais difficil ainda!

To be or not to be.

Circulo de ferro.

Zero e o Infinito.

Zero é representado por este sinal: 0.

O infinito por este: (o autor colocou um 8 deitado).

Zero é metade do Infinito.

O Infinito é quase Zero.

Logo

0 + oito deitado = 1.

Dahi o Besouro.

É uma formila.

Uma formula algébrica.

Clara.

Positiva.

Brutal.

O Besouro tem uma legião de inimigos: os Vícios.

E só uma arma; a Gargalhada.

No entanto que de mortos!

Malferidos!

Contusos

Escoriados!

Amarrados ao próprio cadáver!

E a Gargalhada, a larga, a retumbante, a victoriosa Gargalhada, cada dia faz-se mais victoriosa, mais retumbante, mais larga.

Excede a funda de David.

A queixada de Sansão.

A espingarda de agulha.

O canhão Krupp.

A Gargalhada é a Revolução.

Conclusão:

Prefacio compõe-se de duas palavras latinas:

Pré, prep., antes.

Facio, is, feci, factum, ere, v., fazer.

Isto é:

Feito antes.

A estas meias-palavras pois, dá-se-lhe o nome de prefacio

Por uma razão.

Foram escriptas depois.

Temos dicto tudo.

Ou antes:

Não temos dicto nada.

E é quanto basta.

O Besouro

31 de dezembro, 1878, debaixo de 101 centigrados."

Também no primeiro número encontra-se uma caricatura de Bordalo na qual se vê besouros a voar em torno de uma espécie de construção vertical com forma de um homem na parte inferior e de uma fonte iluminada com pequenas esculturas de rostos masculinos na parte superior. Ao redor da construção homens observam o movimento dos besouros e á direita do desenho lê-se: "O Besouro voltará sempre ao redor da luz brilhante de todos os acontecimentos e de todos os casos, sem se queimar."

Em um artigo intitulado O Besouro, entre as páginas 2 e 3 do número inicial de 6 de abril de 1878, José do Patrocínio contava a história das conversas para definir o nome do novo periódico. Foi exatamente a presença de um besouro a zumbir quando discutiam e/ou dormiam Bordalo,

Patrocínio, Simão da Motta e Chaves que inspirou o batismo do novo periódico. Afirmava Patrocínio no artigo citado:

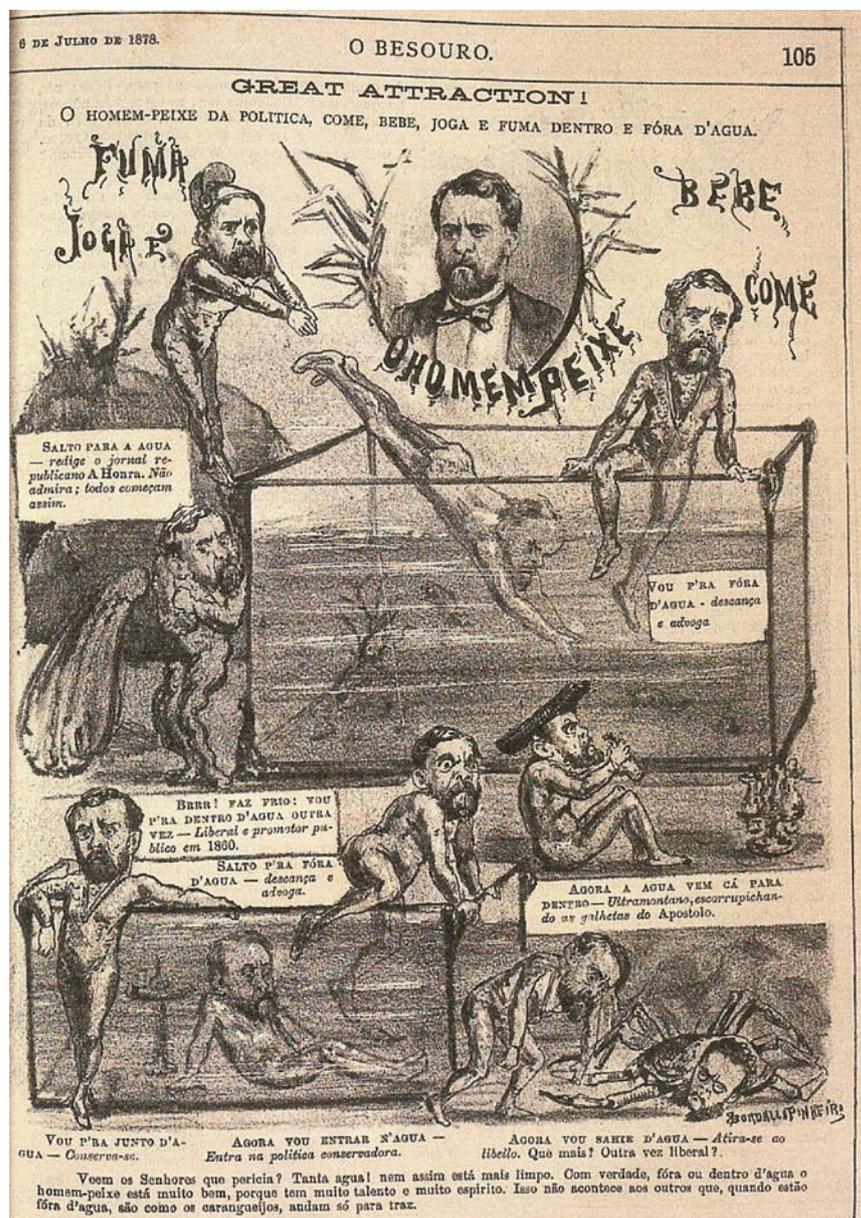
"Somos todo pacatos, amigos da Constituição e dos plats du jour; apreciadre sympathicos do programma da economia e do programma da Praça de Touros, leaes ao throno e ás damas que nos escrevem o seu lamartinismo. (...) Como o insecto, de que tomamos o nome, em vãos travessos no recinto em que nós embuçávamos em madorra alvar a nossa impotencia; havemos de roçar os quadros – a arte; as estantes – a litteratura; os tapetes – a política, os moveis – a industria e o commercio."

Tal intenção de intervenção verifica-se nos assuntos tratados: entre textos dos autores citados como colaboradores e caricaturas de Bordalo aparecem críticas ao "homem-peixe da política, que come, bebe, joga e fuma dentro e fora d'água"³², referindo-se provavelmente ao conjunto de políticos em geral, a titubear entre conservadorismo e liberalismo:

"Vêem os Senhores que pericia? Tanta água, nem assim está mais limpo. Com verdade, fóra ou dentro da água o homem-peixe está muito bem porque tem talento e muito espirito. Isso não acontece aos outros que, quando estão fóra da água, são como os carangueijos, andam só para trás."

32

O Besouro, 06 de Julho de 1878, disponível no Museu Rafael Bordalo Pinheiro (digitalizado), Lisboa/Portugal e no IEB/USP/Brasil (impresso). Há ainda muito que pesquisar sobre a viagem de Bordalo ao Brasil e seu retorno a Portugal após o acirramento das suas divergências com Ângelo Agostini. O afastamento de José do Patrocínio da editoria de *O Besouro*, exatamente na esteira desta polêmica, sem dúvida muito contribuiu para as dificuldades do periódico depois de Dezembro de 1878. *O Besouro* será objeto de outro ensaio que pormenoriza conteúdos e temas e a inserção do periódico no debate brasileiro da década de 70 do Oitocentos.



33

Sérgio Campos MATOS, "O Brasil na historiografia portuguesa oitocentista", In: *Convergência Lusitana*, 18, vol. 2, Rio de Janeiro: real gabinete de Leitura, 2001, pp. 319-332.

34

Cabe destacar estudos de outras sociabilidades, como aquelas entre Eça de Queiroz, Machado de Assis e Eduardo Prado, indicadoras do debate que chamo aqui de Atlântico: José Leonardo do NASCIMENTO, *O debate em torno do Primo Basílio na imprensa brasileira: Machado de Assis, Eça de Queiroz, et alii.*, exemplar polycopiado, e que será objeto de debate junto ao grupo de estudos "Migrações. Movimentação de pessoas, idéias, instituições e riquezas no mundo de língua portuguesa: História e Historiografia (séculos XIX e XX)", formado junto à Cátedra Jaime Cortesão; a correspondência publicada por Beatriz BERRINI, op.cit., e, ainda *Cartas inéditas de Eça de Queiroz*, Lisboa: O Jornal, 1987; e, por último, a pesquisa de Maria Filomena MÓNICA, embora dê pouca atenção para essas relações tão bem estudadas por José Leonardo Nascimento, indica caminhos que a autora não trilhou e que procuramos seguir. Cf., Maria Filomena MÓNICA, *Eça – O regresso impossível*, Lisboa: ICS, 2001.

35

Tais nexos são sugeridos pela tradição historiográfica à qual pertencem os trabalhos de Quentin SKINNER, *Visões da política*, Miraflores: Difel, 2002; e J. G. A. POCKOCK, *Linguagens do ideário político*, S.P.: Edusp, 2003.

36

As observações que faço sobre o conceito de geração muito devem à gentileza do Professor Sérgio Campos Matos, da Universidade de Lisboa, que leu com antecedência o texto *Jaime Cortesão e Paulo Prado: as afinidades eletivas na leitura da memória do Império*, ainda em preparo para publicação.

37

Cabe destacar Fernando CATROGA, *O Republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, ob. Cit.; Rui RAMOS, *A segunda fundação*, vol 6 de José MATTOSO (org), *História de Portugal*, ob. Cit.; Sérgio Campos MATOS, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX*, ob. Cit.; ; Antonio Pedro PITA, "Os intelectuais e democracia ou a democracia dos intelectuais", In: Maria Emilia PRADO (org.), *Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano*, R.J.: CNPQ, 2004, pp. 11-22.

38

Ver Angela de Castro GOMES, *História, historiadores*, ob. Cit., e *Essa gente do Rio ... Modernismo e nacionalismo*, R. J.: FGV, 1999; Sérgio MICELI, *S. Intelectuais à brasileira*. S. P., Cia das Letras, 2001 e *Imagens negociadas*, S. P.: Cia das Letras, 1996. Cabe destacar uma importante diferença de abordagem entre os dois autores. A sugestão de Castro Gomes sobre a importância de relevar o que foram as intenções dos autores estudados parece bem mais interessante do que a sugestão de Miceli acerca da aproximação dos intelectuais em termos apenas de cooptação consentida.

Impossível não lembrar da caricatura do Zé Povinho na História que, criado por Bordalo em 1875, caracterizava-se por nunca se levantar sem que se deitasse novamente. Herdeira da Carta Constitucional e do liberalismo que se estabeleceu após o setembrismo, a figura do Zé Povinho em Portugal, assim como a deste Homem-peixe da política no Brasil, permitem associar o liberalismo à passividade das camadas populares e compreender os conteúdos desta proposta política em nações com níveis de alfabetização e participação popular nas questões públicas flagrantemente atrasados.³³

Nos exemplos colocados encontram-se esboços de sociabilidade entre intelectuais brasileiros e portugueses (Bordalo e Patrocínio) e conteúdos (viabilidade do processo democrático no mundo ibérico) que permitem indicar os temas mais significativos da intervenção pública dos homens de cultura da geração de 70 portuguesa e suas relações com a geração de 70 brasileira, indagando da continuidade da sua ação nos anos 90 e no início do século XX. Sociabilidades marcadas pela definição de um espaço público e de uma produção periodística e que apontam profícuas "relações atlânticas".³⁴

Entre autores, idéias e gerações.

A busca dos nexos entre obra, trajetória e contexto³⁵, visto este como espaço público plural e conflituoso no qual se enfrentam propostas e leituras de mundo, é, sem dúvida, um grande desafio no âmbito de uma pesquisa que precisa enfrentar o difícil conceito de geração³⁶. Sem dúvida, a pretensão de unidade de ação ou de idéias que pode indicar tal conceito não se verifica em nenhum dos grupos de intelectuais aqui citados. Entre os homens de cultura do chamado setenta português, brasileiro ou espanhol, assim como entre aqueles do 1898 espanhol, ou aqueles que, adentrando o século XX, formaram a Renascença e a Seara Nova em Portugal e organizaram a Semana de Arte Moderna no Brasil, há muito mais ecletismo de leituras, interpretações e proposições do que congruências políticas e/ou artísticas.

A bibliografia mais recente sobre "história intelectual" em Portugal³⁷ e Brasil³⁸ com a qual tenho dialogado na condução desta pesquisa tem forte influxo do debate francês que é, por sua vez, marcado, em suas linhas principais, pelas noções de "campo intelectual" e "*habitus*" desenvolvidas por Pierre Bourdieu.³⁹ Advogando uma investigação para história da literatura e da arte que escapasse aos limites de uma biografia intelectual, Bourdieu sugeriu a inserção do autor estudado e da sua obra "*no interior do campo ideológico de que faz parte*", em uma palavra, caberia ao pesquisador esquadriar as estratégias de ação (os conflitos e as disputas pelo espaço e pelos lugares de institucionalização) entre grupos situados no interior do campo intelectual em sua dimensão de campo político de poder diretamente relacionado com as elites dirigentes. É no seio dessas relações conflituosas que se estabelecem "*habitus*" estruturadores das práticas características dos agentes em questão.

Na esteira dessas teses e da retomada da história política passou-se a pensar no intelectual como produtor de bens simbólicos que é, por isso, ator político⁴⁰, e que atua na formação e divulgação da cultura política de certa época. Para o estudo de história das idéias nessa lógica havia que definir textos, suportes e autores e apontar sua relevância e significado no conjunto da produção de dado período. É, neste sentido, interessante a sugestão de estudar autores ditos secundários e "*modestos objetos culturais*" mas que se constituem, do ponto de vista da época em que atuam ou

39

Pierre BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, S.P.: Perspectiva, 2005.

40

Jean-François SIRINELLI, "Os intelectuais", In: René RÉMOND, *Por uma história política*, R. J.: FGV, 2003, pp. 231-270.

41

Michel WINOCK, "As idéias políticas", In: René RÉMOND, ob. Cit., p. 281. Ver também do mesmo autor, *O século dos intelectuais*, R. J.: Bertrand Brasil, 2000.

42

CANDIDO, A. "A revolução de 30 e a cultura", In: *Novos Estudos Cebrap*, vol. 02, n. ° 04, pp. 27-36, abril de 1984 e *Formação da Literatura brasileira*, B. H.: Itatiaia, 1997, 2 volumes.

43

Roger CHARTIER, "História intelectual e história das mentalidades", In: *À beira da falésia – A História entre certezas e inquietudes*, Porto Alegre: Editora da UFRS, 2002, pp. 23-60.

44

Cf. Jean-François SIRINELLI, "Os intelectuais", ob. Cit.

45

Ressalvo a junção de duas noções pertencentes a duas tradições historiográficas: a noção de representação está vinculada à tradição francesa à qual me referi acima e se reporta às representações coletivas que estariam emblematizadas nos discursos das elites intelectuais no que diz respeito a este projeto. Já a noção de visão de mundo, desenvolvida, por exemplo, por Lucien Goldmann, reporta-se às formulações de Georg Lukács interessado em desvendar os complexos caminhos por meio dos quais a obra-de-arte encontra lugar no social inferindo-se e reportando-s a ele ao mesmo tempo. Creio que a noção de "visão de mundo" articula melhor os nexos entre idéias e sociedade e que traz em si, como um dos seus efetivos conteúdos, as construções/representações da nação. Cf. Georg LUKÁCS, *Ensaio sobre Literatura*. R.J.: Civilização Brasileira, 1965 e *Nueva Historia de la literatura alemana*. Buenos Aires: Editorial la Pleyade, 1971.

46

J. W. GOETHE, *Las afinidades electivas*, Barcelona: Icaria, 1967. Walter BENJAMIN, "Les Affinités électives de Goethe", In: *Oeuvres*, Tomo I, Paris: Gallimard, 2000, p. 274-395. LOWY, M. "Sobre o conceito de afinidade eletiva", In: *Redenção e utopia*, S. P.: Cia das Letras, 1989.

são publicados, "*poderosos fatores de impregnação ideológica*"⁴¹ e, acima de tudo, para usar um termo de Antonio Candido⁴², autores ou suportes responsáveis pelo estabelecimento de certa "rotina" de pensamento. O risco das abordagens quantitativas de certa história cultural que releva o rotineiro apenas a título de enumeração como se esta fosse capaz de apontar os conteúdos significantes para a compreensão dos pensamentos coletivos, ou mesmo do grupo de intelectuais que se pretende estudar, já foram apontados por Jean Ehrard e Roger Chartier⁴³ e se localizam a longa distância das intenções de Antonio Candido.

Mas há nas teses tributárias das idéias de Pierre Bourdieu uma questão para discutir em relação ao estudo das interseções entre itinerário, geração e sociabilidade. Cabe ao historiador das idéias observar estratégias de ação individual e grupal e o "*habitus*" que configura tais estratégias e aponta projetos efetivamente veiculados e/ou abortados. A geração, nesta lógica, permite encontrar filiações, negociações e conflitos, não apenas em função das faixas etárias envolvidas, mas, principalmente do ponto de vista da percepção de uma temporalidade própria aos participantes nos debates ditos geracionais.⁴⁴ Ocorre, no entanto, que tal perspectiva pode enclausurar a interpretação possível do historiador no âmbito dos grupos direta ou indiretamente envolvidos nos debates e nas disputas políticas que buscam institucionalizar os posicionamentos defendidos no seio do campo intelectual em relação ao campo político propriamente dito. O que quero registrar são minhas dúvidas acerca da operacionalidade da noção de "*campo*", acredito que ela aponta para certa autonomização do que seria o campo intelectual perdendo-se o nexos com o contexto, posto que este não me parece possa ser resumido ao intelectual.

Talvez seja interessante pensar na história intelectual dentro das possibilidades de estudo colocadas pela História das idéias que busca inventariar e interpretar "visões de mundo", apontando estas para representações construídas da nação no âmbito das propostas de modernização colocadas na virada do século XIX para o XX no mundo ibérico. Para tanto, repensar o contexto para além das sociabilidades e estratégias internas aos campos "intelectual" e "político" em sentido estrito tem sido fundamental. O que tem especialmente inspirado este trabalho é a procura dos nexos entre produção das idéias e portadores sociais na medida em que o período estudado assistiu a uma enorme profusão de meios e suportes públicos (periódicos, cátedras, grêmios, associações políticas diversas, etc.) que podiam ancorar as aspirações dos homens de cultura na divulgação de suas representações da nação/visões de mundo⁴⁵ e, dessa forma, conduzir a sua utopia de superar o atraso/decadência indicando às massas, por meio da construção da memória histórica, o caminho para a modernização. É neste sentido que a noção de "afinidades eletivas"⁴⁶ tem se mostrado interessante para compreender os nexos citados, as visões de mundo e as linhas de continuidade existentes entre os grupos que estudo aqui.

Na sua biografia sobre um dos principais propagandistas da Abolição dos escravos no Brasil, José do Patrocínio, afirma Roberto Magalhães Jr.:

"Entrou para o jornal liberal 'A Reforma' como conferente de revisão. A essa altura (1874), a folha republicana em que publicara seus primeiros versos ('A República') já havia desaparecido, depois de atacada pela polícia, quando enfeitara a fachada e colocara placares, anunciando a queda da monarquia espanhola e a proclamação da efêmera república de Emilio

47

R. MAGALHÃES Jr., *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, São Paulo: Lisa; Rio de Janeiro: INL, 1972, p. 23.

48

Antonio CANDIDO, "Radicalismo", In: *Vários escritos*, São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 265.

49

José Fanelli era bakunista italiano e membro da Primeira Internacional, havia chegado à Espanha em meados de 1868 com a missão de criar uma seção espanhola da Internacional que fizesse frente à orientação dominante da Internacional liderada por Karl Marx e F. Engels.

50

"La solidaridad", n. 17, 07 de maio de 1870, citado por Antonio ELORZA e Carmen L. ALONSO, *Arcaísmo y modernidad – Pensamiento político en España, siglos XIX-XX*, Madri: Temi, 1989, p.84.

51

"La Defensa de la sociedad", citado por Antonio ELORZA e Carmen L. ALONSO, *Arcaísmo y modernidad – Pensamiento político en España, siglos XIX-XX*, Madri: Temi, 1989, p. 85.

52

Rafael Bordalo PINHEIRO, *O Besouro*, 18 de Abril de 1878, disponível no Museu Rafael Bordalo Pinheiro de Lisboa/Portugal (digitalizado) e no IEB/USP/Brasil (impresso).

53

Eça de QUEIROZ e Ramalho ORTIGÃO, "Estado de alma português", 1873, In *As Farpas – Chronica mensal de política, das letras e dos costumes*, Lisboa: Typografia Universal, 1871-1883. Retirado Da Biblioteca Nacional Digital de Portugal.

Castelar. Pouco antes de ser empastelada pelos agentes de polícia, disfarçados em populares leais à monarquia, 'A República' vinha publicando, em folhetins, 'As Farpas', de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. (...) E iriam suscitar, no Brasil, toda uma série de publicações idênticas. A primeira destas seria 'Os Ferrões', assinados por Notus Ferrão e Eurus Ferrão. O primeiro de tais pseudônimos era o de José do Patrocínio e o segundo o de Dermeval Fonseca, seu companheiro de aventura jornalística que movimentou o Rio de Janeiro de 1875."⁴⁷

O debate que salta das páginas do periodismo ibérico nos anos 70 e 80 permite esquadrihar melhor o contexto que tento sumariar aqui e afirmar certa afinidade eletiva no que diz respeito tanto aos temas e problemas enfrentados pelos homens de cultura dos anos 70 e 80 na Espanha, em Portugal e no Brasil, como ao tom "radical" do conjunto de suas idéias e atitudes que formavam um "contrapeso ao movimento conservador"⁴⁸ predominante.

Na pena de anarquistas espanhóis, organizados em torno do periódico internacionalista de Madri "Solidaridad"⁴⁹:

*"Decidido a defender en toda su pureza los salvadores principios de la Asociación Internacionl de los Trabajadores, nunca transigirá con ninguno de esos paliativos propuestos por la clase media o por sus oficiosos defensores, para adormecer al trabajador y separarle de la senda que ha de conducirle a la realización de su completa emancipación econômica y social."*⁵⁰

Na pena dos contra-revolucionários quando, refletindo os ecos da Comuna de Paris e o crescimento do internacionalismo nas espanhas, fundaram o periódico "La defensa de la sociedad":

*"(...) la Revista es, por su índole, y en esto se distingue de las demás, una publicación de doctrinas de interes pemanente (...). para complemento de ella, y tan pronto como sus recursos lo permitan, se darán publicaciones aparte, unas escojidas para todas las clases ilustradas y para la juventud estudiosa, que bebe en las malas fuentes el veneno que daña, y otras populares para la masa de la población de ciudades, pueblos, talleres y aldeãs (...)."*⁵¹

Na ironia da caricatura de Bordalo refletindo o debate sobre a publicação de *O Primo Basílio* de Eça de Queiroz no Brasil: a madame apresenta o "primo Quincas que volta de Paris", bem arrumado e cheio de alegrias e o comendador (à parte): "*Mau.... mau.*"⁵²

Ou em "As Farpas – Chronica mensal de política, artes e dos costumes" na qual Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz manifestavam forte pessimismo histórico:

*"Temos do constitucionalismo – esgotado—tudo o que elle tinha da mau na lia: a nobilitação dos parvenus, a falsa aristocracia, a falsa grandeza, a falsa virtude, o falso talento, o funccionalismo exuberante, a arrogância burgueza, o reinado da usura, a ruína do trabalho, a decadência da arte (...)."*⁵³

*"Na grande maioria dos círculos eleitorais do país, continente e ilhas, todo eleitor que não vende simples e chamante o seu voto por dinheiro, vende-o por serviços, por bondades, ou por favores pessoais, ao pároco, ao escrivão da fazenda que cobra a décima, ou ao agente do recrutamento que manda prender para soldado. À pressão oficial acresce ainda a pressão do compadrio local. Na ilha da madeira, cujos interesses são neste momento representados no Parlamento pelo deputado Manuel Arriaga, o compadrio tem sobre a livre expressão da vontade do eleitor uma influência ainda mais despótica do que a da própria autoridade constituída."*⁵⁴

Em todos esses exemplos destacam-se conteúdos de radicalismo. É neste momento de influxo do periodismo, compreendido aqui como de corte radical que José do Patrocínio, envolvido nas campanhas abolicionista e republicana, em 1878, reuniu-se a Rafael Bordalo Pinheiro, português que se mudara recentemente para o Brasil e que emprestara sua arguta pena ao periódico 'O Mosquito', para fundar o hebdomadário 'O Besouro'.

Juntos, entre os meses de Abril e Dezembro de 1878, por meio das páginas deste hebdomadário, Patrocínio e Bordalo enfrentariam questões sociais e políticas do Brasil em chave de compreensão ibérica: a escravidão que marcava o Brasil e exigia o urgente debate das formas de inserção dos negros livres na sociedade, a seca que assolou o estado do Ceará naquele ano, a ação política das elites econômicas tupiniquins e sua relação patrimonialista com o regime monárquico, entre outros. Estes eram conteúdos de uma crise cujas origens remontavam-se, no debate intelectual do setenta brasileiro, à história colonial. Tal diagnóstico, no entanto, aqui chegara pelo mesmo caminho que trouxera os primeiros colonizadores. Sociabilidades e "afinidades eletivas" entre homens de cultura e de imprensa no mundo ibérico? Sim. Bordalo e Patrocínio são rotinizadores e publicistas do debate ibérico, em Portugal e no Brasil, atuando juntos na Corte brasileira em um momento no qual se desenvolve a imprensa e a esfera pública urbana ganha novas dimensões⁵⁵. Os periódicos, nesta época, deixam de ser apenas órgãos subvencionados pelas redes clientelares que marcavam a nomeação dos professores do tradicional Colégio Pedro II e de muitos outros cargos caros à manutenção da ordem imperial.

A pequena notícia que nos oferece Magalhães Jr. sobre a presença de José do Patrocínio no periodismo brasileiro decimonônico finisecular sugere, assim, uma interessante afinidade eletiva entre homens de cultura do Brasil e de Portugal. Marcados pela experiência republicana espanhola, pelo crescimento dos movimentos populares de orientação revolucionária e pela expansão imperialista, que trazia em si todo um desenvolvimento tecnológico e científico e desafiava o atraso a que viam suas respectivas nações reduzidas, esses letrados usaram do periódico e das cátedras como arma para divulgar suas teses e intervir nos espaços públicos. "As Farpas", "Os Ferrões", "O Besouro", "La Defensa de la Sociedad", "Solidaridad", são espaços de luta e de expressão de radicalismos nos anos 70 e 80 do século XIX. Mesmo conteúdos conservadores advogavam certa ação radical que se prestava à interpretação e sugestão revolucionária. O tom dos radicalismos que ecoavam deste periodismo invadirá o século XX e assumirá roupagens diferenciadas: será revolucionário na pena de Antero e será conservador e tradicionalista na pena de Teófilo Braga. Estendendo o argumento para autores que também enfrentaram o debate aqui sumariado no

55
Sobre Portugal veja-se Rui RAMOS, *A segunda fundação*, op. Cit., e José TENGARRINHA, *História da Imprensa periódica em Portugal*, Lisboa: Portugália, 1966. Sobre o Brasil veja-se Sérgio Buarque de HOLANDA, *O Brasil monárquico – Do Império à República*, São Paulo: Difel, 1983; Nelson Werneck, SODRÉ, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

mundo ibérico: será conservador também na pena de José Ortega y Gasset, procurará o justo equilíbrio com a defesa das liberdades públicas na ação de Manuel Azaña e na historiografia de Jaime Cortesão, será ambíguo na ação e na pena de Paulo Prado, e também na ação de José do Patrocínio e Eduardo Prado, politicamente distantes, mas talvez próximos na luta contra a República brasileira dita jacobina.

Em um dos casos específicos estudado aqui nas terras do Reino agora europeu, o do republicano fundador do PRP Teófilo Braga, a hipótese da modernização tinha como corolário a construção do Império na África. E então, e para finalizar, cabe indagar: quem poderiam ser os portadores sociais dos ideais republicanos divulgados pelo PRP nos seus centros de alfabetização e politização das camadas populares?

1890 é um ano fundamental para se tentar responder tal indagação, foi a partir do Ultimatum inglês, exigindo a retirada das expedições portuguesas que agiam entre as fronteiras de Angola e Moçambique na África do Centro-Sul, que se acirrou um movimento nacionalista que já vinha se manifestando desde as ações de Andrade Corvo como Ministro do Ultramar.⁵⁶ Este ministro pautou sua atitude frente à Inglaterra pela percepção da insuficiência dos capitais portugueses disponíveis mesmo após o fim do tráfico que, em tese, teria liberado capitais e energias para outras atividades. Na esteira das teses abolicionistas de Sá da Bandeira que buscavam modernizar a exploração colonial portuguesa, Andrade Corvo, nos anos 70 do XIX, imaginava abrir rotas de comércio no interior das áreas coloniais da África e, dessa forma, reverter as atividades escravistas em atividades produtivas. Para tanto seriam necessários capitais e "gentes": os primeiros eram insuficientes e os segundos, quando disponíveis, preferiam o Brasil. Essas insuficiências é que explicam, segundo Andrade Corvo⁵⁷, a necessidade de aproximação com a Inglaterra: era preciso atrair capitais e "gentes" que fizessem produzir as colônias para converter a tributação sobre o comércio e a produção para os cofres públicos portugueses. Mas as Cortes, e principalmente o PRP, que então tinha baixíssima representação nelas, negavam-se a corroborar tais teses afirmando-as entreguistas e contrárias à vocação colonizadora e civilizadora de Portugal.

Essa corrente nacionalista fundamenta sua defesa do Império no próprio Liberalismo que se desenvolveu na Península: é um Liberalismo que implica mutuamente tradição e modernidade mesmo quando, na voz dos homens da geração de 70, pretende-se socialista ou democrático. O termo "revolução" tem, neste sentido e desde o vintismo – e mesmo na reação espanhola à invasão de 1808, se quisermos estender o argumento --, um conteúdo de resgate do passado que lhe retira a possibilidade de apresentar-se como ruptura de fato, e que acaba por sacralizar o Império no debate das elites intelectuais, especialmente no discurso do PRP do qual Teófilo Braga era um dos principais representantes. A democracia, como a sonhava Teófilo, e que ele pretendeu instaurar quando se tornou presidente provisório da República que ajudara a fundar em 1910, não era a procedimental herdeira das Luzes que conhecemos, ou com a qual sonhamos, mas sim, como ele dizia, deveria ser orgânica.

Poderiam as elites econômicas vinculadas ao comércio colonial serem atores sociais para o projeto colonial africano? A leitura das fontes da época, como Sá da Bandeira e Andrade Corvo, e da historiografia aponta ausência de capitais nas mãos dos homens de negócio ou da burguesia comercial, como se queira usar um ou outro termo. Não creio que o

56

Valentim ALEXANDRE, *Velho Brasil, novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto: Afrontamento, 2000.

57

João de Andrade CORVO, *Portugal na Europa e no mundo*, Porto: Fronteira do Caos Editores, 2005.

58

O debate sobre o imperialismo "não econômico" encontra-se nos seguintes textos: Valentim ALEXANDRE, *Velho Brasil, novas Áfricas*, op. Cit., Gervase CLARENCE-SMITH, *O III Império português (1825-1975)*, Lisboa: Teorema, 1985. Pedro LAINS, *Os progressos do atraso*, Lisboa: ICS, 2003, João Pedro MARQUES, *Os sons do silêncio: o Portugal do oitocentos e a Abolição do tráfico de escravos*, Lisboa: ICS, 1999.

59

Eça de QUEIROZ, *A Ilustre casa de Ramires*, S.P.: Martins Claret, 2002. Cf. também: Feliciano RAMOS, *Eça de Queiroz e seus últimos valores*, Lisboa: Revista de Ocidente, 1945.

60

João MEDINA, "A democracia frágil: a Primeira República portuguesa (1910-1926)", In: *História de Portugal*, Bauru: Edusc, S.P.: Unesp e PT: Instituto Camões, 2001, pp. 375-390.

Terceiro Império tenha sido "não econômico"⁵⁸ como pretende parte da historiografia, mas seguramente a exploração da África oferecia menos ganhos econômicos do que supunham seus idealizadores e permite sugerir certa matriz ideológica cuja fonte é o Império da primeira modernidade. Os debates da geração de 70, que se estenderam pelos anos 80 e 90 do XIX, são testemunhos dos conflitos entre as possibilidades econômicas, colocadas por uma nação localizada na periferia do capitalismo contemporâneo de tintas imperialistas, e as representações da nação nos termos do binômio decadência/atraso que marcavam a visão de mundo dessas elites e dos portugueses. A trajetória do personagem de Eça de Queiroz, Gonçalo Mendes Ramires⁵⁹, ilustra claramente o conflito: há interesse econômico na África, mas não há capital disponível para efetivar e executar as tarefas e atividades colonizadoras que, acreditavam muitos, regenerariam a nação e a redimiriam do seu atraso. O imperialismo do XIX é essencialmente exportador de capitais, Portugal tinha dificuldades de abolir a escravidão exatamente pelas dificuldades em reconverter seus lucros em atividades produtivas que exigiriam maiores investimentos. Eça sabia disso, assim como Antero de Quental: esses dois autores perceberam a sobrevivência do Império como ideal, o interesse econômico que ele despertava e, ao mesmo tempo, a dificuldade de efetivar tal interesse por meio dos investimentos cabíveis.

A ausência de portadores sociais para o discurso republicano/colonialista explica, não apenas o isolamento do PRP após a proclamação da República⁶⁰, mas o sonho de um Bismarck português que pudesse vertebrar a nação e regenerar o Império, sonho que não seduziu Antero de Quental, mas que foi caro a Teófilo Braga e a Fernando Pessoa e que explica o distanciamento da República para com o povo que ajudara a fundá-la acreditando ser essa a "revolução portuguesa" que colocaria Portugal nos trilhos da modernidade.

Uma crítica às Instituições representativas no período das regências (1832-1840)

A Critic about the Representative Institutions during the Regency Period (1832-1840)

Ariel Feldman

Mestre em História pela
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Este artigo analisa os escritos de Miguel do Sacramento Lopes Gama em *O Carapuceiro* (1832-1842), um dos periódicos mais lidos em Pernambuco durante as regências. Mesclando crítica de costumes com proposições políticas, Lopes Gama apropriou-se de maneira peculiar dos conceitos formulados pelo francês Alexis de Tocqueville e veiculou a idéia de que os brasileiros não eram aptos para serem regidos por instituições democrático-representativas. Trata-se, pois, de um ideário que teve ampla circulação nos espaços públicos e que sustentou as reformas políticas conservadoras que se sucederam a partir de 1837.

Abstract

This article analyses what Miguel do Sacramento Lopes Gama wrote in *O Carapuceiro* (1832-1840), one of the most important newspapers in Pernambuco during the Regency period. Mixing criticism of habits with political propositions, Lopes Gama, who used in a peculiar way the concepts formulated by the Frenchman Alexis de Tocqueville, spread the idea that Brazilians were not able to be ruled by democratic institutions. These ideas were not only widely publicized, but also had a key role in sustaining the conservative political reforms that took place from 1837 on.

Palavras-chave

democracia, Regência, história intelectual, Pernambuco

Keywords

democracy, Regency, intellectual history, Pernambuco

1

F.A. Varnhagem (Visconde de Porto Seguro), *História Geral do Brasil* [1854], 10 edição integral, São Paulo, Edusp, 1981; Octávio Tarquínio de Souza. *História dos fundadores do Império do Brasil*, 10 vols. Rio de Janeiro, 1960; Oliveira Lima. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro : Topbooks, 1997 [1911]; Tobias Monteiro. *História do Império: a elaboração da independência*. Rio de Janeiro, 1927.

2

Denis Bernardes. *A idéia do pacto e o constitucionalismo em Frei Caneca*. São Paulo : Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1996; Evaldo Cabral de Mello (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo : Ed. 34, 2001; Jorge Caldeira(org.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo : Ed. 34, 1999; Magda Ricci. *Assombrações de um padre regente*. Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas : Editora da Unicamp, Cecult Ifhc, 2001; Marcello Otavio Basile. *Ezequiel Corrêa dos Santos*: Um jacobino na Corte Imperial, Ed. da Fgv, 2001; Marco Morel. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001; Idem. *Frei Caneca: Entre Marília e a Pátria*. Rio de Janeiro : Ed. da FGV, 2000; Maria de Lourdes Viana Lyra. "Pátria do cidadão: A concepção de pátria/nação em Frei Caneca". In: *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, n.36. Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. *A atuação política de um publicista*: Antônio Borges da Fonseca. Campinas : Puc, 1995.

3

Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. *Nisia floresta, O Carapuço e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo : Hucitec, 1996, p. 134.

4

O Carapuço n. 1 (7/abril/1832).

5

Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos* imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo : Hucitec, 2005, pp. 203-206 e Nelson Werneck Sodré. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966, pp. 139-141.

6

O Carapuço n. 11 (7/julho/1832).

7

O Carapuço, n. 16 (11/ agosto/1832).

O objetivo deste artigo é analisar a crítica empreendida pelo periódico *O Carapuço* (1832-1842) às instituições democrático-representativas do Império. Desde a fundação do império, primeiramente os publicistas que participavam do debate público, depois historiadores como Varnhagen, Oliveira Lima, Tobias Monteiro ou Otávio Tarquínio de Souza, se focaram, sobretudo, nos "grandes vultos" e nos "pais da pátria", ou seja, deram destaque a um pensamento notadamente reacionário e conservador.¹

A historiografia das últimas décadas, entretanto, mudou seu foco e vem privilegiando os atores sociais libertários e reformistas, por assim dizer, como Cipriano Barata, Antônio Borges da Fonseca, Frei Caneca, Ezequiel Corrêa dos Santos ou Diogo Antonio Feijó.² Mas, nos dias atuais, é nítida a ausência de análises que busquem compreender, sob um olhar crítico, o ideário político que sustentou a monarquia a partir de 1837. Assim, este ensaio deu destaque a um pensamento nitidamente conservador.

O padre Miguel do Sacramento Lopes Gama publicou no Recife entre 1832 e 1842 *O Carapuço*, um dos periódicos mais lidos em Pernambuco durante o período das regências. Em uma época em que as gazetas tinham duração efêmera, de no máximo alguns meses, este jornal durou uma década, repercutindo além das fronteiras provinciais, pois muitos de seus artigos foram transcritos em outros veículos impressos, principalmente na corte.³

E o êxito de Lopes Gama – que passou a ser conhecido como Padre Carapuço – muito se deveu à sua linguagem coloquial e satírica, bem como à suposta temática diferenciada de *O Carapuço*. O cabeçalho do jornal ostentava a epígrafe "Um periódico sempre moral e só *per accidens* político". Abaixo seguiam os versos do poeta romano Marcial: "Guardarei nesta Folha as regras boas/ Que é dos vícios falar, não das pessoas". Escreveu Lopes Gama no primeiro número, em abril de 1832, que seu "campo neutro" seria "a moral", pois "assim como há loja de chapéus", o seu periódico seria "fábrica de carapuços". Seguiu dizendo que

enquanto os outros periódicos de alto coturno todos se empregam na política, uns explicando direitos e deveres sociais, outros levantando questões sutilíssimas; entre dando alvitres, ora acertados, ora equivocados com o pequeno defeito de serem impraticáveis (...) eu, que sou um piegas no círculo dos gladiadores periodiqueiros, não me meterei nesses debuxos, nem é minha intenção pôr-me a escarpelas e tracamundas com meu próximo, uns porque os respeito por bons, outro porque os temo por ferrabrazes(...).⁴

No início das regências houve uma explosão da palavra impressa, mas poucos jornais que tiveram como eixo assuntos econômicos, científicos ou culturais emplacaram, sendo que pasquins de tamanho reduzido e de duração efêmera surgiram em grande número, quase sempre promovendo intrigas políticas e dotados de uma linguagem extremamente violenta. O uso de agressões verbais esteve intimamente relacionado com a violência política que caracterizou o período.⁵ *O Carapuço*, no entanto, procurou diferenciar sua proposta das demais até então veiculadas em outros periódicos. Lopes Gama zombou os gamenhos, que seriam aqueles homens "que não tem outro ofício, outro emprego, outro cuidado, senão embo-necar-se para namorar".⁶ Ridicularizou, também, os Padres e Frades game-nhos, dizendo que neles "é este vício muito mais escandaloso e censurável do que nos leigos e seculares."⁷ Esbravejou contra o luxo nos enterros

8
O *Carapuço* n. 23 (22/setembro/1832).

9
Frase de Juvenal, poeta satírico romano que viveu no século I d.C.

10
O *Carapuço*, n. 73 (23/dezembro/1837).

11
Luiz da Câmara Cascudo. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo Global, 2003 [1954], pp. 614-615; Idem. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo : Global, 2003 [1943], pp 186-187.

12
O *Carapuço*, n. 1 (17/01/1838).

13
Andréa Slemian. "Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)". In: JANCÓS, Istvan. (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec / Fapesp, 2005, pp. 829-849.

e exéquias, afirmando que " levar a vaidade além do túmulo, rodear de sedas, de galões , de ricos ornatos um corpo já inanimado, uma podridão, um seminário de bichos, é o que a razão não menos que a religião muito reprova e condena".⁸ E ele tinha em mente que o público apreciava o bom humor de seus escritos. "*Ridendo castigat mores* [Com riso corrigem-se os costumes],⁹ é o que quer o povo, e que remédio há senão ir com ele?"¹⁰ Dessa maneira Lopes Gama angariou para si um público cativo.

Mas ao contrário do que os folcloristas e os historiadores sempre valorizaram nesta fonte, pretende-se neste texto analisar as propostas políticas do Padre Carapuço. Câmara Cascudo, por exemplo, qualificou Lopes Gama como um "estudioso brasileiro" de folclore do século XIX e concedeu-lhe o honroso título de ser o primeiro a relatar os folguedos do bumba-meu-boi.¹¹ A crítica de costumes e a sátira, porém, tiveram, sobretudo, o caráter de afirmação política, pois esta postura "sempre moral" ajudou Lopes Gama a legitimar idéias que não se restringiam aos hábitos e à vida privada, e que atingiam um campo mais vasto e com implicações institucionais concretas. E uma das idéias centrais veiculadas neste bem humorado (e bem sucedido) jornal foi a de que os brasileiros não estavam aptos para serem regidos por instituições democráticas. Disse em janeiro de 1838 que "o povo do Brasil é tão apto para a democracia, como o muçulmano para reconhecer a jurisdição do papa".¹²

Instituições representativas e práticas democráticas

A formação do Estado e da nação no Brasil se processou em uma época em que instituições representativas e práticas democráticas começavam aos poucos a se difundir em todo o mundo ocidental. A democracia que existiu no Brasil escravista esteve circunscrita, é evidente, dentro dos moldes e limites que a época impunha – apenas aqueles com certo cabedal tinham direitos políticos (cidadania ativa). Aliás, em todo mundo atlântico isso foi fator comum, pois a idéia de fornecer direitos políticos a toda população não era levada a sério nem nos Estados Unidos nem na Europa.¹³ Assim, quando falarmos em democracia a partir de agora, fique claro que não estamos tratando da democracia do século XXI, e sim de um regime censitário e excludente, mas que já demonstrava que as sociedades estavam se transformando, pois práticas do Antigo Regime cediam espaço lentamente para a modernidade política.

Não se pode perder de vista que no final do século XVIII a primeira república do mundo havia sido efetivada, os Estados Unidos da América, e ali várias instituições eletivas consolidaram-se. Não se pode perder de vista também os ecos da Revolução Francesa por todo mundo atlântico. No mundo Ibérico as modernas práticas políticas foram estabelecidas pela primeira vez durante as Cortes de Cadiz (1810-1812). Deputados foram eleitos em todos os rincões da monarquia espanhola e enviados para os debates constituintes, e Juntas governativas foram compostas para exercer o poder local durante o conturbado período da invasão francesa. Este modelo político espanhol de 1812 influenciou diretamente os constitucionalistas lusos de 1820, pois enquanto não se tinha uma constituição foi decidido que o império português seria regido temporariamente pela Constituição de Cadiz. Isso se processou também nas províncias do Brasil, depois de muita turbulência e resistência daqueles que outrora eram os detentores do poder e beneficiavam-se com as premissas do Antigo Regime. Os anos de 1820 e 1821 foram muito marcantes, pois as capitâncias

14

Letícia Bicalho Canêdo. "Aprendendo a votar". In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo : Contexto, 2003, pp. 522-524.

15

Márcia R. Berbel. *A nação como artefato* : Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo : Hucitec/FAPESP, pp. 57-81.

16

Ibidem, pp. 73-81 e 127-140.

17

Andréa Slemian. "'Delegados do chefe da nação': a função dos presidentes de província na nova ordem constitucional no Brasil (1823-1834)", texto apresentado no Seminário Internacional *Brasil: de um Império a outro (1750-1850)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, setembro de 2005.

18

Constituição Política do Império do Brasil (1824). In: *Constituições do Brasil*. São Paulo : Atlas, 1979, pp. 662-663.

19

Apud. Letícia Bicalho Canêdo. *op. cit.*, p. 524. Ainda sobre a falta de uma identidade nacional claramente definida à época da formação da nação ver Istvan Jancsó; João Paulo Garrido Pimenta. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias. São Paulo : Editora Senac, 2000.

da antiga colônia, agora denominadas de províncias, se autogovernaram através de juntas governativas (em alusão ao modelo formulado em Cadiz) e elegiam deputados para serem enviados para as cortes de Lisboa. Cabe destacar que as eleições – segundo o modelo de 1812 – eram censitárias e em vários graus, ou seja, o "cidadão vota em sua paróquia para os compromissários que nomeavam os eleitores de paróquia. Estes últimos, reunidos, designam os eleitores de comarca, que elegiam os eleitores de província e que escolhiam, por seu turno, os deputados".¹⁴ Ao todo 72 deputados foram eleitos, num processo eleitoral bastante confuso e indefinido, sendo que os padres eram quem atestavam as qualidades requeridas para ser cidadão ao consultar os registros paroquiais.¹⁵

Com a chegada da bancada paulista em Lisboa em fevereiro de 1822, iniciaram-se as desavenças entre deputados brasileiros e portugueses, e num processo de alta complexidade transcorreu a separação entre os dois lados do Atlântico.¹⁶ D. Pedro convocou todas as províncias do Brasil a enviarem deputados para participar da Assembléia Constituinte ainda em junho de 1822, e após muitos embates esta foi dissolvida em novembro de 1823. Assim, em 1824 foi outorgada a primeira Constituição do Brasil, que apesar de imposta, continha em seu interior vários elementos do ascendente liberalismo (não seria melhor falar em liberaisismos?), entre eles podemos destacar os cargos eletivos. Visto que o poder legislativo era bicameral, a câmara dos deputados foi considerada a instituição mais popular. Sendo a legislatura de 4 anos, as províncias elegiam diretamente seus representantes. Já os senadores eram vitalícios e quem os escolhia era o Imperador a partir de uma lista tríplice enviada pelas províncias.

O poder executivo local se quedou sob a esfera de influências do Imperador, pois segundo a lei de 20 de outubro de 1823 era este quem nomeava os presidentes de província.¹⁷ A instituição eletiva a nível local era o Conselho Geral de Província, que segundo a carta magna de 1824, em seu artigo 81, tinha por "principal objeto propor discutir, e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias; formando projetos peculiares, e acomodados às suas localidades e urgência".¹⁸ Sendo constituído de 13 a 21 membros, dependendo da grandeza da província, esse conselho não teve uma função extremamente clara e definida dentro do funcionamento político imperial, e a historiografia ainda carece de investigar qual foi a real esfera de influência desta instituição que foi extinta em 1834. Neste ano os Conselhos Provinciais transformaram-se nas Assembléias Provinciais, sendo criado, dessa forma, o poder legislativo local. Cabe destacar que todo este sistema político se consolidou através de muita intriga, muita indefinição, muita fluidez, ou seja, que a mera formulação constitucional ou legal não significou uma automática efetivação de todo um novo aparato governativo. As décadas de 1820 e 1830 foram, na verdade, um laboratório de experiências políticas as mais diversas. A breve descrição aqui empreendida pode acabar por simplificar um processo que não foi de forma alguma simples e isento de complexidade.

Para todas as instituições eletivas provinciais era necessário que se transcorresse um processo eleitoral, o que era algo bastante complicado, dado a enorme extensão territorial do Brasil, as grandes falhas dos censos da época, e inclusive a falta de uma identidade nacional claramente definida, pois como disse o botânico francês Saint-Hilaire, que viajou pelo Brasil entre 1816 e 1822, "havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros".¹⁹ Mas, a despeito de todas essas complexas implicações,

20

Leticia Bicalho Canêdo. *op. cit.*, p. 525-526; Capítulo VI da Constituição Política do Império do Brasil (1824). In: *Constituições...op. cit.*, pp. 664-665.

21

Leticia Bicalho Canêdo. *op. cit.*, pp. 526-527.

22

Ibidem, pp. 527-528.

a constituição de 1824 formulou diretrizes para o nascente sistema eleitoral e, inspirada no constitucionalismo ibérico, estabeleceu eleições indiretas, ou seja, em dois graus. No primeiro grau, os votantes escolhiam em suas paróquias os eleitores de província. Estes, também chamados eleitores de segundo grau, seguiam rumo capital da província para eleger a lista tríplice para o senado, os deputados e os conselheiros de província (depois deputados provinciais). Os votantes deveriam ter uma renda anual mínima de 100 mil réis, e os eleitores de 200 mil. Estavam excluídos os escravos, as mulheres, os indígenas, os filhos de família vivendo com pais, salvo quando fossem funcionários públicos, e os religiosos que viviam em comunidade claustral. Estavam incluídos os nascidos no Brasil e os estrangeiros naturalizados com mais de 25 anos, os oficiais militares com mais de 21 anos e os bacharéis e padres sem limite de idade.²⁰

Até 1875 não foram impostas leis que determinassem como a renda seria comprovada. Assim, o alistamento, até o ano de 1842, acontecia no dia das eleições em cada paróquia, e quem o organizava era uma mesa eleitoral, presidida por um juiz que deveria decidir sobre a idoneidade dos votantes e verificar se realmente tinham condições de participar do pleito, relacionar o número de eleitores, determinar o início e o fim das eleições e ao final apurar os votos. A partir de 1842 esse processo de listagem passou a ser feito um dia antes das eleições por uma junta local de qualificação, mas ainda não havia nenhum documento que identificasse do eleitor. A votação acontecia nas paróquias e era antecedida por uma missa, sendo que o padre e o juiz indicavam o nome dos mesários que eram aprovados por aclamação. Segundo Leticia Bicalho Canêdo, "durante todo o processo, as rejeições e aprovações dos cidadãos sempre levaram a contendas e a turbulências, o que limitava o poder imenso das mesas eleitorais". Seguiu a autora dizendo que isso era "resultado de competição entre facções locais" e que "a imensa camada de homens pobres, agregados e pequenos empregados, (...) acorria às eleições em bandos porque recrutada por seus padrinhos que montavam guarda no local de votação".²¹ Pode-se imaginar como foram confusas e desregradas as eleições durante as primeiras décadas do Império.

Os votantes depositavam seus votos em uma urna improvisada, escrevendo o nome e a profissão dos candidatos em um papel que traziam de casa. Se uma paróquia tivesse porte para nomear 11 eleitores de província, deveriam ser escritos 11 nomes no papel, sendo a assinatura do votante obrigatória para evitar fraudes, o que retirava o caráter secreto da escolha. Os candidatos a eleitores de província não precisavam se inscrever previamente e nem ser filiados a nenhum partido (os primeiros surgiram no final das regências). Os eleitores de província escolhidos nas paróquias seguiam para a capital da província e votavam em tantos nomes quantos deputados, senadores ou conselheiros seriam eleitos. Assim, só conseguiriam se eleger para cargos provinciais aqueles que tivessem votos oriundos de várias localidades, o que segundo Canêdo produziu um "Legislativo no qual um agrupamento político detinha todas, ou quase todas, as cadeiras, sem espaço para a representação das minorias".²²

A nível distrital ou paroquial já era prática desde os tempos coloniais a escolha dos oficiais da Câmara Municipal, participando desse processo apenas os denominados "homens bons", ou seja, a aristocracia local. As Ordenações Filipinas desde o século XVII regulamentavam esse processo eleitoral, "mas o sistema se adaptava muito a cada costume local, pois as autoridades, embora com instruções e leis a obedecer, procediam, em geral,

23
Ibidem, p. 520.

24
Rosa Maria Vieira. *O Juiz de Paz do Império a nossos dias*. Brasília : Thesaurus, 1997.

25
Constituição Política do Império do Brasil (1824), in: *Constituições...op. cit.*, pp. 671-672.

26
Rosa Maria Vieira. *op. cit.*, pp. 31-42, 59-96, 163-243.

sem atenção a documentos ordenadores".²³ Esse processo sofreu algumas modificações advindas dos liberais oitocentistas através da lei de 1º de julho de 1828, mas os vereadores continuaram sendo escolhidos localmente, e por eleição direta, pois os votantes de paróquia já definiam quem seriam os componentes da Câmara Municipal por um mandato de 4 anos.²⁴

Outra função que era definida através de eleições diretas era a do juiz de paz, que a princípio deveria exercer funções conciliatórias em pequenos litígios, mas acabou por acumular funções judiciais, administrativas e policiais. A Constituição de 1824, em seu artigo 161, promulgou que "sem se fazer constar que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará processo algum", e no artigo 162 decretou que "para este fim haverá Juizes de Paz, os quais serão eletivos pelo mesmo tempo, e maneira, por que se elegem os vereadores das Câmaras".²⁵ Já sendo antigo o conceito jurídico de conciliação, pois as Ordenações Afonsinas (1446) contemplavam essa noção, foi a Constituição Francesa de 1791 que deu contornos modernos a essa prática instituindo os *Juges de Paix*, influenciando diretamente os legisladores brasileiros do século XIX. E, já previsto constitucionalmente, este juiz conciliador só foi regulamentado por lei em 15 de outubro de 1827. Após a abertura da primeira legislatura em 1826, os deputados e senadores se dividiram em duas grandes tendências, sendo que uns defendiam que o poder dos juizes de paz deveria estar limitado aos termos constitucionais, ou seja, eles deveriam ser simples conciliadores. Outros queriam conceder amplas atribuições judiciárias, policiais e administrativas a esses magistrados leigos. A segunda tendência saiu vitoriosa, ainda mais depois da promulgação do Código de Processo Criminal em 1832, que, embalado pelo avanço liberal oriundo do 7 de abril, ampliou desmedidamente os poderes dos juizes de paz. Assim, o Império estabeleceu, ao lado das magistraturas profissionais, de carreira, uma magistratura popular, com enormes poderes e encargos sob uma área denominada distrito de paz.²⁶

Durante o início do período das regências, ou melhor, de 1831 a 1837, foi nítida a ampliação das instituições representativas e das práticas democráticas. Em face da necessidade de se nacionalizar o Estado após a abdicação, os legisladores brasileiros procuraram iniciar esse processo por uma das engrenagens centrais da máquina estatal, o exército, que contava antes do 7 de abril com muitos portugueses em seus quadros, tanto nos baixos como nos altos escalões, constituindo-se uma ameaça à soberania da nação. Assim, em agosto de 1831, criou-se a Guarda Nacional, e o regulamento que a estabeleceu continha vários artigos copiados da lei francesa que cunhou instituição de mesmo nome meses antes. Também com o objetivo de reduzir os efetivos do exército, que vinha promovendo vários motins tanto no Rio de Janeiro como em outros núcleos urbanos nos idos de 1831, formulou-se a idéia de uma milícia cidadã, constituída por cidadãos em armas. Os recrutas deveriam ter renda mínima anual de 200 mil réis nas grandes cidades e 100 mil nas demais regiões. Sua organização era distrital, com um Comandante por localidade. O Estado teria despesas diminutas, apenas arcando com a distribuição de armamento, bandeiras, tambores, cornetas, trombetas, material de escritório e soldo dos instrutores. O artigo primeiro da legislação referente a essa milícia concentra todo o seu programa de ação, quando determina aos seus componentes "defender a Constituição, a Liberdade, a Independência, e a Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar, ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública, e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e

27

Jeanne Berrance de Castro. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo-Brasília : Ed. Nacional-I.N.L., 1977, pp. 19-26.

28

Sérgio Buarque de Holanda. "Préfacio". in: CASTRO, Jeanne Berrance de. *op. cit.*, p. XX. Sobre o recrutamento e sobre as estratégias da população livre para escapar das fileiras da Guarda Nacional ver Denise Moura. "A farda do tendeiro: cotidiano e recrutamento no Império". In: *Revista de História Regional*, Vol. 4, n. 1, Verão 1999, pp. 37-55.

29

O Carapuceiro, n. 70 (10/dezembro/1837)

30

Miriam Dolhnikof. "As elites regionais e a construção do Estado". In JANCÓS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí : Editora Unijui/FAPESP/Hucitec, 2003.

31

O Carapuceiro n. 3 (20/ abril/1832).

costas". Em seguida, o mesmo artigo impõe que "toda a deliberação tomada pelas Guardas Nacionais acerca dos negócios públicos é um atentado contra Liberdade", deixando claro que não foi formulada uma milícia deliberante, e que os guardas nacionais estavam subordinados, sucessivamente, aos juizes de paz, aos juizes criminais, aos presidentes de Província e, finalmente, ao Ministro da Justiça.²⁷

A grande novidade da Guarda Nacional estava, entretanto, no sistema eletivo para os postos de oficiais, sendo que as eleições se processavam em cada paróquia ou curato, sob os auspícios do juiz de paz, e o mandato era de 4 anos com direito a reeleição. A eleição dos oficiais fez com que Sérgio Buarque de Holanda afirmasse que "um dos distintivos de nossa Guarda Nacional de 1831, pode-se dizer desde já, está nisto que, apesar de deparar aqui com uma sociedade eminentemente inigualitária, nasce sob o signo da democracia", e que "se fez questão de agregar em suas fileiras, numa promiscuidade destoante dos costumes nacionais, o 'fidalgo' ao lado do tendeiro e, mais ainda, em admitir que um ex-escravo pudesse ser comandante de seu antigo senhor". É nítido, pois, o caráter altamente democrático desta organização militar não profissional.²⁸

Em 1832, como já falamos, foi promulgado o Código de Processo Criminal, considerado um dos regulamentos mais liberais da época e que reiterava e ampliava a autoridade dos juizes de paz. O Ato Adicional (1834) também representou um avanço da idéia representatividade. Em primeiro lugar por que permitiu aos cidadãos ativos que elessem o Regente, aquele que era o representante máximo da nação durante a menoridade do Imperador, sendo essa uma premissa que, segundo o Padre Carapuceiro, fez dos tempos regenciais uma democracia sob a máscara de monarquia.²⁹ Em segundo lugar por que permitiu, através da criação das Assembléias Provinciais, que as localidades desgarrassem-se da corte e elessem deputados que seriam responsáveis por criar impostos e gerar condições para uma autonomia tributária; por nomear empregados; criar, extinguir e modificar empregos e por constituir uma força policial.³⁰

Mas as práticas democráticas e as instituições representativas, que nasceram junto com o Estado-nação no Brasil, foram severamente criticada por Lopes Gama. E, ao fim das regências, os pressupostos democráticos acabaram sofrendo grandes restrições.

O estado social e o estado político

Lopes Gama veiculou a idéia de que o povo brasileiro não estava apto para a democracia durante os dez anos de publicação de *O Carapuceiro*. Dizia ele que os costumes e hábitos do brasileiro não forneciam bases sólidas para que instituições democráticas pudessem ter sucesso. Nos três primeiros anos de publicação -1832, 1833 e 1834 -, no entanto, essa formulação ainda não aparecia de maneira consistente. Mas alguns traços deste pensamento já podem ser detectados.

Em abril de 1832, usando a terceira pessoa do plural e deixando claro que se referia a falta de preparo dos brasileiros, disse que "não temos todos os requisitos" para a república.³¹ Veremos que a palavra "República" foi empregada em *O Carapuceiro* com uma conotação muito semelhante à idéia de democracia que vigorava naquela época. Em março de 1833, em um artigo intitulado "As caballas", ele criticou a maneira pela qual estavam sendo escolhidos os representantes da nação. Discorrendo sobre a prática da "caballa", que segundo ele consistia em pilhar "votos para Deputados,

32

O Carapuceiro, n. 42 (2/ março/1833).

33

O Carapuceiro, n. 58 (22/junho/1833). Jeanne Berrance de Castro afirma erradamente que apenas dentro do parlamento foram proferidas críticas aos legisladores brasileiros que copiaram quase que literalmente as leis que criaram as Guardas Nacionais francesas sem levar em consideração as peculiaridades locais. Lopes Gama, no Recife, também fez essa crítica na imprensa periódica. *op. cit.*, pp. 19-22.

34

O Carapuceiro n. 44 (15/março/1833), n. 54 (25/maio/1833) e n. 9 (23/fevereiro/1839).

35

O Carapuceiro n. 5 (31/janeiro/1838) e o n. 38 (3/setembro/1839).

para Juizes de Paz, Conselheiros do Governo, Camaristas etc..." ele ridicularizou um dos eixos centrais do sistema representativo – as eleições. Os eleitores não procuravam "adquirir esclarecimentos sobre a capacidade dos pretendentes", e por isso para ser deputado "basta andar em dois pés, ter uma figura humana, e saber caballar". As intrigas, as alianças, os conchavos, as trocas de favores, a bajulação e a oferta de empregos públicos eram para Lopes Gama os fatores decisivos no processo eleitoral.³² Em junho de 1833, Lopes Gama lançou um questionamento acerca de uma das instituições que contemplavam cargos eletivos no seu interior: "Serão as Guardas Nacionais, no Brasil, tais quais devem ser, atenta a qualidade da nossa população, atenta aos nossos hábitos, e outras circunstâncias?" Concluiu ele que não, que a população do Brasil era muito má educada para o bom funcionamento das Guardas Nacionais e que não se pode imitar instituições estrangeiras sem adaptá-las a realidade local, pois a "legislação tem que ser acomodada ao Povo, e não o Povo torcido para a Legislação, que lhe não convém".³³

Apesar de já explicitar essas idéias no início da década, Lopes Gama encontrou subsídio para aprofundar suas formulações em uma obra publicada em 1835 por Alexis de Tocqueville: *Democracia na América*. É bastante nítida, como veremos, a influência que este pensador francês exerceu sobre o Padre Carapuceiro. Outros diversos pensadores também o influenciaram, como se observa ao listar os autores citados nominalmente nas páginas de *O Carapuceiro*. A começar pelos autores latinos aos quais Lopes Gama vinculou sua sátira e sua crítica de costumes, e que provavelmente foram bastante lidos por ele dentro do claustro da ordem beneditina, uma vez que a transcrição de frases em latim uma prática usual de seus escritos. Juvenal, poeta satírico romano que viveu no século I d. C. e autor da frase "ridendo castigat mores" (com riso corrigem-se os costumes) é diversas vezes retomado. Marcial – autor da frase exposta no cabeçalho de *O Carapuceiro* – e Aulo Pérsio são outros autores romanos do século I referidos. A auto-definição de Lopes Gama como um crítico de costumes também se sustentou em autores mais recentes, como o poeta satírico português do século XVIII Nicolau Tolentino, o moralista francês do século XVII Jean de La Bruyère e o ícone das comédias satíricas francesas do século XVII Molière. Mas como a intenção aqui não é enveredar para a crítica de costumes, a literatura política que influenciou o Padre Carapuceiro é o que nos interessa.³⁴

Apesar de vários autores serem citados nas páginas de *O Carapuceiro*, como Benjamim Constant, Rousseau, Mably, Saint-Simon, Adam Smith, Ricardo, Guizot, Torombert, Chateaubriand, Montesquieu entre outros, nos deteremos aqui em empreender uma relação entre Tocqueville e Lopes Gama. Alexis de Tocqueville é citado nominalmente duas vezes pelo Padre Carapuceiro, em janeiro de 1838, e em setembro de 1839, mas traços do pensamento toqueviliano podem ser encontrados em diversos outros artigos. Mostrando respeito e admiração pelo autor francês, Lopes Gama se referiu a ele, na primeira citação, como o "mui judicioso Aléxis de Toqueville", e na segunda como "o sábio Tocqueville" que viajou pelos Estados Unidos com "grande discernimento".³⁵

Alexis Charles Henri Clerel de Tocqueville nasceu em Paris em julho de 1805. Seus pais, de origem nobre, foram presos durante os dias mais radicais da revolução francesa e escaparam do cadafalso graças ao 9 termidor. Com a Restauração monárquica em 1815, seu pai iniciou a carreira política

36

"Carta de Tocqueville a seu irmão Hipólito, 18 de agosto de 1830". In: TOCQUEVILLE, Alexis de. *Igualdade social e liberdade política: uma introdução à obra de Alexis de Tocqueville*. São Paulo : Nerman, 1988, p. 21.

37

François Furet. "O sistema conceptual da Democracia na América". In: TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrática*. São Paulo : Martins Fontes, 1998, pp. xi-xx.

38

Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama Político*. Recife : Imprensa Universitária, 1958; Gláucio Veiga. *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*. V. II. Recife: Editora Universitária, 1981, p. 280.

39

Sobre a nomeação para diretor da Typografia Nacional Alfredo de Carvalho. *Anaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*. Recife : Typografia do Jornal do Recife, 1908, pp. 41-43. Sobre a atuação de Lopes Gama como primeiro diretor do Liceo Provincial Olívio Montenegro. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife: Imprensa Oficial, 1943, pp. 12-16. A distinção entre "federalistas" e "centralistas" foi elaborada por Marcus J. M. Carvalho. "Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824". In: *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36. São Paulo, 1998. Ver também a esse respeito Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo : Ed. 34, 2004.

sendo prefeito de Metz, de Amiens e de Versalhes, e o próprio Tocqueville também ingressou em funções públicas nos últimos dias da monarquia Bourbon, tendo sido nomeado juiz auditor no tribunal de Versalhes em 1827. A essa altura da vida já havia cursado direito em Paris. Com a deposição dos Bourbon em julho de 1830, Tocqueville se viu desiludido, e não acreditando que conseguiria prosseguir com suas atividades jurídicas escreveu a seu irmão em agosto do mesmo ano questionando-se: "conservo meu ofício; porém, por quanto tempo? Não o sei. Na magistratura se passa o mesmo que no exército, está humilhada".³⁶ E realmente ele não se conservou no seu ofício por muito tempo, pois em abril de 1831 embarcou com seu amigo Gustave de Beaumont para os Estados Unidos após conseguir uma permissão do governo para estudar o sistema penitenciário desta democracia do Novo Mundo.

Segundo François Furet, a análise das prisões norte-americana foi apenas um pretexto, e que o sentido mais profundo desta viagem está no fato de que nos Estados Unidos Tocqueville poderia refletir e observar um país no qual um regime político se sustentava sem a existência de uma nobreza, um país no qual tudo convergia para a democracia. Cabe frisar que a palavra democracia significava para Tocqueville igualdade de condições, ausência de distinções sociais. Tratava-se de um nobre tentando entender as razões da derrota de sua classe social, e não havia lugar melhor para isso do que uma nação onde não havia condições sociais para existência de sua classe. Os dois pólos do pensamento tocqueviliano, segundo Furet, eram a nobreza (os vencidos) e a democracia (os vencedores). Assim, baseado em suas próprias vivências, pois Tocqueville foi testemunha ocular do processo revolucionário francês da primeira metade do século XIX, ele formulou a idéia de que as sociedades caminhavam inexoravelmente rumo a um estado democrático. O primeiro volume de *Democracia na América* (1835) é fruto dessa peculiar trajetória de vida.³⁷

Apesar de bastante distintas, as trajetórias de Tocqueville e Lopes Gama podem ser comparadas. A trajetória política do Padre Carapuço iniciou-se em 1817, quando tinha 27 anos e ainda era membro da ordem beneditina. Por não ter aderido a Revolução Pernambucana, foi agraciado com o cargo de lente de retórica do Seminário de Olinda, instituição que se encontrava desfalcada, pois muitos clérigos que ali lecionavam encabeçaram o movimento revolucionário, tendo ou sido presos e enviados para a Bahia ou condenados a morte.³⁸ Durante o processo de independência, quando a província se dividia, grosso modo, entre "centralistas" e "federalistas", Lopes Gama aderiu explicitamente aos primeiros, que defendiam o chamado "projeto do Rio de Janeiro", encabeçado na corte por José Bonifácio e que propugnavam por um Estado altamente centralizado. O grupo federalista, que reivindicava fortes doses de autonomia local, acabou por promover em meados de 1824 a Confederação do Equador, depois de presenciar o retorno dos deputados pernambucanos que foram cercados em plena Assembléia Constituinte por baionetas.³⁹

Na conjuntura de 1824, outra vez Lopes Gama se posicionou a favor da monarquia, e após o insucesso dos confederados foi agraciado novamente com cargos públicos. Ainda quando a província era governada pelo General Lima e Silva, líder militar da repressão monárquica e responsável pelo julgamento dos rebeldes, ele foi nomeado, em outubro de 1824, diretor da Typografia Nacional, a única existente em Pernambuco até então. Em 1825 o governo lhe deu a incumbência de visitar e fiscalizar as escolas

40

Sobre a Revolução de 1817 Glacyra Lazzari Leite. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife : Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988. Amaro Quintas interpreta os elogios que Lopes Gama fez ao longo de sua carreira jornalística a Luis do Rego como paga, por este ter nomeado ele lente de retórica. *op. cit.* Ver também, a esse respeito, Gláucio Veiga. *op. cit.*, p. 280.

41

Evaldo Cabral de Mello. "Introdução". In: _____ (org.). *O Carapuceiro: crônicas de costumes*. São Paulo : Cia das Letras, 1996, pp. 12-13. Apud. Ilmar R. Mattos de e Affonso Seigneur de Albuquerque. *Independência ou morte: a emancipação política do Brasil*. São Paulo : Atual, 1991, p. 50.

42

François Furet. *op. Cit.*, pp. xx.

43

O Carapuceiro, n. 5 (31/janeiro/1838) e n. 7 (11/maio/1837). Ver ainda sobre esta temática Ana Maria de Oliveira Burmester. "Tocqueville e a Revolução". In: *As aventuras do pensamento*. Curitiba : Ed. da UFPR, 1993.

públicas, sendo que logo essa função foi ampliada sendo ele o responsável em organizar e instalar um dos primeiros estabelecimentos de ensino secundário erigidos depois da independência: o Liceo, futuro Ginásio Pernambucano. Foi ele o primeiro diretor desse estabelecimento tendo também lecionado aulas de retórica.⁴⁰

Este posicionamento de Lopes Gama sempre a favor da manutenção do status quo se explica em parte pelo fato de que sua família sempre esteve bem posicionada no aparato administrativo do Antigo Regime. Seu pai, João Lopes Cardoso Machado, médico formado em Coimbra, foi nomeado Delegado da Real Junta de Proto-Medicato em Pernambuco em 1783 e sempre exerceu funções vinculadas à coroa. Ao ver a intensa participação popular na revolução de 1817, seu pai exclamou que "até os barbeiros não me quiseram mais fazer a barba, respondiam que estavam ocupados no serviço da pátria, via-me enganado a fazer a mim mesmo a barba". A quebra da hierarquia social e a participação popular em assuntos políticos eram, para o pai de Lopes Gama, um grande disparate. Era uma clara demonstração de conservadorismo político e social. Assim, segundo Evaldo Cabral de Mello, Lopes Gama surgiu no mundo político vinculado ao "setor mais reacionário da capitania, que era não a grande propriedade territorial, mas os círculos de comerciantes reais e de altos funcionários públicos a que estava ligado seu pai, cirurgião português radicado na terra e casado com brasileira de família influente mas de origem urbana." Mello se referia também a família materna do Padre Carapuceiro, os Gama.⁴¹

Tanto Lopes Gama como Tocqueville não enxergavam com bons olhos o processo revolucionário. Ambos estavam em posições sociais que seriam prejudicadas por eventos revolucionários. No caso de Tocqueville isso realmente ocorreu, posto que a Revolução Francesa prejudicou sua família e a revolução de 1830 afetou a ele próprio. No caso de Lopes Gama isso não chegou a ocorrer, pois os dois processos revolucionários ocorridos em Pernambuco não tiveram sucesso, e com a restauração da ordem ele acabou sendo beneficiado tanto em 1817 e 1824. Mesmo não sendo nobre, e sim de origem urbana, a família de Lopes Gama era uma beneficiária do antigo sistema colonial, pois ocupava cargos de poder dentro do aparato estatal, e revoluções poderiam reverter esse quadro. A adesão do Padre Carapuceiro, em 1831, a "revolução de 7 de abril" se deu muito mais no sentido de apoio à nacionalização do Estado que em função de uma luta contra o establishment. O posicionamento deste padre provinciano em relação ao processo revolucionário foi, portanto, muito semelhante ao do nobre francês.

Ademais, para Tocqueville os povos europeus eram "revolucionários", e não "democráticos", pois a desigualdade de condições gerava inevitavelmente revoluções, o que era algo em sua opinião extremamente ruim.⁴² Lopes Gama, em janeiro de 1838, disse que os brasileiros passaram "infelizmente sem nenhuma transição de colonos a Povos livres", e que subiram de um salto "muitos degraus do progresso social". Em seguida, citou o "muito judicioso Tocqueville" com a seguinte frase: "a liberdade (...) nasce ordinariamente no meio de tempestades". Em outro artigo de maio de 1837 também expôs essa concepção tocqueviliana de marcha da história dizendo que o Brasil errou ao passar tão bruscamente de um regime colonial para um sistema representativo, pois a revolução deveria ser lenta, e nos hábitos e idéias do povo.⁴³

Tocqueville, no entanto, enxergava uma nação que não necessitou passar por "tempestades" ou revoluções para atingir o estado democrático – os Estados Unidos. E isso se deveu a características muito peculiares da população americana, pois ali não estavam arraigados costumes e hábitos que valorizavam distinções sociais, e as bases para uma sociedade igualitária estavam postas por um processo natural. Ali havia a valorização das aptidões pessoais e uma hierarquia social extremamente móvel. O subtítulo do primeiro volume de *Democracia na América* é muito sugestivo neste sentido – "de certas leis e costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático". Reside aí uma das características centrais do pensamento de Tocqueville, a relação entre estado social e estado político. Estado social – diz Tocqueville "é geralmente produto de um fato, às vezes de leis, mais freqüentemente das duas causas reunidas; mas dado que ele existe, pode-se considerá-lo como causa primeira da maioria das leis, dos costumes e das idéias que regulam a conduta das nações".⁴⁴

44

Alexis de Tocqueville. *Democracia...op. cit.*, t. I, p. 107.

45

François Furet. *op. cit.*, p. XXVI.

Segundo Furet, Tocqueville tentou compreender "um estado de espírito (...) que se pode também chamar de costumes nacionais e que produz, dia após dia, a independência do social e o seu primado sobre o político".⁴⁵ Enfim, para Tocqueville os costumes, o protestantismo, a uniformidade de hábitos entre os habitantes da cidade e do campo, as luzes do esclarecimento presentes em grande parte da população – tudo isto compunha o cerne do estado social democrático americano. E o estado político, por sua vez, era subordinado a todos esses fatores.⁴⁶

46

Sobre a obra de Tocqueville como um todo ver ainda Célia Galvão Quirino. "Tocqueville: sobre a liberdade e igualdade". In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. v. II. São Paulo : Ática, 1989.

Lopes Gama bebeu dessa fonte, e ao refletir sobre a sociedade brasileira, aplicou esses conceitos em *O Carapuceiro* de maneira peculiar. Em dezembro de 1837, ironizando a recém proclamada República de Piratinim, disse:

*Quando se diz aos nossos Republicueiros, que o Brasil não está nas circunstâncias de governar-se Democraticamente [sic.], apontam-nos mui ufanos para os Estados Unidos da América do Norte, para a sua grandeza, e prosperidade, com se tivéssemos os mesmo elementos, como se o Brasil fosse povoado por famílias escolhidas, por filósofos, como se a nossa população fosse criada, como a d'aqueles Estados, com o leite da liberdade: eu porém apontarei aos nossos Repúblicueiros, os Estados do Sul d'América, as ex-colônias Espanholas(...)*⁴⁷

47

O Carapuceiro, n. 66 (2/dez embro/1837).

Em primeiro lugar fica evidente a apropriação das idéias formuladas por Tocqueville de que os norte-americanos eram "filósofos", "famílias escolhidas", "população criada" com o "leite da liberdade". Em segundo lugar é reveladora a preferência em comparar os brasileiros com os habitantes das ex-colônias espanholas, que se tornaram repúblicas e "depois de males incalculáveis" debatiam-se e lutavam "na voragem da guerra civil". Se para o pensador francês seria impossível transplantar as leis americanas para a Europa, pois no Velho Mundo os costumes eram muitos distintos, para Lopes Gama seria impossível transplantar essas leis para o Brasil pelo mesmo motivo.⁴⁸ Em outro artigo de dezembro de 1837, agora ridicularizando a República na Bahia, o Padre Carapuceiro afirmou que o Brasil não tinha condições de ser uma república, devido à corrupção, à imoralidade, ao desleixo na educação, à falta de religião e à escravidão. Comparando os norte-americanos com os brasileiros, ele disse que enquanto os primeiros

48

Alexis de Tocqueville. *Democracia...op. cit.*, t. I, p. 418. Outro artigo que compara o Brasil com os E.U.A e com as ex-colônias espanholas da América em *O Carapuceiro* n. 3 (9/janeiro/1839).

consideravam a "liberdade como dever religioso", para os segundos a "liberdade é sinônimo de roubos e assassinios"; enquanto os americanos eram laboriosos e dados a indústria, os brasileiros foram criados "no ócio, no luxo, e na dissipação"; enquanto os americanos queriam se livrar da escravidão, o "Povo brasileiro cada vez se mostra mais empenhado na importação dessa raça desgraçada". Lopes Gama construiu assim uma visão extremamente ideológica dos Estados Unidos, pois sabe-se que a parte sul deste país ainda importava, e bastante, escravos da costa da África nos meados dos oitocentos.⁴⁹

49

O Carapuço, n. 72 (21/dezembro/1837).

Em março de 1839, Lopes Gama afirmou: "Igualdade no Brasil! É um sonho, é uma utopia, por que se há país eminentemente aristocrata é o nosso". Seguiu dizendo que no Brasil todos almejavam receber o tratamento de Dom.⁵⁰ Em maio de 1839, criticando os acontecimentos que transcorriam no Rio Grande do Sul, ou seja, a Revolução Farroupilha, ele disse que a democracia é "excelente para outros Povos, não é adaptada as nossas circunstâncias, não é conforme os nossos hábitos, usos, e costumes".⁵¹ Em janeiro de 1839 repetiria a formulação de que a democracia não era compatível com os brasileiros devido aos maus hábitos, à miserável educação, ao tráfico de escravos incessante, à população heterogênea com costumes eminentemente aristocratas e ao espírito de insubordinação e impunidade.⁵²

50

O Carapuço, n. 10 (2/março/1839).

51

O Carapuço, n. 19 (28/maio/1839).

52

O Carapuço n. 5 (16/janeiro/1839).

Assim, observamos que Lopes Gama divulgou em seu bem sucedido periódico uma vertente do pensamento conservador bastante peculiar e fortemente embasada na noção de que o "estado social" da sociedade no Brasil incapacitava este povo de ser regido por instituições democrático-representativas. O estado político deveria estar de acordo com os hábitos e costumes da população. Assim, este Padre embasou teoricamente uma de suas propostas políticas centrais: "Talvez nos conviesse a princípio uma Constituição, em que menos predomine o elemento Democrático". Note que esta proposta estava camuflada com uma outra formulação – negar o retorno ao absolutismo. Mas mesmo se camuflado de opinião entre extremos, mesmo se camuflando com frases como "extremos não se logram" ou "extremos são os que nos têm causado os maiores prejuízos", não podemos deixar de enxergar fortes doses de conservadorismo no pensamento do Padre Carapuço.⁵³

53

O Carapuço, n. 5 (31/janeiro/1838).

Pensamento conservador e reforma nas instituições representativas

Desde a renúncia de Feijó como regente em 1837, e com a ascensão de Pedro Araújo de Lima, iniciaram-se reformas políticas que iriam ter consequências bastante efetivas para os rumos do Império. Em 1840 e 1841 três medidas legislativas foram instituídas com o intento de retroceder o avanço liberal decorrente do 7 de abril: a lei de interpretação do Ato Adicional, a recriação do Conselho de Estado e reforma do Código de Processo Criminal. A Lei de reformulação do Ato Adicional retirou algumas importantes atribuições anteriormente concedidas às Assembléias Provinciais, cerceando um pouco de sua autonomia para criar e suprimir empregos – era uma re-centralização administrativa a partir da corte. O Conselho de Estado foi um dos órgãos previstos pela carta de 1824 e extinto pelo Ato Adicional dez anos mais tarde, sendo que seus componentes eram vitalícios e nomeados diretamente pelo Imperador e o auge da carreira de um homem público era receber o cargo de Conselheiro de Estado. Esta instituição – uma das mais

54

José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem*. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume-Jumara, 1996, pp. 107-129; Rosa Maria Vieira. *op. cit.*, pp. 215-230; Lei n. 105 – de Maio de 1840 e Lei n. 234 – de novembro de 1841. In: *Constituições...op. cit.*, pp. 711-713.

55

Jeanne Berrance de Castro. *op. cit.*, pp. 233-142; Denise Moura. *op. cit.*, pp. 38-39.

56

Ilmar R. de Mattos. *O tempo saquarema*. A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990. Evaldo Cabral de Mello. "Frei Caneca ou a outra Independência". In: _____ (org.). *op. cit.*

57

José Murilo de Carvalho. *op. cit.*, pp. 83-107.

58

Líderes populares da Cabanagem (1834-1840).

59

O Carapuiceiro, n. 9 (14/fevereiro/1838).

conservadoras do Império – foi recriada em novembro de 1841, voltando a possuir uma imensa gama de poderes. A reformulação do Código de Processo Criminal retirou grande parte da autoridade policial e judiciária anteriormente exercida pelos juizes de paz. Judicialmente, estes magistrados populares perderam o direito de formar culpa, julgar contravenções e crimes sujeitos à pequena penalidade. Suas atribuições policiais foram então transferidas para os Chefes de polícia, Delegados e Subdelegados, sendo todos esses cargos de nomeação.⁵⁴

Já em 1850, foi reformulada a Guarda Nacional. Os oficiais deixaram de ser eleitos, e passaram a ser nomeados. Não bastasse isso ainda se criou o pagamento do "imposto do selo e emolumento de oficiais guardas nacionais", o qual estabelecia que estes deveriam pagar a quantia de um mês de soldo, igual o dos oficiais de 1ª linha de mesmo posto. Dessa maneira, o caráter democrático inicial das Guardas Nacionais foi se perdendo com o tempo, sendo que na segunda metade do século XIX o recrutamento apenas recaía na população livre de baixa renda, e o oficialato foi sendo ocupado por pessoas de cabedal. A distinção social novamente ficou evidenciada. Era a aristocratização da milícia cidadã.⁵⁵

Assim, torna-se imprescindível compreender o pensamento que sustentou essas reformas anti-democratizantes, que iriam perdurar por todo Império, sendo que em 1881, com a lei Saraiva, enquanto todo o mundo ocidental tendia a adotar o sufrágio universal, o Brasil reduziu seu colégio eleitoral ao elevar a renda necessária e ao sujeitar o eleitor a uma comprovação difícil, quando não impossível.⁵⁶

Cabe ressaltar, que além de circular publicamente em um periódico de comprovada circulação em Pernambuco e, por vezes, em outras províncias, o pensamento de Lopes Gama esteve presente dentro da Faculdade de Direito de Olinda, visto que ele foi diretor e professor dessa instituição. Lembre-se também que nessa faculdade formaram-se muitos dos homens públicos que iriam dominar o cenário político do Império. Lembre-se, por fim, que o Padre Carapuiceiro foi professor em outras diversas instituições educacionais. O espaço público de circulação dessas idéias não se restringiu, então, somente a imprensa.⁵⁷

O Padre Carapuiceiro criticou a idéia de eleições dentro do Brasil, fossem diretas ou indiretas. Em fevereiro de 1838, falando a respeito da eleição do primeiro regente uno, a qual se sagrou vencedor Feijó, ironizou dizendo que "obtiveram no Pará não poucos votos os facinorosos, e bem conhecidos trapilhas, e chichimecos Vinagre, Eduardo,⁵⁸ e um Padre muito devasso, e desordeiro, vergonha do clero e opróbrio da religião." Em seguida fez a recorrente comparação embasada em Tocqueville: "nos Estados Unidos quando se procede à eleição de seu Presidente, quais são os candidatos? Os homens mais respeitáveis por seu saber, por suas virtudes, por serviços prestados à Pátria."⁵⁹ Percebe-se que a visão que Lopes Gama construiu dos Estados Unidos foi bastante idealizada, e o pólo oposto a esse mundo ideal para o desenvolvimento da democracia era o Brasil, local absolutamente impróprio para esse sistema. Em julho de 1839, escreveu um artigo intitulado "As nossas eleições populares", no qual disse que "as chapas, ou listas dos Eleitores parecem cartas preparadas por destros pelotiqueiros; por que a tática é apresentarem nelas os nomes d'aqueles, cujos votos desejam pilhar" e que quando se aproximam as eleições "sujeito há que então se constitui um Árabe do deserto; por que montado em um

cavalo percorre todo esse centro, transpõe as serranias dos nossos sertões, e de colégio em colégio vai manjubando votos". Assim, ele sustentou "que sem cabalar ninguém consegue se eleger", e ironizou a idéia de que os mais votados constituíam-se em representantes da nação:

*E venham cá embaraçar-me com o palavreado de vontade geral, e representação da Nação. Toda essa nomenclatura é rigorosamente uma ficção; é todavia o que deveria ser, mas de fato com poucas, e honrosas exceções os eleitos não são, nem jamais seriam escolhidos pela vontade livre, e espontânea dos Povos; que se assim fora não veríamos com magoa tanto bajoujo, tanto animal quase irracional constituído Representante da Nação, ou Província. O profundo Machiavel, e depois, Montesquieu estabeleceram o princípio de que o Povo tem um critério admirável em suas eleições: mas com o devido respeito, ou esses grandes homens não sabiam o que eram as cabalas, ou referiam-se a Povos, mui diferentes dos nossos a esse respeito.*⁶⁰

60

O Carapuceiro, n. 21 (4/junho/1839).

Novamente Lopes Gama expressou a idéia de que o Povo brasileiro não era adaptável às práticas democráticas. O "estado social" não permitiria certas configurações para o "estado político". Mas sua preocupação central foi procurar destituir de sentido noções básicas da nova cultura política que estava emergindo, ou seja, desqualificar conceitos como "vontade geral" e "representação da Nação". Interessante de se notar, também, como ele misturou a sua tão famosa crítica de costumes com a divulgação de suas concepções políticas, pois ao dizer que em se aproximando as eleições o "pai atraiçoa o filho, o filho o pai, o irmão ao irmão", conferiu uma conotação imoral ao processo eleitoral, deslegitimando-o por completo, seja na esfera pública, como na privada. Em outro artigo de outubro de 1837, intitulado "O sistema que felizmente nos rege", ironizou aqueles que se utilizavam dessa expressão para ovacionar o Regime Monárquico Representativo. Novamente ele criticou a distância entre a teoria e prática, e afirmou que era uma grande piada a idéia de "representação nacional", pois os deputados e senadores não representavam a "vontade geral", e sim um terço da população livre e, principalmente, as cabalas do partido dominante. Por fim, sugeriu que os legisladores não deveriam ser chamados de representantes da nação, e sim de tutores.⁶¹

61

O Carapuceiro, n. 55 (25/outubro/1837).

Em agosto de 1837 publicou uma suposta carta de um leitor, que dizia que o regime representativo não funcionava no Brasil, porque o sistema político era liberal de direito e absoluto de fato. Lopes Gama concordou com a asserção desse suposto leitor e ironizou todos aqueles que afirmavam que quando os representantes da nação legislassem, todos os males do país seriam solucionados. E então – questionou Lopes Gama – os males foram solucionados? Note-se que há uma provável ironia aos federalistas de 1824, ou aos revolucionários de 1817, que consideravam o sistema de representação uma das soluções para o futuro. As rivalidades antigas, dessas duas revoluções, parecem ter sido exteriorizadas diversas vezes, mostrando como momentos ímpares de inflexão política deixavam profundas cicatrizes nas sociedades e nas pessoas que os vivenciaram.⁶²

62

O Carapuceiro n. 38 (26/agosto/1837).

Em julho de 1839, o viés da crítica foi outro, mas o alvo o mesmo – o sistema representativo. Segundo ele o intenso tráfico de empregos públicos era uma das características inerentes desse sistema, e que o

funcionário público procurava tirar o máximo de proveito possível, leia-se roubar, enquanto no exercício de sua função, pois sabia que com qualquer mudança na situação política seria demitido. Segundo o Padre Carapuceiro o sistema representativo era um regime de transações, o cunho do egoísmo. Tal sistema – ainda segundo ele – induzia o poder executivo ao erro, formava um povo de intrigantes e talvez estivesse acalentando as diversas revoltas que então se sucediam. Concluiu dizendo que se o convencessem de que as eleições escolhiam os melhores, defenderia que todos os funcionários públicos fossem eleitos, mas isso raramente acontecia. "Acolha-se e proteja o mérito" – proclamou ao fim, numa clara demonstração de que o escrutínio público no Brasil de maneira alguma valorizava essa característica no candidato.⁶³

63

O Carapuceiro n. 30 (23/julho/1839).

E por vezes Lopes Gama exteriorizou uma certa nostalgia da época em que os cargos eram todos nomeados – uma nostalgia do Antigo Regime. Em dois artigos, um de junho de 1832 e outro de janeiro de 1833, comparou os candidatos a cargos públicos com pescadores. Os cargos foram comparados com peixes: "o lugar de deputado é uma cavalla, e gorda", já "o cargo de senador é um mero de bom tamanho", o de Camarista "por que sendo antigamente uma tainha seca e rançosa, a Constituição metamorfoseou-a em carapitanga frescal, e gorda, que não é para desprezar". Criticando o sistema eletivo, dizendo que "a inveja é a paixão dominante dos pescadores", que as rivalidades entre eles eram as causas de diversas rusgas, lembrou-se de outros tempos:

*Antigamente eram os mares Realengos; e tendo Deus, nosso senhor criado esse elemento para todos os seus filhos, que são os homens; ninguém pescava nas costas, se não por que os Senhores Reis cediam do seu inquestionável direito, e permitiam utilizar-se dos mares. Bons tempos, e santos Reis eram aqueles, que até concediam aquilo mesmo que Deus havia criado!*⁶⁴

64

O Carapuceiro, n. 7 (9/junho/1832). Ver também o n. 35 (23/janeiro/1833).

Em seguida repetiu sua metáfora, de que quando os "mares eram realengos (...) só pescavam os grandes pescadores válidos; e seus afilhados por especial privilégio; e ao Povo apenas é permitido pescar o miuçalho", mas "hoje, que as águas do Oceano foram restituídas à Nação, não parece fora de Vila, e termo, que todos queiram ser pescadores". Note que este artigo é de 1832, tempo em que ainda não havia sido publicado *Democracia na América* e que defender premissas absolutistas poderia ser perigoso e render ao gazeteiro a acusação de ser a favor dos lusitanos, de ser column. Mas mesmo assim Lopes Gama, sutilmente, enumerou vantagens do Antigo Regime em comparação com o sistema representativo. Cabe lembrar que Lopes Gama pescou seu primeiro peixe, ou seja, conseguiu seu primeiro cargo público, na época em que "os mares eram realengos", quando foi nomeado em 1817 lente de retórica do Seminário de Olinda.⁶⁵

65

O Carapuceiro, n. 7 (9/junho/1832).

Outro artigo no qual Lopes Gama demonstrou certa nostalgia dos tempos antigos foi publicado em fevereiro de 1838, cujo título foi "Diálogo entre Marilandia e D. Benta, sua Bisávo". Em um diálogo fictício – recurso reiteradamente empregado em *O Carapuceiro* – a bisavó lembrava das vantagens do tempo em que era jovem, enquanto sua bisneta defendia as transformações que haviam ocorrido na sociedade. Este diálogo nos permite captar algumas das percepções que Lopes Gama tinha em relação

66

O Carapuço n. 13 (28/fevereiro/1838).

ao advento da modernidade política. Enquanto a bisavó lembrava-se com saudades da época em que todos eram governados "por um General, por um Ouvidor, e um Juiz de Fora, e nada mais" a bisneta rebatia elogiando as revoluções políticas e afirmando que o mundo estava em progresso, "pois até já temos gelo para tomar os nossos sorvetes". O ridículo argumento utilizado pela bisneta nos mostra como o Padre Carapuço enxergava as transformações políticas – de maneira negativa.⁶⁶

Esse professor da Faculdade de Direito de Olinda saudoso dos tempos antigos também criticou bastante a legislação jurídica, área que fazia parte do seu cotidiano na década de 1830. Seus alvos principais: o imenso poder dos juizes de paz e o Código de Processo Criminal (1832), considerado a legislação mais liberal já elaborada até então e responsável pela imensa gama de atribuições deliberativas concedidas a esses magistrados populares.

Em agosto de 1833, pediu rigor na punição dos columnas envolvidos na Abrilada e na Guerra dos Cabanos, mas conclamava para que tudo fosse feito dentro da lei, apesar de "o Código Penal" ser "inadequado as atuais circunstancias pela sua demasiada brandura, e filantropia". Em julho de 1833, o Padre Carapuço se referiu aos "gravíssimos defeitos do nosso Código Penal mormente a respeito do crime de rebelião", pois defendia uma punição severa contra os rebeldes cabanos. Em julho de 1837, defendeu a pena de morte, criticou novamente a frouxeza das leis do Código Penal e também se voltou contra outra instituição liberal do aparato jurídico – o júri. Segundo ele, quem tinha bons padrinhos quase sempre poderia contar com a impunidade, o que constituía a inoperância do júri popular. Aliás, o júri foi alvo de reiteradas críticas, pois em outubro e dezembro de 1837 tornou a repetir os mesmos argumentos anteriormente explicitados. Em abril de 1838, clamando por uma dura pena aos rebeldes liderados por Sabino na Bahia, criticou a possível impunidade que poderia ocorrer devido a frouxeza do Código Penal em relação ao crime de opinião política. Em julho de 1838, defendeu, em acordo com as propostas da bancada governista conservadora, que era então majoritária no parlamento, a criação de um tribunal especial para julgar os rebeldes baianos – o júri seria palhaçada.⁶⁷

67

O Carapuço n. 68 (31/agosto/1833), n. 59 (29/junho/1833), n. 29 (26/julho/1837), n. 55 (25/outubro/1837), n. 66 (2/dezembro/1837), n. 18 (4/abril/1838) e n. 47 (28/julho/1838).

Todas essas críticas demonstram um saudosismo de uma justiça sumária, dos tempos do Antigo Regime, quando os magistrados não encontravam impedimentos legais para julgar, e quando a legislação não protegia os direitos de liberdade dos réus. Diferentemente de Feijó, que, segundo Caldeira, pretendia substituir o "arbítrio pelo império da lei", e que quando ministro da justiça procurou não prender ninguém sem antes formar culpa, Lopes Gama demonstrava uma nostalgia jurídica dos tempos em que "os mares eram realengos". Em outubro de 1837, Lopes Gama, grosso modo, afirmou que a justiça na época colonial era menos dispendiosa e mais efetiva do que a do período das regências.⁶⁸

68

O Carapuço, n. 55 (25/outubro/1837); Jorge Caldeira. "Introdução". In:_____ (org.). *op. cit.*, p. 14.

Os juizes de paz também foram motivos de diversas críticas de *O Carapuço*. Em fevereiro de 1833, em artigo intitulado "Reflexão sobre os nossos Juizes de Paz", disse que essa seria em teoria uma excelente instituição, mas que malogrou no Brasil porque os "homens não possuem aquele grau de ilustração, aquelas virtudes cívicas indispensáveis ao bom andamento dos negócios". Note que novamente nos deparamos com a carapuça talhada para o povo brasileiro – um povo sem as qualidades (estado social) necessárias para as instituições democráticas (estado político). Lopes Gama criticou os Capitães Mores, que foram as figuras que antecederam os juizes

69

O Carapuço n. 39 (9/fevereiro/1833) e n. 54 (25/maio/1833).

de paz no período colonial, citando os desmandos e horrores cometidos por esses funcionários do Antigo Regime. Porém, continuou ele, "os Juizes de Paz (com poucas e honrosas exceções) mormente os do mato vão fazendo o mesmo, e por ventura pior do que os Capitães Mores mais insolentes, e absolutos." Por fim, condenou a prática da cabala e chamou alguns juizes de paz de "déspotas liberais".

Em fevereiro de 1838, Lopes Gama voltou-se contra a idéia de eleições diretas no Brasil, tal como defendiam os adeptos de Sabino.⁶⁹ Para isso citou o exemplo de um cargo que já era concedido através de eleições diretas:

*O que seria no Brasil uma eleição direta? Nós temos a amostra do pano em as eleições de Juizes de Paz. Quando estes em Pernambuco, antes da Lei Provincial de 14 de Abril, gozavam de onipotência, que lhes outorgaram o santo Código de Processo, e outras Leis, quase geralmente eram nomeados os piores homens da Comarca, do Termo, do Município. Com poucas honrosas exceções mormente por esses matos, e por essas praias viam-se ocupando o importante cargo de Juizes de Paz verdadeiros réus de polícia, borrachos de profissão, e até ladrões de cavalo; entre tanto eram os Snrs. Juizes, que podiam pronunciar, prender, e mandar atirar ao cidadão mais probo, mais sisudo, &c. &c. Considerem meus pios Leitores o que seria de nós se proclamada a tal República se procedesse por eleições diretas (que são essenciais na Democracias) para Presidentes dos nossos Estadinhos, para Senadores, Deputados &c. &c.?*⁷⁰

70

O Carapuço n. 9 (14/fevereiro/1838).

Malograriam todas as instituições que exigissem um processo eleitoral, malograriam todas instituições que exigissem certo discernimento por parte do povo brasileiro. O motivo era repetido a exaustão – a população do Brasil não possuía os atributos necessários para a democracia. Note-se que muitas vezes o termo República é empregado como sinônimo ou como algo extremamente próximo da idéia de democracia. E, recém criada as Guardas Nacionais, Lopes Gama já iniciava seu arsenal de críticas. Em artigo intitulado "As nossas Guardas Nacionais", de junho de 1833, embasando-se na idéia de que legislação deveria ser acomodada ao povo, e não o povo à legislação, de que o povo mal educado, sem posses, não tinha capacidade de votar, de que não se pode imitar os povos estrangeiros, que tem a perfeição social, sugeriu a reformulação da milícia cidadã. Disse que a inversão da hierarquia social que ocorria dentro das Guardas Nacionais era um disparate, pois seria um absurdo um senhor de engenho ser comandado por seu purgador. Argumentos desse tipo – de que ex-escravos estavam sendo comandados por seus ex-senhores – foram utilizados pelos legisladores quando a milícia foi reformada em 1850. Disse ainda que era um grande equívoco um oficial ter que angariar votos de seus soldados para se manter no cargo. Por fim, sugeriu um novo formato a esses corpos militantes: que de soldado até sargento continuasse como estava e que de alferes em diante os eleitores de província mandassem uma lista tríplice ao presidente de província.⁷¹

71

O Carapuço n. 58 (22/junho/1833); Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. XVI.

O modelo de escolha dos oficiais das Guardas Nacionais proposto pelo Padre Carapuço era semelhante ao utilizado para se escolher os senadores, no qual os eleitores de província enviavam uma lista tríplice para o Imperador. Enfim, precisava-se aristocratizar o processo político no Brasil e restringir a cidadania (ativa) a um círculo seleto de pessoas.

Ao fim e ao cabo, convém ressaltar que a crítica de costumes de *O Carapuceiro* teve um enfoque notadamente político. Ao utilizar o referencial teórico toqueviliano, o qual conferia primazia do "estado social" sobre o "estado político", Lopes Gama declarava a incapacidade do povo brasileiro para ser regido por instituições democrático-representativas. Os costumes, os hábitos (estado social) dos brasileiros eram o aspecto primordial para definir o sistema político que deveria reger o Estado. Assim, o Padre Carapuceiro justificou que o Brasil deveria ser uma monarquia em que menos predominasse o elemento democrático. O "costumbrismo" de Lopes Gama não foi, assim, isento de intenções políticas.

Nos deparamos, neste artigo, com um pensamento que teve grande circulação nos espaços públicos, e que sustentou, principalmente no âmbito provincial, a monarquia conservadora que se instituía com força a partir do segundo reinado.

José Bonifácio, Shakespeare e os Gregos: a língua do Brasil e a imagem nacional

José Bonifácio, Shakespeare and the Greeks: the Language of Brazil and the National Image

Valdei Lopes de Araujo

Professor adjunto no Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo

Neste artigo são analisadas as relações entre política e poesia no Brasil da primeira metade do século XIX. Argumenta-se que as reflexões de Bonifácio sobre a tarefa do poeta e do tradutor são sintomas do esgotamento de um conjunto de valores clássicos que orientaram sua geração. Em 1825, Bonifácio percebeu a necessidade da produção de um novo campo de experiência capaz de orientar o jovem Império na construção de seu destino. A crise do racionalismo ilustrado, agravado pelos conflitos ao longo do processo de emancipação política, exigiu a construção de novas formas de identificação coletiva, distintas tanto do mosaico de hierarquias do período colonial, quanto do frio cosmopolitismo do racionalismo ilustrado.

Abstract

This paper analyses the relationship between politics and poetry in Brazil in the first half of the eighteenth century. José Bonifácio's reflections on poetry and translation are considered symptoms of the exhaustion of a set of classical values that have oriented his generation. In 1825 Bonifácio was conscious about the necessity of building up a new space of experience able to guide the new Brazilian Empire in the construction of its destiny. The enlightened rationalism crisis, deepened by the conflicts generated by the Brazilian Independence process, demanded the formulation of new forms of collective identity. Bonifácio tried to overcome both the colonial hierarchical mosaic of identities and the cold cosmopolitanism of enlightened rationalism.

Palavras-chave

nação, Independência, literatura, modernidade

Keywords

nation, Independence, literature, modernity

I. Política e poesia: como imaginar a nação

Em 1825, José Bonifácio de Andrada e Silva publica uma coletânea poética intitulada "Poesias avulsas de Américo Elysio". Após seu afastamento forçado da vida política que segue o fechamento da Assembléia Constituinte, Bonifácio encontrou tempo para voltar à atividade "poética" que os conturbados anos da Independência brasileira tornara tarefa secundária. Além de reunir poemas escritos em diferentes momentos de sua trajetória, Bonifácio apresentou uma série de traduções, sempre acompanhadas por pequenas introduções críticas. É justamente na introdução que antecede sua tradução de algumas odes de Píndaro que encontramos a seguinte citação:

*'The poet's eye, in a fine frenzy rolling,
Doth glance from heaven to earth, from earth to heaven.
And as imagination bodies forth
The form of the things unknown, the poet's pen
Turn them to shapes, and gives to airy nothing
A local habitation, and a name.'*¹

1

José Bonifácio de Andrada e Silva. *Poesias avulsas de Américo Elysio*. Bordeaux, s. ref., 1825, p. 110. (Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1942) O trecho foi assim traduzido por Nelson Jahr Garcia: "O olho do poeta, num delírio excelso, passa da terra ao céu, do céu à terra, e como a fantasia dá relevo a coisas até então desconhecidas, a pena do poeta lhes dá forma, e a essa coisa nenhuma aérea e vácuo empresta nome e fixa lugar certo".

2

O contato pessoal, algumas vezes, e intelectual, de modo sistemático, com grandes pensadores europeus da passagem do século XVIII ao XIX, particularmente alemães (Herder, Goethe) e ingleses (Hume, Gibbon, Byron) ajuda a entender essa familiaridade. Para uma análise das viagens de Bonifácio pela Europa e o impacto em sua formação intelectual, ver Berenice Cavalcante. *José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, *passim*.

3

Afrânio Peixoto. "Apresentação" In: José Bonifácio de Andrada e Silva. *Op. Cit.*, p. XI.

4

Cf. Antonio Candido. "Uma literatura empenhada" In: _____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. I. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997, pp. 26-28 e Luiz Costa Lima. "Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil". In: _____. *Dispersa Demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 3-29.

A passagem é evocada na tentativa de definir a natureza da obra de Píndaro em relação ao mundo Grego. Píndaro seria o grande poeta helênico porque conseguiu traduzir em imagens a essência de seu tempo e lugar. Trata-se de um trecho de Shakespeare, isso nos é explicitamente dito por Bonifácio, embora nada registre sobre a obra específica de onde retirou a passagem. O conteúdo do trecho parece ser suficiente para percebermos que o Shakespeare citado por Bonifácio era aquele que emergira da releitura "pré-romântica" alemã e inglesa do clássico da literatura elisabetana.² O poeta aqui não é apenas o cultor da forma, mas o gênio capaz de sondar a natureza das coisas e dar-lhes imagem, o mediador entre a comunidade e seu destino. O que tentaremos pensar nesse artigo é como essa nova concepção do trabalho poético está intimamente relacionado com o projeto político que emerge no processo de independência, ou seja: como produzir uma direção para aquele novo corpo político, que embora autônomo, carecia de um campo de experiência capaz de torná-lo portador de um destino compartilhado e reconhecido pelos homens que habitavam os mais diversos pontos do território.

Na história da literatura brasileira a obra poética de José Bonifácio sempre recebeu algum tipo de menção condescendente, chegando alguns a querer identificá-la como uma pré-história do romantismo brasileiro.³ O propósito desse artigo é outro, trata-se de pensar seriamente a unidade entre política e "literatura" no nascente sistema intelectual brasileiro, e especificamente na trajetória de José Bonifácio.⁴

A compreensão mais comum da relação entre política e "poesia" que estava disponível aos homens da geração da Independência passava por dois caminhos. De um lado, a "poesia" como atividade doméstica, alheia ao mundo público, rematada pelo *topos* clássico da amenidade e doçura da vida doméstica contraposta às agruras do mundo exterior. De outro, acompanhando a ampliação da esfera pública em sua compreensão moderna, a "poesia" tornava-se veículo de divulgação das idéias e sentimentos políticos, considerando que agora o indivíduo/cidadão está teoricamente autorizado a participar da gestão da coisa pública. Não é difícil encontrar na obra de Bonifácio referências a essas duas concepções, mas no livro de 1825 uma tarefa mais elevada passa a ser atribuída à atividade poética.

5

Ente outros exemplos, ver o conjunto de "folhetos da Independência" publicados em Raymundo Faoro (org.). *O debate político no processo da Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973..

6

Sobre as "narrativas ilustradas", ver John G. A. Pocock. *Barbarism and religion: narratives of civil government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

7

Koselleck caracterizou a aceleração do tempo histórico como uma das marcas determinantes da modernidade tal como se constitui a partir da segunda metade do século XVIII, ver, por exemplo, Reinhart Koselleck. "Modernidad" In: _____. *Futuro Pasado: para uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993, pp. 287-332.

8

Por cronótopo entende-se as formas historicamente estabelecidas para situar as experiências no plano temporal. Sobre esta categoria, ver Hans Ulrich Gumbrecht. "Cascatas de modernidade" In: _____. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998, pp. 10-11.

Buscava-se, com a referência ao bardo inglês, reforçar o entendimento da poesia como apresentação dos diversos aspectos da vida de uma comunidade humana. O poeta converte-se em uma espécie de narrador privilegiado, capaz de resumir, no seu texto, as diversas esferas da realidade. O poeta é aquele capaz de produzir imagens de uma realidade ainda não disponível a todos, mas que passa a agir sobre o mundo através de sua obra.

Um dos pontos recorrentes no debate sobre o Brasil desde, pelo menos, 1808, é aquele que trata da natureza problemática de sua população. Os defensores da manutenção do centro do Império Português na Europa sempre recorreram ao argumento de que no Brasil não havia povo, que a população escassa e heterogênea não era fundamento suficiente para sustentar a sede do Império.⁵ Diversas vezes, ao longo de sua obra, Bonifácio manifestou a preocupação com a heterogeneidade da formação social no Brasil, produzindo inúmeras recomendações sobre como forjar o cidadão adequado às novas exigências do tempo. A Independência política agravou a percepção de que ao Brasil faltavam ainda elementos centrais de uma nação moderna. O caráter fragmentador da colonização era frequentemente lembrado como causa das divergências de interesse entre as diferentes partes do Império. A forma de resolver o dilema era integrá-lo física e moralmente. O poeta poderia ser o grande artífice dessa integração moral, ele poderia dar imagem e nome a tudo aquilo que para a comunidade ainda estava oculto.

Essa revalorização do trabalho poético parece acompanhar a crise do pensamento racional herdado do século XVIII. O modelo racional/neoclássico pressupunha a existência um caminho reto e universal para a produção de sociedades civilizadas. Os dois únicos impedimentos para a realização das narrativas ilustradas eram os preconceitos e os interesses.⁶ No fim das contas, mesmo o interesse parcial revelava-se como preconceito e ignorância, pois uma vez demonstrado o caminho para a melhor organização da sociedade, somente a ignorância poderia prevenir a humanidade de segui-lo. A formação intelectual de homens como Bonifácio, herdeiros de uma tradição especialmente centralizadora da ilustração portuguesa, pouco os preparara para assumir a pluralidade de interesses divergentes que a crise do mundo luso-brasileiro deixava a mostra. A razão não parecia instrumento suficiente para a unificação dos interesses, talvez a imaginação pudesse socorrê-la na tarefa de unir os homens em torno de um projeto de Estado e de Nação. No entanto, a consciência dos limites da razão e das novas funções da poesia e da imaginação é fruto de um lento processo histórico, que no Brasil acelera-se na década de 1820.⁷

II. Entre antigos e modernos

Uma das questões recorrentes na obra de Bonifácio é o debate acerca das relações entre as culturas antiga e moderna. Se em alguns momentos ele avança na compreensão da singularidade e unidade do tempo presente, na maioria das vezes essas palavras têm um emprego apenas adjetivo, indicando os fatos mais recentes. Esse duplo registro do termo moderno parece refletir a ambigüidade entre a cronotopia européia, entendida como um avanço linear, e a cronotopia lusitana, marcada pela noção de decadência e restauração.⁸ Por vezes, os modernos figuram como superiores aos antigos; outras os antigos assumem seu tradicional papel normativo. Mas essa manutenção de um tempo antigo modelar, especialmente grego, está longe de um classicismo mecânico e sem profundidade histórica. As transforma-

ções na compreensão do mundo antigo alimentavam e eram alimentadas por uma nova concepção da atividade poética e literária.

É do interior desse debate que Bonifácio apresenta sua compreensão da natureza da poesia:

*[...] ousou oferecer-te estes poucos e desvairados versos. [...] Fui neles assaz parco em rimas, porque a nossa bela língua, bem como a inglesa, espanhola e italiana, não precisa, absolutamente falando, do zunzum dos consoantes para fixar a atenção e deleitar o ouvido; basta-lhe o metro e ritmo: e quanto à monotônica regularidade das estâncias, que seguem à risca franceses e italianos, dela às vezes me apartei de propósito, usando da mesma soltura e liberdade, que vi novamente praticadas por um Scott e um Byron, cisnes da Inglaterra.*⁹

Fica evidente aqui a ambivalência com que a Antigüidade era tratada: servia como modelo idealizado quando era necessário criticar as práticas políticas dos governos modernos, mas deveria ser bem entendida quando se referia ao conteúdo da prática intelectual. Estava em jogo uma reavaliação da imagem hegemônica que se tinha do mundo antigo. Ao prescindir das rimas e fugir de grades formais herdadas, Bonifácio demonstrou plena consciência da singularidade de seus poemas. Esse novo procedimento deveria ser legitimado, para além da autoridade dos modernos, por uma dupla tarefa: desvendar o caráter da língua portuguesa, podendo trabalhar assim para seu aperfeiçoamento, e compreender o verdadeiro significado das culturas grega e romana. As duas tarefas estavam intimamente relacionadas, pois tanto o grego quanto o latim permaneciam como o melhor exemplo conhecido de línguas cujas literaturas teriam atingido a perfeição e, por isso, deveriam servir de inspiração para a compreensão do caráter e para o desenvolvimento da língua portuguesa. A persistência de um conceito de literatura entendido como um catálogo de obras a ser preenchido por cada nova civilização é indício da dificuldade em romper com os modelos clássicos. Por outro lado, assumir a necessidade de um trabalho de sondagem sobre a individualidade da língua significa dizer que ela é portadora de novidade, um tipo de especificidade frente à qual a simples aplicação de um modelo externo já não era suficiente. Desse modo, abria-se a necessidade de um tipo de análise comparativa, ou seja, que partisse do pressuposto da incomensurabilidade entre as diferentes línguas e experiência históricas.

Bonifácio insiste que a correta compreensão de frutos poéticos exigia o conhecimento da "parte estética" do Antigo Testamento, das composições gregas e latinas ou, pelo menos, dos "[...] cantos da soberba Albion, e da Germânia culta [...]". A novidade de sua poesia fazia parte de um movimento de releitura da tradição clássica ou, mais ainda, de uma reavaliação do relacionamento com a Antigüidade que autores ingleses e alemães movimentavam. Nesse caso, tratava-se mais de uma fonte de inspiração do que de modelos, permitindo ao poeta buscar, na Antigüidade, não apenas fórmulas, mas uma espécie de origem para sua poesia. Esse procedimento assumia a singularidade dessa produção poética e, ao mesmo tempo, construía uma linhagem nobre que a legitimava. Se a leitura está correta, o sentido da palavra "novamente" na frase citada acima – "usando da mesma soltura e liberdade, que vi **novamente** praticadas por um *Scott* e um *Byron*" – é difícil de determinar. Entendida como "recentemente", apenas afirmaria a suficiência dos modernos como fonte de autoridade na

9

José Bonifácio de Andrada e Silva. *Op. Cit.*, p. VI. Destaques em itálico do autor.

10

Afrânio Peixoto, em sua apresentação à reedição de 1942 das "Poesias avulsas", opta por recentemente. No entanto, para desapontamento do leitor, não diz qualquer coisa sobre os critérios que teria adotado na interpretação. Como o objetivo de seu ensaio era mostrar um Bonifácio romântico, tal escolha lhe foi muito útil. Considerando que chega mesmo a identificar em Bonifácio uma abordagem romântica dos temas do índio e dos escravos, que obviamente não existe, aqui prefiro deixar a questão em aberto. Cf. Afrânio Peixoto. "O primeiro livro do Romantismo no Brasil". In: José Bonifácio de Andrada e Silva. *Op. cit.*, p. XIII.

11

Conhecedor da vida intelectual germânica, tendo travado contato com vários intelectuais que realizavam percurso semelhante naquele contexto, não é de admirar que a reflexão de Bonifácio seja tão compatível com as que na "Alemanha" estavam em curso com os Humboldts, Schlegels e outros. Para uma análise comparativa dos percursos germânico e francês, ver Hans Ulrich Gumbrecht. "Un souffle d'Allemagne ayant passé": Friedrich Diez, Gaston Paris, and the genesis of national philologies. *Romance Philology*, vol. XL, August 1986, pp. 1-37.

12

José Bonifácio de Andrada e Silva. *Op. Cit.*, pp. 110-1. Grifo meu.

13

Sobre a centralidade do problema da tradução no contexto cultural germânico, em especial em Herder, ver Pierre Pénisson. "La notion de littérature nationale chez Johan Gottfried Herder". In : M. Espagne Et M. Werner. *Qu'est-ce qu'une littérature nationale*. Paris: Maison des sciences de l'homme, 1994, p. 117.

validação de um novo procedimento poético; se lida como "de novo", justificaria a leitura de que a produção moderna repetia algo já visto em uma Antigüidade corretamente entendida. Em Bonifácio, as duas leituras seriam possíveis, e nada no restante de sua obra parece ajudar no encaminhamento de uma decisão.¹⁰

No caminho da releitura da tradição clássica havia um enorme desafio a ser vencido: a pretensão normativa do classicismo francês.¹¹ Todo um conjunto de regras poéticas, e mesmo uma imagem do mundo antigo construído por esse classicismo, passa a ser questionado. A consciência da individualidade das línguas garantia o direito de divergir do modelo francês, cuja fonte de legitimidade, uma imagem do mundo greco-romano tida como universal, não poderia mais ser aceita sem discussão. Reavaliar a imagem da Antigüidade significava apostar não apenas na individualidade e nas diferenças, por exemplo, entre Grécia e Roma, como também no direito e dever de aperfeiçoar as línguas modernas não mais em direção a um modelo fixo, mas pela descoberta de suas vocações:

*Bem sabia eu, antes de começar, que a língua portuguesa raríssimas vezes pode igualar ao laconismo e energia da grega; e todavia é a língua portuguesa bela, rica e sonora; menos dura e surda que a alemã e inglesa; mais enérgica e variada ao ouvido que a italiana; mais suave e natural que a castelhana, e superior em tudo à francesa que é mais própria para os chistes e gentilezas de salões de senhoras, que para exprimir sensações fortes e grandiosas, ou para pintar imagens poéticas atrevidas e novas; mais própria enfim para as danças de Vênus, que para os vôos de Bassareo.*¹²

A tradução começa a desempenhar um papel fundamental no aperfeiçoamento da língua, não pela simples imitação de um modelo, mas pela comparação das diferentes qualidades e recursos de cada uma particularmente considerada.¹³ O grego e o latim continuam a ser as referências fundamentais, menos como fonte de modelos e mais como exemplo de um percurso que teria realizado todas as fases de desenvolvimento, oferecendo inclusive uma literatura completa. O movimento é paradoxal, pois a fonte grega ainda é o melhor exemplo de literatura, por isso deve ser conhecida. No entanto, a ampliação desse conhecimento acresce a consciência da distância. A solução está, em parte, nesse contato entre as diferentes línguas, pois nelas, como produção máxima de uma cultura, ainda poderiam ser encontradas as fontes formais e históricas do que se busca imitar. A tradução é uma forma de imitação que pressupõe que já não podemos ser gregos e falar em sua língua. O trabalho agora é fazer os gregos falarem em português, alemão, inglês, etc. De um simples instrumento de comunicação, a língua torna-se a representação de um mundo de cultura.

As críticas ao idioma francês pontuam todo o texto de Bonifácio, sendo considerado mais talhado para as ciências duras do que para a emoção poética. O rigor clássico passa a significar a incapacidade para expressar as novas demandas do século, figurando o francês como uma língua enrijecida e conservadora. A valorização da tradição vernácula, que já aparecia em suas narrativas dos tempos modernos, serve como critério para explicar essas deficiências:

Por desgraça dos escritores franceses, o dialeto sonoro provençal houve de ceder o passo ao surdo e retalhado dos picardos e normandos; e a língua do belo século de Luiz XIV ficou mais monossilábica e monotônica,

14

José Bonifácio de Andrada e Silva. *Op. cit.*, p. 111-2.

do que convinha ao ritmo e melodia da música e poesia. Não podendo seus poetas pelo só número e medida dos versos deleitar o ouvido, e excitar a atenção, fizeram-se escravos das rimas [...] entre os franceses verso e rima é uma e a mesma coisa, assim como nos centauros da mitologia, o homem e o cavalo.¹⁴

Sua má vontade para com a língua francesa moderna não deve ser entendida simplesmente como uma inversão do cânone, mas como reação a uma hegemonia cultural. As línguas são estruturas singulares que podem ser aperfeiçoadas pela comparação crítica e o enriquecimento mútuo, por isso a centralidade do trabalho de tradução, que exige sempre como base a comparação.

É como se os franceses, preocupados em repetir os modelos antigos, tivessem descuidado do cultivo daquilo que sua língua teria de mais próprio. Por isso, a tradução dos clássicos não poderia ser compreendida como a simples transposição para uma língua moderna, mas como um esforço culturalmente complexo para adaptar o sentido dessas composições ao caráter da nova língua:

*Para podermos pois traduzir dignamente a Píndaro, ser-nos-ia preciso enriquecer primeiro a língua com muitos vocábulos novos, principalmente compostos, como provavelmente fizeram os mesmos Homero e Píndaro para com a sua: se por fatalidade nossa o imortal Camões, que tanto tirou do latim e italiano, não ignorasse o grego, certo teria dado ao seu poema maior força e laconismo, e à língua portuguesa maior ênfase e riqueza. [...] Ousem pois os futuros engenheiros brasileiros, agora que se abre nova época no vasto e nascente Império do Brasil, dar este nobre exemplo; e fico, que apesar de franzirem o beijo puristas acanhados, chegará o português, já belo e rico agora, a rivalizar em ardimento e concisão com a língua latina, de que traz a origem.*¹⁵

15

Ibidem, p. 114-5. Grifos meus.

III. Tradução e formação nacional

O projeto de uma releitura da tradição clássica passava necessariamente pelo esforço da tradução. Não era mais suficiente o simples conhecimento da língua antiga. Era preciso adaptar os idiomas modernos às idéias e recursos das línguas clássicas e levar o leitor a uma correta compreensão das obras a partir de um esforço de contextualização. Na "advertência" que antepõe aos versos que traduz da Teogonia é possível acompanhar esse procedimento e como ele levou a uma nova compreensão do que estava em jogo com a literatura:

*[Na Teogonia, Hesíodo] reuniu e coordenou os mitos e tradições orais dos diversos povos e regiões da Grécia, inserindo neles os germens da filosofia física e teológica dos sabedores de então, para explicar as maravilhas do mundo, e firmar melhor a sociedade civil.*¹⁶

16

Ibidem, p. 101.

Segundo essa concepção, o que se deve procurar na leitura de um escritor não são apenas os aspectos formais e modelares de sua produção, mas também todo um universo cultural que é inserido, porque não dizer, expresso, por meio da obra. Claro está que essa atividade, da forma descrita por Bonifácio, nada tem de inconsciente ou inevitável: é um gesto deliberado do autor que traça um retrato completo do estado de civilização de sua comunidade. A preocupação com o lugar e o tempo nos quais Hesíodo escreveu, discutindo inclusive se ele ou Homero poderia ser considerado

o poeta mais antigo, indicia uma ampliação do horizonte no qual uma obra literária deveria ser situada. Isso fica mais evidente na "advertência" que antecede a tradução de algumas odes de Píndaro. Segundo Bonifácio, Píndaro

*[...] foi sempre reputado entre os gregos pelo maior poeta do seu gênero. Esta opinião nacional achava-se também sancionada pelos críticos latinos [...]. Entre os modernos, que podem ter voto decisivo na matéria, ingleses e alemães são seus entusiastas, não obstante que **quase toda a harmonia de seus versos é perdida para ouvidos do tempo de agora.***¹⁷

17

Ibidem, p. 107. Grifo meu.

O clássico perde a transparência, mesmo a sua simples apreciação requisitava novos procedimentos capazes de aproximá-lo dos homens modernos. Essa percepção da complexidade das obras antigas, principalmente motivada pela atenção aos elementos mais sutis dessa realidade, como são a dança e a música que acompanhavam a poesia, parece apontar aos modernos uma nova e decisiva tarefa: restituir a complexidade original dessas obras. Sem dúvida, era tarefa quase impossível, mas para a qual a própria consciência da distância já era um enorme progresso. Em sua opinião, nem mesmo os romanos tiveram a capacidade de apreciar verdadeiramente a poesia grega – as diferenças entre as duas línguas tornaria impossível a fruição de certas sutilezas. Só um entendimento profundo do idioma e do mundo grego poderia dimensionar corretamente essas produções que durante séculos foram imitadas, mas não compreendidas.

Por exemplo, o caráter dessa tradição poética não poderia prescindir do conhecimento de que nenhuma outra nação antiga foi tão amante da música e da dança quanto a grega, de que os poemas estavam sempre unidos a essas duas outras manifestações. Sentir as emoções das odes de Píndaro exigia a consciência de que, na Grécia, as vitórias nas Olimpíadas eram mais importantes que a glória militar.

Esta nova compreensão da distância entre antigos e modernos manifesta-se, ao longo da tradução, pelo cuidadoso trabalho das notas que procuram enriquecer o texto com referências históricas, míticas, filológicas e geográficas. Por exemplo, o cuidado em explicar que "A *arete* dos gregos é o mesmo que a *virtus* dos latinos; mas não propriamente o que ora chamam *virtude* os moralista e teólogos. Píndaro a tomava por aquela valentia corporal, e firmeza de ânimo, que muito prezavam gregos e romanos".¹⁸

18

Ibidem, p. 127.

A língua deixava de ser apenas um sistema de códigos transparentes e intercambiáveis. Ou seja, o texto só se revelaria após um esforço para situá-lo no interior do mundo no qual fora produzido e do qual se tornava como que uma metonímia:

*Sem estas considerações, muitos dos rasgos e vôos pindáricos parecerão antes a alguns modernos partos de embriaguez, ou de cérebro desconcertado, do que inspirações de Apolo. Porém para os gregos de então que eletricismo forte lhes não causaria o só panejamento das idéias, o desenho, claro-escuro, e proporções dos pensamentos e imagens, as contínuas alusões históricas e míticas, e sobretudo o ritmo e melodia poética de uma língua, que não tinha, e nem terá outra igual em todo o mundo.*¹⁹

19

Ibidem, p. 108.

O fato de Bonifácio considerar essencial o domínio dessas sutilezas culturais para o entendimento de um texto é indício de que os conceitos

passavam por uma profunda reorientação, conduzida pela historicização de diversas camadas da realidade. A língua deixa de ser uma forma universal pronta para o uso intercambiável para se tornar produto de uma experiência histórica que só pode ser experimentada após um longo trabalho de reconstituição. Não seria assim explicada a distância cada vez maior que parecia afastar portugueses de diversas partes do mundo? O melhor sinal deste processo é o surgimento de neologismos para definir um novo campo de experiência, é o caso de religiosidade:

*É de tudo isso junto, que Píndaro tece a teia de suas Odes, dando-lhe ainda novo realce e alma com rasgos de moral, e de religiosidade. Permita-se-me esta nova palavra, tomada aos alemães; visto que religiosidade e religião são coisas diferentes: um homem pode seguir uma heresia, e todavia ser muito religioso, e vice-versa.*²⁰

Abre-se, assim, espaço para que a literatura, em seu sentido mais amplo de escritura, passe a expressar diferentes dimensões da vida humana, independente das classificações formais e retóricas dos próprios textos ou das sociedades. A experiência da nova ordem política que emergia com a Independência poderia encontrar nessa massa textual o meio para se imaginar enquanto totalidade a realizar-se em um tempo e espaço limitados e definidos historicamente.

A ruptura com a imagem abstrata da cultura antiga abre espaço para a compreensão das formas de produção das obras e de seu significado próprio em determinado lugar e tempo. O processo de formação das línguas e literaturas antigas passa a ser mais importante do que o seu resultado final, entendido como um momento "clássico". Esse movimento permite pensar um programa de aperfeiçoamento da língua e literatura portuguesa que se distancie do simples acrescentar de exemplos e aprimoramento formal.

A língua portuguesa, que teve em Camões sua primeira grande expansão pelo contato produtivo com o latim, deveria repetir a experiência no que se refere ao grego. Nessa nova tarefa, os brasileiros poderiam assumir a vanguarda, enfrentando preconceitos e enriquecendo a língua com novos recursos expressivos. Não se trata de criar uma língua brasileira, mas de assumir produtivamente a herança lusitana e realizar as potencialidades adquiridas ao longo de seu processo de formação. Se o velho Portugal, com Camões, apropriara-se dos recursos expressivos do latim, o Império do Brasil teria como missão cortar mais fundo e ir buscar no grego a inspiração e os recursos poéticos para levar a língua ao seu desenvolvimento máximo. Bonifácio não esclarece se essa relação produtiva deveria também incluir as línguas modernas, que não possuíam em seu discurso o mesmo significado do grego e do latim. Certo é, todavia, que as línguas inglesa e alemã deveriam ser admiradas por sua disposição em dialogar profundamente com a tradição antiga.

Essa demanda é apenas um aspecto do processo de historicização que caracteriza a modernidade ocidental. Para um panorama do problema, ver Hans Ulrich Gumbrecht. "Historicizing things" In: _____. *The Powers of Philology: dynamics of textual scholarship*. Chicago: University of Illinois Press, 2003, pp. 54-67 e Hans Ulrich Gumbrecht. "Depois de aprender com a história" In: _____. *Em 1926: Vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999, pp. 459-485.

IV. O lugar das idéias e os limites da razão

Uma das heranças intelectuais mais decisivas do momento romântico é a noção de que as idéias e produtos culturais devem expressar seu lugar de produção. Sabemos que essa exigência nem sempre existiu e que mesmo em algumas épocas seria considerada absurda. Associar as idéias e conceitos a um determinado lugar só pôde se tornar uma exigência quando eles deixaram de ser artefatos abstratos e passaram a ser concebidos como objetos situados historicamente.²¹

22

Um bom exemplo do funcionamento desse "cosmopolitismo letrado" foram as academias eruditas do século XVIII, cujas figurações brasileiras foram analisadas em Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004, *passim*.

23

Leia-se a passagem completa:
"Theseus. More strange than true. I never may believe
These antique fables, nor these fairy toys.
Lovers and madmen have such seething brains,
Such shaping fantasies, that apprehend
More than cool reason ever comprehends.
The lunatic, the lover, and the poet,
Are of imagination all compact:
One sees more devils than vast hell can hold,
That is the madman. The lover, all as frantic,
Sees Helen's beauty in a brow of Egypt:
The poet's eye, in a fine frenzy rolling,
Doth glance from heaven to earth, from earth
to heaven.
And as imagination bodies forth
The forms of things unknown, the poet's pen
Turns them to shapes, and gives to airy nothing
A local habitation and a name.
Such tricks hath strong imagination
That, if it would but apprehend some joy,
It comprehends some bringer of that joy;
Or in the night, imagining some fear,
How easy is a bush supposed a bear!" William
Shakespeare. *A midsummer night's dream*.
Edinburgh: Evans, 1969, p. 139.

24

Sobre os efeitos dessa crise na produção de novos conceitos de identidade, ver João Paulo Garrido Pimenta. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. *Almanack brasileiro*, São Paulo, n. 03, maio 2006, pp. 69-80.

Da mesma forma, a questão da tradução ou transplantação de idéias de uma cultura para outra se torna um problema complexo quando as idéias foram, para ir direto ao ponto, nacionalizadas. Durante vários séculos os letrados europeus sentiram-se fazendo parte de uma comunidade de valores produzida pelo conhecimento comum de um grupo de textos clássicos. Esse pertencimento diminuía a força dos constrangimentos locais. A existência de uma República das Letras assentava na crença de que esse conjunto de conhecimentos podia ser universalmente transmitido. Esses homens possuíam mesmo uma língua própria para suas transações, o latim, diferente daquela que falavam em suas casas e que era sua língua nativa.²²

Quando ficasse claro que o novo império que se construía nos trópicos necessitaria ser imaginado, constituído enquanto um objeto de experiência, essa reflexão sobre o poeta como um ser capaz de produzir um novo mundo a partir daquilo que apenas está suspenso na atmosfera cultural será um achado promissor. No entanto, seria necessário retomar a citação de Shakespeare para verificar os limites da reflexão de Bonifácio sobre as funções do poeta. O trecho foi retirado da abertura da cena um do quinto ato de "Sonho de uma noite de verão", que mostra o cenário de um palácio em Atenas onde Theseus inicia uma reflexão sobre as semelhanças entre o louco, o amante e o poeta no sentido de demonstrar que em todos os três a imaginação suplanta a razão. Bonifácio recorta cuidadosamente a citação de modo a isolar o poeta de seus dois companheiros indesejáveis, o amante e o louco. Com esse simples procedimento Bonifácio elimina o que no contexto da peça era central, ou seja, a oposição entre razão e imaginação, além da caracterização menos domesticada das forças da fantasia.²³

O trabalho com a língua passa a exigir um esforço criativo da mesma qualidade daquele atribuído ao poeta, ou seja, *criar novas formas para experiências que até então não tinham como se expressar*. Na nova era do nascente Império do Brasil os futuros poetas deveriam fazer falar do que ainda não existia, transformar em imagens e experiência comum o resultado até certo ponto inesperado do processo histórico iniciado em 1808.²⁴ Para os homens da geração de Bonifácio as imagens reivindicadas para experimentar esse processo inédito ainda eram, em grande medida, as herdadas do mundo Antigo. Assim como o novo carecia de linguagem, a ligação fundamental do poeta com o louco e as forças irracionais que ajudam a mover a história ainda são evitadas pelo racionalismo persistente em Bonifácio. Com o louco atrás das cortinas, a compreensão do trabalho poético como inventor de mundos permanece em Bonifácio deliberada e artificial. O catálogo cultural que identifica na poesia de Hesíodo e Píndaro parece evocar mais o naturalista de uma História Geral do que o gênio imponderável do romantismo.

Essa compreensão da poesia como "catálogo" é facilmente identificada em certas peças poéticas de Bonifácio. Tomemos o poema "Uma tarde":

*Como esta mata escura está medonha!
Não é tão feia a habitação dos Manes!
Este ribeiro triste como soa
Por entre o pardo emaranhado bosque;
E como corre vagaroso e pobre!
O sol, que já se esconde no horizonte,*

O quadro afeia mais. – O vento surdo
 De quando em quando só as folhas move!
 A rouca voz pararam temerosos
 Os esquivos jacus(1) nos bastos galhos
 Cheios de Caranguataes(2), das Upiubas(3).
 Das asas vai lançando a fusca noite
 Terror gelado; o grito agudo e triste
 Nos velhos sapezais(4) dos verdes grilos
 Somente soa; e o ar cheio de trevas,
 Que as árvores aumentam, vem cortando
 Do agoureiro morcego as tênues asas.
 É este da tristeza o negro alvergue!
 Tudo é medonho e triste! Só minha alma
 Não farta o triste peito de tristeza!²⁵

25

José Bonifácio. *Op. cit.*, p. 61-2.

Os números entre parênteses referem às notas explicativas que concretizam o sentido pedagógico e enciclopédico da composição. No rodapé o leitor encontra: "1. Os Jacus são espécies do gênero de Linné. 2. Pertecem ao gênero bromélia. 3. São árvores das matas virgens, cuja espécie presentemente não posso determinar. 4. É uma das gramíneas, que se apoderam dos terrenos estéreis, por cansados". Essa tarefa de levantamento da herança territorial já indicia a passagem de uma concepção dinástica para uma concepção nacional de território.²⁶ A "expansão para dentro" significa aqui apropriar-se simbolicamente de um espaço que aos poucos era construído como o lugar de onde as idéias brotavam. A poesia poderia ser a atividade capaz de produzir as imagens unificadoras da comunidade, mesmo que no plano da realidade ela fosse apenas uma mistura difícil de amalgamar.

26

Sobre estas categorias, além da noção de "expansão para dentro", ver Ilmar Rohloff de Mattos. "Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política". In: István Jancsó. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 297.

O tom profundamente melancólico que perpassa o poema é revelador de como a aceleração do tempo histórico vivenciada entre 1822 e 1825 abalou profundamente o otimismo reformista quanto a uma natureza entendida como recurso a ser explorado pelas forças da razão. A natureza aqui resiste e mesmo inibe a ação transformadora. Em diversas oportunidades Bonifácio pôde registrar sua desilusão com o processo de Independência, afinal, os homens não eram simples matéria inerte que o filósofo pudesse manipular. As metáforas metalúrgicas que Bonifácio explorou para explicar como transformaria a herança heterogênea do regime colonial em uma nação moderna fracassaram frente à complexidade da tarefa de construir um Império nacional.²⁷ A nação como uma totalidade orgânica não poderia comportar a justaposição formal de um conjunto heterogêneo que antes era acomodado pelo Império Português.²⁸ A totalização desse mosaico em narrativas unitárias seria tarefa para a geração seguinte, a geração dos construtores do Império.

27

Sobre esses projetos, ver, Ana Rosa C. da Silva. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio, 1783-1823*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999, passim e Valdeci Lopes de Araujo. "Como transformar portugueses em brasileiros: José Bonifácio de Andrada e Silva". In: Maria Emilia Prado (Org.) *Tradição e modernidade no mundo Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: Grapesq Intelectuais e poder no mundo Ibero-Americano; IHGB, 2004, p. 276-277.

28

Sobre a colisão entre essas duas concepções de unidade, ver István Jancsó. "Independência, independências". In: _____. *Op. cit.*, pp. 19-20.

almanack braziliense

informes de pesquisa



O Governo de D. João e o Tráfico de Escravos: A convenção de 1817 e a sua repercussão na América Portuguesa

Guilherme de Paula Costa Santos

O Governo de D. João e o Tráfico de Escravos: A convenção de 1817 e a sua repercussão na América Portuguesa¹

D. João's Government and the Slave Trade: the 1817 Convention and its repercussion in Portuguese America

Guilherme de Paula Costa Santos

Mestrando em História na
Universidade de São Paulo

Resumo

Esta pesquisa analisa a elaboração e as repercussões da Convenção de 1817 assinada entre os governos português e britânico com o objetivo de regulamentar as disposições do Tratado de 22 de janeiro de 1815 para a abolição do tráfico de escravos ao Norte do Equador. A partir dessa assinatura, pretendemos reconstituir a discussão política do governo joanino frente à questão do tráfico; as implicações econômicas e sociais da Convenção no Império Português; bem como mapear interesses e influências políticas de diversos grupos mercantis envolvidos no tráfico Atlântico, no período entre 1815-1821.

Abstract

This research analyses the Convention of 1817, signed by Portuguese and British governments in order to settle some articles of the 1815's Treaty that determined the abolition of the slave trade North of the Equator. By discussing the Convention we intend not only to reenact the political debate on slave trade, but also the social and economical consequences of the Convention on the Portuguese Empire and the interests of trans-atlantics groups involved in that commerce.

Palavras-chaves

Portugal, Inglaterra, tráfico negreiro, abolição do tráfico africano

Keywords

Portugal, England, slave trade, abolition of the African slave trade

1

Pesquisa integrada ao Projeto Temático Estado e Nação Brasileiros, sob orientação de Cecília Helena de Salles Oliveira.

2

Guilherme de Paula Costa Santos. *A Reorganização do Estado Português na América (1808-1815): estudo do acervo do Museu Paulista/USP*, Relatório de Pesquisa em Iniciação Científica PIBIC/CNPq/USP, Museu Paulista, 2003.

3

Coleção Alberto Penteado (Coleção de Leis, Decretos e Alvarás), Biblioteca do Museu Paulista/USP, Obras Raras.

4

Robert Conrad, no primeiro capítulo de *Tumbeiros (O tráfico de escravos no Brasil)*. São Paulo: Brasiliense, 1985, exibe várias estatísticas em torno da entrada de africanos nos portos brasileiros. Seja qual for a ordem de grandeza, todas as cifras denotam uma curva de crescimento na importação de escravos nos anos em que a América era a sede da Monarquia Lusitana. Cap 1, pp. 34-43. Ver também: Manolo G. Florentino. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, Gráfico 4, p. 46; Tabela 3, p. 51; e, por fim, Tabela 5, p. 61.

O estudo da política adotada pela Corte do Rio de Janeiro em relação ao tráfico de escravos, a partir da assinatura da Convenção de 1817, nasceu da pesquisa realizada em Iniciação Científica durante os anos de 2002 e 2003². Durante este biênio, o trabalho pôde delinear a conduta política da Corte lusitana diante das grandes redes de interesses mercantis no Atlântico-Sul, identificando pressões de "portugueses" estabelecidos na América; de "portugueses" estabelecidos em Portugal, mas com empreendimentos na América; e interesses de estrangeiros, especialmente ingleses, nas rotas atlânticas do império português.

A documentação utilizada para a elaboração do Relatório de Iniciação Científica, denominada *Coleção Alberto Penteado*³, possibilitou evidenciar a colisão dos interesses de cada grupo – embora nem sempre articulados – na busca de melhores vantagens mercantis nas rotas do Atlântico-Sul. Cabia, então, ao gabinete do Rio de Janeiro conduzir as pressões desses negociantes e administrar os conflitos gerados pelos diversos embates de interesses de um ou outro grupo.

Ao reconhecer a teia de interesses imersa às rotas do Atlântico-Sul, identificamos um paradoxo na linha política adotada pela Corte no Rio: ao longo da segunda década do século XIX, enquanto o gabinete de D. João assumia compromissos com a Grã-Bretanha para abolir, sempre gradualmente, o comércio da escravatura, aumentava a entrada de africanos na América Portuguesa⁴.

Foi, portanto, a partir da constatação inicial de uma postura "dúbia" da Corte do Rio de Janeiro que avançamos a pesquisa em nível de Mestrado com o objetivo de analisar a política posta em prática pelo governo joanino frente ao tráfico de escravos. Especificamente, o trabalho se propôs a estudar a negociação referente à ratificação da Convenção Adicional ao Tratado de 1815, assinada em 1817, que concedia à Grã-Bretanha entre outras disposições: o direito de visita aos navios suspeitos de praticarem comércio de escravos ao norte da linha do Equador; o estabelecimento de tribunais mistos em Serra Leoa e no Rio de Janeiro para julgar navios apresados sob suspeita de praticarem tráfico nas zonas proibidas; e regularizava as disposições tomadas entre Portugal e Grã-Bretanha, presentes no Tratado de 1815, elaborado durante Congresso de Viena, para solucionar embates entre traficantes portugueses e oficiais da marinha britânica desde o início da década de dez do século XIX.

Fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa

As principais fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa pertencem ao acervo da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, ao acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty – ambos situados no Rio de Janeiro – e aos acervos da Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Grande parte da documentação da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional é composta pela correspondência de Thomas Vilanova Portugal, Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 1817, destinada aos diversos embaixadores e plenipotenciários da Monarquia Portuguesa, a exemplo do Conde de Palmela, D. Pedro de Sousa Holteim, e o Conde de Funchal, D. Domingos de Sousa Coutinho.

Já as fontes localizadas no Arquivo Histórico do Itamaraty pertencem à Legação Portuguesa em Londres, de 1816 a 1819, e resumem-se aos

5

O Investigador Portuguez em Inglaterra, Londres, 1811-1819. (22 vols) e *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, Londres, 1808-1823. (29vols). As duas coleções se encontram na biblioteca do Instituto de Estudos brasileiros da USP (IEB/USP).

6

Ver: PANTALEÃO, Olga. "O Reconhecimento do Império: a mediação inglesa". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira* 4ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1976; Tomo II, Vol. 1; COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999; BETHELL, Leslie. *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a Questão do Tráfico de Escravos de 1807-1869*. Rio de Janeiro: expressão e cultura; São Paulo: Edusp, 1976; CONRAD, Robert C.. *Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benim e a Bahia de Todos os santos. Dos séculos XVII a XIX*. 3ª ed. São Paulo: Editora Corrupio, 1987; RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: Propostas e Experiências no final do tráfico de Africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2000; BLACKBURN, Robin *A queda do Escravismo Colonial: (1776-1848)*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

7

Ver: ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993; Idem, "O Império Luso-Brasileiro em face do abolicionismo inglês. (1807-1820)", in: SILVA, Maria. B. Nizza da. (org) *Brasil. Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000; MARQUES, João. P. *Os Sons do silêncio. O Portugal de oitocentos e a Abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999; FERREIRA, Dóli C. *Tomás Antônio Vilanova Portugal: um ministro de D. João VI 1817-1821*. São Paulo, Dissertação de Mestrado USP, 2004; SILVA, Alberto da Costa e. *Um Rio chamado Atlântico. África econômicas presentes no Atlântico-Sul*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; EDUFRJ, 2003.

8

Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, pp. 356.

ofícios de embaixadores e de funcionários de primeiro escalão despachados aos secretários da pasta de Negócios Estrangeiros e da Guerra do governo de D. João. Entre os embaixadores portugueses em Londres destacam-se Cipriano Ribeiro Freire, embaixador português durante o ano de 1816; o Conde de Palmela, embaixador e plenipotenciário português, entre outubro de 1816 a 1818; e Rafael da Cruz Guerreiro, provavelmente, secretário da Embaixada e autor de ofícios datados a partir de 1818 e 1819. Além dos ofícios, a documentação pertencente ao Arquivo Histórico do Itamaraty também possibilitou a leitura de *Quadros Políticos*, espécie de relatórios que continham uma análise política da Europa, redigidos por Rafael da Cruz Guerreiro entre 1816 a 1819.

Enquanto as fontes dos arquivos cariocas permitem a leitura de documentos elaborados por órgãos do Estado português, as fontes pertencentes à Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiro/USP possibilitam a leitura de jornais portugueses publicados em Londres no início do século XIX. Dentre os jornais portugueses utilizados para elaboração da pesquisa estão o *Investigador Portuguez em Inglaterra* e o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*⁵. Seguindo orientações diversas, é possível encontrar reflexões dos responsáveis dos jornais sobre o tráfico de escravos e a repercussão da assinatura da Convenção de 1817 no Império Português.

Desenvolvimento da pesquisa

O documento ratificado entre a Corte de D. João e a Grã-Bretanha, em 1817, foi arrolado, por parte da historiografia referente ao tema do tráfico de escravos, como uma evidência ou um fato em um contexto mais amplo de debates sobre a escravidão no novo mundo. Predominantemente, a Convenção de 1817 se fez presente mais como um argumento que ressaltava a pressão inglesa como fator principal do processo de supressão do tráfico no Brasil. Assim, a Convenção, ou melhor, as decisões políticas tomadas no Rio de Janeiro em relação ao tráfico de escravos, no governo joanino, seriam determinadas pela pressão exercida pela Inglaterra, calcada em uma nova conjuntura econômica instaurada pela Revolução Industrial ou mesmo pela ação humanitária inglesa⁶.

Outra parte da historiografia apresenta a discussão sobre a extinção do tráfico sob a perspectiva de projetos políticos elaborados no Império Português, particularmente, os projetos suscitados por D. João VI na América⁷. A partir disso, as propostas inglesas sobre a abolição do tráfico seriam recebidas pelos estadistas portugueses como elemento de barganha internacional diante de movimentos políticos empreendidos pela Corte no Rio de Janeiro. Desse modo, a Convenção de 1817 e a concessão do direito de visita aos navios britânicos, por ela estipulado, seriam uma tentativa da Corte lusitana assegurar uma eventual garantia do apoio britânico diante da invasão das tropas portuguesas aos territórios espanhóis na "Banda Oriental do Prata"⁸. Nesse sentido, as negociações sobre a abolição do tráfico de escravos e a possibilidade de execução de acordos bilaterais sobre esta prática mercantil envolveriam uma variedade de interesses políticos no interior da Monarquia Portuguesa e da própria posição que a Coroa Lusitana ocupava diante do contexto político internacional. Nessa ótica, portanto, a análise da questão política em relação à Convenção de 1817 adquire uma dimensão mais ampla do que a interpretação da presença hegemônica inglesa deixa entrever.

9

Ver: ALENCASTRO, Luis Felipe de *O Trato dos Videntes. A formação do Brasil no Atlântico-Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000; SILVA, Alberto da Costa e. *Um Rio chamado Atlântico. África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; EDUFJR, 2003; Idem, *Francisco Felix de Souza. Mercado de Escravos*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Nova Fronteira, 2004; MARTINHO, Lenira Menezes & GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993; FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997; FRAGOSO, João Ribeiro & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: 7 letras, 1998.

10

Coleção das Leis do Brasil, Carta de Lei de 08/05/1815. Ratificação do Tratado entre o Príncipe Regente e o Rei da Grã-Bretanha, assinado em Viena em 22 de janeiro de 1815 para a abolição do tráfico de escravos.

11

Idem, Carta de Lei de 08/11/1817. Ratificação da Convenção Adicional ao Tratado de 22 de janeiro de 1815, assinada em 28 de julho de 1817 em Londres.

12

Idem, Carta de Lei de 08/05/1815. Ratificação do Tratado entre o Príncipe Regente e o Rei da Grã-Bretanha, assinado em Viena em 22 de janeiro de 1815 para a abolição do tráfico de escravos.

Contudo, a leitura da bibliografia identificou também a pertinência de uma abordagem sobre os acordos assinados por D. João com a Inglaterra, entre eles a Convenção de 1817, que levasse em consideração a importância econômica que os traficantes de escravos possuíam no Rio de Janeiro, financiando empreendimentos econômicos e imobiliários⁹. A questão é: como setores tão importantes para o sistema de crédito do Atlântico-Sul e também importantes para a reorganização do Estado e sustentação da Coroa na América lidaram com as estipulações negociadas pela Corte joanina sobre o tráfico de escravos. Assim, procuramos evidenciar a maneira pela qual a documentação expõe a pressão inglesa e a negociação dos interesses "portugueses" diante do tráfico. Além disso, buscamos identificar os argumentos utilizados pela Coroa Lusitana sobre o tráfico de escravos, a partir da assinatura da Convenção de 1817, e relacioná-los com a conjuntura política e econômica do então Reino de Portugal, Brasil e Algarves.

Diante disso, o estudo da "*Convenção Adicional ao Tratado de 22 de janeiro de 1815, entre o Príncipe Regente Português e o Rei da Grã Bretanha, para a abolição do tráfico de escravos ao norte do Equador*", assinada em 28 de julho de 1817, se inicia pelo questionamento do próprio título do documento. O que foi adicionado ao tratado firmado ainda no Congresso de Viena e por que foi preciso acrescentar ou mudar os termos e estipulações?

Algumas hipóteses poderiam ser formuladas levando em consideração o artigo IV do Tratado de 22 de janeiro de 1815¹⁰ no qual as duas nações se comprometiam a elaborar um "outro Tratado para abolir universalmente o tráfico". Entretanto, ao contrário deste artigo, a Convenção de 1817 ainda permitia o tráfico ao sul da linha do Equador, buscando, apenas, regulamentar e cumprir rigorosamente o que havia sido estipulado ainda em Viena¹¹. Dessa forma, a Convenção, formulada de modo mais detalhado em comparação com o artigo X do Tratado de Aliança e Amizade de 1810 e com o Tratado de 22 de janeiro de 1815, especificava os lugares lícitos ao comércio de escravos – por referências cartográficas (latitude) ou designação nominal – e estabelecia o direito de visita, tanto de navio português quanto britânico, aos supostos traficantes de uma ou outra nação que atuassem na zona proibida.

Porém, grande parte da elaboração do documento de 1817 dependeu de questões que surgiram entre o governo Português e Inglês diante da execução do artigo II e do artigo V presentes no Tratado de 1815¹², além do cumprimento da Convenção de 1815 também assinada entre os dois governos em Viena. Por sua vez, o artigo II do documento de 1815 atribuía ao governo português a responsabilidade de implementar medidas para regular a proibição do tráfico ao norte da linha do Equador. Já o artigo V e a Convenção estipulavam que o governo britânico desistiria de cobrar um empréstimo de 600 mil libras, feito em 1809, pela Monarquia Lusitana e se comprometeria a pagar uma indenização de 300 mil libras pelos apresamentos feitos pela marinha inglesa desde 1811 a junho de 1814, respectivamente. Entretanto, enquanto o governo português cobrava do governo britânico o cumprimento do artigo V e da Convenção de 1815, o governo britânico se negava a cumprir o que estabelecia o referido termo caso D. João não regulamentasse penas para os traficantes portugueses que não respeitassem o tratado, de acordo com o artigo II. Os obstáculos, portanto,

para a execução total do acordo de 22 de janeiro de 1815 ainda permaneciam em vigor e a Convenção elaborada em 1817 tinha por objetivo a remoção destas barreiras.

A leitura da Correspondência da Legação Portuguesa em Londres apresenta a longa negociação que se estabeleceu entre os governos de Portugal e da Grã-Bretanha após a ratificação do Tratado de 22 de janeiro ocorrida em junho de 1815. A documentação mostra os empecilhos com que cada representante de governo se deparava; os argumentos utilizados, por um ou por outro embaixador, diante das questões estipuladas no Tratado e Convenção de 1815; e o contexto político que permitia as investidas tanto de um quanto de outro lado no convencimento das alegações de cada Coroa.

Os ofícios formulados por Cipriano Ribeiro Freire – embaixador português durante a maior parte do ano de 1816 em Londres – ao Marquês de Aguiar – Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no Rio de Janeiro – esboçam as questões suscitadas acima. Ao longo do ano de 1816, a correspondência de Ribeiro Freire versou sobre diligências que empreendeu junto ao ministro inglês, Lord Castlereagh, secretário dos Negócios Estrangeiros da Coroa Britânica, para a quitação da dívida contraída pela Inglaterra no Tratado de 1815. Sempre considerando Portugal como a nação que cumpria as determinações do Tratado, Freire não poupou esforços para debater sobre os termos e as obrigações de cada nação em conferências ora com Lord Castlereagh ora com Mr. Hamilton, sub-secretário da mesma pasta, e ainda com o Advogado e Procurador da Coroa Britânica, Mr. Plant.

Freire argumentava levando em consideração os artifícios jurídicos que obrigavam uma ou outra nação a cumprir as determinações acordadas desde o Tratado de 1815. Para ele, "quando Tratados entre nações eram ratificados, eles eram considerados documentos perfeitos, não podendo uma das partes invalidar a sua execução". Desse modo, o governo português pressionava o britânico pelo pagamento da indenização das 300 mil libras e pelo fim da cobrança do empréstimo de 600 mil libras. A argumentação de Freire, fundamentando-se nas estipulações do tratado, desqualificava o argumento inglês, dizendo que a pressão da Inglaterra em obrigar Portugal a elaborar leis aos traficantes que desrespeitassem o acordo de 1815 constituía mais uma cláusula evasiva e um subterfúgio. É interessante notar que o governo português assumia a estipulação, ao menos nominal – e isso deve ser levado em consideração – do Tratado que proibia o fim do tráfico ao norte do Equador. A documentação, portanto, permite a abertura de novos problemas sobre a postura de D. João diante do tráfico e dos tratados firmados com a Inglaterra. Assim, a linha política adotada pelos embaixadores não se mostrava uma reação à ação inglesa e muito menos na compreensão de que os tratados, firmados ao longo da segunda década do século XIX, imobilizavam a ação dos portugueses no tráfico de escravos. Pelo contrário, a documentação permite lançar a hipótese de que a diplomacia lusitana utilizava os próprios artifícios presentes nos tratados já ratificados como uma maneira de prorrogar a execução das ações previstas.

A correspondência de Freire revela ainda o fluxo de informação que envolvia os dois governos. A Corte do Rio de Janeiro, através da correspondência de seus diplomatas em Londres, possuía ciência do contexto político interno à Inglaterra, seja a relação do governo com os agentes da campanha anti-tráfico, seja o conteúdo que as gazetas inglesas publicavam sobre os

interesses dos "vassalos" do governo português na Inglaterra. Nesse sentido, as instruções para a elaboração da Convenção de 1817 não seriam fruto da ação inglesa, mas sim de jogo político, onde todas as variáveis estavam expostas e as duas partes tinham conhecimento das possibilidades e limites da ação de cada uma.

Por outro lado, em detrimento da tática jurídica utilizada por Freire, a estratégia do Conde de Palmela, que assumiu a embaixada portuguesa a partir de outubro de 1816, procurava compreender o contexto internacional e relacioná-lo com possíveis defesas da manutenção do tráfico de escravos e, assim, obter o cumprimento dos acordos firmados em Viena por parte da Inglaterra. Na verdade, os dilemas gerados pelo tráfico eram considerados pelo Conde apenas como mais um componente do espaço Atlântico. Para Palmela, a manutenção do tráfico de escravos dependia muito de um acordo diplomático entre as nações, principalmente daquelas que não estavam diretamente ligadas às rotas entre a América e a África como era o caso de Rússia, Prússia e Áustria. O peso diplomático que tais nações possuíam no continente europeu e o bom arranjo político que Portugal viesse a concluir com uma dessas potências continentais poderiam proporcionar amparo às pretensões portuguesas sobre o tráfico de escravos frente à Grã-Bretanha. Ainda que o apoio das potências continentais à causa inglesa fosse declarado, como era o caso da Rússia, tais atos eram interpretados pelo embaixador português mais como ponto de conveniência política do que algum princípio de valor. Nesse ambiente de arranjos diplomáticos que visavam a garantir a implementação de projetos políticos, tanto do lado britânico quanto do português, a negociação do casamento de D. Pedro com a D. Leopoldina adquiriu grande importância nas discussões diplomáticas dirigidas pelos embaixadores lusitanos. Na leitura da correspondência, é clara a intenção de Palmela de evitar o isolamento de Portugal nas discussões do concerto Europeu. A junção do governo português com o governo austríaco, através do casamento dos seus descendentes, se colocava como uma alternativa de reorganização geopolítica, a qual poderia ter conseqüências em diversos setores portugueses, inclusive o tráfico¹³. Portanto, não parece pertinente entender a segunda década do século XIX como um período no qual a diplomacia portuguesa foi refém das demais nações e, principalmente, da Inglaterra diante da questão do tráfico. O jogo diplomático exposto por Palmela era aberto e Portugal não apresentava uma postura passiva diante dos interesses diversos de outras nações.

Embora os possíveis arranjos diplomáticos entre Coroa Lusitana e demais nações fossem considerados preponderantes para as negociações bilaterais entre Portugal e Grã-Bretanha, eles não tinham por único objetivo obstaculizar as ações inglesas sobre o tráfico de escravos. Pelo contrário, os possíveis arranjos acabavam proporcionando a Portugal condições de impor e salvaguardar seus interesses em relação ao Atlântico-Sul. Não é à toa que Palmela inicia o seu ofício de resposta ao despacho que continha as instruções do futuro acordo de 1817, dizendo que o objetivo da futura convenção era o de continuar o tráfico, abastecendo de "braços o Brasil" e evitando "os insultos e prejuízos que, contra todo o direito, nos causam os cruzadores Britânicos¹⁴". Assim, outra hipótese a ser desenvolvida é o fato de que a Convenção foi, pelo menos em parte, uma demanda da própria Corte na América, buscando a regularização das atividades dos traficantes no Atlântico, sem embaraços da marinha Inglesa. Novamente, o documento que foi considerado como mais um passo visando a abolição do tráfico,

13

Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Portuguesa em Londres. Correspondência do Conde de Palmela ao Marquês de Aguiar e ao Conde da Barca (1816 e 1817). Loc: Estante:338, Prateleira: 1, Volume:17. Ofício nº 08. Londres 10 de dezembro de 1816.

14

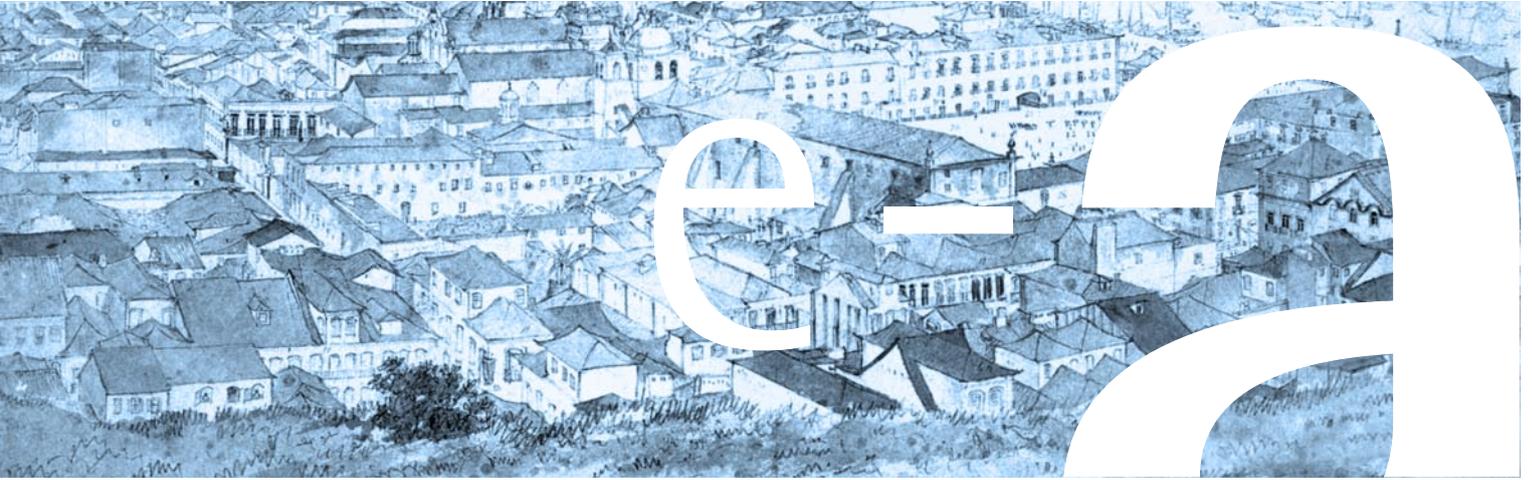
Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Portuguesa em Londres. Correspondência do Conde de Palmela ao Marquês de Aguiar e ao Conde da Barca (1816 e 1817). Loc: Estante:338, Prateleira: 1, Volume:17. Ofício nº 14. Londres 10 de fevereiro de 1817.

aparece como uma tentativa de legalização da própria prática traficante, regulamentando a sua atividade sem deixar margem para que empecilho algum fosse colocado em sua dinâmica.

Por fim, o questionamento da elaboração da Convenção de 1817 pode revelar questões inéditas ou pouco exploradas sobre o tráfico e sobre a posição do governo joanino frente a essa prática mercantil. Desse modo, a partir do estudo da Convenção, é possível reconstituir o ambiente político do governo de D. João na América, particularmente entre 1817 e 1818, momento marcado por amplo debate seja em torno do tráfico seja em termos do futuro da Monarquia portuguesa, como indicaram as revoluções de 1817 em Pernambuco e em Portugal.

almanack braziliense

resenhas



EL FAR, Alessandra.

Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Por Gabriela Pellegrino Soares

LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert.

Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo: Edusp, 2006.

Por Ana Paula Medici

NEVES, Erivaldo Fagundes.

Estrutura fundiária e dinâmica mercantil. Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX. Salvador/Feira de Santana: EDUFBA/UEFS, 2005.

Por Daniel Afonso da Silva

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de.

Entre a Casa e o Armazém: Relações Sociais e Experiência da Urbanização. São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

Por Sílvia Cristina Lambert Siriani

SILVA, Ana Rosa Clolet da.

Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo, HUCITEC / FAPESP, 2006.

Por André Roberto de A. Machado

Gabriela Pellegrino Soares

Professora no Departamento
de História da Universidade
de São Paulo

EL FAR, Alessandra.

Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924).

São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 408p.

Páginas de sensação filia-se a um campo de pesquisas que floresceu nos últimos anos, como uma ramificação da chamada nova história cultural. Qual seja, o campo da história dos impressos – entre outros, livros, periódicos e folhetins. A nova história cultural envolveu interseções da história da cultura com outros domínios do conhecimento, como a Crítica Literária, a Antropologia, a Sociologia, a Economia e a Teoria da Comunicação, interseções que concorreram para uma redefinição do olhar acerca dos mecanismos de produção, circulação e apropriação social das representações culturais. Os caminhos de reflexão que aí se abriram conduziram a uma crescente preocupação com os suportes materiais que corporificam, difundem e orientam a recepção de determinados repertórios culturais.

Ao lado do conteúdo dos textos em voga em épocas passadas, passou-se a atentar para a forma como se davam a ler (considerando-se os recursos e critérios técnicos disponíveis para a sua edição), para as estratégias comerciais que fomentavam seu consumo, para os discursos que preservavam as práticas da leitura, para as motivações e atitudes de seu público. Apenas por meio dessa emaranhada teia de perspectivas, a análise de textos produzidos no passado poderia contribuir para o destrinchar de problemas históricos.

Não por acaso Roger Chartier e Robert Darnton, autores de trabalhos referenciais no domínio da história dos impressos, enveredaram por esse prisma para reavaliar o papel dos livros nas convulsões políticas da França setecentista. Ao ampliarem o foco de pesquisa, colocaram em xeque as tradicionais interpretações que atribuíam às obras filosóficas iluministas um lugar central no desencadear dos acontecimentos que levaram à derrocada da velha ordem.

Páginas de sensação transporta ao Brasil de fins do século XIX e princípios do XX a trilha teórica e metodológica aberta por, entre outros, Chartier e Darnton. Entretanto, o trabalho não pretende mensurar o papel dos impressos que então circulavam na principal cidade do país na produção de um acontecimento político específico ou na transformação de determinadas atitudes sociais. Os problemas da pesquisa realizada por Alessandra El Far encerram-se no mapeamento do universo da literatura popular e pornográfica que mobilizava escritores, editores, livreiros e leitores estabelecidos no Rio de Janeiro da *Belle Époque*.

A proposta, todavia, está longe de ser banal. É com riqueza de informações que a autora desconstrói a percepção generalizante de que, exceção feita a pequenas parcelas da elite, o povo brasileiro nunca foi dado ao hábito da leitura. A cada capítulo, nos surpreendemos com a diversidade de títulos e o montante das tiragens dos "romances de sensação" e dos "romances para homens", direcionados a um público não necessariamente abastado e culto, já que as edições eram baratas e os textos, acessíveis.

O mercado para livros "populares" provou ser muito mais amplo e dinâmico do que aquele aberto às obras literárias celebradas pela crítica e

canonizadas pela memória nacional. Por isso, mesmo autores de prestígio como Júlio Ribeiro também publicaram textos voltados a um público ávido por narrativas picantes e cheias de emoção, oferecidas a preços modestos.

Páginas de sensação abarca diferentes facetas desse universo literário: recompõe as dinâmicas e iniciativas do mercado editorial e livreiro que promoveu o gênero; identifica os títulos disponíveis e analisa com mais vagar o teor de alguns dos romances; captura discursos produzidos por contemporâneos buscando definir as instâncias de circulação dessas obras e os "desvios" impostos a tais prescrições. O conjunto da trama é alinhavado por um texto claro e de agradável leitura, coalhado de instigantes revelações acerca de repertórios e de práticas culturais que apenas começam a ser iluminadas por recentes pesquisas.

Em relação ao mercado editorial e livreiro, chama a atenção o volume de edições portuguesas que abasteciam os leitores do ultramar. Destacados livreiros de Lisboa como Davi Corazzi contavam com representantes no Rio de Janeiro, por meio dos quais disponibilizavam, em livros baratos, autores portugueses e incontáveis traduções de romances franceses, assim como tratados de história universal, gramática, medicina etc.

Por outro lado, as editoras que aos poucos se estabeleceram na capital do Império também dedicaram espaço às edições de reduzido custo. A prestigiada livraria francesa Garnier anunciou em 1873 o lançamento da chamada Biblioteca de Algibeira, que colocaria "bons livros ao alcance de todas as posses". A coleção assegurou um considerável retorno financeiro à editora. No mesmo período, jornais e almanaques que circulavam no Rio de Janeiro anunciavam a publicação de outras "bibliotecas populares", em formato in-quarto, encadernações em brochura e papel de baixa qualidade.

João do Rio, cronista do jornal *O Dia*, celebrou certa vez os preços irrisórios que democratizavam o acesso à leitura, embora lamentasse o teor dos enredos selecionados, em geral devassos e escandalosos. Contrapondo-se ao elitismo contido na crítica do escritor, Alessandra Al Far sublinha sua intenção de explorar os nexos que aproximavam o conteúdo dessas obras às expectativas dos leitores comuns.

O recorte da autora recai sobre dois gêneros de narrativa de grande repercussão no período estudado: o "romance de sensação" e o "romance para homens". O primeiro marcava-se pelos enredos arrebatadores que confrontavam as personagens a novas e fortes experiências. O segundo navegava nas águas do erotismo e da pornografia.

Elzira, a morte virgem, é um dos romances de sensação abordados. Publicado pela primeira vez pela livraria Serafim José Alves, no Rio de Janeiro, o livro foi reeditado por várias outras livrarias nos anos seguintes, destacando-se edição a realizada por Pedro da Silva Quaresma, em 1913, responsável por cunhar seu título definitivo e por incrementar seu sucesso. A narrativa enfocava uma tragédia familiar. Os pais de Elzira obstruem seu casamento com o amado Amâncio e a jovem se deixa morrer em resposta ao sofrimento impingido. Aqui, como na análise dos demais romances, a autora lança mão de fontes complementares para procurar dimensionar o impacto da obra para os leitores da época. Neste caso, uma notícia veiculada pela *Gazeta de Notícias*, em 1889, sobre a tentativa de suicídio de uma moça, sufocada por um desejo de casamento interdito, ajuda a autora a demonstrar que os desfechos dramáticos nas histórias de amor incompreendidas não eram estranhos aos códigos sociais do período.

No que diz respeito aos "romances para homens", um dos títulos analisados são as *Memórias do frei Saturnino*, ambientadas no Rio de Janeiro. O livro já circulava nas livrarias da capital nos anos 1840. As memórias narradas pelo frei recuperam uma vida plena de aventuras sexuais, que teve início quando o menino espreitou os encontros lascivos de sua madrastra com um padre. Saturnino logo se dispôs a reviver as lições aprendidas com sua irmã Susana, recém saída de um convento, onde também fora iniciada nas artes do prazer físico por suas companheiras. Ao flagrá-los, a madrastra impressionou-se com a virilidade do menino, e passou a arrastá-lo para os bacanais com os frades.

E assim seguem as peripécias das personagens, capazes de incendiar a imaginação do leitor. O tom anti-clerical dessa e de outras narrativas, esclarece a autora, era fruto de influências da ideologia liberal portuguesa. A imagem de um clero corrompido contribuía para solapar a legitimidade de uma instituição que os liberais portugueses quiseram reformar e enfraquecer ao longo do século XIX. Temos aqui uma das poucas passagens em que os significados políticos das obras analisadas são tematizados pela autora, que de resto privilegia o diálogo das obras com o cotidiano dos habitantes de uma cidade em franco processo de modernização, como sucedia ao Rio de Janeiro da passagem do século.

Alessandra Al Far nos recorda também, com breve menção, de uma outra dimensão do diálogo entre as obras e os leitores, que remonta às permanências da longa duração, a manifestações culturais de maior amplitude. "Como dizia Machado de Assis, o homem sempre gostou dos grandes crimes. Sempre gostou também dos amores impossíveis, das contravenções, do inesperado, do excesso e do que fosse capaz de lhe proporcionar fortes emoções. Os escritores de livros populares, cientes dessa predileção e interessados em cativar seus leitores, usufruíam de um imenso repertório de histórias a seu favor. Muito se pautavam na literatura do passado ou nas novelas francesas da moda. Outros, além disso, ficavam atentos ao que se via pelas ruas, o que se lia nos jornais ou o que repercutia de boca em boca no domínio da oralidade". (p. 313)

Não necessariamente, portanto, as obras respiravam ares brasileiros. Um dos "romances para homens" a cativar a atenção da autora foi *Teresa, a filósofa*, texto anônimo publicado pela primeira vez na França em 1748. Este livro teve vida longa junto aos leitores brasileiros. Não resisto em lembrar aqui um artigo escrito por Monteiro Lobato em 1921, intitulado *Os livros fundamentais*, que comentava o fascínio que *Teresa* continuava a exercer sobre os meninos das novas gerações.

Mil cidadezinhas pelo interior do Brasil existem onde, em matéria de leitura, de pais a filhos, gerações sucessivas gravitam em torno desse trio: Teresa, Carlos Magno, Escrich. (...) Sem donos, em geral, circulam de mão a mão, em empréstimos sucessivos, como bens pertencentes à comunidade. (...)

E, retornando a *Páginas de Sensação*, embora os romances pornográficos fossem socialmente definidos como leitura "para homens", há evidências de que muitas mulheres encontrassem subterfúgios para mergulharem em sua narrativa. Um artigo publicado na revista *A Época*, em 1875, relatava a confissão feita a um padre por uma jovem, de que passava as madrugadas em claro devorando os livros "proibidos" que seu marido abandonava sobre a cama ao cair no sono.

Ao que se prestavam, afinal, na interpretação de Alessandra Al Far, essas leituras? "Imersos num vasto conjunto de referências orais e escritas, os autores dos livros populares do final do Oitocentos souberam, como poucos, contar suas histórias, dialogando sempre que possível com temas e assuntos presentes na realidade e no imaginário de seus leitores. (...) Deixavam de lado quaisquer idéias filosóficas, modelos abstratos, para tratar, em meio a uma série de acontecimentos, das injustiças, das relações de poder, da família, da moral em voga etc. Nesse viés, pode-se dizer que as desgraças, as fatalidades, as transgressões, que deram intensidade a esses romances de sucesso, mostraram-se, neste trabalho, 'boas para pensar'. Isso porque, através delas, foi possível falar de modo mais específico sobre a sociedade carioca e brasileira daquele período como também de alguns aspectos culturais de maior amplitude." (p. 314)

A expressão "boas para pensar" faz referência à percepção formulada por Lévi-Strauss sobre os povos indígenas, que refletiam sobre sua realidade por meio das coisas concretas da vida cotidiana. Também os leitores analisados por este trabalho refletiriam sobre o mundo ao seu redor por meio das narrativas que falavam às emoções.

É certo que as formas de diversão e evasão próprias de cada sociedade guardam nexos estreitos com suas concepções acerca da realidade social e moral e, em contrapartida, com os desejos de transgressão. Mas se o universo das obras, livreiros e editores está muito bem apresentado em *Páginas de Sensação*, as "formas de pensar" que este ensinou mereceram considerações ainda tímidas por parte da autora.

Ana Paula Medicci

Doutoranda em História pela
Universidade de São Paulo

LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert.

Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850.

São Paulo: Edusp, 2006, 280p.

Francisco Vidal Luna, professor da Faculdade de Economia da USP, e Herbert Klein, professor da Universidade de Colúmbia, são estudiosos da história econômica brasileira e americana e, em conjunto, escreveram vários artigos sobre a sociedade e a estrutura da posse de cativos em diversas localidades paulistas e mineiras. Publicaram em 2003, pela Stanford University Press, *Slavery and the economy of São Paulo, 1750-1850*, obra recentemente traduzida pela Edusp com o título *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850* e que, desde já, constitui referência para o estudo da formação histórica da região. Ao mesmo tempo, a obra amplia e dá novo vulto a estudos de história demográfica ligados aos padrões de posse de cativos em São Paulo, em desenvolvimento desde a publicação, em 1972, do clássico artigo de Alice Canabrava, "Uma economia de decadência: os níveis de riqueza da capitania de São Paulo, 1765-67".

O texto analisa a estrutura da posse de escravos em várias localidades paulistas, somada e cotejada com as variantes demográficas de sexo, idade, origem, cor, índice de casamentos e atividades econômicas. As principais fontes consultadas foram os maços de população do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, já utilizados por vários estudiosos, entre eles Maria Luísa Marcílio, autora do primeiro grande estudo sobre a demografia paulista colonial. As balizas cronológicas estabelecidas pelos autores foram os anos de 1777, 1804, 1829 e 1836; os três primeiros por coincidirem com censos populacionais mais completos e o último fundamentado no *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*, de Daniel Pedro Muller, editado pela primeira vez em 1838. Sempre que possível, os autores compararam os dados levantados para São Paulo com os de outras regiões escravistas americanas, tais como Minas Gerais, Bahia, Estados Unidos e ilhas do Caribe, possibilitando ao leitor uma visão mais ampla da escravidão nas Américas.

O livro é composto por oito capítulos. O primeiro apresenta um histórico da Capitania de São Paulo, de suas origens a 1800; entre o segundo e o quarto capítulos foram analisadas, respectivamente, a produção açucareira, cafeeira e de subsistência; enquanto os últimos três capítulos são dedicados às características de quatro principais grupos populacionais, quais sejam, o dos proprietários de escravos, o da população escrava, o das pessoas livres de cor e os não empregados no setor agrícola.

Os autores identificam cinco regiões econômicas em São Paulo: Capital, Vale do Paraíba, Oeste Paulista, Litoral e Caminho do Sul. A Capitania é apresentada como região de fronteira, pobre e atrasada, marcada por culturas de subsistência e por baixos índices populacionais até fins do século XVIII, sendo que algum crescimento econômico se esboçaria depois de 1700, em função do abastecimento das minas. Somente a partir de 1765, quando o governo metropolitano implantou políticas de incentivo à produção, desenvolver-se-ia a base de uma economia de mercado centrada na exportação de açúcar. Todavia, o texto ressalta o elevado número de

escravos e de índios aldeados (mão-de-obra compulsória em potencial) arrolados já no censo promovido em 1765/66, apontando para a inserção da economia paulista a mercados nacionais e internacionais, bem como para o gradual crescimento da economia e da população durante todo o século XVIII (p.44-5). Em 1800, São Paulo finalmente teria se tornado uma economia escravista de "grande lavoura", nos moldes do restante da América portuguesa colonial.

Seguindo esse encaminhamento, os autores compartilham das clássicas interpretações de Thereza Petrone, de Alice Canabrava, e de Caio Prado Jr., segundo as quais a ampliação da lavoura canavieira teria aberto uma era de desenvolvimento ao integrar a capitania ao lucrativo comércio de exportação com Portugal. Entretanto, *Evolução da sociedade e economia escravista em São Paulo*, apresenta dados que permitem alargar esse quadro e subsidiar as novas pesquisas que vêm questionando a visão de São Paulo como região desvinculada da produção mercantil colonial. Estudos produzidos na década de 1990, tais como os de Ilana Blaj e de John Monteiro, questionaram a imagem da São Paulo colonial desvinculada da economia luso-brasileira, apontando para o uso intensivo da mão-de-obra escrava indígena na produção de gêneros alimentícios para o mercado, bem como para a inserção da Capitania nas rotas do comércio interno já no século XVII.

Os dados apresentados por Luna e Klein relativos à ascensão da lavoura canavieira, à introdução do cultivo do café e à permanência e crescimento da produção de gêneros de subsistência durante todo o período estudado, corroboram esses estudos ao evidenciar sobretudo a importância econômica da lavoura mercantil de abastecimento. Assim, os autores defendem que os recursos para a produção açucareira foram gerados pelos produtores paulistas anteriormente ocupados na mineração ou na produção de gêneros para Minas Gerais e Rio de Janeiro. Por outro lado, ao invés de ressaltarem o predomínio da grande propriedade monocultora e escravista como marca da economia e sociedade coloniais, Luna e Klein apontam para a diversidade produtiva das unidades açucareiras paulistas, nas quais se continuou a produzir gêneros de subsistência. Além disso, os pequenos estabelecimentos agrícolas familiares, produtores de gêneros alimentícios, continuariam em atividade mesmo quando as unidades açucareiras aumentaram em tamanho, número de escravos e valor da produção.

Segundo os autores, entre 1804 e 1829, o número médio de escravos por engenho paulista subiu de dezessete para trinta e um, sendo que ainda em 1829, a média geral de escravos por senhor, era de sete cativos (p.63). Daí a constatação da concentração de riqueza entre os proprietários dedicados à produção de gêneros de exportação. Ao mesmo tempo, os pequenos proprietários e posseiros sem escravos da região açucareira perderam espaço econômico, pois, proporcionalmente, produziam menos valores que seus vizinhos escravistas. Ademais, essas transformações econômicas trouxeram consigo uma série de alterações demográficas relacionadas à ampliação do contingente de escravos africanos, cuja população cresceu três vezes entre 1777 e 1836.

Durante a expansão da lavoura canavieira ocorreu a introdução do cultivo de café no Vale do Paraíba, região já dedicada à produção de alimentos para o mercado. Inicialmente, o café foi cultivado nas unidades produtivas menores, baseadas no trabalho familiar ou com poucos escravos, pois, devido aos baixos custos iniciais e ao longo tempo de maturação da

planta, favoreceria o investimento na lavoura de gêneros alimentícios. As grandes fazendas de café, centralizadas no Oeste Paulista, só seriam uma realidade depois de 1850. Diferentemente dos produtores de açúcar, metade dos produtores de café ainda usava mão-de-obra livre em 1829, embora a produção se concentrasse entre os que possuíam escravos.

Com o passar do tempo, a rentabilidade do café proporcionou o ingresso de maior contingente de escravos na região e, embora a produção de milho não tenha sido abandonada nem pelos cafeicultores, a proporção de fazendas dedicadas unicamente ao cultivo de gêneros de subsistência caiu. Mesmo assim, as unidades produtivas familiares permaneceram importantes na produção de alimentos e esta, além de ser a base da economia paulista anterior a 1800, não só manteve sua relevância como se associou à produção para o comércio exterior.

Característico da produção paulista seria o emprego de mão-de-obra escrava junto à mão-de-obra livre familiar na produção de alimentos para o mercado regional. Desse modo, em 1798, em plena "era do açúcar", 1/3 das exportações paulistas era de gêneros de subsistência. Ou seja, a análise dos dados levou os autores a indicar que as regiões açucareiras e cafeeiras em São Paulo, no período em questão, nunca foram "monocultoras". Ainda em 1829, conforme números apontados por Luna e Klein, 75% dos proprietários de cativos ocupados na agricultura produziam para o abastecimento do mercado interno. Cerca de 1/4 destes possuíam apenas um escravo, enquanto que a grande maioria dos domicílios empregados nessa tarefa não contava com cativos. (p.107-10) Contudo, também na produção de alimentos, os proprietários de escravos obtinham maiores níveis de produtividade e lucros, a exemplo da Vila de Cunha, onde as culturas alimentícias tradicionais, nas quais era amplo o emprego de cativos, formavam a base da economia, comprovando o dinamismo desse setor.

Segundo os dados apresentados, em 1836, os valores da produção de milho (1.974.277 mil réis) ultrapassaram os obtidos com a venda de café e açúcar (940.858 e 665.647, respectivamente). Também nesse caso ocorreu uma concentração da produtividade nas mãos dos proprietários de escravos. Os milharais se expandiram junto com as lavouras açucareira e cafeeira, o mesmo ocorrendo com o arroz e o feijão, bem como com a criação de suínos e a fabricação de toucinho. Assim, os autores demonstram que, embora o número relativo de escravos empregados na lavoura de subsistência tenha caído entre 1770 e 1836, a produção de alimentos continuou a se expandir e a se integrar ao sistema escravista, permanecendo como alicerce da economia paulista.

A partir dessas considerações, os autores passam a estudar a população envolvida nessa economia de mercado em expansão, abordando as mudanças demográficas advindas do aumento produtivo. Ressalta-se o extraordinário crescimento populacional no período, da ordem de 2% ao ano, liderado pelos proprietários responsáveis pelo enorme afluxo de africanos para São Paulo. Nota-se que 1/3 dos domicílios paulistas do período estudado possuíam escravos; a ampliação da produção para mercado ampliou o número total de cativos na região, mas não o número relativo de senhores dentre a população. Desse modo, cresceu o número de escravos por proprietário, não a proporção destes na população.

Com o passar do tempo, maior número de escravos se concentrou nas mãos daqueles que produziam para exportação e, conseqüentemente, aumentou também sua participação no total da produção. Até 1829,

embora os pequenos proprietários de escravos fossem ampla maioria (75% dos proprietários), detinham menos escravos (35%). Eram raros os proprietários realmente grandes (com mais de 100 escravos), pois a concentração de cativos teria ocorrido entre a camada intermediária de proprietários, que possuía em média onze escravos. (p.153-5)

Entre fins do século XVIII e início do XIX, o enriquecimento dos senhores provaria que a sociedade paulista passou a ser cada vez mais definida econômica e socialmente pela escravidão e o número crescente de escravos integrados à população seria indicativo do dinamismo da economia exportadora. O incremento da população escrava causou extraordinário aumento no número proporcional de homens adultos, especialmente na região açucareira, prejudicando o crescimento natural dos escravos, mas ampliando sua eficiência econômica com o ingresso de africanos em plena idade produtiva.

Numericamente importante na sociedade paulista também era a chamada "população livre de cor", que constituía $\frac{1}{4}$ da população total de quase todas as vilas durante o período estudado, mas apenas 6% do número total dos senhores paulistas. Em sua maioria, eram chefiados por mulheres, compunham $\frac{1}{5}$ do setor agrícola e eram representados principalmente entre os artesãos (37%) e os jornaleiros e pobres (40%). Estavam plenamente integrados à massa de trabalhadores, se aproximando da população branca pobre. (p.211-2)

O último setor populacional analisado pelos autores é o chamado "não agrícola", bastante heterogêneo com relação às ocupações, posse de cativos e status social. Em 1829, 41% dos domicílios paulistas não eram agrícolas e detinham 21% dos escravos. Concentravam-se nas áreas urbanas e, proporcionalmente, eram formados por um número maior de pobres e de "não brancos"; a despeito de, segundo os autores, agregarem oficiais militares, altos funcionários do governo, tropeiros e comerciantes, alguns muito ricos e donos de grande escravaria. Dessa categoria faziam parte os artesãos (costureiras, tecelãs, oleiros, ferreiros, sapateiros) e os agregados. Estes últimos, geralmente viviam à sombra de um senhor de escravos, mas, socialmente, estavam acima de jornaleiros, "mendigos" e daqueles que "viviam de sua agência". Importante ressaltar que, segundo os autores, grande parte dessa população era formada por antigos agricultores, expulsos da terra com a expansão da lavoura de exportação. Aponta-se, assim, para uma situação de expropriação de terras e bens de produção que atingirá a maior parte da população livre e pobre nos finais do século XIX, questão amplamente estudada por Maria Sylvia de Carvalho Franco.

Fundamentada em extensa pesquisa e detalhada análise documental, a obra de Francisco Luna e Herbert Klein permite vislumbrar o universo econômico paulista e a multiplicidade de características dos produtores locais em período histórico ainda pouco explorado. Ao atestar a complementaridade entre trabalho escravo e trabalho livre, também permite relativizar as teses historiográficas calcadas no modelo da grande propriedade monocultora escravista como principal forma de ocupação e exploração do território que viria a formar o Brasil. Baseado nesse estudo, é possível afirmar que o significativo desenvolvimento econômico da segunda metade do século XIX e a concentração do número de escravos na produção de açúcar e café em São Paulo só foi possível graças à preexistência de uma classe de agricultores integrada aos mercados internos, que soube usar muito bem as vias de transportes e a mão-de-obra local ou africana dispo-

nível. Por outro lado, a análise reconstitui um processo de concentração de riqueza, ocorrido tanto no setor agrícola de exportação quanto no de abastecimento, no qual a posse de escravos foi fundamental para a ampliação da participação econômica de pequenos e médios proprietários. A nosso ver, estes segmentos sociais passariam também a atuar, após a Independência, na configuração da ordem liberal durante a primeira metade do século XIX, constituindo as bases votantes nas quais se apoiavam eleitores, deputados provinciais e membros do Parlamento.

Obra obrigatória para estudiosos e pesquisadores da história paulista, *Evolução da Sociedade e economia escravista em São Paulo* apresenta extraordinária quantidade de dados que contribuem para interrogar e ampliar o entendimento atual acerca de período assinalado por profundas transformações. Lamenta-se apenas que a visualização das tabelas tenha sido prejudicada por erros de diagramação.

O livro de Erivaldo Fagundes Neves é uma importante contribuição aos estudos baianos. É um trabalho pioneiro. Sua gênese está na década de 1980, quando o autor fazia parte do grupo de estudos agrários coordenado pela professora Kátia Mattoso, na Universidade Católica da Bahia. Defendido recentemente como tese de doutoramento na Universidade Federal de Pernambuco, o estudo versa sobre o Alto Sertão da Bahia.

A partir de exaustiva pesquisa documental e bibliográfica em arquivos brasileiros, portugueses e espanhóis, Neves apresenta a estrutura fundiária e a dinâmica agromercantil da pecuária, da policultura cerealífera e da cotonicultura organizadas no extremo sudoeste da Bahia entre os séculos XVIII e XIX. O foco principal da análise é a origem e o destino das propriedades baianas do sexto conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito.

Na introdução o autor procura justificar e enquadrar o tema num núcleo teórico-disciplinar de *História Agrária e História Regional e Local*. Relaciona historiadores da cepa de Marc Bloch e Jean Meuvret, Capistrano de Abreu e Maria Yedda Linhares, Victor Nunes Leal e Raymundo Faoro, Ciro Flamarion Cardoso e Fernando Novais dentre outros. Elenca também um conjunto expressivo de trabalhos resultantes do que ele classifica de "consolidação da pesquisa universitária".

O primeiro capítulo trata das formas de apropriação e manutenção da terra na esfera do sistema colonial ibérico. Discute a formação do direito agrário e da estrutura político-jurídica das colonizações portuguesa e espanhola. Reconhece a importância do *sentido da colonização* proposto por Caio Prado Jr., mas adverte que é preciso ter cautela na adoção de interpretações que valorizam a extração do excedente colonial em detrimento da acumulação interna.

De modo específico, observa que a mineração e a pecuária foram fundamentais para expandir a ocupação do interior da colônia a partir do século XVII. A extração aurífera efetuada no rio das Velhas em Minas Gerais e nos rios de Contas, Itapicuru e Paramirim na Bahia impôs um dinamismo às economias locais com a estruturação de centros urbanos e circuitos comerciais robustecidos pelo trânsito de boiadeiros e tropeiros. O declínio dessa economia, alerta o autor, possibilitou o estabelecimento da policultura no Alto Sertão baiano em meados dos setecentos.

O capítulo seguinte retrata o violento processo de conquista, ocupação e dominação dos sertões baiano e mineiro, lembrando que, para as expedições ibéricas, descobrir implicava em conquistar a qualquer custo. Na maioria das vezes, com a expulsão, submissão e/ou extermínio dos nativos. Essa violência era legitimada e respaldada juridicamente pela doutrina da "guerra justa".

A conquista do Alto Sertão da Bahia foi protagonizada pela família Guedes de Brito, tendo como personagem principal o mestre-de-campo Antonio Guedes de Brito, que participou efetivamente da sua conquista.

Quando das investidas bandeirantes, liderou homens e investiu recursos materiais importantes na empreitada. Massacrando populações indígenas e se apropriou da margem direita do Rio São Francisco do centro-norte da Bahia ao centro-sul do atual estado de Minas Gerais.

Esses domínios foram legados à sua filha Isabel Maria Guedes de Brito no início do século XVIII. A cadeia sucessória concedeu a posse do patrimônio a Joana da Silva Guedes de Brito já em meados do século. Dona Joana não teve filhos, legando as propriedades ao seu marido Manoel de Saldanha da Gama que, ao enfiar, retornou a Portugal e contraiu núpcias, com autorização papal, com a também viúva e prima de sua ex-esposa, Francisca Joana Josefa da Câmara Coutinho. Dessa relação nasceu o primogênito João de Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito; a quem coube, de um tio sem descendência, a titularidade de conde de Ponte.

O capítulo 3 mostra o processo de divisão, partilha e dispersão dos patrimônios da Casa da Ponte na América Portuguesa. No final do século XVIII, o sexto conde da Ponte – que foi governador e capitão general da Bahia na primeira década do século XIX – dividiu suas fazendas em cinco áreas administrativas: Rio de Contas, Rio Pardo, Caetitê, Urubu, Xique-Xique e Jacobina. Com a Independência, em 1822, foi suspenso o protocolo sesmario e foi imposta a necessidade de oficialização da posse de terras. Nisso a Casa da Ponte converteu seus inquilinos em proprietários. Em 1831, Manoel Saldanha da Gama Mello Torres, sétimo conde da Ponte, e sua mulher Joaquina de Castelo Branco, residentes em Londres, autorizaram a venda de todos os seus bens existentes no Brasil.

No último capítulo são apresentadas as complexas variáveis envolvendo a utilização da terra: a pecuária, o cultivo de algodão, a mão-de-obra africana e indígena, o cotidiano das famílias numerosas de posseiros e renteiros, a pobreza do sertão, a integração desse sertão com o recôncavo e com a capital, a relação com Minas Gerais, os fluxos migratórios. Por fim, é enfatizada a importância do algodão produzido no sertão para economia baiana da segunda metade do século XIX.

De maneira geral, o livro tem um forte sotaque da tese que está na sua origem. Possui longas discussões teóricas e historiográficas; ora para justificar a inserção de seu tema no âmbito da *História Agrária* e da *História Regional e Local*, ora para inseri-lo nos debates sobre o sistema colonial. Tudo isso poderia ter sido suprimido sem causar danos à inteligibilidade do assunto, e à relevância do texto.

O autor defende algumas proposições no mínimo controversas. Admite, por exemplo, que a Independência não instituiu nenhuma mudança na ordem social estabelecida (cf. pgs. 100 e 220), afirmação fortemente questionada pela historiografia. Essa e outras eventuais ressalvas, entretanto, não diminuem a o mérito da pesquisa pioneira de Eivaldo Fagundes Neves. Seu trabalho amplia consideravelmente o conhecimento sobre a história dos sertões brasileiros e, no âmbito da historiografia baiana, inaugura a senda para novos estudos que lhe serão devidos.

Nos últimos tempos, tornaram-se freqüentes os estudos acerca da cidade de São Paulo e seus arredores. Fruto, em parte, do oportunismo gerado pela comemoração dos 450 anos da cidade, que movimentou o mercado editorial paulistano, mas também do interesse de historiadores, geógrafos, urbanistas e sociólogos em desvendar a formação e conformação desse núcleo urbano através dos séculos (o afluxo populacional, a ocupação territorial, entre outros assuntos levados a cabo com maior seriedade). Essa procura acabou por criar uma gama razoável de trabalhos, muitas vezes compartimentados em bairros, ou regiões específicas da cidade, raras vezes permitindo ao leitor uma visão abrangente e comparativa dos processos de ocupação e transformação de São Paulo, bem como uma compreensão vivaz acerca do cotidiano e relações sociais de um diverso contingente populacional que objetivava viver e sobreviver num ambiente hostil e mutante como a capital paulista da segunda metade do século XIX.

A grata iniciativa da historiadora Maria Luiza Ferreira de Oliveira de realizar uma obra que descortinasse a especificidade dos modos de vida, estratégias de sobrevivência e relações sociais, da São Paulo oitocentista, sem que se perdesse de vista a totalidade do fenômeno urbanizador e transmutador, surge num momento em que o debate acerca do tema rompe a barreira das publicações meramente comerciais - que são apenas paráfrases de trabalhos consagrados, como os de Afonso de Freitas, Antônio Egidio Martins ou Ernani da Silva Bruno - e possibilita a observação de um quadro mais amplo, com a utilização de farta documentação e extensa discussão bibliográfica, permitindo ao leitor a observação das semelhanças e diferenças, no tempo, das transformações na paisagem urbana e das experiências de vida daqueles indivíduos que se tornaram os principais agentes deste processo.

A obra apresenta-se dividida em seis capítulos que privilegiam não apenas a análise das relações sociais entre diferentes grupos sócio-econômicos e étnicos que compunham a capital paulista, mas também sua inserção no mundo do trabalho, da produção, das transformações na paisagem urbana ocorridas principalmente com os deslocamentos populacionais e abertura de novos bairros, a partir de 1870, e a chegada dos grandes contingentes imigrantes europeus. Com uma linguagem sensível, porém direta, a autora nos faz passear pelas ruas e bairros da cidade de São Paulo, acompanhando trajetórias de vida de famílias e indivíduos em constante movimento. Como se relacionavam em seus núcleos familiares, como estabeleciam seus laços de vizinhança, o amparo mútuo das relações creditícias, o convívio com escravos e libertos, a faina diária, o senso de oportunidades econômicas, enfim, o viver na capital em suas dimensões mais abrangentes.

No primeiro capítulo, intitulado *Modos de Viver*, Maria Luiza descortina a partir dos dados obtidos em inventários *post mortem*, uma ampla gama de ofícios exercidos pela população paulistana em meados do século

XIX. É de extrema importância, nesse momento, compreender o porquê do corte temporal sugerido pela autora, uma vez que abarca, tanto aspectos da cidade ainda impregnada de uma atmosfera colonial, como seu paulatino processo urbanizador que culminaria, na primeira década do século XX, na celebrada "Metrópole do Café" republicana, com seus ares cosmopolitas e europeizados. Diante deste processo, o campo profissional paulistano diversificou-se e acompanhou as mudanças que vinham ocorrendo na paisagem urbana, além da crescente demanda por novos serviços e produtos.

Com muita sensibilidade, a autora percorre trajetórias de vida e estratégias de sobrevivência de inúmeras famílias, das mais abastadas até aquelas já no limiar extremo da pobreza. Sua narrativa nos leva às ruas, a entrar nas casas e perceber como arranjavam seu sustento. Há desde os casos daqueles que viviam de rendas e aluguéis, como D. Maria das Dores Jesus Viana, idosa e solteira que alugava dois cômodos da sua residência, e fazia doces e quitutes para incrementar seu apertado orçamento (o que possibilitou até que acumulasse algumas economias numa caderneta da Caixa Econômica), como o de cocheiros e carroceiros que exerciam um trabalho autônomo, permitindo-lhes circular livremente pela cidade em transformação.

A ascensão social era permitida com maior facilidade àqueles portadores de diplomas superiores, como o caso dos médicos, engenheiros e bacharéis em direito que, se não exercessem a profissão por sua própria conta e risco, podiam sempre buscar a segurança dos empregos públicos.

Ainda neste capítulo, a autora retrata as profundas transformações nos modos de viver da população que habitava as imediações da Várzea do Carmo. Região eternizada por inúmeros pintores, memorialistas e fotógrafos, com o burburinho constante das lavadeiras às margens do Tamandateí, o Carmo talvez tenha sido a região que sofreu o maior número de transformações durante o processo urbanizador da capital paulista. Utilizando-se de rica iconografia e de inúmeras fontes bibliográficas, Maria Luiza dissecou as imagens e seus discursos, para nos fazer compreender que as transformações vivenciadas pela Várzea tinham efeitos profundos naqueles indivíduos que dela dependiam diretamente para sobreviver, tais como pescadores, lavadeiras, vendedores de capim, além dos pequenos comerciantes da Rua das Casinhas (atual Ladeira Gal. Carneiro), que abasteciam parte da população de alimentos básicos tais como toucinho, feijão, farinhas, aguardente, numa espécie rudimentar de mercado local.

Finalmente, o primeiro capítulo é encerrado com uma minuciosa análise dos diferentes grupos de riqueza encontrados na documentação e suas principais características no contexto da capital paulista oitocentista. É analisada sua participação e peso nas atividades econômicas locais, assim como os processos ascendentes e descendentes de formação dos patrimônios familiares, responsáveis pela composição de uma emergente camada média na sociedade paulistana durante a sua experiência urbanizadora.

O segundo capítulo trata da presença da escravidão nesse contexto. A distribuição da posse de cativos entre os cinco principais grupos de riqueza presentes no estudo, e sua importância para a sobrevivência dos proprietários. Os resultados não são surpreendentes e corroboram uma tendência já observada em inúmeros estudos demográficos sobre a escravidão: a de que a maioria dos proprietários possuía poucos cativos, predominando as mulheres, principalmente se pensarmos no corte temporal adotado pela autora. A partir de 1850, com os entraves para a comercialização de afri-

canos, em decorrência da extinção do tráfico atlântico, os preços de um escravo em idade produtiva tendiam a aumentar, atingindo o seu auge no início da década de 1880, quando equivaliam a um imóvel de porta e janela, na região central da cidade. As mulheres, geralmente recebiam valores mais baixos nas avaliações e abundavam nos trabalhos domésticos, ou como escravas de ganho.

A autora também percorre, nesse contexto, a movimentação das cartas de alforria e as manumissões condicionais presentes nos testamentos que compõe o *corpus* da pesquisa, dando-nos luz acerca das relações quotidianas entre os senhores e seus cativos, nas quais o caráter humanitário era questão secundária em relação ao vínculo puramente econômico. Grande parte das vezes esse caráter humanitário não era sequer levado em consideração no momento das partilhas, que acabavam por reintegrar a plena posse de cativos aos herdeiros do espólio, ou até mesmo agindo de forma ilegal ao separar os filhos de suas mães, explicitando que as teias de proteção que envolviam os escravos urbanos às famílias que os possuíam, eram muito tênues e incertas.

Uma vez alforriados, quais seriam os seus destinos? Maria Luiza busca acompanhar trajetórias de vida de ex-cativos também através de seus inventários *post mortem*. Nem todos tinham a sorte de deixar bens que pudessem garantir a segurança de seus filhos e netos. No geral, estes negros conseguiam acumular um pequeno pecúlio à custa de trabalho árduo, ou recebiam pequenos imóveis como doação de seus antigos senhores. Sua inserção na sociedade não se dava de maneira fácil, ainda que dominassem os códigos de convivência e sobrevivência e exercessem as mais variadas atividades econômicas, do pequeno comércio varejista à prestação de inúmeros serviços braçais, o que acabava por afastá-los da linha da miséria, ainda que esta permanecesse como uma constante ameaça.

O terceiro capítulo analisa um outro aspecto das relações sociais estabelecidas por uma significativa parcela da população paulistana. As relações de crédito, com a difusão dos empréstimos em dinheiro e das compras "em cadernetas". A moeda circulante na cidade era escassa, o que incentivava deveras a prática da compra fiada. Era uma relação de confiança mútua que se estabelecia entre o cliente e o comerciante e que se desenrolava por anos a fio, muitas vezes só terminando no processo de inventário. A autora descortina as motivações para o endividamento (das causas mais urgentes ao mero descompasso na administração dos gastos familiares); quem pedia e quem emprestava. De maneira efetiva é posto por terra a idéia, por anos propagada pela historiografia brasileira, do paternalismo das elites paulistanas, ao demonstrar que grande parte dos que concediam empréstimos eram pessoas em condições de vida bastante rudimentares e que, não raro, também recorriam a este expediente para equilibrar seus orçamentos domésticos.

Numa precisão quase cirúrgica, Maria Luiza estabelece quadros com os mais recorrentes tipos de relações de crédito, além de separar as dívidas pelos diferentes grupos de riqueza, relacionando-as a fenômenos mais amplos da economia nacional tais como as crises financeiras do final do império e as constantes oscilações do preço do café no mercado mundial que poderiam, ou não, interferir nos padrões de endividamento da população local. Ao que parece, essa população poderia passar alheia a estas transformações, estando mais envolvida com as mudanças monumentais pelas quais a cidade, em franco crescimento, passava, expandindo sua área, suas atividades e seus investimentos.

Contudo, o sistema bancário parecia não responder à rapidez dessas transformações, fazendo com que as redes creditícias particulares se tornassem cada vez mais disseminadas entre a população dos mais diferentes patamares de renda. Títulos, letras, hipotecas, são termos familiares a todos aqueles pesquisadores que utilizam os inventários como fontes de estudo, e mostram que a cultura do crédito era disseminada na capital, muitas vezes levando as famílias à insolvência, ao arresto e hasta pública dos bens do espólio para o pagamento dos credores.

No quarto capítulo (*Com loja para a rua*), a autora trata dos comerciantes e suas formas de sobreviver a um mercado que se transformava a cada dia na capital. Dos comerciantes de porta aberta, que mantinham um contato direto e amistoso com sua clientela, observadores atentos da movimentação crescente das ruas centrais, aos grandes atacadistas e importadores, que ansiavam por uma clientela mais abastada e buscavam abastecer a capital do que havia de mais atual nos mercados europeus. Ambas as categorias, assim como os pequenos proprietários de secos e molhados, armazéns e tabernas, foram responsáveis pela nova dinâmica urbana dada ao centro da capital na segunda metade do século XIX. E não é de se espantar que estivessem presentes em grande parte dos inventários analisados pela autora, e muito menos que entre eles, grande parte fosse composta por imigrantes estrangeiros que viam na atividade comercial a principal via de acesso ao convívio social na cidade. Porém, os reinvestimentos nas casas comerciais eram constantes, e Maria Luiza observa que a descontinuidade de inúmeros desses negócios era comum, especialmente após o falecimento de seus proprietários, fosse por desinteresse dos herdeiros em geri-los, fosse pela necessidade financeira de liquidar o comércio para quitar dívidas com fornecedores e aquinhoar os herdeiros (principalmente se houvesse menores de idade envolvidos no processo). Ainda assim, o trabalho familiar foi o mais comumente adotado entre os comerciantes locais que colocavam as esposas e filhos para ajudar na lida diária, buscando economizar na contratação de caixeiros.

Outro aspecto de interesse levantado pela autora, no que diz respeito às casas comerciais, foi o fato de que na maioria dos casos, loja e residência funcionavam na mesma construção, o que em certo sentido reduzia os custos da sobrevivência quotidiana.

Também é bastante interessante a análise que a autora faz sobre os armazéns da cidade como grandes redes de apoio comunitário. Eles não apenas serviam para o abastecimento de todo e qualquer tipo de gênero básico, mas também de casa de crédito, banco de empregos, centro de informações... Um vendeiro talvez fosse a pessoa com o maior número de contatos e informações sobre os moradores de sua freguesia. Manter boas relações com ele, significava ter as portas abertas para uma série de atividades, obter inúmeros favores e estar por dentro de todas as notícias e novidades da região. Mesmo assim, a maior parte dos proprietários de armazém pouco se beneficiava dessa importância social do ponto de vista econômico. Muitos viviam de forma rudimentar e, quando faleciam, deixavam muitas dívidas aos herdeiros.

Em *A cidade que se revela* (quinto capítulo) a autora trata daqueles indivíduos que buscaram extrair seu sustento das rendas de seus bens de raiz. Na maioria dos processos analisados foram arrolados como propriedade do inventariado pelo menos um bem imóvel, fosse um terreno, um casebre, um quatinho, um telheiro. Essa era uma estratégia de sobrevi-

vência das mais difundidas na capital paulista de meados do século XIX, mesmo que implicasse o endividamento de seu proprietário, para que pudesse manter as propriedades em condições mínimas para habitação e arrendamento. Portanto, possuir um imóvel, fosse para moradia, fosse para aluguel não era de forma alguma sinônimo de estabilidade econômica, principalmente no momento das partilhas, quando muitas vezes convertiam-se em moeda corrente para o pagamento de credores, hipotecas, quinhões hereditários, custas com enterros e com o próprio processo.

Maria Luiza explora essa realidade de maneira minuciosa, trazendo ao leitor as histórias de homens e mulheres que depositaram todas as suas esperanças e economias neste oscilante mercado, fazendo-nos acompanhar, através dos investimentos imobiliários, a constante movimentação da cidade nas direções leste e oeste, zonas de intenso crescimento populacional e, portanto, de grande demanda por moradias, como também ao longo dos caminhos dos trens e bondes.

Investir em bens imóveis poderia significar uma rápida ascensão social, o que nem sempre acontecia com os grupos de riqueza mais baixos, porém os setores remediados que investiram inicialmente no entorno da região central, em áreas que lentamente foram se valorizando - como a região da Luz - obtiveram grande sucesso em suas empreitadas, principalmente se estivessem de acordo com as rigorosas *Posturas Municipais* que impunham normas para a construção e preservação dos imóveis.

Ainda neste capítulo, descortina-se aos olhos do leitor os padrões das moradias encontradas nos processos de inventário, tanto em seus aspectos exteriores, visíveis ao olhar público, como em sua esfera privada, levando-nos a adentrar as residências e compartilhar seu cotidiano e seus padrões de conforto a partir da descrição de seu mobiliário, seus gostos, o paulatino aburguesamento de costumes ou a singeleza, e sobriedade, de algumas residências, captando um pouco de seus modos de vida e suas formas de inserção na sociedade.

A obra se encerra, oportunamente, não com conclusões - pois não se propõe conclusiva - nem com considerações finais que repassem suas idéias já discutidas, mas com um interessantíssimo *Epílogo* no qual analisa dois momentos distintos, da Rua Alegre, situada próxima à estação da Luz.

Tomando como fonte iconográfica o celebrado *“Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo:1862-1887”* de Militão Augusto de Azevedo, a autora nos faz perceber a atuação da sociedade urbanizadora paulistana da segunda metade do século XIX, desvendando as construções, personagens, contrastes, técnicas e a própria dinâmica e velocidade da capital paulista, encerrando de forma brilhante seu trabalho de fôlego e resistência.

“Entre a Casa e o Armazém” é uma daquelas obras que deixa o leitor à vontade, com sua narrativa sutil e seu colorido sem afetações. Um trabalho de pesquisa árduo, rico e extremamente competente. Com uso de uma gama variada de fontes primárias, impressas, iconográficas, e uma bibliografia abrangente e diversificada, Maria Luiza tece, com delicadeza, essa imbricada teia de relações sociais, de formas de sobrevivência e de adaptação às transformações impostas pelo dinamismo desta São Paulo em constante movimento, por vezes hostil, por vezes caótica, mas sempre monumental.

André Roberto de A. Machado

Doutor em História pela
Universidade de São Paulo

SILVA, Ana Rosa Cloclet da

Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822).

São Paulo: HUCITEC / FAPESP, 2006, 445p.

"A despeito dos progressos da democracia, a história política será sempre, não só mas também, a história dos grandes homens". Tendo esta frase de Jacques Le Goff como epígrafe, Ana Rosa Cloclet da Silva já anuncia aos seus leitores uma das opções centrais do seu mais novo livro: *Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*, originalmente sua tese de doutorado, é um estudo de História Política, interessando a essa pesquisadora, particularmente, as ações e as idéias da mais graduada elite política do mundo português durante a crise do Antigo Regime, o esfacelamento do Império luso na América e a formação do Brasil como Estado independente. Neste sentido, este trabalho também vem se juntar a uma série de outros estudos sobre a formação do Estado e da nação brasileiros, tema que já ocupara a preocupação desta pesquisadora em trabalhos anteriores e que vem sendo abordado também na sua investigação de pós-doutoramento.

Neste livro, Ana Rosa Cloclet da Silva liga diversos intelectuais e estadistas portugueses a uma matriz: a tradição ilustrada no mundo luso-brasileiro, não sendo por acaso que o marco cronológico da pesquisa se inicia nas reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal durante o reinado de D. José I. Interessa à autora compreender como esses intelectuais e estadistas ilustrados portugueses posicionaram-se diante da missão de "emendar o velho Império" e como esta tradição ilustrada misturou-se, através de figuras como José Bonifácio, já na década de 1820, à necessidade de inventar o novo, com a formação do Brasil como Estado independente.

Aliás, Bonifácio e Pombal, somados a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, são os grandes homens, para usar a expressão de Le Goff, que protagonizaram três grandes períodos da Monarquia portuguesa, assim classificados por Cloclet da Silva: "O Despotismo Esclarecido" do reinado de José I (1750-77), marcado pelas já citadas reformas de Pombal; "A Monarquia Temperada" do reinado D. Maria I e D. João VI (1777-1820), período no qual a figura de proa é o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho; e, finalmente, "A Monarquia Constitucional" (1820-22), intervalo do reinado de D. João VI entre a Revolução do Porto e a coroação de D. Pedro I como Imperador do Brasil, momento em que autora destaca as ações de José Bonifácio, buscando destacar a influência da sua formação ilustrada, típica da alta burocracia portuguesa desde o período de Pombal, nos projetos que ele esboçou para a futura nação brasileira. Estranhamente, não há uma correspondência direta entre cada um dos períodos acima e as três partes em que se divide o livro, mas o enfoque da obra está mesmo nas ações e nas idéias desses três estadistas que protagonizam esses distintos momentos da monarquia portuguesa destacados por Cloclet da Silva. Nas palavras da autora, este enfoque visa "por um lado, desvendar uma particular percepção do contexto histórico vivido por parte daquela elite de Estado – suas visões de mundo e os limites de suas consciências acerca do momento final do Antigo Regime português – e, por outro, os próprios elos entre os projetos de Império luso-brasileiro e Império brasileiro". Entre outras questões rele-

vantes, Cloctet da Silva preocupou-se, especialmente, em identificar qual era o papel reservado ao Brasil no conjunto do Império luso-brasileiro na cabeça dos estadistas destacados por ela nestes três distintos momentos da Monarquia portuguesa.

Entre as figuras que protagonizam seu livro, sem dúvida alguma, Cloctet da Silva dispensa um tratamento especial à figura de José Bonifácio, já que este personagem sintetiza o processo que pretende demonstrar. Nesse sentido, algumas opções feitas pela autora no último capítulo, todo ele dedicado a Bonifácio, apontam este tratamento diferenciado: afinal, o capítulo retrocede para 1783 e se estende até 1823, o que não só extrapola o marco cronológico final da obra (1822), mas também é uma quebra em relação aos capítulos anteriores que, até então, seguiram uma linearidade cronológica entre 1750 e 1822.

No entanto, o objetivo da autora neste capítulo é muito claro: num primeiro momento, ela acompanha o processo de formação de Bonifácio como um intelectual ilustrado na estrutura educacional que fornecia os altos quadros da burocracia portuguesa, o que incluiu o seu aperfeiçoamento técnico em centros educacionais europeus fora de Portugal por dez anos. Isso, sem dúvida, liga Bonifácio a uma tradição educacional ilustrada que foi fundada no período pombalino e não foi desmontada com a Viradeira, apesar de algumas modificações importantes. Nesse sentido, se há ecos do período anterior nas suas idéias, os diagnósticos feitos por Bonifácio sobre os males e o "atraso" do Império luso-brasileiro, impressões reforçadas por seu estágio no exterior, estão mais alinhados a um homem do seu tempo. Assim, esse paulista já tinha como referência a figura do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o peso da Academia Real das Ciências de Lisboa, protagonistas da política e da intelectualidade portuguesa na virada entre os séculos XVIII e XIX, que incorporaram algumas práticas do Marquês de Pombal ao mesmo tempo em que eram ferrenhos críticos de outras tantas ações pombalinas, especialmente no tocante à economia.

Num segundo momento deste capítulo, quando Bonifácio já era um intelectual maduro e ocupava altos cargos na burocracia portuguesa, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro marca uma mudança destacada por Cloctet da Silva: apesar de ainda pensar no Império Português em seu conjunto, os projetos de reforma deste paulista passam a centrar-se na América. A partir de então, começa a enviar para D. Rodrigo de Sousa Coutinho recomendações para o incremento da indústria, da agricultura e para a homogeneização da população das capitânicas americanas, composta por europeus, negros e índios, homens livres e escravos. Esta última preocupação, aliás, perseguiria Bonifácio em outras fases: é sabido, por exemplo, que este político enviou, tanto para as Cortes de Lisboa como para a Assembléia Constituinte instalada no Rio de Janeiro em 1823, projetos para a civilização dos índios. Entre as recomendações deste projeto figuram algumas medidas que lembram as reformas ambicionadas por Pombal, fato freqüentemente recordado nos debates acadêmicos. Nesse sentido, o livro de Cloctet da Silva dá uma grande contribuição ao demonstrar, e não apenas inferir, como as idéias presentes nos diversos projetos propostos para o Brasil por Bonifácio se ligam à longa tradição ilustrada portuguesa. Demonstra ainda, como o papel conferido por ele à antiga colônia americana, no esforço de reerguer o Império português, vai mudando até que, paulatinamente, ele consiga imaginar a possibilidade do Brasil como um corpo político autônomo e transfira para lá as mudanças que um dia

almejou ver aplicadas no conjunto do Império português.

Na verdade, este ponto de chegada parece ser a própria razão de todo o livro, como se todos os demais capítulos tivessem sido escritos para iluminar o último. Esta impressão é reforçada pelo uso, neste último capítulo, do mesmo recorte cronológico que foi estabelecido por Cloclet da Silva em seu mestrado, quando o foco do seu estudo foi o pensamento de Bonifácio. Mesmo que isto não seja mencionado no livro, a coincidência nos recortes sugere que o ponto de partida deste estudo foi o próprio mestrado da autora e que a sua principal pretensão, ainda que não a única, era esclarecer a gênese do pensamento andradino, o que a fez retroceder até as reformas ilustradas implementadas pelo Marquês de Pombal.

Nesse sentido, antes de chegar a Bonifácio e à construção do Estado independente do Brasil, Cloclet da Silva procura explicar como o saber ilustrado passa a ser quase uma prerrogativa para os homens que irão exercer o poder em Portugal a partir de meados do século XVIII. É, sobretudo, disto que trata a primeira parte do livro, "Homens de 'saber' e de 'fazer' no Portugal Setecentista: A busca da fina sintonia", dividida em dois capítulos, um deles dedicado ao período Pombalino e o segundo situado entre a "Viradeira" e os momentos finais antes da partida da família real portuguesa para a América. Neste primeiro capítulo, Cloclet da Silva preocupa-se, especialmente, em destacar a grande reforma pedagógica implementada por D. Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I. A autora aponta como a vivência de mais de uma década no exterior, entre 1738 e 1750 em missões diplomáticas nas Cortes de Londres e de Viena, permitiu que D. Sebastião tivesse acesso a leituras pouco conhecidas em Portugal, travasse contatos com a maçonaria, com novas teorias econômicas e com a realidade de outros países europeus que o tornaram um "estrangeirado". Ou seja, Pombal pertencia ao grupo de portugueses que defendiam a incorporação das idéias ilustradas e de técnicas vindas do exterior como forma de nivelar Portugal ao mesmo patamar das potências européias. Para isso, quando subiu ao poder em 1750, Pombal impulsionou uma importante reforma pedagógica no mundo português, buscando trazer o sistema educacional luso o mais próximo possível dos princípios da Ilustração e, desta forma, garantir a formação de quadros para a alta burocracia portuguesa que tivessem o espírito das "luzes" para diagnosticar os males do reino, propor soluções e, assim, tirar Portugal do seu "atraso intelectual e econômico". Entre estes diagnósticos, aponta Cloclet da Silva, a América Portuguesa assume, como nunca antes, um papel central entre as estratégias que visavam curar os "males" do Reino português, não sendo por acaso a grande atenção dada a Pombal a esta colônia que mereceu, entre outras coisas, a formação de duas companhias privilegiadas de comércio neste período e uma reorganização administrativa que resultou na mudança da capital e na criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

No segundo capítulo, ainda na primeira parte do livro, a autora tenta demonstrar que a "Viradeira", em 1777, derrubou Pombal, promoveu algumas modificações no sistema educacional, mas não abalou o cerne da sua reforma pedagógica que continuou produzindo quadros para a alta burocracia portuguesa e intelectuais afinados com os princípios da Ilustração. Cloclet da Silva assinala que, neste período, estadistas e intelectuais portugueses se convenceram de que a única forma de reerguer Portugal era através da otimização da exploração dos recursos da América Portuguesa. Isso impulsionou discussões acaloradas e a produção de trabalhos

em círculos que reuniam intelectuais ilustrados, como a Academia Real das Ciências de Lisboa, uma agremiação típica do período posterior às reformas do Marquês de Pombal. A América Portuguesa era estudada tanto nas Memórias Econômicas produzidas pela Academia de Lisboa, como pelas várias expedições científicas enviadas pelo governo português, sempre com o objetivo de otimizar a exploração dos recursos americanos. Neste período, o papel central atribuído a essa colônia no conjunto do Império português é sintetizado pela famosa idéia do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho de que "Portugal reduzido a si só, seria dentro de um breve período uma província da Espanha, enquanto servindo de ponto de reunião da Monarquia, que se estendia às suas vastas possessões, era sem contradição, uma das potências, que tinha dentro de si todos os meios de figurar entre as primeiras da Europa". D. Rodrigo, tendo em mente a necessidade de preservar os domínios ultramarinos, defendia a idéia de que, dentro das possessões da Monarquia portuguesa, tanto a metrópole se beneficiava ao receber os produtos das colônias, como estas também eram privilegiadas por terem Portugal como entreposto para suas mercadorias na Europa. Segundo a autora, para manter essa "união natural" de "partes tão diferentes que separadas jamais poderiam ser igualmente felizes", D. Rodrigo propunha que as colônias fossem tratadas como províncias de Portugal, sob o mesmo sistema administrativo, formando uma "grande família lusitana".

Na segunda parte do livro, "O Luso" e o "Trópico" em três momentos da política imperial", também dividido em dois capítulos, a autora percorre o período entre a chegada da Família Real portuguesa à América e a independência do Brasil (1808-22). Cloctet da Silva destaca a mudança da sede da Monarquia portuguesa para a América, em 1808, como um ponto de ruptura nas visões de Império. A partir de então, por exemplo, D. Rodrigo não poderia pensar a união da América à "grande família lusitana" baseado no suposto benefício dos americanos em terem a metrópole como entreposto, já que desde 1808 este comércio vinha sendo feito, cada vez mais, diretamente com os ingleses em prejuízo dos negociantes que tinham ficado em Portugal. Somando a isso o fortalecimento dos negociantes radicados na América desde a transferência da Corte, Cloctet da Silva constrói esta parte da sua narrativa sob o argumento clássico de que a independência do Brasil foi o resultado do conflito irreversível de interesses entre os homens de poder nos dois lados do Atlântico. Nesse meio tempo e em meio a tantas mudanças, entre 1808 e 1822, o Império é repensado em diversos momentos pelos intelectuais e estadistas ilustrados, inclusive nas Cortes de Lisboa, sempre tendo como preocupação a manutenção da unidade, algo bem registrado pela autora.

É só mais tarde que intelectuais como Bonifácio vão pensar no Brasil como um corpo político autônomo, algo que até então não estava em suas mentes. Talvez por isso, a autora dê o título de "O Milagre da Invenção" à terceira parte do livro, quando dedica um capítulo inteiro à figura de José Bonifácio, como já citado. Aqui a obra chega à sua síntese: posicionando-se na tradicional polêmica sobre se a formação do Império do Brasil é uma simples continuidade da herança colonial ou uma ruptura, Cloctet da Silva defende que é, sobretudo, a mistura entre a necessidade do novo, do atendimento dos desejos da elite econômica americana, e a herança do pensamento ilustrado português a que estavam ligados protagonistas desta história como José Bonifácio.

almanack brasileiro

periódicos em revista



American Historical Review

Nations and Nationalism

Anais do Museu Paulista

Quaderni

Análise Social

Revista Brasileira de História

Boletim de História Demográfica

Revista de História

**CHDD – Cadernos do Centro de
História e Documentação Diplomática**

**Revista do IHGRS – Instituto Histórico
e Geográfico do Rio Grande do Sul**

Coordinates

Revista Histórica

Estudos Avançados

Topoi

Luso-Brazilian Review

Vária História

Manguinhos

Responsável

Luiz Geraldo Silva

Periódico

The American Historical Review

Referência

**Bloomington, Indiana (EUA),
Indiana University**

ISSN

0002-8762

Disponibilidade em meio eletrônico

www.historycooperative.org/ahr/
(acesso restrito)

Durante a era das revoluções, as nações que surgiram nas Américas tiveram que enfrentar o problema de como conciliar a escravidão e a discriminação racial com a ideologia iluminista e liberal centrada na idéia de cidadania. Questionou-se, então, se a escravidão deveria ser abolida, e se todos os homens livres, sem distinção de raça, deveriam experimentar a igualdade de direitos da cidadania. Também se discutiu por aqueles anos que, se nada disso fosse possível, dever-se-ia encontrar um modo de estabelecer critérios de exclusão social amparados na ideologia que proclamava a igualdade e a irmandade entre os homens. O artigo da historiadora panamenha Marixa Lasso sugere discussão sobre estes aspectos, afirmando que de 1810 a 1812 os movimentos patrióticos que grassaram na América espanhola responderam legal e positivamente a maior parte das questões referentes à igualdade racial para os cidadãos. Eles construíram, ademais, o que ela chama de 'ideologia nacionalista de harmonia racial'. Analisando fontes provenientes das experiências levadas a efeito no México, na Venezuela e em Buenos Aires, mas centrando sua discussão particularmente sobre o caso da Grã-Colômbia, Lasso argumenta que quando as guerras de independência foram concluídas por volta de 1824, as constituições de todas as nações do que outrora fora a América espanhola garantiam igualdade racial legal para suas populações de descendentes de africanos. Ademais, emergira naquelas sociedades uma ideologia racial nacionalista de igualdade que declarou a discriminação racial – bem como a identidade racial – divisórias e antipatrióticas. Em contraste, o nacionalismo emergente nos Estados Unidos da América por estes mesmos anos iniciais do século XIX foi centrado nas ideologias do 'destino manifesto' e da 'supremacia branca'. São diferenças desse tipo que a historiadora aqui em questão pretende explicar. Assim, pois, seu argumento central funda-se na idéia segundo a qual foi a configuração da guerra revolucionária elemento crucial para a construção daqueles diferentes imaginários raciais nacionais. Ao mesmo tempo, ela argumenta que qualquer análise histórica comparativa das relações raciais nas Américas precisa considerar o papel decisivo das guerras anticoloniais na formação das identidades raciais locais.

Palavras-chave

escravos, forros, guerra, identidade nacional, América espanhola, Independência

Keywords

slaves, freedpeople, war, national identity, Spanish America, Independence

Anais do Museu PaulistaV. 13, N. 2, jul-dez 2005

Responsável

Roseli D'Elboux

Periódico

Anais do Museu Paulista.**História e Cultura Material**

Referência

**Museu Paulista – Universidade
de São Paulo**

ISSN

0101-4714

Disponibilidade em meio eletrônico

**redalyc.uaemex.mx/redalyc/
src/inicio/HomRevRed.****jsp?iCveEntRev=273**

(acesso livre)

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860, pp. 165-188.

O autor examina o surgimento, no segundo quartel do século XIX, de um novo padrão para a instalação e agenciamento de senzalas, tanto no Brasil quanto nas Antilhas, respectivamente chamados de "senzala em quadra" e "barracões". O objetivo é demonstrar que "houve uma articulação histórica estreita entre esses dois arranjos arquitetônicos", o que se faz através do exame da literatura específica surgida na época, que tratava da implementação e organização de propriedades agrícolas voltadas para o cultivo da cana e do café, primeiramente na região antilhana e posteriormente traduzida para o português e aqui difundida. Um outro ponto onde se dá a aproximação hispano-cubana e brasileira é estarem ambas as regiões inseridas no contexto do tráfico ilegal pós-1831, que leva à adoção do que o autor chama de "solução africana" para o rápido e eficaz controle do contingente de escravos a ser trasladado desde a costa africana, fugindo da pressão inglesa contra o tráfico.

Palavras-chave

tráfico negreiro, América portuguesa / Brasil, Cuba, Primeiro Reinado

Keywords

slave trade, Portuguese America / Brazil, Cuba, First Reign

Análise Social
V. LXI, N. 178, 2006

Responsável

Paula Botafogo

Periódico

**Análise Social – Revista do
Instituto de Ciências Sociais da
Universidade de Lisboa**

Referência

**Lisboa, Universidade de Lisboa,
Instituto de Ciências Sociais**

ISSN

0003-2573

Disponibilidade em meio eletrônico:

**[www.ics.ul.pt/publicacoes/
analisesocial/index.htm](http://www.ics.ul.pt/publicacoes/analisesocial/index.htm)**

(acesso aos sumários)

FERNANDES, Paulo Jorge da Silva. **Elites locais e poder municipal. Do Antigo Regime ao liberalismo**, pp. 55-73.

O artigo visa a análise das mudanças no processo de eleições para as vereações camarárias em Portugal, na passagem do Antigo Regime à consolidação do liberalismo, em 1834. O regime liberal estipulou novos critérios para a definição dos elegíveis e do eleitorado. Para os elegíveis, os critérios baseados na "qualidade" do sangue no Antigo Regime foram substituídos por definições censitárias e/ou baseadas no grau de alfabetização e foram estabelecidos pelas reformas administrativas de 1832-1834. Isso permitiu a emergência de novos protagonistas sociais e políticos, que agora definiam seu poder local de influência a partir de sua capacidade econômica. No entanto, o autor identifica a continuidade da "elitização do poder", visível na ocupação dos mais altos lugares políticos por indivíduos tradicionalmente reconhecidos pelo maior prestígio na instância local.

O autor explica a continuidade apontando para a debilidade da administração pública periférica. Apenas assim, por meio do prestígio da elite local, era possível realizar as tarefas imprescindíveis ao Estado, como a cobrança de impostos ou o recrutamento militar. Dessa forma, a mudança nos critérios de elegibilidade fez com que os principais cargos municipais fossem divididos entre indivíduos provenientes de estratos sociais ligados às antigas elites dirigentes.

Palavras-chave

representações políticas, liberalismo, identidade regional, história política, câmaras municipais

Keywords

political representations, liberalism, regional identity, political history, municipal councils

O autor analisa a transformação da cultura política das "solidariedades horizontais" e "verticais" entre o coletivo local e o poder central, desde o Antigo Regime até o liberalismo em Portugal e identifica três fases no interior desse processo. A primeira, específica do Antigo Regime, se caracterizava pela autonomia do poder local, que não buscava a mediação pelo poder central e utilizava meios próprios para lidar com as situações locais, mesmo em caso de conflitos com a população. A segunda fase se constituiu a partir da implantação do Estado liberal, em 1834, quando as elites ou caciques locais se tornaram "intermediários individuais" com os círculos políticos superiores. A terceira e última fase é marcada pela emergência dos partidos políticos, que projetavam suas organizações para a escala nacional e assim criavam uma dependência entre os antigos poderes locais e os recém formados diretórios partidários para uma possível defesa de causas políticas nacionais.

O autor procura demonstrar como as "solidariedades horizontais" do Antigo Regime se transformaram naquilo que ele denomina "solidariedades verticais", a partir da implantação do regime liberal. Esse processo teria sido concomitante à dispensa das elites locais em conceder proteção, dádivas e serviços para os pobres e indigentes. Assim, estes últimos passaram a atenuar suas contestações à ordem vigente e alargaram as "solidariedades verticais" nos meios rurais.

Além disso, o autor procura evidenciar a renovação dos estudos sobre história política realizados desde a década de 1970, incorporando contribuições essenciais da antropologia política e da sociologia histórica e avançando no conhecimento sobre a ordem cultural. Partindo dessa preocupação, José Tengarrinha apresenta um rápido balanço das contribuições realizadas pelos expoentes dessa retomada: Thompson, Teodor Shanin, Hobsbawm, Yves-Marie Bercé, entre outros. E, finalmente, associa as conclusões apresentadas nesse seu novo trabalho como resultado e contribuição, sempre na referência aos parâmetros conceituais definidos nas últimas décadas.

Palavras-chave

história política, liberalismo, Antigo Regime, identidade regional, representações políticas

Keywords

political history, liberalism, Ancien Régime, regional identity, political representations

Boletim de História Demográfica

Ano XIII, N. 41, abril de 2006, N. 42,
agosto de 2006

Responsável

István Jancsó

Periódico

Boletim de História Demográfica

Referência

**São Paulo, Núcleo de Estudos
em História Demográfica – FEA/
USP**

ISSN:

-

Disponibilidade em meio eletrônico:

brnuede.com/boletinsenha.htm

(acesso livre)

Ano XIII, n.41, abril de 2006, n.42, agosto de 2006

Ambos os números trazem rico material informativo sobre a produção historiográfica nacional e – eventualmente – internacional, com ênfase em assuntos relativos a demografia histórica e história econômica. Para além da utilidade das informações sobre o que se tem realizado no âmbito acadêmico (dissertações, teses, eventos científicos recentes ou, neste caso, programados), é de ressaltar a qualidade das resenhas ou das notícias bibliográficas colocadas ao alcance dos interessados.

Palavras-chave

historiografia, demografia, grupos sociais, América portuguesa / Brasil, história social

Keywords

historiography, demography, social groups, Portuguese America / Brazil, social history

CHDDAno IV, N. Especial, 2005

Responsável

Marcos Morel

Periódico

Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD).

Referência

Ministério das Relações Exteriores – Centro de História e Documentação Diplomática, Fundação Alexandre de Gusmão
ISSN
1678-586XDisponibilidade em meio eletrônico
chdd.funag.gov.br/cadernos
(acesso aos primeiros números)

PIMENTA, João Paulo G. Com os olhos na América espanhola: a Independência do Brasil (1808 – 1822), pp. 3-22.

O impacto recíproco e a interligação entre as crises dos impérios ibéricos na América é destacada para se compreender que a Independência do Brasil não ocorreu em contraponto ou antagonismo com as Independências da América espanhola, mas que foram processos articulados, com suas especificidades, decalagens e pontos de contato.

Palavras-chave

nação, América espanhola, América portuguesa / Brasil, história política, Independência

Keywordsnation, Spanish America, Portuguese America / Brazil, political history, Independence

SLEMIAN, Andréa. "Para além da boa ordem": o papel das Constituições nas Independências da América ibérica (c. 1810 – 1826), pp. 23-48.

O papel do constitucionalismo nas Independências e formação das novas nações na América ibérica foi complexo e decisivo nos rumos que as sociedades tomaram, portanto, não pode ser compreendido de forma linear. Ainda que as tendências conservadoras tenham predominado, as Constituições foram resultado de embates e negociações entre setores sociais diversos e resultaram de propostas variadas que estiveram em jogo.

Palavras-chave

nação, América espanhola, história política, Independência, Império do Brasil

Keywordsnation, Spanish America, political history, Independence, Brazilian Empire

MOREL, Marco. As idéias mudam com os lugares: o Brasil entre a França, a Península Ibérica e as Américas na crise dos anos 1830-31, pp. 49-56

Ao invés de procurar definir as idéias mais "avançadas" ou as "influências" predominantes, trata-se de analisar de modo comparativo as conexões recíprocas que serviram de referência política para o Brasil a partir da França e da América espanhola, no momento de crise do fim do primeiro Reinado e início das Regências (1830-31).

Palavras-chave

nação, América espanhola, história política, Império do Brasil, França, imprensa

Keywordsnation, Spanish America, political history, Brazilian Empire, France, press

FONSECA, Silvia Carla P. Brito. **A América como um conceito: contribuição para o estudo da imprensa republicana fluminense e pernambucana entre 1829 e 1832**, pp.57-70.

A utilização de conceitos como "sistema americano" e "sistema europeu" nos debates políticos da imprensa fluminense e pernambucana dos anos 1829 – 1832 serviam para nomear as diferentes formas de governo e para demarcar divergências internas, em contraposição à Europa marcada pela Restauração monárquica.

Palavras-chave

nação, América espanhola, história política, Império do Brasil, imprensa

Keywords

nation, Spanish America, political history, Brazilian Empire, press

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. **Para bien y felicidad de estos dominios": correspondência entre Carlota Joaquina e Manuel Belgrano**, pp.71-88.

Através da correspondência epistolar entre Manuel Belgrano (um dos próceres da Independência argentina) e a rainha Carlota Joaquina, expressam-se as relações intensas entre os domínios espanhol e português na América e também os paradoxos dos projetos de transformação e modernização naquele momento de crise e desagregação dos impérios ibéricos.

Palavras-chave

nação, América espanhola, história política, Independência, América portuguesa / Brasil

Keywords

nation, Spanish America, political history, Independence, Portuguese America / Brazil

IZECKSOHN, Vitor. **O processo de formação dos Estados no Rio da Prata: comércio, navegação e guerra, 1810 – 1864**, pp.89-105.

Enfocar a integração comercial não é suficiente para se compreender os processos de desenvolvimento dos quatro países da região do rio da Prata (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), na medida em que as guerras –civis ou entre Estados- desempenharam o papel de norteadoras das relações diplomáticas, ao mesmo tempo em que expressam a dificuldade em dominar os territórios.

Palavras-chave

nação, América espanhola, história política, Independência, Império do Brasil

Keywords

nation, Spanish America, political history, Independence, Brazilian Empire

RINCÓN, Mariana Blanco e GOMES, Flávio dos Santos. **Escravidão, nação e abolição no Brasil e Venezuela: perspectivas atlânticas. Notas sobre histórias e historiografias comparadas**, pp.107-132.

A conexão de experiências e a circulação de idéias e saberes entre as sociedades coloniais e pós-coloniais de Venezuela e Brasil sobre escravidão, cidadania e abolição permitem a compreensão de dimensões atlânticas e transnacionais entre os dois países.

Palavras-chave

nação, América espanhola, história política, Independência, Império do Brasil, escravidão

Keywords

nation, Spanish America, political history, Independence, Brazilian Empire, slavery

CHAVES, Maria Eugênia. **Color, género y esclavitud: mujeres esclavas y libertas en el Brasil y los países Andinos (s. XVIII y XIX)**, pp.133-158.

O estudo das condições de vida das mulheres escravas e libertas no Brasil, Equador e Peru, apesar das consideráveis diferenças e especificidades, destaca discursos e práticas tais como honra e origem / cor que constroem e reproduzem formas de exclusão e forjam identidades sociais.

Palavras-chave

nação, América espanhola, história política, Independência, Império do Brasil, escravidão

Keywords

nation, Spanish America, political history, Independence, Brazilian Empire, slavery

ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. **Nuevos espacios, nuevas fronteras: mocambos en el Bajo Amazonas**, pp.177-197.

A formação de mocambos (agrupamentos de escravos fugidos de origem africana) na região amazônica gerou uma forma peculiar de ocupação territorial e formação de fronteiras. Tais grupos, ao mesmo tempo em que tinham identidade própria, integravam-se com as populações indígenas locais.

Palavras-chave

nação, América espanhola, Independência, Império do Brasil, escravidão, Amazônia

Keywords

nation, Spanish America, Independence, Brazilian Empire, slavery, Amazônia

Coordinates

Series A, N.3, August 29, 2005

Responsável

Flora Lahuerta

Periódico

Coordinates

Referência

**American Library Association,
Map and Geography Round
Table (MAGERT)**

ISSN

Series A: 1553-3247,

Series B: 1553-3255

Disponibilidade em meio eletrônico:

**[www.sunysb.edu/libmap/
coordinates.htm](http://www.sunysb.edu/libmap/coordinates.htm)**

(acesso livre)

SCHÄFER, Wolf. "Ptolemy's Revenge: A Critique of Historical Cartography".

Neste artigo, Wolf Schäfer discute a necessidade de uma nova abordagem para a cartografia histórica, que saiba conciliar o uso de mapas históricos com as novas tecnologias e conhecimentos atuais sobre o globo. Para o autor, a exposição exaustiva da imagem atual do globo terrestre (que vem sendo tratada e utilizada como símbolo da globalização) acaba por atrapalhar a compreensão sobre todo o processo de descobrimento e exploração de territórios antes desconhecidos que esta mesma globalização implica. A postura criticada por Schäfer é a de desconsiderar as geografias do passado (que supunham um conhecimento incompleto do globo), o que tem levado à utilização irrestrita da imagem atual da Terra na explicação e compreensão de fenômenos históricos pré-globalização, ocasionando uma espécie de anacronismo espacial. Conclamando a revisão dos pressupostos da cartografia histórica, Schäfer propõe a melhor utilização de mapas antigos, de forma a permitir a compreensão da idéia que se fazia da Terra à época estudada.

Palavras-chave

cartografia, historiografia, metodologia

Keywords

cartography, historiography, methodology

CoordinatesSeries B, N. 3, January 31, 2005

RUMSEY, David. **Historical Maps Online.**

Neste artigo, David Rumsey escreve sobre o processo que tornou pública parte de sua coleção privada de mais de 150 mil mapas históricos de diferentes países do mundo. Disponíveis no website <http://www.davidrumsey.com> desde março de 2000, os 10 mil mapas de alta resolução (a maioria retratando as Américas, em especial a do Norte, nos séculos XVIII e XIX) podem ser consultados gratuitamente. Ainda, através de recursos tecnológicos avançados, como o SIG (Sistemas de Informação Geográfica), o website permite ao usuário a combinação de mapas históricos com informações geo-espaciais recentes, permitindo a visualização de mudanças na delimitação cartográfica. Além de divulgar este portal, o artigo visa também a compartilhar a experiência que tornou possível a digitalização destes mapas, podendo contribuir para iniciativas semelhantes. Com respeito ao conteúdo cartográfico do website, Rumsey destaca o mapa de John Melish, publicado em 1816, que mostra, pela primeira vez em grandes dimensões, os Estados Unidos de costa a costa, influenciando na construção da idéia de Destino Manifesto. Encontram-se também diversos mapas e imagens da América espanhola e portuguesa (e de países latino-americanos pós-Independência), a maior parte deles do século XVIII e XIX.

Palavras-chave

cartografia, biblioteca, Estados Unidos, América Latina, Colônia, independência

Keywords

cartography, library, United States, Latin America, Colony, Independence

CoordinatesSeries B, N. 6, March 15, 2006.

EDNEY, Matthew H. Recent Trends in the History of Cartography: A Selective, Annotated Bibliography to the English-Language Literature".

O artigo em questão traz um importante aporte para o estudo da história da cartografia, ao revisar uma significativa bibliografia de língua inglesa sobre o tema. Como o próprio autor afirma, todo recorte é, inevitavelmente, um tanto arbitrário, mas o esforço de sistematização das tendências recentes de publicações na área já representa um avanço nas aproximações ao tema. Analisando a produção bibliográfica anglófona sobre a história e reflexão cartográficas a partir de uma perspectiva ampla, o autor percorre desde obras mais gerais e voltadas para o grande público até as mais específicas, de autores empiricistas (como David Woodward, em "The Study of the History of Cartography", 1974), bem como dos que flertam com a semiótica e a lingüística (como D. Wood, principalmente 1992). O autor destaca também o crescimento, nas últimas décadas, da presença do mundo virtual como fonte e divulgação de pesquisas cartográficas, apontando o "meta-website" <http://www.maphistory.info> como importante divulgador de periódicos online e de páginas ligadas à história cartográfica. Por fim, Edney analisa publicações que criticam o empiricismo da cartografia moderna e incorporam idéias foucaultianas sobre a relação entre conhecimento e poder. A produção acadêmica de J. B. Harley, a partir do fim da década de 1980, é considerada um marco nessa virada metodológica, que vem seguida de autores como G. Huggan (1989), J. Pickles (1992), K. G. Brealey (1993), B. Anderson (em seu capítulo "Censos, Mapas e Museus", do livro *Imagined Communities*, 1991) e do próprio autor, todos representativos deste novo enfoque, em que se busca, através de uma perspectiva crítica, entender o mapa como uma construção social e política e uma ferramenta ideológica na formulação de identidades nacionais.

Palavras-chave

cartografia, historiografia, identidade nacional

Keywords

cartography, historiography, national identity

Estudos Avançados

V. 20, N. 56, janeiro/abril de 2006.

Responsável

André Roberto de A. Machado

Periódico

Estudos Avançados

Referência

**São Paulo, Instituto de Estudos
Avançados da Universidade de
São Paulo**

ISSN

0103-4014

Disponibilidade em meio eletrônico:

**[www.scielo.br/scielo.php/script_](http://www.scielo.br/scielo.php/script_
<a href=)
[sci_serial/pid_0103-4014/ln](http://www.scielo.br/scielo.php/script_)
[g_](http://www.scielo.br/scielo.php/script_)
[pt/nrm_iso](http://www.scielo.br/scielo.php/script_)**

(acesso livre)

MONTEIRO, Pedro Meira. **Os fugitivos e os mastins: em torno dos
homens brutos de Cairu**, pp. 205-224.

Num artigo que explora os debates sobre o tema "civilização e barbárie" num contexto mais amplo, valendo-se desde observações feitas no Museu de História Natural de Nova York a textos de Euclides da Cunha, o ponto de partida é o livro *Constituição Moral e Deveres do Cidadão*, publicado pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, entre 1824 e 1825, e escrito por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Monteiro dedica algumas páginas desse artigo especificamente a este livro de Cairu, uma obra que não tinha como foco a ciência econômica, tema que tornou Silva Lisboa célebre, mas a moral. Entre outras coisas, o autor relaciona alguns trechos deste livro a posições políticas em relação aos escravos negros tomadas por Cairu, especialmente na Assembléia Constituinte de 1823. Monteiro procura demonstrar a preocupação de Silva Lisboa com os chamados "homens brutos" ou "homens semibrutos", que seriam aqueles que não tiveram sucesso no seu caminho para a civilização.

Palavras-chave

moralidade, idéias políticas, história intelectual

Keywords

morality, political ideas, intellectual history

Luso-Brazilian ReviewV. 42, N. 2

Responsável

Mônica Duarte Dantas

Periódico

Luso-Brazilian Review

Referência

**University of Wisconsin –
Madison, Dept. of Spanish and
Portuguese**

ISSN

0024-7413

Disponibilidade em meio eletrônico

**[muse.jhu.edu/journals/luo-
brazilian_review/](http://muse.jhu.edu/journals/luo-
brazilian_review/)**

(acesso restrito)

MOSHER, Jeffrey. The Struggle for the State: Partisan Conflict and the Origins of the Praieira Revolt in Imperial Brazil"

Jeffrey Mosher, com base em pesquisa documental e vasta bibliografia norte-americana, dispõe-se a discutir, a partir da Revolução Praieira, as relações entre a política nacional e provincial. O texto apresenta descrição pormenorizada das origens e desenrolar do conflito aberto que opôs, em Pernambuco, conservadores e praieiros, destacando as próprias dissensões entre o chamado Partido da Praia. Para o autor a derrota dos revoltosos demonstrava a futilidade de se tentar resistir à autoridade central, marcando a consolidação de uma ordem cujas bases haviam sido construídas em inícios da década de 1840, criando, no segundo reinado, o regime autoritário e centralizado que desejava D. Pedro I.

Palavras-chave

revolta/ rebelião, Pernambuco, Segundo Reinado.

Keywords

uprising/ rebellion, Pernambuco, Second Reign

ManguinhosV. 13, N. 1, jan./mar. 2006

Responsável

Ana Paula Medicci

Periódico

**História, ciências, saúde –
Manguinhos**

Referência

Rio de Janeiro, Fiocruz

ISSN

0104-5970

Disponibilidade em meio eletrônico

**[www.scielo.br/scielo.php/script_](http://www.scielo.br/scielo.php/script_
<a href=)
[sci_serial/pid_0104-5970/lng_](http://www.scielo.br/scielo.php/script_)
[pt/nrm_iso](http://www.scielo.br/scielo.php/script_)**

(acesso livre)

VARELA, Alex Gonçalves e LOPES, Maria Margaret. **Um manuscrito inédito do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva: o parecer sobre o método de desinfetar as cartas vindas de países estrangeiros**, pp. 159-168.

O artigo aborda a trajetória de naturalista do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva, faceta pouco explorada pela historiografia brasileira que, comumente, analisa sua participação nos acontecimentos políticos relativos ao processo de Independência. Ressalta-se a participação ativa de José Bonifácio na Ilustração Portuguesa, sua formação em Coimbra e sua atuação em diversas instituições de pesquisa e ensino, especialmente na Academia Real das Ciências de Lisboa, onde foi um dos sócios de destaque e publicou inúmeras memórias científicas. No campo da química, ganhou relevância o "Parecer sobre o método de desinfetar as cartas vindas de países estrangeiros" (1815), elaborado por uma Comissão de três sócios da Real Academia de Ciências: José Bonifácio, Francisco Elias Rodrigues da Silveira e Luiz de Siqueira Oliva. Nesse parecer, solicitado pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e Marinha, os autores defenderam a utilização do gás oximuriático (nome arcaico do gás cloro, que supunham conter oxigênio) como o anti-séptico mais eficaz contra os "miasmas da peste e da febre amarela", no lugar do vinagre. Os autores transcrevem o parecer.

Palavras-chave

história das ciências, Iluminismo, Portugal

Keywords

science history, Enlightenment, Portugal

O artigo analisa as viagens científicas promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a partir de 1839, examinando-as como parte de um processo mais amplo de mundialização da ciência e de construção de representações históricas e geográficas no Brasil Imperial. Mostra-se como, entre as nações ocidentais, o nacionalismo e o imperialismo utilizaram-se da história natural e das viagens científicas para construir conhecimentos que permitissem a dominação de populações nativas, dos recursos naturais e de fronteiras territoriais. Evidencia-se ainda como projetos colonialistas se articulam aos textos de história natural, arqueologia e etnografia do IHGB, principalmente no que diz respeito ao conhecimento das regiões de fronteira e das nações indígenas que as habitavam, tidas como agentes em potencial de colonização do território brasileiro desabitado. Por fim, se enfatiza como as idéias elaboradas no período imperial acerca do passado arqueológico e etnográfico do território brasileiro permanecem e foram internalizadas.

Palavras-chave

ciências naturais, Império do Brasil, historiografia

Keywords

natural sciences, Brazilian Empire, historiography

Nations and NationalismV. 12 N. 2, Abril de 2006

Responsável

István Jancsó

Periódico

Nations and Nationalism

Referência

Blackwell Publishing e Association for the Study of Ethnicity and Nationalism (ASEN), ed.**Anthony Smith**

ISSN

1354-5078 (impressa)**1469-8129 (online)**

Disponibilidade em meio eletrônico:

www.blackwell-synergy.com/servlet/useragent?func=showIssues&code=nana

(acesso restrito)

GUIBERNAU, Montserrat; JONES, Charles; MILLER, Nicola. Introduction to the special issue, pp.191-199

Este artigo introdutório da edição especial dedicada à América Latina esclarece os objetivos de seus organizadores: oferecer uma visão da diversidade da produção acadêmica contemplando o tema nacionalismo desde o fim do período colonial. A deliberada opção pela recusa de critérios prévios – salvo a da qualidade acadêmica dos papers publicados – para estruturar o volume resultou num mix que coloca, lado a lado, estudos de viés historiográfico, antropológico ou marcadamente de feição “ciência política”. Para os historiadores interessados no problema da formação dos Estados e das nações ibero-americanas, o resultado acaba por ser decepcionante, principalmente se levarmos em conta tratar-se, no caso deste número do periódico, do primeiro dedicado ao tema.

Palavras-chave

identidade nacional, nação, nacionalismo, América Latina

Keywordsnational identity, nation, nationalism, Latin America

MILLER, Nicola. The historiography of nationalism and national identity in Latin América, pp.201-221

Mais que um balanço historiográfico focado nos temas nacionalismo e identidade nacional como anuncia o título, Miller tem por objetivo rastrear o impacto de Imagined Communities: Reflexions on the Origins and Spread of Nationalism, de Benedict Anderson sobre as investigações empreendidas desde a década dos noventa do século XX. Para o leitor brasileiro, o interesse maior do artigo reside na bibliografia que acompanha seu texto, maiormente constituído por estudiosos que publicam em inglês – preferentemente nos Estados Unidos – e cuja produção tende a passar despercebido entre nós. Para quem se interessa pela formação das nações e dos Estados nacionais ao sul do Rio Grande, tem sabor de curioso o trato que o autor dá à obra de historiadores com grande repercussão – F-X.Guerra, E. Hobsbawm ou o incidentalmente citado T. Halperin Donghi – sobre os estudos recentes, bem como o total silêncio sobre o que, na América do Sul ou em centros de investigação europeus tem sido dedicados aos assunto.

Palavras-chave

identidade nacional, nação, nacionalismo, América Latina

Keywordsnational identity, nation, nationalism, Latin America

Quaderni

N. 33/34, Tomo I, 2004/2005

Publicado em 2005

Responsável

Paulo Macedo Garcia Neto

Periódico

Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno.

Referência

Itália-Florença, Revista do Centro de Estudo sobre a História do Pensamento Jurídico Moderno.

ISSN

0392-1867

Disponibilidade em meio eletrônico

comandesvell.uji.es/**Revistes/PaginaRevista.****asp?Valor=1307&Many=2000**

(acesso aos sumários)

CURTO, Diogo Ramada. Observações sobre a História do Direito e das Instituições Jurídicas da Europa Colonial, pp. 13-71.

O artigo propõe uma releitura do papel do direito e da função das instituições como instrumentos do Estado colonial a partir da comparação de três diferentes projetos coloniais: i) a América Latina do século XVII – a partir da análise do trabalho dos juristas do século XVII Juan de Solórzano Pereira e de Antonio de León Piñelo; (ii) a Índia do século XVIII – a partir dos relatórios do Vice-rei de Goa (Estado da Índia português) de meados do século XVIII e (iii) a África do Sul do século XIX – a partir dos relatórios de viagem para Argélia de Alexis de Toqueville (1840s). O artigo pretende opor-se ao que considera serem os dois modelos dominantes de historiografia sobre a expansão colonial europeia: (a) a perspectiva antropológica que enfatiza o papel das sociedades locais, diminuindo o papel dos estados europeus colonizadores e (b) a redução da colonização europeia ao estudo do último terço do século XIX. Como alternativa, o artigo propõe uma longa-história do imperialismo europeu (Christopher Bayly).

Palavras-chave

historiografia, metodologia, América espanhola, África, Colônia, relatos de viajantes

Keywords

historiography, methodology, Spanish America, Africa, Colony, travelers' accounts

Responsável

Marilene Rodrigues Quintino

Periódico

Revista Brasileira de História

Referência

São Paulo, ANPUH

ISSN

0102-0188

Disponibilidade em meio eletrônico

www.scielo.br/scielo.php/script_

[sci_serial/pid_0102-0188/lng_](http://www.scielo.br/scielo.php/script_)

[pt/nrm_iso](http://www.scielo.br/scielo.php/script_)

(acesso livre)

Nesse artigo, o autor analisa ação e usos do sistema de justiça entre os diferentes grupos sociais no período de construção do Estado imperial, na comarca do Rio das Mortes. Pretende averiguar a maneira como esses diferentes grupos utilizavam-se desse sistema na resolução de seus conflitos cotidianos. Observa que homens e mulheres pobres, mestiços e escravos, aparecem não apenas como réus, mas como vítimas e queixantes que demandam a ação e intervenção da justiça.

Nesse sentido, a discussão está centrada na idéia de como determinados aspectos da construção do Estado foram associados ao processo progressivo de monopolização e controle da ordem social, tendo como resultante uma crescente capacidade do Estado em negociar, em diferentes níveis, a ordem através do sistema jurídico.

Palavras-chave

escravos, homens livres pobres, Estado / formas de governo, Minas Gerais, práticas políticas

Keywords

slaves, poor free people, State / forms of government, Minas Gerais, political practices

Responsável

Fernanda Sposito

Periódico

Revista de História

Referência

São Paulo, Universidade de São

Paulo, Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas,

Humanitas

ISSN

0034-8309

Disponibilidade em meio eletrônico

indisponível

O autor concentra-se num caso ocorrido em Macaé – Rio de Janeiro, em 1861. Ali um tripulante de um navio ancorado, indiciado como agitador, foi preso, ao mesmo tempo que o navio seguia viagem. Como a embarcação partira, não foi possível investigá-la, o que lhe confere, segundo o autor, o caráter de um "navio fantasma", que deixou poucos vestígios de sua passagem pelo Rio. Ao se analisar as características desse navio, segundo as informações disponíveis, supõe-se que fosse proveniente de Cuba e sua tripulação composta essencialmente por escravos africanos. Couceiro contextualiza na chamada História Atlântica a vinda de africanos para o Império, 11 anos depois da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que eliminou o tráfico. Assim, procura demonstrar que as idéias e os acontecimentos ligados a este "navio fantasma" não podem ser circunscritos somente a fronteiras nacionais, mas envolvem também, além do continente africano, Cuba e Estados Unidos, na continuidade da escravidão ao longo do século XIX.

Palavras-chave

escravidão, tráfico negreiro, Rio de Janeiro, Segundo Reinado

Keywords

slavery, slave trade, Rio de Janeiro, Second Reign

Partindo de certos rituais de povos negros que passaram a viver no Brasil, a autora discute de que forma é possível pensar essas manifestações: como resistência ou como integração à cultura católica. Para pensar essa questão, Mello e Souza debruça-se sobre os chamados Reinados ou Congadas, em que reis negros, associados a irmandades de devoção a santos católicos, saem em desfile, acompanhados por seu séqüito. Dialogando com outros trabalhos que revisitaram o tema, a autora entende que as Congadas, embora existentes desde o século XVI, a partir da independência e da formação do Império do Brasil devem ser inseridas num outro contexto. No século XIX, há o predomínio de escravos oriundos do Congo para o Brasil, daí a denominação de Congadas a estes rituais. Nesse momento, as Congadas também se transformam na narração do conflito entre o rei cristão do Congo e um reino pagão. Na encenação da batalha, passa a ser incluído um desfecho, em que a vitória do rei católico mostra a aceitação dessa cultura. Assim, Mello e Souza defende que, mais do que mostrar exclusivamente a resistência e a manutenção da cultura africana, mostra-se a miscigenação, a interferência dos dominadores na cultura original negra, o que simboliza a formação da identidade afro-brasileira.

Palavras-chave

cultura, resistência, identidades, América portuguesa / Brasil, Império do Brasil

Keywords

culture, resistance, identities, Portuguese America / Brazil, Brazilian Empire

O texto propõe uma nova autoria para um artigo publicado anonimamente no ano de 1838, a "Memória sobre o comércio de escravos, em que se pretende mostrar que este tráfico é, para eles, antes um bem do que um mal". Na perspectiva dos autores, a historiografia, por um equívoco, acabou atribuindo a autoria desta memória ao bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821). Esta atribuição deveu-se ao fato de que Azeredo Coutinho era natural de Goitacazes – conforme se identificou à época da publicação em 1838 – e era um dos principais homens públicos a defender o tráfico de escravos no início do século XIX. No entanto, Marquese, em pesquisa ao arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 2003, encontrou a mesma "Memória sobre o comércio de escravos", publicada em 1838 e assinada no seu interior (e não na folha de rosto do documento) por José Carneiro da Silva, o 1º Visconde de Araruama. A partir desta evidência, os autores procuram demonstrar a inexatidão da atribuição do texto a Azeredo Coutinho e pertinência do mesmo às idéias de Carneiro da Silva. Num primeiro momento do artigo, demonstra-se que as convicções do bispo Coutinho, que foram expressas em outros textos, contradizem as propostas apresentadas em 1838. Além disso, Marquese e Parron procuram alinhar o discurso parlamentar conservador à visão do Visconde de Araruama, representante da elite agrária fluminense. Com isso, mostra-se que o texto publicado era contemporâneo aos acontecimentos da década de 1830, assim não poderia ser expressão das idéias de Azeredo Coutinho na década anterior, circunscrito ainda ao processo de independência. Finda a análise, os autores transcreveram a citada "Memória".

Palavras-chave

tráfico negreiro, Império do Brasil, escravidão, idéias políticas

Keywords

slave trade, Brazilian Empire, slavery, political ideas

Revista do IHGRSAno 85, N. 140, dez. 2005

Responsável

Marcia Eckert Miranda

Periódico

**Revista do Instituto Histórico
e Geográfico do Rio Grande do
Sul**

Referência

**Porto Alegre, Instituto Histórico
e Geográfico do Rio Grande do
Sul.**

ISSN:

Disponibilidade em meio eletrônico:
indisponível

**KÜHN, Fábio. José Marcelino de Figueiredo, governador do Conti-
nente do Rio Grande, pp.28-41**

O artigo faz uma reconstituição biográfica de Manuel Jorge Gomes Sepúlveda, homem de origem humilde e que havia ascendido na carreira militar. Em 1764, assassinou um oficial britânico e submetido a um Conselho de Guerra, ao invés de ser condenado à morte, foi nomeado coronel de cavalaria auxiliar e enviado secretamente ao Brasil com o nome de José Marcelino de Figueiredo, onde exerceu diversos cargos entre 1765 e 1783. Lutando nos primeiros embates contra os espanhóis no sul do Brasil, Marcelino exerceu o governo da Capitania do Rio Grande de São Pedro nos períodos de 1769-1770 e 1773-1780. Sua trajetória nesse cargo foi marcada por atritos com o Vice-rei Marquês do Lavradio, com os membros da câmara e com Rafael Pinto Bandeira, o estancieiro mais poderoso da região. Casando-se com uma descendente de Salvador Correia de Sá, retornou a Portugal, reabilitado e usando seu nome verdadeiro, onde faleceu em 1804.

Palavras-chave

Colônia, história política, Monarquia, Rio Grande do Sul, Portugal

Keywords

Colony, political history, Monarchy, Rio Grande do Sul, Portugal

Revista HistóricaAno 2, N. 8, março de 2006

Responsável

Priscilla Rampim de Andrade

Periódico

Revista Histórica

Referência

**São Paulo, Revista Eletrônica do
Arquivo do Estado**

ISSN

1808-6284

Disponibilidade em meio eletrônico

[www.historica.arquivoestado.](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/)**[sp.gov.br/materias/](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/)**

(acesso livre)

LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII.

Tentando mostrar que o povoamento da Zona da Mata Mineira é anterior ao século XIX, Fernando Lamas analisa vários indícios de exploração e povoação que reforçam essa afirmação, assim mais do que uma simples ligação entre o Rio de Janeiro e a Região das Minas essa área desenvolveu já no século XVIII, pequenos núcleos de povoamento e uma atividade econômica, ainda que predominantemente agrícola, e insipiente se comparada a região das minas. Esses pequenos núcleos, contudo, serão importantes pois, eles forneceram as estruturas para que no século XIX essa região possa se desenvolver.

Assim o que Fernando Lamas faz nesse artigo é levantar questões e discutir conceitos – como a questão da denominação de sertão que é dada a essa região – sobre esse período e ressaltar a importância e necessidade de se estudar de forma mais aprofundada o povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira.

Palavras-chave

mineração, sertão, Minas Gerais

Keywords

mining, backlands, Minas Gerais

Partindo de processos judiciais da comarca de Vitória/ ES o que Adriana Campos pretende nesse artigo é mostrar como o aparato judicial também foi usado pelos escravos para pleitearem sua liberdade; ressaltando que existiam formas de negociação entre o senhor e o escravo, e somente quando o escravo não conseguia previamente negociar sua liberdade com o seu senhor, é que ele recorria a justiça, sua análise mostra que; embora em muitos casos esses processos não tivessem continuidade em alguns, eles acabaram não apenas sendo julgados como a sentença final sendo favorável ao escravo.

Assim o que a autora destaca nesse artigo são duas questões, uma é o uso do aparato judiciário por parte do escravo para conseguir sua liberdade, e outra questão é que em consequência disso o judiciário passou a ser um local de enfrentamento entre senhores e escravos, sendo essa mais uma instância que revela toda a luta dos negros contra a escravidão.

Palavras-chave

escravos, legislação, judiciário

Keywords

slaves, legislation, judicial system

Topoi

V. 6, N. 10, janeiro / junho de 2005

Responsável

Marcos Morel

Periódico

Topoi. Revista de História

Referência

**Programa de Pós-Graduação em
História Social da UFRJ, Rio de
Janeiro: 7 Letras/CNPq**

ISSN

1518-3319

Disponibilidade em meio eletrônico

**[www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/topoi.
htm](http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/topoi.htm)**

(acesso aos sumários)

HARTUNG, Miriam. **Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX**, pp.143-191

A partir de estudo de caso em que escravos tornam-se herdeiros de uma fazenda pecuária no Paraná em 1854, a autora analisa de forma sistemática e discute diferentes aspectos das relações entre senhores e escravos no Brasil da primeira metade do século XIX, considerando ambos como agentes históricos com suas diferentes demandas e formas de organização social e familiar.

Palavras-chave

escravidão, Paraná, história social, estatística, Império do Brasil

Keywords

slavery, Paraná, social history, statistics, Brazilian Empire

Vária Historia

N. 34, 2005.

Responsável

André Nicácio Lima

Periódico

Vária Historia

Referência

Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História
ISSN**0104-8775**

Disponibilidade em meio eletrônico

www.fafich.ufmg.br/his/revista.htm

(acesso apenas ao sumário das últimas edições)

PALTI, Elias J. Historia de ideas e historia de lenguajes políticas – Acerca del debate en torno a los usos de los términos “pueblo” y “pueblos”, pp. 325-343.

O artigo trata das transformações no modo de conceber o processo que levou à quebra do vínculo colonial da Espanha com seus territórios ultramarinos, a partir da superação da dicotomia clássica entre liberalismo americano e tradicionalismo peninsular. Esta superação, porém inverte a dicotomia, opondo-se o liberalismo peninsular à permanência de padrões sociais organicistas na colônia, expressos na categoria de “pueblos”. Uma vez caído o poder monárquico, sendo os “pueblos” depositários da soberania, não emergiria aqui o conceito “moderno” de nacionalidade, como uma entidade abstrata, homogênea e unificada. Para o autor, faz-se necessária, portanto, uma revisão a partir dos avanços desta profunda renovação teórico-metodológica, a fim de desvendar suas potencialidades implícitas.

Palavras-chave

Espanha, liberalismo, Colônia

Keywords

Spain, liberalism, Colony

FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. Ciência e tecnologia no Brasil Imperial – Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908), pp. 437-455.

A autora faz uma análise de alguns aspectos da formação, da obra e da atuação de Guilherme Schüch de Capanema como engenheiro e naturalista. Ressalta seu papel na formação de uma cultura técnico-científica no Brasil, circulando por importantes espaços institucionais, como as associações científicas e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, e atuando como naturalista, professor e engenheiro.

Palavras-chave

Rio de Janeiro, Império do Brasil, história das ciências, cultura

Keywords

Rio de Janeiro, Brazilian Empire, science history, culture

A partir de diversas versões sobre a situação sanitária de Goiás, produzidas no século XIX por autoridades locais, médicos, viajantes estrangeiros e expedições científicas, a autora procura compreender o caráter contraditório das informações, pois a capitania é descrita simultaneamente como saudável e insalubre. Os resultados das comissões e expedições científicas são tratados mais detidamente e a relação de doenças observadas por viajantes estrangeiros como Pohl, Saint Hilaire e D'Alincourt permite a apresentação de uma tabela comparativa.

Palavras-chave

Goiás, Império do Brasil, relatos de viajantes, memórias históricas

Keywords

Goiás, Brazilian Empire, travelers' accounts, historical memoirs

Os textos devem ser encaminhados por e-mail à Secretária da Revista revea@usp.br em "Rich Text Format" (RTF), digitados em letra Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5. Pede-se evitar a utilização de caracteres especiais, letras gregas e congêneres – quando indispensável, avisar por e-mail à secretária da revista.

As citações e referências devem obedecer as normas descritas no site da revista, no item "Normas de citação".

Tabelas, gráficos e imagens, bem como as respectivas legendas (no caso das imagens com referência completa de autoria e instituição detentora), devem ter sua localização, no corpo do texto, indicada em números romanos e enviadas em arquivos separados. Aos editores fica resguardado o direito de disponibilizar imagens, tabelas e gráficos a cores ou em branco e preto, conforme conveniência da revista.

Os autores devem indicar sua filiação e titulação acadêmica, com endereço completo para correspondência.

Todos os textos devem ser inéditos, escritos em português, francês, inglês ou espanhol e, no caso de "Artigos" e "Informes de pesquisa", devem apresentar sempre título em português e inglês, acompanhados de resumos (de até 1.000 toques com espaço) e de 3 a 6 palavras-chave também em português e inglês (além de uma terceira língua caso os textos sejam escritos em espanhol ou francês). As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas da lista constante do item "busca" da revista; caso o autor considere recomendável colocar uma palavra-chave que não esteja contida na referida lista, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca (pedido que será avaliado pelos editores).

Os "Artigos" devem conter entre 30 mil e 60 mil toques com espaço; os "Informes de pesquisa" entre 15 mil e 35 mil toques (também com espaço); e as "Resenhas" de 10 mil a 15 mil toques com espaço (as resenhas não devem apresentar notas de rodapé, quando

necessário a referência às páginas do livro resenhado deve estar entre parênteses no corpo do texto). Para a submissão de "Artigos" os autores devem portar título de mestre ou equivalente, pré-requisito que não se aplica às "Resenhas" e "Informes de pesquisa".

Só serão aceitas "Resenhas" de livros publicados há no máximo 3 anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

Para a seção "Periódicos em revista" pede-se que os interessados enviem um e-mail indicando o periódico que gostariam de acompanhar (que já não conste da lista existente no último número da Almanack Brasileira disponível na internet), comprometendo-se a acompanhar o periódico por um mínimo de 2 anos. Nesse caso informações adicionais e normas lhes serão fornecidas pelo secretário da revista, mediante consideração do Conselho Editorial.

O "Fórum" é composto de textos previamente encomendados, pelos Editores e Conselho Editorial, a especialistas de renome.

Todos os textos serão analisados por, pelo menos, dois membros dos Conselhos Editorial ou Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

Aos editores é resguardado o direito de diagramar os textos conforme o padrão gráfico da revista.

e-a

All manuscripts and other contributions should be forwarded by email to the Journal's secretary at revea@usp.br in "Rich Text Format" (RTF), font Times New Roman, size 12, spacing 1,5. Contributors should avoid special characters, Greek fonts and other different typings – if its use is absolutely necessary please notify it to the journal's secretary by e-mail.

Quotations and references should follow the rules described in the Journal's "Referencing system", available at this section of the website ("Editorial Guidelines").

Tables, graphics and images, as well as their respective descriptions (with complete reference to the authorship and copyright holder when concerning the use of images) should be indicated in the text in roman numbers and sent in a separate file. Tables, graphics and images will be made available in color or black and white, according to the discretion of the Editors and to the journal's convenience.

The authors must indicate their institutional affiliation and academic title and add a complete mailing address.

All texts must be original and not previously published, written in Portuguese, French, English or Spanish. "Articles" and "Research Reports" must always present, both in English and Portuguese, its title, abstract (up to 1.000 characters with spaces) and a set of keywords (minimum – 3; maximum – 6). The keywords should preferably be taken from the Journal's standard list, which can be found at the "Search" section of this website; in case the author considers commendable to use a keyword that is not on the list, he/she should request, through e-mail, its inclusion in the journal's search system. The request will be assessed by the Editors.

"Articles" should contain from 30.000 to 60.000 characters with spaces; "Research Reports" must have between 15.000 and 35.000 characters, also with spaces; "Book Reviews" should contain between 10.000

and 15.000 characters with spaces (reviews must not contain footnotes; if necessary, the pages of the book in review must be referenced in brackets in the text). Authors must hold a master's or similar degree to submit an "Article". The same requirement does not apply for the submission of "Book Reviews" and "Research Reports".

The Journal accepts reviews of books published in the last 3 years at most, or books that have only recently been republished after being out of print for an extensive period of time.

For the section "Journals in Review", those interested in contributing to the Almanack Braziliense should send an e-mail indicating the journal they would like to survey. A minimum period of 2 years is required. In this case, additional information and guidelines will be provided by the journal's secretary, upon consideration of the Editorial Board.

The "Forum" section compiles manuscripts by renowned specialists requested by the Editors and the Editorial Board.

All manuscripts will be reviewed by at least two members of the Editorial Board, Advisory Board or ad hoc referees, who can deny its publication or suggest modifications according to the subject matter, as well as clarity of writing and agreement to Journal rules. The authorship and content of the referees are confidential. Manuscripts submitted will be published at the discretion of the Editorial Board.

The graphic patterns and layout of the manuscripts will also be defined at the discretion of the Editors.

e-a

Pede-se que todas as referências a (títulos e páginas de) livros, artigos, teses e afins não sejam feitas no corpo do texto, mas sempre completas como notas à parte indicadas no texto (ver "Envie seu texto"). Considerando que os textos do "Fórum", "Artigos" e "Informes de pesquisa" não apresentam bibliografia ao final, o Conselho Editorial, para facilitar a visualização e o acesso à informação, optou por não utilizar o chamado sistema Harvard de citação. Pede-se seguir, então, o padrão abaixo.

Artigo em periódico

Guillermo Jesus Palacio e Olivares. "Messianismo e expropriação camponesa. Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador, Pernambuco, 1820". *Revista de História*, São Paulo, n. 147, 2o semestre de 2002, pp. 71-108.

Livro completo

José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

Capítulo de livro

Istvan Jancso e João Paulo Garrido Pimenta. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*, 2a ed.. São Paulo: SENAC, 2000, pp. 127-175.

Capítulo de livro (organizador é também o autor)

Sérgio Buarque de Holanda. "A herança colonial – sua desagregação". In: _____ (org). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: o Brasil monárquico. Vol. 1: O processo de emancipação*. São Paulo: DIFEL, 1962, pp. 9-39.

Tese (doutorado) ou dissertação (mestrado)

Lúcia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial. O IHGB (1838-1889)*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1995.

All quotations of pages and partial or complete references of books, articles, thesis, dissertations and such should not be written in the body of the text (see "Submission Guidelines"). Since the texts of the "Forum", the "Articles" and the "Research Reports" do not have a bibliography listed at the end, the Editorial Board has chosen not to use the Harvard System of references in order to ensure a better access to the information quoted by the authors. Thus, it is required that all references follow the system bellow.

Article in a Journal

Guillermo Jesus Palacio e Olivares. "Messianismo e expropriação camponesa. Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador, Pernambuco, 1820". *Revista de História*, São Paulo, n. 147, 2o semestre de 2002, pp. 71-108.

Book entirely written by one or more authors

José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

Chapter in a book organized by someone other than the author

Istvan Jancso e João Paulo Garrido Pimenta. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*, 2a ed.. São Paulo: SENAC, 2000, pp. 127-175.

Chapter in a book (the organizer is also the author)

Sérgio Buarque de Holanda. "A herança colonial – sua desagregação". In: _____ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: o Brasil monárquico. Vol. 1: O processo de emancipação*. São Paulo: DIFEL, 1962, pp. 9-39.

Thesis (PhD) or Dissertation (Master)

Lúcia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial. O IHGB (1838-1889)*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1995.

Direitos de Publicação

Almanack Braziliense é uma revista eletrônica de acesso aberto e gratuito que mantém on-line todos os números publicados.

Ao fornecerem textos para a presente revista os autores concordam em transferir os direitos exclusivos de reprodução dos textos, o que tacitamente implica a aceitação de todos os itens constantes do item "Envie seu texto".

Os autores se responsabilizam integralmente pelos direitos das imagens fornecidas.

Copyright Agreement

Almanack Braziliense is an electronic journal of open and free access that maintains all published issues on-line.

Authors transfer to Almanack Braziliense the exclusive rights of reproduction of submitted manuscripts, implying acceptance of all items listed in the "Submission" section.

The authors are fully responsible for the reproduction rights of the images they provide.

expediente

editors, boards and staff



Editores / Editors

István Jancsó
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Monica Duarte Dantas
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil

Assistente Editorial / Assistant to the Editors

Ágatha Francesconi Gatti

Conselho Editorial / Editorial Board

Cecília Helena de Salles Oliveira
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Marco Morel
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)-Brasil
Wilma Peres Costa
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil
Miriam Dolhnikoff
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Márcia Berbel
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Luiz Geraldo da Silva
Universidade Federal do Paraná (UFPR)-Brasil

Conselho Consultivo / Advisory Board

Ana Lucia Duarte Lanna
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Antonio Manuel Hespánha
Universidade Nova de Lisboa (UNL)-Portugal
Bert Barickman
University of Arizona -Estados Unidos
Carlos Marichal
Universidad Nacional Autónoma-México
David Reher
Universidad Complutense -Espanha
Denis Bernardes
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)-Brasil
Eduardo Kugelmas
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Eliana Dutra
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)-Brasil
Fernando Antonio Novais
Universidade de São Paulo (USP) e
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil

Flávio Saes
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Francisco José Calazans Falcon
Universidade Federal Fluminense (UFF),
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)-Brasil
Geraldo Mártires Coelho
Universidade Federal do Pará (UFPA)-Brasil
Gildo Marçal Brandão
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Helga Piccolo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)-Brasil
Hendrik Kraay
University of Calgary-Canadá
Herbert Klein
Stanford University-Estados Unidos
Ida Lewkowicz
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca -Brasil
Ilmar Rohloff de Mattos
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)-Brasil
Izabel Andrade Marson
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil
João Luís Fragoso
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)-Brasil
João José Reis
Universidade Federal da Bahia (UFBA)-Brasil
Jorge Myers
Universidade Nacional de Quilmes-Argentina
Jorge Pedreira
Universidade Nova de Lisboa (UNL)-Portugal
José Carlos Chiaramonte
Universidad de Buenos Aires-Argentina
José Reinaldo de Lima Lopes
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Juan Carlos Garavaglia
École des Hautes Études en Sciences Sociales-França
Junia Ferreira Furtado
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)-Brasil
Leila Mezan Algranti
Universidade Federal de Campinas (UNICAMP)-Brasil

Leslie Bethell
Oxford University-Inglaterra
Marcus Joaquim Carvalho
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)-Brasil
Maria Arminda N. Arruda
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Maria de Fátima Silva Gouvêa
Universidade Federal Fluminense (UFF)-Brasil
Maria de Lourdes Viana Lyra
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)-Brasil
Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Universidade Federal da Bahia (UFBA)-Brasil
Maria Odila Leite da Silva Dias
Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)-Brasil
Matthias Röhrig Assunção
University of Essex-Inglaterra
Nuno Gonçalo Freitas Monteiro
Instituto de Ciências Sociais (ICS),
Universidade de Lisboa-Portugal
Richard Graham
Universidade of Texas, Austin-Estados Unidos
Silvia Hunold Lara
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil
Stuart B. Schwartz
Yale University-Estados Unidos

Equipe de apoio / Staff

Renato Muñoz
Claudio Cezar Corrieri
Marcos Cason
Denis Machado Rossi
Rosana Campos Nascimento

Design gráfico / Graphic design

Dárkon V. Roque